



DO MESMO AUTOR DE
O que Jesus disse? O que Jesus não disse?

BART D. EHRMAN



QUEM JESUS
FOI?
QUEM
JESUS NÃO
FOI?



MAIS REVELAÇÕES INÉDITAS
SOBRE AS CONTRADIÇÕES
DA BÍBLIA



Best-seller do
New York Times

BART D. EHRMAN

QUEM JESUS
FOI?

QUEM
JESUS NÃO
FOI?

Mais revelações inéditas sobre as
contradições da Bíblia

Tradução
Alexandre Martins

Título original: Jesus, interrupted

Copyright© 2009, Bart D. Ehrman

Copyright da tradução© 2010, Ediouro Publicações Ltda.

Projeto gráfico de miolo: Leandro B. Liporage

Editoração: Selênia Serviços

Copidesque: Taís Monteiro

Revisão: Cristiane Pacanowski e Letícia Féres

Revisão técnica: Nataniel Gomes

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E32q

Ehrman, Bart D., 1955-

Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi? : mais revelações inéditas sobre as contradições da Bíblia /
Bart D. Ehrman ; tradução Alexandre Martins. - Rio de Janeiro : Ediouro, 2010.

Tradução de: Jesus, interrupted

ISBN 978-85-00-33076-6

1. Jesus Cristo - Historicidade. 2. Cristianismo - Literatura polêmica. 3. Bíblia. N. T. - Crítica,
interpretação, etc. 2. Bíblia. N.T. - Literatura polêmica. I. Título.

10-2183.

CDD: 220.6

CDU: 27-23

Texto estabelecido segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Todos os direitos reservados à Ediouro Publicações Ltda.

PARA AIYA, NETA EXTRAORDINÁRIA

Sumário

[Prefácio](#)

[UM – Um ataque histórico à fé](#)

[DOIS – Um mundo de contradições](#)

[TRÊS – Muitas visões divergentes](#)

[QUATRO – Quem escreveu a Bíblia](#)

[CINCO – Ludibriador, lunático ou Senhor? Descobrindo o Jesus histórico](#)

[SEIS – Como recebemos a Bíblia](#)

[SETE – Quem inventou o cristianismo?](#)

[OITO – A fé é possível?](#)

[Notas](#)

Prefácio

Cheguei ao Seminário Teológico de Princeton em agosto de 1978, saído da faculdade e recém-casado. Tinha uma edição bem gasta do Novo Testamento em grego, sede de conhecimento e não muito mais do que isso. Nem sempre havia sido apaixonado pelo estudo. Ninguém que me conhecesse cinco ou seis anos antes teria previsto que eu seguiria a carreira acadêmica. Mas eu tinha sido fisgado pelo espírito acadêmico em algum momento na faculdade. Imagino que tenha sido originalmente no Moody Bible Institute, em Chicago, um seminário fundamentalista que começara a frequentar bem jovem, aos 17 anos. Lá meu interesse acadêmico foi alimentado não tanto por curiosidade intelectual, e mais por um desejo religioso de certeza.

Estudar no Moody foi uma experiência intensa. Fui para lá porque tivera uma experiência de “renascimento” no ensino médio e decidira que para ser um cristão “sério” precisaria estudar profundamente a Bíblia. E, de algum modo, algo aconteceu em meu primeiro semestre na faculdade: eu me tornei um apaixonado — até mesmo arrebatado — em minha busca de conhecimento sobre a Bíblia. No Moody eu não apenas fiz todos os cursos possíveis sobre Bíblia e teologia como também decorei livros inteiros da Bíblia por conta própria. Estudava em todos os momentos livres. Li livros e fiz anotações em palestras. Quase toda semana eu virava a noite me preparando para as aulas.

Três anos assim mudam a vida de uma pessoa. Certamente fortalecem a mente. Quando me formei no Moody, fui para o Wheaton College com o objetivo de conseguir um diploma em literatura inglesa, mas continuei a me concentrar intensamente na Bíblia, fazendo cursos de interpretação e ensinando a Bíblia toda semana para crianças em meu grupo de jovens na igreja. Além disso, aprendi grego, para poder estudar o Novo Testamento no original.

Como um convicto cristão confiante na Bíblia, eu tinha certeza de que ela, em todas as suas palavras, tinha sido inspirada por Deus. Talvez tenha sido isso o que me levou ao meu estudo intensivo. Aquelas eram as palavras de

Deus, o comunicado do Criador do universo e Senhor de tudo, ditas a nós, pobres mortais. Certamente a coisa mais importante da vida era conhecê-las intimamente. Pelo menos para mim. Entender mais profundamente a literatura me ajudaria a compreender aquela obra literária em especial (daí minha formação em literatura inglesa); ser capaz de lê-la em grego me ajudou a conhecer as palavras exatas do Autor do texto.

Já no meu primeiro ano no Moody decidi que queria ensinar sobre a Bíblia. Depois, em Wheaton, me dei conta de que era muito bom em grego. Assim, meu passo seguinte já estava praticamente traçado: eu faria um doutorado em estudos do Novo Testamento, trabalhando especialmente alguns aspectos da língua grega. Meu adorado professor de grego em Wheaton, Gerald Hawthorne, me apresentou à obra de Bruce Metzger, o mais reverenciado estudioso de manuscritos bíblicos gregos do país, que lecionava no Seminário Teológico de Princeton. Então, me candidatei a Princeton sem saber nada — absolutamente nada — sobre o lugar, a não ser que Bruce Metzger lecionava lá e que, se eu quisesse me especializar em manuscritos gregos, era para Princeton que eu tinha que ir.

Acho que eu sabia *uma* coisa sobre o Seminário de Princeton: não era uma instituição evangélica. E, quanto mais ficava sabendo sobre ele nos meses anteriores à minha mudança para Nova Jersey, mais nervoso ficava. Soube por amigos que Princeton era um seminário “liberal”, que não defendia a verdade literal e a inspiração verbal da Bíblia. Meu maior desafio não seria puramente acadêmico, ter que alcançar um desempenho suficientemente bom nas turmas de mestrado para conseguir o direito de cursar o doutorado, mas me agarrar à minha fé na Bíblia como a inspirada e inequívoca Palavra de Deus.

Assim, eu fui para o Seminário Teológico de Princeton jovem e pobre, mas apaixonado, preparado para enfrentar todos aqueles liberais com sua visão aguada da Bíblia. Como bom cristão evangélico, estava pronto para demolir quaisquer ataques à minha fé bíblica. Eu podia responder a qualquer aparente contradição e solucionar qualquer potencial discrepância na Palavra de Deus, fosse no Antigo ou no Novo Testamento. Eu sabia que tinha muito a

aprender, mas *não iria* aprender que meu texto sagrado tinha algum equívoco.

Algumas coisas não aconteceram como planejado. O que realmente aprendi em Princeton me fez mudar de ideia sobre a Bíblia. Não mudei a maneira de pensar com boa vontade — fui derrotado gritando e esperneando. Orei (muito) por causa disso e lutei (de forma extenuante) contra isso, resistindo com todas as minhas forças. Mas ao mesmo tempo pensei que, se tinha um verdadeiro compromisso com Deus, também precisava ter um compromisso real com a verdade. E após um bom tempo ficou claro para mim que minha antiga visão da Bíblia como a revelação inequívoca de Deus era absolutamente equivocada. Minha escolha era me agarrar a uma visão que eu tinha descoberto estar errada ou seguir em frente até onde acreditava que a verdade estava me levando. No fim, não era uma escolha. Se algo era verdade, era verdade; caso contrário, não.

Ao longo dos anos conheci pessoas que disseram: “Se minhas crenças não correspondem aos fatos, pior para os fatos.” Nunca fui uma dessas pessoas. Nos próximos capítulos tentarei explicar por que o estudo da Bíblia me obrigou a mudar de ponto de vista.

Esse tipo de informação é relevante não apenas para acadêmicos como eu, que dedicam a vida a pesquisas sérias, mas a todos que se interessam pela Bíblia — considerem-se eles crentes ou não. Na minha opinião isso é realmente importante. Seja você crente — fundamentalista, evangélico, moderado, liberal — ou descrente, a Bíblia é o livro mais significativo da história da civilização. Entender o que ela realmente é, e o que não é, é uma das mais importantes empreitadas intelectuais à qual qualquer um em nossa sociedade pode se entregar.

Alguns dos leitores deste livro poderão ficar muito desconfortáveis com as informações que ele apresenta. Só peço que, se esse for o seu caso, faça o que eu fiz: receba-as com a mente aberta e esteja disposto a mudar caso isso seja necessário. Se, por outro lado, você não encontrar nada chocante ou desagradável no livro, só peço que relaxe e aproveite.

Sou muito grato a uma série de leitores atentos e perspicazes que

percorreram meu original e insistiram vigorosamente — não em vão, espero — para que eu o modificasse em certos pontos a fim de melhorá-lo: Dale Martin, da Yale University; Jeff Siker, da Loyola Marymount University; minha filha, Kelly Ehrman Katz; meus alunos de faculdade Jared Anderson e Benjamin White; um perspicaz leitor da imprensa e meu editor muito preciso e valioso na HarperOne, Roger Freet.

As traduções da Bíblia Hebraica (Antigo Testamento) para o inglês^[1] são da New Revised Standard Version (NRSV); as do Novo Testamento são da NRSV ou minhas; as citações dos padres apostólicos são minhas.

Dedico este livro à minha neta Aiya, de dois anos, que é perfeita em todos os sentidos.

^[1] Na edição brasileira, utilizamos a *Bíblia de Jerusalém*, Nova edição, revista e ampliada, São Paulo: Paulus, 2002. (N.E.)

UM

Um ataque histórico à fé

A Bíblia é o livro mais comprado, extensivamente lido e profundamente reverenciado da história da civilização ocidental. É da mesma forma o mais plenamente malcompreendido, sobretudo pelos leitores comuns.

Nos últimos duzentos anos, os estudiosos conseguiram um progresso significativo na compreensão da Bíblia, com base em descobertas arqueológicas, avanços em nosso conhecimento do grego e do hebraico arcaicos, línguas nas quais os livros das Escrituras foram originalmente escritos, e profundas e penetrantes análises históricas, literárias e textuais. É uma enorme empreitada acadêmica. Apenas na América do Norte, milhares de acadêmicos continuam a fazer pesquisas sérias nesse campo, e os resultados de seus estudos são regular e rotineiramente ensinados tanto a alunos das universidades quanto a futuros pastores que frequentam seminários em sua preparação para o ministério.

Mas essas visões sobre a Bíblia são praticamente desconhecidas da população em geral. Em grande medida, isso acontece porque aqueles que passam a vida profissional estudando a Bíblia não conseguiram transmitir esse conhecimento ao público em geral e porque, por várias razões, muitos pastores que tiveram contato com esse material no seminário não o compartilharam com os membros de suas igrejas quando assumiram seus cargos. (As igrejas, claro, são os lugares mais óbvios onde a Bíblia é — ou melhor, deveria ser — ensinada e debatida.) Consequentemente, a maioria dos norte-americanos (cada vez mais) não apenas ignora o *conteúdo* da Bíblia como também parece estar absolutamente no escuro a respeito do que os acadêmicos têm falado sobre a Bíblia nos últimos duzentos anos. Este livro tem o objetivo de ajudar a abordar esse problema. Deve ser visto como minha tentativa de revelar o segredo.

Os pontos de vista que apresento nos próximos capítulos não são minha própria visão idiossincrática da Bíblia. São as visões que se consolidaram há

muitos e muitos anos entre a maioria dos acadêmicos críticos sérios que lecionam nas universidades e nos seminários da América do Norte e da Europa, ainda que eles não tenham conseguido se comunicar eficazmente com a população como um todo, e menos ainda com as pessoas de fé que reverenciam a Bíblia e, supostamente, seriam as mais interessadas. Isso tem de mudar para todos aqueles que aspiram a ser bem-educados e informados sobre o livro mais importante da nossa civilização.

UMA INTRODUÇÃO SEMINARISTA À BÍBLIA

A maioria das pessoas que trabalha com o estudo da Bíblia foi educada em instituições teológicas. Evidentemente, um amplo leque de estudantes entra para seminários todos os anos. Muitos deles estudaram a Bíblia no colégio, às vezes até nas aulas da escola bíblica dominical ou de catecismo. Mas eles geralmente abordaram a Bíblia do ponto de vista devocional, lendo-a pelo que ela tem a dizer sobre aquilo em que se deve acreditar e sobre como levar a vida. Comumente, esses estudantes não se interessaram nem foram expostos ao que os acadêmicos descobriram sobre a problemática da Bíblia, quando estudada de um ponto de vista mais acadêmico e histórico.

Outros estudantes levam a sério um bom desempenho acadêmico no seminário, mas não parecem conhecer muito bem a Bíblia ou considerar as Escrituras a Palavra inspirada de Deus. Muitas das vezes, esses estudantes nasceram e foram criados como cristãos e sentem-se impelidos a pregar — a maioria na igreja, mas muitos deles fazendo outros tipos de pregação social. Do ponto de vista das principais denominações dos Estados Unidos — presbiteriana, metodista, luterana, episcopal e assim por diante —, um bom número desses estudantes já faz parte do que eu chamaria de liberais. Eles não acreditam na inequivocidade da Bíblia e estão mais ligados à Igreja como instituição do que às Escrituras como um roteiro daquilo em que se deve acreditar sobre como viver. E, francamente, muitos deles não conhecem bem a Bíblia e só têm uma noção bastante vaga de seu valor religioso.

Nem sempre foi assim nos seminários protestantes. Nas décadas anteriores, era possível imaginar que o estudante chegava ao seminário com um vasto

conhecimento da Bíblia, e a preparação para o ministério pressupunha que os alunos dominavam o conteúdo básico tanto do Antigo quanto do Novo Testamento. Infelizmente, não é mais assim. Quando eu estava no Seminário Teológico de Princeton (uma faculdade presbiteriana), no fim dos anos 1970, a maioria dos meus colegas de turma tinha de fazer aulas extras para passar em uma prova que chamávamos de “Bíblia para iniciantes”, por testar o conhecimento do aluno sobre as informações básicas da Bíblia — O que é o Pentateuco? Em qual livro se encontra o Sermão da Montanha? Quem é Teófilo? —, assuntos que a maioria de nós, que tiveram uma base evangélica mais sólida, já sabia de cor.

Meu palpite é que a maioria dos calouros de seminários não sabe o que esperar do estudo da Bíblia. Essas aulas são apenas uma pequena parcela do currículo, claro. Há disciplinas obrigatórias sobre história da Igreja, teologia sistemática, educação cristã, oratória, homilética (pregação) e administração da igreja. É muito extenso o conteúdo concentrado em três anos. Mas todos são obrigados a cursar disciplinas introdutórias e avançadas de estudos bíblicos. A maioria dos alunos espera que essas disciplinas sejam ensinadas de um ponto de vista mais ou menos devocional, servindo para mostrar a eles, como futuros pastores, como aplicar a Bíblia à vida das pessoas em seus sermões semanais.

Esses alunos são chamados à realidade de forma brutal. Os principais seminários protestantes nos Estados Unidos são famosos por abalar as estimadas crenças dos estudantes na Bíblia — mesmo que essas sejam simplesmente uma sensação calorosa e vaga de que a Bíblia é um maravilhoso guia para a fé e a prática, a ser tratado com reverência e devoção. Esses seminários apresentam estudos sérios e densos sobre a Bíblia. Não se interessam pela devoção. As aulas são dadas por acadêmicos que sabem o que os estudos em língua alemã e inglesa têm dito sobre a Bíblia nos últimos trezentos anos. O interesse deles é fazer com que os estudantes saibam *sobre* a Bíblia, não que ensinem o que está *na* Bíblia. As aulas de Bíblia no seminário geralmente são dadas de um ponto de vista puramente acadêmico e histórico, de forma diferente do que a maioria dos calouros

espera e também de qualquer coisa que eles tenham ouvido antes em casa, na igreja ou na escola dominical.

Em quase todos os principais seminários protestantes (e agora católicos), a Bíblia é abordada segundo o método chamado de “histórico-crítico”. É algo completamente diferente da interpretação “devocional” da Bíblia aprendida na igreja. Esta se preocupa com aquilo que a Bíblia tem a dizer — especialmente o que tem a dizer a mim, pessoalmente, ou à minha sociedade. O que ela me diz sobre Deus? Cristo? A igreja? Minha relação com o mundo? Sobre em que devo acreditar? Sobre como agir? Responsabilidades sociais? Como a Bíblia pode me ajudar a estar mais perto de Deus? Como ela me ajuda a viver?

A abordagem histórico-crítica tem um conjunto de preocupações distinto e, portanto, implica um conjunto de perguntas diferentes. No cerne desse ponto de vista está a questão histórica (daí o nome) daquilo que os textos bíblicos significavam em seu contexto histórico original. Quem foram os verdadeiros autores da Bíblia? É possível (sim!) que alguns dos autores de certos livros bíblicos na verdade não fossem ou tenham sido quem alegavam ser — por exemplo, que 1 Timóteo na verdade não tenha sido escrito por Paulo, ou que o Gênesis não tenha sido escrito por Moisés? Em que época esses autores viveram? Em que circunstâncias escreveram? Que questões estavam tentando abordar em seu próprio tempo? Como eles foram afetados pelas suposições culturais e históricas de sua época? Que fontes utilizaram? De quando são tais fontes? É possível que os pontos de vista desses materiais diferissem uns dos outros? É possível que os autores que as utilizaram tivessem visões distintas tanto de suas fontes quanto uns dos outros? É possível que os livros da Bíblia, baseados em uma série de fontes, tenham contradições internas? Que haja diferenças inconciliáveis entre eles? E é possível que o significado original dos livros em seu contexto original não seja aquele em que se acredita hoje? Que nossas interpretações das Escrituras impliquem descontextualizar suas palavras, distorcendo, desse modo, sua mensagem?

E se nem dispomos das palavras originais? E se, ao longo dos séculos durante os quais a Bíblia — tanto o Antigo Testamento, em hebraico, quanto

o Novo Testamento, em grego — foi copiada à mão, as palavras tiverem sido modificadas por copistas bem-intencionados mas descuidados, ou por copistas plenamente conscientes de que desejavam alterar os textos para fazer com que dissessem o que eles queriam?

Essas são algumas das muitas, muitas perguntas levantadas pelo método histórico-crítico. Não é de espantar que seminaristas calouros tenham de se preparar para as provas sobre a “Bíblia para iniciantes” antes mesmo de começarem a estudar seriamente o livro. Esse tipo de estudo pressupõe que você saiba sobre o que está falando antes de começar a falar.

Uma parcela muito grande dos seminaristas é pega de surpresa pelo método histórico-crítico. Eles chegam com a expectativa de aprender as verdades devocionais da Bíblia para passá-las adiante em seus sermões, como seus próprios pastores fizeram com eles. Nada os prepara para a crítica histórica. Para sua surpresa, em vez de material para sermões, eles aprendem o resultado de tudo o que críticos históricos definiram com base em séculos de pesquisa. A Bíblia está repleta de discrepâncias, muitas delas contradições inconciliáveis. Moisés não escreveu o Pentateuco (os cinco primeiros livros do Antigo Testamento), e Mateus, Marcos, Lucas e João não escreveram os Evangelhos. Há outros livros que não fazem parte da Bíblia, mas que em um momento ou outro foram considerados canônicos — outros Evangelhos, por exemplo, supostamente escritos por seguidores de Jesus, como Pedro, Tomé e Maria. O Êxodo provavelmente não aconteceu como descrito no Antigo Testamento. A conquista da Terra Prometida provavelmente é baseada em uma lenda. Os Evangelhos se contradizem em muitos pontos e incluem material não histórico. É difícil saber se Moisés um dia existiu ou o que exatamente o Jesus histórico ensinou. As narrativas históricas do Antigo Testamento estão repletas de invenções lendárias, e o livro dos Atos dos Apóstolos do Novo Testamento contém informação histórica não confiável sobre a vida e a pregação de Paulo. Muitos dos livros do Novo Testamento são assinados por pseudônimos — escritos não pelos apóstolos, mas por autores posteriores *alegando* serem os apóstolos. E a lista continua.

Alguns alunos aceitam esses novos pontos de vista desde o primeiro dia.

Outros — sobretudo os mais conservadores — resistem durante um longo tempo, seguros em sua consciência de que Deus não permitiria nenhuma falsidade em seu livro sagrado. Mas depois de algum tempo, com os estudantes vendo cada vez mais evidências, muitos descobrem que sua fé na inequivocidade e na absoluta fidelidade histórica da Bíblia começa a fraquejar. Simplesmente há evidências demais, e conciliar todas as centenas de diferenças entre as fontes bíblicas demanda tanta especulação e tamanhas complexas artimanhas interpretativas que isso acaba sendo demais para eles.

OS PROBLEMAS DA BÍBLIA

No caso dos alunos que chegam ao seminário com a visão de que a Bíblia é, completa e absolutamente, cem por cento livre de erros, a descoberta de que estudiosos mais críticos têm uma visão muito distinta pode ser um grande choque em seu sistema de crença. E assim que esses estudantes baixam a guarda, admitindo que pode haver equívocos na Bíblia, sua compreensão das Escrituras sofre uma mudança radical. Quanto mais leem o texto cuidadosa e intensamente, mais erros encontram; então começam a entender que na verdade a Bíblia faz *mais* sentido quando se reconhecem suas inconsistências, em vez de se insistir teimosamente que não há nenhuma, mesmo quando elas são tão evidentes.

É verdade que muitos calouros são especialistas em conciliar as diferenças entre os Evangelhos. O Evangelho de Marcos, por exemplo, indica que foi na última semana de sua vida que Jesus “purificou o Templo”, ao virar as mesas dos cambistas e dizer: “Minha casa será chamada casa de oração (...) Vós, porém, fizestes dela um covil de ladrões” (Marcos 11), enquanto segundo João isso aconteceu logo no início da pregação de Jesus (João 2). Alguns leitores acharam que Jesus purificou o Templo duas vezes, uma no início de sua pregação e outra ao fim. Mas isso significaria que nem Marcos nem João contam a “verdadeira” história, já que em ambos os relatos ele limpa o lugar apenas uma vez. Além disso, a conciliação dos dois relatos é historicamente plausível? Se Jesus causou um tumulto no Templo no início do seu discurso, por que não foi preso pelas autoridades da época? Assim que se percebe que

a Bíblia pode ter discrepâncias, é possível entender que os Evangelhos de Marcos e João podem querer ensinar algo diferente sobre a purificação do Templo, e por isso situaram o acontecimento em dois momentos distintos da pregação de Jesus. Portanto, historicamente falando, os relatos não podem ser conciliados.

O mesmo pode ser dito sobre quando Pedro nega Jesus. No Evangelho de Marcos, Jesus diz a Pedro que ele o negará três vezes “antes que o galo cante duas vezes”. No Evangelho de Mateus, ele diz que será “antes que o galo cante”. E então, como é: antes que o galo cante uma vez ou duas? Quando eu estava na faculdade, comprei um livro que pretendia conciliar diferenças desse tipo. Chamava-se *The Life of Christ in Stereo: The Four Gospels Combined as One* [A vida de Cristo em estéreo: Os quatro Evangelhos combinados como um só]. O autor, Johnston Cheney, costurou os quatro relatos dos Evangelhos em um megaevangelho para mostrar como era o *verdadeiro* Evangelho. Cheney tinha uma solução muito esperta para a inconsistência no relato da negação de Pedro: o apóstolo na verdade negou Jesus *seis* vezes, três vezes antes que o galo cantasse e outras três antes que ele cantasse duas vezes. Isso também pode explicar por que Pedro negou Jesus a mais de três pessoas (ou grupos de pessoas) nos vários relatos. Porém, mais uma vez, para solucionar a tensão entre os Evangelhos, o intérprete tem de escrever seu *próprio* Evangelho, que é diferente de qualquer um dos encontrados no Novo Testamento. E não é um tanto absurdo dizer que, na verdade, apenas o “meu” Evangelho — aquele que criei com base em partes dos quatro do Novo Testamento — é o certo e que os outros são parcialmente corretos?

O mesmo problema ocorre nos relatos da ressurreição de Jesus. No terceiro dia depois da morte de Jesus, as mulheres vão ao túmulo para ungir seu corpo para o enterro. E quem elas veem lá? Um homem, como diz Marcos; dois homens, segundo Lucas ou um anjo, conforme Mateus? Isso costuma ser resolvido ao se dizer que as mulheres *na verdade* viram “dois anjos”. Essa solução pode explicar todo o restante — por que Mateus diz que elas viram *um* anjo (ele menciona apenas um dos dois anjos, mas não nega que houvesse

dois), por que Marcos diz que foi um homem (os anjos pareciam homens, embora fossem anjos, e Marcos menciona apenas um deles, sem negar que houvesse um segundo), e por que Lucas diz que foram dois homens (porque os anjos pareciam homens). O problema é que, mais uma vez, esse tipo de conciliação requer que se afirme que o que realmente aconteceu é diferente do que *qualquer* dos Evangelhos diz — já que nenhum dos três relatos afirma que as mulheres viram “dois anjos”.

Como veremos, há muitas outras discrepâncias no Novo Testamento, algumas delas muito mais difíceis de conciliar (praticamente impossíveis, eu diria) do que esses exemplos simples. Não há discrepâncias apenas entre diferentes livros da Bíblia, como também no *mesmo* livro, um problema que os críticos históricos há muito tempo atribuíram ao fato de que os autores dos Evangelhos usaram fontes diferentes em seus relatos, e algumas vezes essas fontes, quando reunidas, contradiziam umas às outras. É impressionante como é fácil passar por problemas internos como esses se você não estiver atento a eles, mas também é impressionante como parecem óbvios depois que alguém os aponta. Os alunos costumam me perguntar: “Por que eu não vi isso antes?”. No Evangelho de João, por exemplo, Jesus realiza seu primeiro milagre no capítulo 2, quando transforma água em vinho (um dos milagres preferidos em *campi* universitários), e nos é dito que “Esse princípio dos sinais, Jesus o fez” (João 2:11). Depois, no mesmo capítulo, “os sinais que fazia” em Jerusalém (João 2:23). E então, no capítulo 4, ele cura o filho de um centurião, e o autor diz: “Foi esse o segundo sinal que Jesus fez” (João 4:54). Como assim? Um sinal, muitos sinais e então o segundo sinal?¹

Uma das minhas discrepâncias aparentes preferidas — li João anos a fio sem me dar conta de como esta era estranha — está no “Discurso de despedida” de Jesus, a última vez que ele se dirige aos apóstolos, na última ceia com eles, que vai do capítulo 13 ao 17 do Evangelho segundo João. Em João 13:36, Pedro diz a Jesus: “Senhor, para onde vais?”. Alguns versículos depois, Tomé diz: “Senhor, não sabemos aonde vais” (João 14:5). E a seguir, alguns minutos mais tarde, na mesma ceia, Jesus repreende seus discípulos dizendo: “Agora, porém, vou para Aquele que me enviou e nenhum de vós

me pergunta: ‘Para onde vais?’” (João 16:5). Ou Jesus tinha uma capacidade de concentração muito pequena ou havia algo suspeito com as fontes desses capítulos, criando um estranho tipo de descompasso.

Esses tipos de problemas são ainda mais comuns no Antigo Testamento, começando bem no início. Algumas pessoas fizeram um grande esforço para suavizar todas essas diferenças, mas, quando você as examina com atenção, elas realmente são muito difíceis de conciliar. E por que deveriam ser conciliadas? Talvez sejam apenas diferenças. O relato da criação em Gênesis 1 é muito diferente do de Gênesis 2. Não apenas as palavras e o estilo de escrita são diferentes, o que fica bastante evidente quando você lê o texto em hebraico, e não só os dois capítulos usam nomes diferentes para Deus, como o próprio conteúdo dos capítulos difere em muitos pontos. Faça uma lista de tudo o que acontece no capítulo 1, na ordem em que ocorre, e outra lista para o capítulo 2, e compare as duas. Os animais são criados *antes* dos humanos, como no capítulo 1, ou *depois*, como no capítulo 2? As plantas são criadas antes dos seres humanos ou depois? O “homem” é a primeira criatura viva a ser criada ou a última? A mulher é criada ao mesmo tempo em que o homem ou separadamente? Mesmo em cada uma das histórias há problemas: se a “luz” foi criada no primeiro dia da criação em Gênesis 1, como o Sol, a Lua e as estrelas não foram criados antes do quarto dia? De onde vinha a luz, senão do Sol, da Lua e das estrelas? E como podia haver “noite e dia” em cada um dos três primeiros dias se não havia Sol?

Isso é só o começo. Quando Noé encaminha os animais para a arca, ele leva sete pares de todos os animais “puros”, como afirma Gênesis 7:2, ou apenas dois pares, como indicado em Gênesis 7, 9-10?

No livro do Êxodo, Deus diz a Moisés: “Apareci a Abraão, a Isac e a Jacó como El Shaddai, mas meu nome ‘O Senhor’ (Jeová), não os fiz conhecer” (Êxodo 6:3). Como isso se encaixa no que é visto antes, no Gênesis, quando Deus se *faz* conhecer a Abraão como O Senhor: “Então Ele [Deus] lhe [Abraão] disse: ‘Eu sou O Senhor, que te fez sair de Ur dos caldeus’” (Gênesis 15:7)?

Ou pense em uma de minhas passagens preferidas, a descrição das dez

pragas que Moisés lançou sobre os egípcios para obrigar o Faraó a “deixar meu povo partir”. A quinta praga era uma peste que matou “todos os animais dos egípcios” (Êxodo 9:5). Como então é possível que, alguns dias depois, a sétima praga, a chuva de pedras, poderia destruir todos os animais dos egípcios nos campos (Êxodo 9:21-22)? Que animais?

Uma leitura atenta da Bíblia revela outros problemas além das muitas discrepâncias e contradições. Há momentos em que o texto parece assumir uma postura que não soa merecedora de Deus ou de seu povo. Nós realmente devemos pensar em Deus como alguém que ordena o massacre de uma cidade inteira? Em Josué 6, Deus ordena que os soldados de Israel ataquem Jericó e matem todos os homens, mulheres e crianças da cidade. Imagino que faça sentido que Deus não queira más influências para seu povo — mas ele realmente acha que é necessário assassinar todos os bebês e crianças para conseguir isso? O que eles têm a ver com a iniquidade?

E o que pensar do Salmo 137, um dos mais belos, que começa com estes versos memoráveis: “À beira dos canais de Babilônia nos sentamos e choramos, com saudades de Sião”? Essa é uma reflexão poderosa de um israelita devoto que anseia retornar a Jerusalém, destruída pelos babilônios. Mas sua oração a Deus e à sua cidade sagrada sofre uma mudança dramática no fim, quando ele planeja sua vingança contra os inimigos de Deus: “Feliz de quem agarrar e esmagar teus bebês [babilônios] contra a rocha!” Esmagar os miolos de bebês babilônios para se vingar do que seus pais soldados fizeram? Isso está na Bíblia?

O Deus vingativo é encontrado não apenas no Antigo Testamento, como tentaram alegar alguns cristãos. Mesmo no Novo Testamento, Ele é um Deus de julgamento e ira, como sabe qualquer leitor do livro do Apocalipse. O Lago de Fogo está guardado e pronto para todos que se opõem a Deus. Isso implica queimar *para sempre* — uma punição eterna, mesmo para aqueles que pecaram contra Deus intermitentemente durante, digamos, vinte anos. Vinte trilhões de anos de tormentos em troca de vinte anos vivendo em erro; e esse é só o começo. Isso realmente é digno de Deus?

É importante destacar que acadêmicos e estudantes que questionam essas

passagens não estão questionando Deus em si. Estão questionando o que a Bíblia tem a *dizer* sobre Deus. Alguns desses estudiosos continuam a achar que a Bíblia é em algum sentido inspirada — outros estudiosos, claro, não acreditam nisso. Mas, mesmo que os autores da Bíblia fossem em algum sentido inspirados, eles não seriam completamente infalíveis; de fato, cometeram erros. Esses enganos envolveram discrepâncias e contradições, mas também noções equivocadas de Deus, sobre quem Ele realmente era e o que queria de verdade. Será que Ele desejava mesmo que seus seguidores esmagassem os miolos dos filhos de Seus inimigos em pedras? Será que realmente planeja atormentar os descrentes por trilhões de anos?

Essas são as perguntas com as quais muitos seminaristas são obrigados a lidar enquanto se desligam do compromisso devocional com a Bíblia que levam para o seminário e começam a estudá-la à luz do conhecimento. São questões em grande medida levantadas em consequência de estarem aprendendo a lidar com a abordagem histórico-crítica da Bíblia, aquela ensinada na maioria dos principais seminários protestantes e que é a visão mais ou menos “ortodoxa” entre estudiosos da Bíblia nos Estados Unidos e na Europa.

Essa visão prega que cada autor da Bíblia viveu em sua própria época e em seu próprio lugar — e não nos nossos. Cada um deles tinha um conjunto de pressupostos culturais e religiosos do qual podemos não partilhar. O método histórico-crítico tenta compreender o que cada autor poderia estar querendo dizer em seu contexto original. Segundo essa perspectiva, cada um deles deve poder ter sua própria voz. No Novo Testamento, o autor de Mateus não está dizendo a mesma coisa que Lucas. Marcos é diferente de João. Paulo pode não se entender com Tiago. O autor do Apocalipse parece ser diferente de todos os outros. E quando você joga o Antigo Testamento nessa mistura, as coisas ficam muito confusas. Os autores de Jó e Eclesiastes afirmam explicitamente que não há vida após a morte. O livro de Amós insiste em que o povo de Deus sofre porque Deus está punindo-o por seus pecados; o livro de Jó afirma que os inocentes podem sofrer; e o livro de Daniel indica que os inocentes de fato irão sofrer. Todos esses livros são diferentes, todos têm uma

mensagem, e todas as mensagens merecem ser ouvidas.

DO SEMINÁRIO AO PÚLPITO

Uma das características mais impressionantes e chocantes do cristianismo hegemônico é que os seminaristas que aprendem o método histórico-crítico em suas aulas sobre a Bíblia parecem esquecer tudo sobre ele quando chega o momento de se tornarem pastores. Eles aprendem sobre as abordagens críticas das Escrituras, as discrepâncias e contradições, descobrem todo tipo de erros e equívocos históricos, se dão conta de que é difícil saber se Moisés existiu ou o que Jesus realmente disse e fez, descobrem que há outros livros que um dia foram considerados canônicos mas acabaram não sendo incorporados às Escrituras (como outros Evangelhos e Apocalipses), passam a reconhecer que um bom número de livros da Bíblia é assinado por pseudônimos (por exemplo, escritos em nome de um apóstolo por outra pessoa), que na verdade não temos as cópias originais de nenhum dos livros bíblicos, apenas versões feitas séculos depois, todas elas alteradas. Eles aprendem tudo isso e, ainda assim, quando entram para o ministério da Igreja, parecem deixar isso de lado. Por razões que discutirei na conclusão, em geral, os pastores relutam a ensinar o que aprenderam sobre a Bíblia no seminário.²

Eu me lembro muito bem da primeira vez que me dei conta disso na prática. Eu mal tinha começado a lecionar na Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill, e ainda era cristão. O pastor de uma igreja presbiteriana daquele estado me pediu para dar um curso de quatro semanas sobre “o Jesus histórico”. Eu dei. Em minhas palestras, falei sobre por que os historiadores têm dificuldade em usar os Evangelhos como fontes históricas, dadas suas discrepâncias e o fato de que foram escritos décadas depois da vida de Jesus por autores desconhecidos que herdaram os relatos sobre eles da tradição oral, facilmente alterável. Também falei sobre como os acadêmicos desenvolveram métodos para reconstruir o que provavelmente aconteceu na vida de Jesus e concluí a série apresentando o que realmente podemos saber sobre ele. Não havia novidade nenhuma no que eu debatia — era material

acadêmico padrão, o tipo de coisa que é ensinada nos seminários há mais de cinquenta anos. Eu mesmo aprendi tudo aquilo quando estava no Seminário de Princeton.

Pouco depois uma senhora gentil se aproximou de mim e perguntou, frustrada: “Por que eu nunca soube disso antes?”. Ela não estava perturbada com o que eu tinha dito, mas sim por seu pastor nunca ter contado. Eu me lembro de olhar para o outro lado do salão, na direção do pastor, que estava conversando com um casal de membros da igreja, e pensar a mesma coisa: por que ele nunca havia contado a ela? Ele também tinha frequentado o Seminário Teológico de Princeton, também tinha aprendido tudo aquilo; ele dava aulas para adultos naquela igreja, e fazia isso havia mais de cinco anos. Por que não tinha dito aos membros de sua igreja o que sabia sobre a Bíblia e sobre o Jesus histórico? Eles certamente mereciam ouvir. Será que ele achava que não estavam “preparados” para isso — uma atitude paternalista perturbadoramente comum? Estaria com medo de causar polêmica? Tinha medo de que informações históricas destruíssem a fé de sua congregação? Temia que os líderes da igreja não vissem com bons olhos a disseminação desse conhecimento? Será que os líderes da igreja o tinham pressionado a se ater ao significado devocional da Bíblia em sua pregação e em seus ensinamentos? Estaria preocupado em manter o emprego? Nunca descobri.

Não estou dizendo que as igrejas devem ser miniuniversidades nas quais os pastores tenham a função de mestres no púlpito. Mas o ministério religioso certamente envolve mais do que pregar “a boa-nova” toda semana (embora isso seja compreensível). Também envolve ensinar. A maioria das igrejas tem turmas de educação de adultos. Por que eles não estão sendo educados? Minha experiência com aquela igreja específica não foi um caso isolado.

Todo ano dou aulas para centenas de alunos em minha cadeira de Introdução ao Novo Testamento em Chapel Hill. Geralmente a turma tem entre trezentas e 350 pessoas. É claro que aplico o curso não do ponto de vista confessional ou devocional — a visão que a maioria desses alunos está acostumada a ouvir, por ter sido criada na igreja —, mas do ponto de vista histórico-crítico. As informações e perspectivas que apresento em sala não

são nada radicais. São os pontos de vista comuns entre acadêmicos críticos que abordam a Bíblia historicamente — sejam os próprios acadêmicos crentes ou descrentes, protestantes, católicos, judeus, agnósticos ou outros. São os pontos de vista que aprendi no seminário e as visões ensinadas nas faculdades e universidades de teologia de todo o país. Mas são os pontos de vista que meus alunos nunca ouviram antes, embora a maioria deles tenha passado boa parte da vida na escola dominical e na igreja.

Meus alunos têm reações diversas a essas perspectivas. Muitos dos mais conservadores são como eu era com a mesma idade — convictos da absoluta verdade da Bíblia e desconfiados de qualquer um que questione isso. Alguns deles se recusam a ouvir — é quase como se tapassem os ouvidos e cantarolassem alto para não ter de escutar nada que os faça duvidar de suas estimadas crenças sobre a Bíblia. Outros estão ansiosos por se libertar inteiramente dos limites da igreja e da religião, devorando as informações que dou como se isso fosse uma licença para desacreditar.

Eu, pessoalmente, acho que nenhuma das reações — a rejeição radical ou a adoção voraz da nova abordagem da Bíblia — é ideal. Prefiro alunos que estudam cuidadosamente o assunto, refletem profundamente sobre ele, questionam algumas de suas (e as deles mesmos) suposições e conclusões, pensam sobre como isso pode afetar o modo como veem a Bíblia e a religião cristã na qual foram criados e avaliam cuidadosamente como isso pode afetá-los pessoalmente. Um dos meus principais objetivos, claro, é fazer com que eles aprendam a matéria do curso. Afinal, são informações sobre uma religião histórica e um conjunto de documentos de base histórica. Não se pretende que o curso seja um exercício teológico para fortalecer ou abalar a fé de alguém. Mas como, para muitos alunos, os documentos que estudamos são documentos de fé, o método histórico-crítico que empregamos no curso inevitavelmente tem algumas implicações sobre a fé. E outro dos meus principais objetivos — que deveria ser o de qualquer professor universitário — é fazer com que os alunos *pensem*.

ACEITANDO O MÉTODO HISTÓRICO-CRÍTICO

Como muitos outros alunos de seminário, quando passei a ver o potencial valor da crítica histórica no Seminário de Princeton, comecei a adotar essa nova (para mim) abordagem, inicialmente com grande cautela, pois não queria ceder muito à academia. Mas acabei vendo a lógica poderosa por trás do método histórico-crítico e me joguei de corpo e alma no estudo da Bíblia segundo essa perspectiva.

Eu tenho dificuldade de identificar o momento exato em que deixei de ser um fundamentalista que acreditava na absoluta fidelidade e na inspiração verbal da Bíblia. Como digo em *O que Jesus disse? O que Jesus não disse?*, desde o início a questão fundamental para mim era o fato histórico de que não temos os textos originais de nenhum livro da Bíblia, apenas cópias feitas posteriormente — na maioria dos casos, muitos séculos depois. Para mim, passou a fazer cada vez menos sentido pensar que Deus tinha inspirado as palavras exatas do texto se na verdade não temos essas palavras, se os textos de fato foram modificados em milhares de pontos — a maioria das mudanças insignificante, mas muitas delas verdadeiramente importantes. Se Deus queria que tivéssemos suas palavras, por que não as preservou?

Aproximadamente na mesma época que passei a duvidar de que Deus havia inspirado as palavras da Bíblia, comecei a ser influenciado por cursos sobre a Bíblia baseados na perspectiva histórico-crítica. Comecei a ver discrepâncias no texto. Notei que alguns dos livros da Bíblia contradiziam um ao outro. Fui convencido pelos argumentos de que alguns dos livros não tinham sido escritos pelos autores a cujos nomes são atribuídos. E comecei a ver que muitas das tradicionais doutrinas cristãs que eu considerava havia muito tempo inquestionáveis, como a da divindade de Cristo e a da Trindade, não estavam presentes nas mais antigas tradições do Novo Testamento, por haverem sido desenvolvidas ao longo do tempo e se afastado dos ensinamentos originais de Jesus e seus apóstolos.

Essas descobertas tiveram um profundo impacto em minha fé, assim como

acho que tiveram na de muitos de meus colegas seminaristas na época, e continuam a ter em muitos dos seminaristas de hoje. Mas, diferentemente da maioria dos meus colegas de seminário, não voltei a uma abordagem devocional da Bíblia um dia depois de concluir o mestrado em teologia. Em vez disso, dediquei-me de modo ainda mais apaixonado a aprender mais sobre a Bíblia segundo a perspectiva histórica e sobre a fé cristã que eu achava que era ensinada pela Bíblia. Comecei o seminário como um fundamentalista renascido; ao me formar, me encaminhei para uma forma liberal de cristandade evangélica que ainda considerava que a Bíblia fornecia importantes ensinamentos de Deus a seu povo, mas que também é um livro repleto de pontos de vista e enganos humanos.

Meu modo de ver continuou a evoluir com o tempo. Eu não me transformei de evangélico em agnóstico da noite para o dia. Muito pelo contrário: por cerca de 15 anos após ter abandonado minha visão da inspiração verbal da Bíblia, continuei a ser um cristão fiel — um cristão que frequentava a igreja, acreditava em Deus e se confessava. Mas me tornei cada vez mais liberal em minhas visões. Minha pesquisa me levou a questionar aspectos importantes da minha fé. Finalmente, pouco depois de ter deixado o seminário, cheguei a um ponto em que ainda acreditava plenamente em Deus, mas compreendia a Bíblia em um sentido mais metafórico, menos literal: a Bíblia parecia conter literatura inspirada, no sentido em que podia suscitar uma reflexão verdadeira e útil sobre Deus, mas ainda era o produto de mãos humanas e continha todo tipo de equívocos inerentes a qualquer realização humana.

Chegou então o momento em que perdi a fé. Isso não aconteceu por causa do que aprendi com a crítica histórica, mas porque já não conseguia conciliar minha fé em Deus com o estado do mundo que via ao meu redor. É com essa questão que eu lido em meu livro *O problema com Deus: as respostas que a Bíblia não dá ao sofrimento*. Há tanta dor e infelicidade gratuitas no mundo que passei a achar impossível acreditar que existe um Deus bom e amoroso que está no comando, apesar de conhecer todas as louvações habituais feitas pelas pessoas.

Esse é assunto de outro livro, mas tem alguma relevância para esta obra

porque, ao longo dos 15 anos que se passaram entre o momento em que abandonei minha postura evangélica e o momento em que me tornei agnóstico, estive intimamente envolvido com a crítica histórica da Bíblia, em especial o Novo Testamento. Quero insistir em um ponto que vou reiterar com vigor no último capítulo. Eu decididamente *não* acho que a crítica histórica leva necessariamente à perda da fé.

Todos os meus amigos mais íntimos (e quase mais íntimos) que estão ligados ao estudo do Novo Testamento concordam com a maioria de meus pontos de vista históricos sobre o Novo Testamento, o Jesus histórico, o desenvolvimento da fé cristã e outros temas similares. Podemos discordar em um ponto ou outro (e realmente discordamos, afinal, somos acadêmicos), mas todos concordamos com os métodos históricos e as conclusões básicas às quais eles levam. Porém, todos esses amigos continuam a ser cristãos devotos. Alguns lecionam em universidades, outros em seminários e em faculdades de teologia. Alguns foram ordenados ministros. A maioria é atuante em suas igrejas. As abordagens histórico-críticas da Bíblia foram chocantes para muitos deles no seminário, mas sua fé resistiu ao choque. No meu caso, a crítica histórica me levou a questionar minha fé. Não apenas em seus aspectos superficiais, mas no seu cerne. Ainda assim, foi a questão do sofrimento, não uma abordagem histórica da Bíblia, que me levou ao agnosticismo.

Este livro, portanto, não é sobre minha perda de fé. É, porém, sobre como certos tipos de fé — especialmente a fé na Bíblia como se ela fosse algo historicamente inequívoco e a Palavra inspirada por Deus — não se sustentam à luz do que nós, como historiadores, sabemos sobre a Bíblia. Os pontos de vista que apresento neste livro são matéria comum entre os acadêmicos. Não conheço um só estudioso da Bíblia que vá aprender qualquer coisa neste livro, embora eles possam discordar de certas conclusões aqui e ali. Teoricamente, os pastores também não deveriam aprender muito com ele, já que este material é amplamente apresentado em seminários e faculdades de teologia. Mas a maioria das pessoas nas ruas e nos bancos das igrejas nunca ouviu isto antes. Isso é uma vergonha, e chegou o momento de

fazer algo para resolver esse problema.

Um mundo de contradições

Quando os alunos são apresentados ao estudo histórico da Bíblia, em oposição ao devocional, uma das primeiras coisas com as quais são obrigados a lidar é o fato de que o texto bíblico, seja o Antigo ou o Novo Testamento, é assustadoramente repleto de discrepâncias, muitas inconciliáveis. Algumas delas são simples detalhes em que um livro contradiz outro a respeito de uma questão menor — o número de soldados em um exército, o ano em que começou o reinado de determinado rei, detalhes do itinerário de um apóstolo. Em certos casos, diferenças aparentemente banais podem, na verdade, ter um enorme significado para a interpretação de um livro, a reconstrução da história da antiga Israel ou a vida do Jesus histórico. E há situações que envolvem grandes temas, em que um autor tem um ponto de vista sobre um tópico importante (como o mundo foi criado? Por que o povo de Deus sofre? Qual o significado da morte de Jesus?) e outro tem um diferente. Algumas vezes esses pontos de vista simplesmente diferem, mas em outras eles se contradizem diretamente.

Neste capítulo, vou abordar algumas das importantes e interessantes discrepâncias da Bíblia que surgem quando ela é estudada segundo a perspectiva histórica. Como minha especialidade é o Novo Testamento, vou lidar com o tipo de problema encontrado nele. Mas você pode ter certeza de que basicamente as mesmas questões também podem ser levantadas no Antigo Testamento — na verdade, ainda mais. Enquanto o Novo Testamento, composto de 27 livros, foi escrito por talvez 16 ou 17 autores ao longo de setenta anos, o Antigo Testamento, as Escrituras Judaicas, consiste em 39 livros escritos por dezenas de autores ao longo de pelo menos seiscentos anos. Há muito espaço para pontos de vista divergentes, e se você procurar os encontrará aos montes.

Minha tese não é simplesmente a de que a Bíblia está repleta de contradições, como explicarei melhor no fim do capítulo. Meus alunos algumas vezes suspeitam de que essa é a questão importante — que a Bíblia

está cheia de problemas e, portanto, “não é possível acreditar nela”. Mas não é esse o ponto principal — embora as discrepâncias na Bíblia de fato criem certos problemas para pessoas com determinado tipo de fé cristã (mas não para todos os cristãos). Há outros motivos para descobrir que a Bíblia contém contradições, mas é melhor apresentá-los no fim do capítulo, em vez de no começo: as pessoas sempre devem saber quais *são* os dados antes de decidir instantaneamente o que eles *significam*.

Meu objetivo não é apontar todas as contradições que podem ser encontradas no Novo Testamento, mas apenas algumas das mais interessantes ou importantes. Começarei com os Evangelhos, passando a seguir para Paulo. Durante essa discussão, não abordarei a importante questão de quem realmente foram os autores desses livros (discípulos de Jesus? Companheiros dos apóstolos? Cristãos posteriores?). Esse é o tema de outro capítulo. Por enquanto, basta observar que, quem quer que tenham sido os autores desses livros, algumas vezes eles contradizem uns aos outros.

Por que leitores relaxados, e até mesmo ávidos, da Bíblia nunca identificam essas discrepâncias, algumas das quais parecem óbvias assim que apontadas? Na minha opinião, isso se deve ao modo como as pessoas leem esses livros. A maioria das pessoas lê a Bíblia aleatoriamente — abrem-na, escolhem uma passagem, leem-na e tentam descobrir seu significado. Há pouco ou nenhum esforço de fazer uma comparação detalhada com passagens semelhantes em outros livros. Você lê um trecho aqui, outro ali, e tudo parece a Bíblia. Contudo, para fazer um estudo histórico do texto, é preciso ler e comparar os textos cuidadosamente, de forma detalhada.

No entanto, mesmo leitores atentos da Bíblia com frequência não conseguem identificar diferenças entre seus livros, mais uma vez por causa do modo como os leem. Ao contrário daqueles que fazem a leitura da Bíblia criticamente, de um ponto de vista histórico, a maioria dos leitores comuns lê os livros em sequência. Isso faz sentido — afinal, é assim que lemos a *maioria* das antologias. Então, se você quer ler o Novo Testamento, começa com Mateus, capítulo 1, versículo 1, e lê o livro do começo ao fim, para ter uma noção do que ele está tentando dizer sobre a vida de Jesus. Depois lê

Marcos, partindo do começo e chegando ao fim — e se parece muito com Mateus. Muitas das mesmas histórias, frequentemente com as mesmas palavras — algumas coisas ficando de fora aqui e ali, talvez, mas basicamente o mesmo tipo de livro. Então você lê Lucas, do começo ao fim. Novamente: histórias iguais ou parecidas, palavras semelhantes. Quando lê João, talvez você perceba algumas diferenças, mas basicamente tudo parece igual: histórias sobre as coisas que Jesus disse e fez antes de viajar para Jerusalém, ser traído, preso, crucificado e ressuscitar do mundo dos mortos.

Essa é a forma mais natural de ler qualquer livro, do começo ao fim. Chamo isso de leitura “vertical”. Você começa no alto da página e vai até o pé; começa no início do livro e segue até o fim. Não há absolutamente nada de errado em ler os Evangelhos assim, já que sem dúvida eles foram escritos para serem lidos dessa forma. Mas há outra forma de lê-los: horizontalmente. Em uma leitura horizontal, você lê uma história em um dos Evangelhos, depois a mesma história em outro Evangelho, como se tivessem sido escritas lado a lado, em colunas. E você compara as histórias cuidadosamente, nos seus detalhes.¹

A leitura horizontal dos Evangelhos revela todo tipo de diferenças e discrepâncias. Algumas vezes as diferenças são apenas variações em uma história, possivelmente significativas para se saber o que um ou outro autor do Evangelho queria enfatizar, mas sem se contradizer. Por exemplo, nos relatos do nascimento de Jesus em Mateus e Lucas, uma leitura horizontal revela que Mateus conta a história de magos que vão adorar Jesus, enquanto Lucas narra a história de pastores que vão adorá-lo. Não há pastores em Mateus e não há magos em Lucas. Essa não é uma contradição: Mateus (por importantes razões, na verdade) quer contar a história dos magos, e Lucas (por outros motivos) quer contar a história dos pastores.

Depois há variações que podem não representar contradições explícitas, mas que parecem ligeiramente divergentes. Já mencionei a purificação do Templo em Marcos 11 e em João 2. Em Marcos isso ocorre uma semana antes de Jesus morrer; em João, é o primeiro acontecimento público de sua pregação de três anos. Estritamente falando, essa diferença não é uma

contradição: se você for suficientemente criativo, será capaz de imaginar uma explicação plausível para os dois relatos estarem certos. Como mencionei no capítulo anterior, talvez Jesus tenha purificado o Templo duas vezes, uma no início e outra no fim de sua pregação. Por outro lado, isso parece um tanto forçado, já que a seguinte questão surge: por que ele não foi preso da primeira vez? Ademais, isso significa que, para fazer com que Marcos e João se ajustem, você precisa criar sua própria versão do Evangelho, diferente das duas que está lendo, pois em sua versão há duas purificações do Templo, não uma.

Há outras diferenças que, na opinião de um grande número de críticos históricos, simplesmente não podem ser conciliadas sem que o texto sofra muitas interferências. Vou abordar algumas delas ao longo deste capítulo e não quero estragar a diversão citando os exemplos mais interessantes aqui. Por enquanto, desejo mostrar que a maioria dos leitores não vê essas diferenças porque foram ensinados ou, pelo menos, estão acostumados a ler a Bíblia apenas de uma forma, verticalmente, ao passo que a abordagem histórica sugere que também é útil ler de outra forma, horizontalmente.

Se você estiver interessado em descobrir discrepâncias sozinho, na verdade será muito fácil. Escolha uma história dos Evangelhos — por exemplo, o nascimento de Jesus, a cura da filha de Jairo, a crucificação, a ressurreição —, quase todas servem. Leia o relato em um Evangelho, relacionando cuidadosamente tudo o que acontece em sequência; depois leia a mesma história em outro Evangelho, novamente tomando notas com cuidado. Por fim, compare suas anotações. Algumas vezes as diferenças são sutis, mas em outras têm grande importância — mesmo que à primeira vista pareçam insignificantes. Esse é o caso do meu primeiro exemplo. O ponto em questão é muito simples e básico, e pode ser expresso em uma pergunta aparentemente direta: quando Jesus morreu? Ou seja, em que dia, e em que momento do dia, Jesus foi crucificado? E assim é revelado que as respostas diferem, dependendo de qual Evangelho você lê.

UM EXEMPLO INICIAL: A MORTE DE JESUS EM MARCOS E EM JOÃO

Este é um exemplo das discrepâncias no Novo Testamento que frequentemente utilizo com os meus alunos.² É um “caso clássico”, porque Marcos e João dão indícios explícitos de quando Jesus morre. E ele morre em momentos distintos, dependendo de qual Evangelho você está lendo.

O Evangelho de Marcos provavelmente foi o primeiro a ser escrito. Os estudiosos acreditaram durante muito tempo que tinha sido escrito entre 35 e quarenta anos após a morte de Jesus, possivelmente por volta de 65 ou 70 d.C.³ Os dez primeiros capítulos de Marcos são sobre a pregação de Jesus na Galileia, região norte de Israel, onde ele ensina, cura os doentes, expulsa demônios e enfrenta seus adversários judeus, os fariseus. No fim de sua vida, ele faz uma viagem a Jerusalém para comemorar a festa judaica do *Pessach*[\[2\]](#); enquanto está lá, é preso e crucificado (capítulos 11-16).

Para que a data de Marcos para a crucificação faça sentido (e também a de João), preciso fornecer algumas informações básicas. Na época de Jesus, o *Pessach*, anual, era a mais importante festividade judaica. Havia sido instituído para celebrar os acontecimentos do Êxodo de séculos antes, na época de Moisés, como contado no livro do Êxodo do Antigo Testamento (Êxodo 5-15). Segundo esse relato, os filhos de Israel tinham sido escravizados no Egito durante quatrocentos anos, mas Deus ouviu seus gritos e mandou a eles um salvador, Moisés. Moisés foi enviado ao Faraó e exigiu, falando em nome de Deus, que ele deixasse “meu povo partir”. Mas o Faraó tinha o coração duro e recusou. Para convencê-lo, Deus deu a Moisés o poder de rogar dez horríveis pragas sobre os egípcios, a última das quais era a mais terrível: todo primogênito egípcio, humano ou animal, seria assassinado pelo anjo da morte.

Os israelitas receberam instruções para evitar que seus filhos fossem mortos. Cada família deveria sacrificar uma ovelha, pegar um pouco do sangue e o espalhar nos batentes e no lintel da porta da casa em que vivessem. Assim, quando o anjo da morte chegasse naquela noite, veria o

sangue na porta e “passaria” pela casa israelita, seguindo para casas sem o sinal, para matar o primogênito. E assim aconteceu. O Faraó ficou perplexo e, angustiado, permitiu que os israelitas (600 mil homens, mais mulheres e crianças) deixassem sua terra. Mas, depois que partiram, ele mudou de ideia, reuniu seu exército e os perseguiu. Ele os localizou junto ao Mar Vermelho — chamado de “Mar de Sargaços” em hebraico —, mas Deus operou outro milagre, permitindo que Moisés dividisse as águas do mar para a travessia dos israelitas sobre terra seca. Quando os exércitos egípcios foram atrás deles, Deus fez com que as águas voltassem, provocando o afogamento de todos.

E assim Israel foi salva da escravidão no Egito. Deus determinou a Moisés que daquele momento em diante os israelitas comemorassem o grande acontecimento com uma refeição especial, a festa anual do *Pessach* (Êxodo 12). No dia da crucificação de Jesus, os judeus de todas as partes do mundo deveriam ir a Jerusalém para comemorar o acontecimento. Na véspera da refeição festiva, os judeus levavam um cordeiro ao Templo de Jerusalém, ou mais provavelmente compravam um lá, e faziam com que fosse sacrificado pelos sacerdotes. Então levavam o cordeiro para casa, para preparar a refeição. Isso acontecia no dia de preparação para o *Pessach*.

O único aspecto confuso dessa celebração diz respeito ao modo como os antigos judeus contavam o tempo — do mesmo modo como os judeus modernos. Mesmo hoje, o sabá acontece no sábado, mas começa na noite de sexta-feira, ao escurecer. Isso porque no judaísmo tradicional o novo dia começa ao cair da noite. (Por isso no livro do Gênesis, quando Deus cria os céus e a terra, nos é dito que “houve uma noite e uma manhã, o primeiro dia”; o dia consistia em noite e dia, não em dia e noite.) Portanto, o sabá começa na noite de sexta-feira — e na verdade todo dia começa ao escurecer.

Assim, no dia da preparação o cordeiro foi sacrificado, e a refeição, preparada à tarde. A refeição foi servida à noite, que era, na verdade, o início do dia seguinte: dia do *Pessach*. A refeição era composta de vários pratos simbólicos: o cordeiro, para festejar o sacrifício original desses animais no Êxodo; ervas amargas, para lembrar aos judeus sua amarga escravidão no

Egito; pão ázimo (feito sem fermento), para recordar que os israelitas tiveram de fugir correndo do Egito, sem poder esperar que o pão crescesse; e várias taças de vinho. O dia do *Pessach*, portanto, começava com a refeição da noite e durava aproximadamente 24 horas, cobrindo a manhã e a tarde do dia seguinte, depois do quê começava o dia posterior ao *Pessach*.

Agora podemos voltar ao relato de Marcos sobre a morte de Jesus. Ele e seus discípulos tinham feito a peregrinação até Jerusalém para a festa do *Pessach*. Em Marcos 14:12 os discípulos perguntam a Jesus onde irão preparar a refeição do *Pessach* para aquela noite. Em outras palavras, isso acontece no dia da preparação para o *Pessach*. Jesus os orienta. Eles fazem os preparativos e, quando chega a noite — o início do dia do *Pessach* —, fazem a refeição. É um jantar verdadeiramente especial. Jesus pega os pratos simbólicos do *Pessach* e dá a eles novos significados. Ele toma o pão ázimo, parte-o e diz: “Tomai, isto é o meu corpo.” Por implicação, seu corpo deve ser partido para produzir salvação. Depois, após a refeição, ele toma sua taça de vinho e diz: “Isto é o meu sangue, o sangue da Aliança, que é derramado em favor de muitos” (Marcos 14:22-25), significando que seu próprio sangue tem de ser derramado.

Depois que os discípulos fazem a refeição do *Pessach*, vão para o Jardim do Getsêmane para rezar. Judas Iscariote leva os soldados e comete seu ato de traição. Jesus é levado a julgamento perante as autoridades judaicas. Passa a noite na cadeia e na manhã seguinte é julgado diante do governador romano, Pôncio Pilatos, que o considera culpado e o condena à morte pela crucificação. É-nos dito que ele é crucificado no mesmo dia, às nove horas da manhã (Marcos 15:25). Jesus, então, morre no dia do *Pessach*, a manhã seguinte à refeição do *Pessach*.

Tudo isso é claro e direto no Evangelho segundo Marcos, mas, apesar de algumas semelhanças básicas, contradiz a história contada no Evangelho segundo João, que também é claro e direto. De acordo com ele, Jesus também vai para Jerusalém na última semana da sua vida para comemorar o *Pessach*, e ainda segundo esse evangelista, há uma última refeição, uma traição, um julgamento perante Pilatos e a crucificação. Mas é chocante que no início do

relato em João, em contraste com o de Marcos, os discípulos não perguntem a Jesus onde “preparar o *Pessach*”. Consequentemente, ele não os orienta sobre como preparar a refeição. Fazem uma última refeição juntos, mas em João Jesus nada fala sobre o pão ser seu corpo ou a taça representar seu sangue. Em vez disso, lava os pés dos discípulos, uma história que não é encontrada em nenhum dos outros Evangelhos (João 13:1-20).

Eles partem depois da refeição. Jesus é traído por Judas, apresenta-se às autoridades judaicas, passa a noite na cadeia e é julgado perante Pôncio Pilatos, que o considera culpado e o condena a ser crucificado. E nos é dito exatamente quando Pilatos pronuncia a sentença: “Era o dia da preparação do *Pessach*, perto da sexta hora” (João 19:14).

Sexta hora? Meio-dia? No dia da preparação para o *Pessach*? O dia em que os cordeiros eram sacrificados? Como pode? No Evangelho de Marcos, Jesus viveu todo aquele dia, fez seus discípulos prepararem a refeição do *Pessach* e comeu com eles antes de ser preso, passar a noite na cadeia, ser julgado na manhã seguinte e ser executado às nove horas da manhã do dia do *Pessach*. Mas não em João. Em João, Jesus morre um dia antes, no dia de preparação do *Pessach*, em algum momento depois do meio-dia.

Não acho que seja possível conciliar essa diferença. Ao longo dos anos as pessoas tentaram fazer isso, é claro. Algumas assinalaram que Marcos também indicou que Jesus morreu em um dia chamado “o dia da preparação” (Marcos 15:42). Isso é absolutamente verdadeiro — mas o que esses leitores não percebem é que Marcos nos avisa o que quer dizer com a frase: é o dia da preparação para o sabá (*não* o dia da preparação para o *Pessach*). Em outras palavras, em Marcos esse não é o dia antes do qual é feita a refeição do *Pessach*, e sim o dia anterior ao sábado; ele é chamado de dia da “preparação”, porque era preciso preparar as refeições de sábado na tarde de sexta-feira.

E assim a contradição continua: em Marcos, Jesus faz a refeição do *Pessach* (noite de quinta-feira) e é crucificado na manhã seguinte. Em João, Jesus não faz a refeição do *Pessach*; é crucificado no dia anterior ao qual deveria ser feita a refeição.⁴ Além disso, em Marcos, Jesus é pregado na cruz às nove

horas da manhã; em João, ele é condenado antes do meio-dia e depois é levado e crucificado.

Alguns estudiosos argumentaram que essa diferença entre os Evangelhos ocorre porque diferentes judeus celebravam o *Pessach* em dias da semana distintos um do outro. Essa é uma das explicações que faz sentido até que você investigue um pouco e pense um tanto mais. É verdade que alguns grupos sectários não ligados ao Templo de Jerusalém achavam que as autoridades do Templo seguiam um calendário errado. Mas, tanto em Marcos quanto em João, Jesus não está fora de Jerusalém com um grupo de judeus sectários; está em Jerusalém, onde os cordeiros estão sendo sacrificados. E em Jerusalém só havia um dia do *Pessach* por ano. Os sacerdotes de Jerusalém não se ajustavam às excentricidades cronológicas de alguns poucos grupos sectários da periferia.

O que pensar dessa contradição? Mais uma vez, em certo sentido, ela parece uma questão menor. Quero dizer, quem realmente se importa se foi em um dia ou no seguinte? A questão é que Jesus foi crucificado, certo?

Bem, certo e errado. Outra pergunta a ser feita não é “Jesus foi crucificado?”, e sim “O que significa Jesus ter sido crucificado?”. E, para essa, pequenos detalhes como o dia e a hora da morte realmente têm importância. Eu explico assim a importância dessas minúcias a meus estudantes: hoje, quando um homicídio é cometido e os investigadores da polícia chegam à cena do crime, começam a procurar por pequenas evidências, buscando traços de digital ou um fio de cabelo no chão. Seria razoável alguém olhar para o que eles estão fazendo e dizer: “Qual o problema de vocês? Não estão vendo que há um corpo no chão? Por que estão procurando digitais?” Mas algumas vezes a pista mais insignificante pode levar à solução do caso. Por que e por quem essa pessoa foi morta? O mesmo vale para os Evangelhos. Algumas vezes a menor evidência dá pistas importantes sobre o que o autor acreditava estar acontecendo.

Não posso fazer uma análise completa aqui, mas vou destacar uma característica significativa do Evangelho de João — o último dos Evangelhos a ser escrito, provavelmente cerca de 25 anos depois do de Marcos. O

Evangelho de João é o único que indica que Jesus é “o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo”. Isso é declarado por João Batista logo no início na narrativa (João 1:29), e novamente seis versículos depois (João 1:35). Por que, então, João — nosso último Evangelho — mudou a data e a hora da morte de Cristo? Talvez porque em seu Evangelho Jesus seja o cordeiro da Páscoa, cujo sacrifício traz a salvação para os pecados. Exatamente como o cordeiro do *Pessach*, Jesus tem de morrer no dia (o dia da preparação) e na hora (em algum momento depois do meio-dia) em que os cordeiros do *Pessach* estavam sendo sacrificados no Templo.

Em outras palavras, João alterou um dado histórico para estabelecer um marco teológico: Jesus é o cordeiro a ser sacrificado. E, para estabelecer esse marco teológico, João teve de criar uma discrepância entre seu relato e os outros.⁵

Este estudo preliminar de apenas uma pequena discrepância pode nos levar a várias conclusões que vou apresentar de forma mais convincente no fim do capítulo.

- Há discrepâncias nos livros do Novo Testamento.
- Algumas dessas discrepâncias não podem ser conciliadas.
- É impossível que tanto o relato de Marcos quanto o de João sejam historicamente precisos, já que eles se contradizem em relação a quando Jesus morreu.
- Para compreender o que cada autor está tentando dizer, temos de examinar os detalhes de *cada* relato — e de modo algum tratá-los como se dissessem o mesmo que outro relato. João é diferente de Marcos em um ponto fundamental, aparentemente menor. Se queremos compreender o que João diz sobre Jesus, não podemos conciliar a discrepância, ou não conseguiremos.

DISCREPÂNCIAS NOS RELATOS DO NASCIMENTO E DA VIDA DE JESUS

Agora podemos estudar uma série de discrepâncias entre os relatos dos Evangelhos sobre a vida de Jesus, começando pelas narrativas de seu nascimento. Eu as dividi de forma um tanto arbitrária entre diferenças que me soam particularmente importantes e aquelas que podem parecer relativamente menores ou apenas curiosas. Mais uma vez, quero insistir em que não estou apresentando todos os possíveis casos de discrepâncias — isso exigiria um livro muito maior do que este.

O NASCIMENTO DE JESUS

Só há no Novo Testamento dois relatos do nascimento de Jesus: os capítulos iniciais de Mateus e Lucas. Marcos e João não dizem nada sobre seu nascimento (a mãe virgem, o nascimento em Belém e outros elementos da história do Natal); em Marcos e João, ele aparece já adulto. Os detalhes do seu nascimento também não são mencionados por Paulo ou qualquer dos outros autores do Novo Testamento. Portanto, o que as pessoas sabem — ou acham que sabem — sobre a história do Natal vem exclusivamente de Mateus e Lucas. E a história contada todo mês de dezembro na verdade é uma fusão dos relatos desses dois Evangelhos, uma combinação dos detalhes de um com os detalhes de outro, de modo a criar uma longa e harmoniosa narrativa. De fato, as próprias narrativas não são, de jeito nenhum, harmoniosas. Elas não apenas contam histórias completamente diferentes sobre o nascimento de Jesus, como algumas de suas diferenças parecem inconciliáveis (outras também não passam no teste da plausibilidade, mas essa é outra questão).

A forma mais fácil de destacar as diferenças entre os relatos é resumindo os dois. Mateus 1:18-2:23 segue assim: Maria e José estão comprometidos em casamento e Maria descobre que está grávida. José, naturalmente suspeitando do pior, planeja se divorciar dela, mas ouve em um sonho que Maria concebera pelo Espírito Santo.⁶ Eles se casam e Jesus nasce. Magos surgem então do Oriente, seguindo uma estrela que os leva a Jerusalém, onde perguntam em que lugar o Rei dos Judeus iria nascer. O rei Herodes investiga e descobre com os estudiosos judeus que está previsto que o rei virá de Belém. Ele informa aos magos, que seguem para Belém — mais uma vez guiados pela estrela que paira acima da casa em que a família de Jesus vive.

Os magos oferecem presentes a ele e depois, alertados em sonho, não retornam para informar Herodes, como havia sido pedido, e voltam para casa por outro caminho. Como rei, Herodes teme aquele que nasceu para ser rei e manda seus soldados assassinar todos os bebês de até dois anos em Belém e nos arredores. Mas José é avisado em sonho do perigo. Ele, Maria e Jesus fogem da cidade antes do massacre e viajam para o Egito. Depois, no Egito, José descobre em sonho que Herodes morreu e que eles podem retornar. Mas quando descobrem que Arquelau, filho de Herodes, é o governante da Judeia, decidem não voltar para lá; em vez disso, seguem para o distrito da Galileia, ao norte, instalando-se na cidade de Nazaré. É lá que Jesus é criado.

Uma característica de Mateus que o distingue de Lucas é a insistência do autor em enfatizar que os vários acontecimentos se davam “para que se cumprisse o que o Senhor havia dito pelo profeta” (Mateus 1:22; 2:6; 2:18; 2:23). Ou seja, o nascimento de Jesus é o cumprimento das profecias das Escrituras. Lucas provavelmente não negaria isso, mas não toca no assunto. Porém, há dois pontos nos quais ele concorda com Mateus: a mãe de Jesus era virgem, e Jesus nasceu em Belém. Mas é assustador como a narrativa de Lucas é diferente da de Mateus no modo de afirmar isso.

A versão de Lucas, muito mais longa (Lucas 1:4-2:40), começa com um demorado relato sobre o anúncio do anjo a uma mulher estéril, Isabel, de que ela dará à luz João (Batista), que, segundo Lucas, na verdade é primo de Jesus (Isabel e Maria são parentes; Lucas é o único autor do Novo Testamento a afirmar isso). Lucas diz que Maria é uma virgem prometida a José e depois um anjo aparece para informá-la de que também ela conceberá pelo Espírito Santo e dará à luz o Filho de Deus. Ela visita Isabel, que está grávida de seis meses e cujo filho se revira no ventre, exultante por estar sendo visitado pela “mãe do Senhor”. Maria começa então a cantar. João Batista nasce, e seu pai, Zacarias, profetiza. E então chegamos à história do nascimento de Jesus.

Há um decreto do imperador romano Augusto de que todos no império devem se registrar em um censo; é-nos dito que esse é o primeiro censo, quando Quirino era o governador da Síria. Todos devem retornar ao lar de

seus ancestrais para se registrar. Como os ancestrais de José eram de Belém (ele descende do rei Davi, nascido nessa cidade), viaja para lá com Maria, sua esposa prometida. Quando ela dá à luz Jesus, envolve-o em faixas de tecido e o coloca em uma manjedoura, “porque não havia um lugar para eles na sala”. Pastores no campo recebem a visita de um ser angelical que diz a eles que o messias nasceu em Belém; eles partem e veneram a criança. Oito dias depois, Jesus é circuncidado. O menino é então levado a Deus no templo, e seus pais fazem o sacrifício determinado para essa ocasião pela lei de Moisés. Lá Jesus é reconhecido como o messias por um homem justo e piedoso chamado Simeão e por uma profetisa viúva chamada Ana, de idade muito avançada. Quando José e Maria acabam “de fazer tudo segundo a Lei do Senhor” em relação ao nascimento de seu primogênito, retornam a Nazaré, onde Jesus é criado.

A “Lei do Senhor” repetidamente citada ao longo do relato é o Levítico 12, que especifica que as oferendas no Templo devem ser feitas 33 dias após o nascimento da criança.

Antes de estudarmos as diferenças entre esses dois relatos, quero destacar que os historiadores têm grande dificuldade com ambos. Em Mateus, por exemplo, o que significa haver uma estrela guiando os magos, que essa estrela paire sobre Jerusalém, depois recomeça, leve-os a Belém e pare de novo exatamente acima da casa onde Jesus nasceu? Que tipo de estrela seria essa? Uma estrela que se move devagar o bastante para que os magos a sigam a pé ou a camelo, para, recomeça e para novamente? E como exatamente uma estrela para sobre uma casa? Eu digo a meus alunos para saírem em uma noite estrelada, escolherem a estrela mais brilhante do céu e descobrirem acima de qual casa do quarteirão ela está. É claro que o que está sendo narrado é um acontecimento milagroso, mas é muito difícil compreender o que o autor realmente tinha em mente. Não parece ser uma estrela de verdade, uma supernova, um cometa ou qualquer fenômeno astronômico já visto.

Quanto ao registro histórico, também devo chamar a atenção para o fato de que não há nenhum relato, em qualquer fonte antiga, sobre o rei Herodes

massacrar crianças em Belém, ou em seus arredores, ou em qualquer outro lugar. Nenhum outro autor, bíblico ou não, menciona isso. Será, como o relato de João sobre a morte de Jesus, um detalhe inventado por Mateus de modo a criar um marco teológico?

Os problemas históricos em Lucas são ainda maiores. Para começar, nós temos registros relativamente confiáveis do reinado de César Augusto, e em nenhum deles há qualquer referência a um censo do império inteiro, para o qual todos teriam de se registrar retornando ao lar de seus ancestrais. E como isso poderia ter sido imaginado? José retorna a Belém porque seu ancestral Davi tinha nascido lá. Mas Davi viveu mil anos antes de José. Devemos imaginar que no império romano todos deveriam retornar ao lar de seus ancestrais de mil anos antes? Se fizéssemos um censo mundial hoje e cada um de nós tivesse de retornar à cidade de nossos ancestrais de mil anos antes, para onde você iria? Você consegue imaginar a absoluta perturbação da vida humana que esse tipo de êxodo universal exigiria? E consegue imaginar um projeto desse porte não ser mencionado em nenhum jornal? Não há nenhuma referência a um censo assim em qualquer fonte antiga, a não ser em Lucas. Então por que ele diz que esse censo aconteceu? A resposta pode parecer óbvia. Ele queria que Jesus nascesse em Belém, embora soubesse que era de Nazaré. Mateus também, mas ele fez com que Jesus nascesse lá de modo diferente.

As diferenças entre os relatos são notáveis. Praticamente tudo o que é dito em Mateus falta em Lucas, e nenhuma história de Lucas aparece em Mateus. Mateus menciona sonhos de José que estão ausentes em Lucas; Lucas menciona visitas de anjos a Isabel e Maria que não estão em Mateus. Mateus relata os magos, o massacre de crianças por Herodes, a fuga para o Egito, a Santa Família desviando da Judeia no retorno a Nazaré, tudo isso ausente em Lucas. Lucas tem o nascimento de João Batista, o censo de César, a viagem a Belém, a manjedoura e a estalagem, os pastores, a circuncisão, a apresentação no Templo e o retorno para casa imediatamente depois — tudo isso ausente em Mateus.

É possível que Mateus esteja simplesmente contando parte da história, e

Lucas, o restante dela, de modo que estamos certos ao combinar os dois relatos todo mês de dezembro, em um quadro vivo de Natal no qual temos os pastores e os magos, a viagem de Nazaré e a fuga para o Egito. O problema é que, quando você começa a estudar as narrativas atentamente, não há apenas diferenças, mas também discrepâncias que parecem difíceis, se não impossíveis de conciliar.

Se os Evangelhos estão certos quanto ao nascimento de Jesus ter ocorrido durante o reinado de Herodes, então Lucas não pode também estar certo sobre ter acontecido quando Quirino era o governador da Síria. Sabemos por diversas outras fontes históricas, incluindo o historiador romano Tácito, o historiador judeu Flávio Josefo e várias inscrições antigas, que Quirino só se tornou governador da Síria em 6 d.C., dez anos após a morte de Herodes.

Uma comparação cuidadosa dos dois relatos também revela discrepâncias internas. Uma forma de identificar o problema é perguntar o seguinte: segundo Mateus, qual era a cidade de José e Maria? Sua reação natural seria dizer Nazaré. Mas apenas Lucas diz isso. Mateus não fala nada sobre isso. Ele menciona José e Maria pela primeira vez não em relação a Nazaré, mas em relação a Belém. Os magos que estão seguindo uma estrela (o que presumivelmente demorou algum tempo) vão adorar Jesus em sua *casa*, em Belém. José e Maria evidentemente vivem lá. Nada é dito sobre uma estalagem e uma manjedoura em Mateus. Além disso, quando Herodes massacra as crianças, instrui os soldados a matar todas as do sexo masculino com até dois anos de idade. Isso indica que Jesus nasceu algum tempo antes do aparecimento dos magos. De outra forma, a instrução não faria muito sentido: certamente, até os soldados romanos eram capazes de reconhecer que um menino andando no pátio não poderia ser um bebê nascido na semana anterior. Portanto, José e Maria ainda estão vivendo em Belém meses, ou até mesmo um ano ou mais, após o nascimento de Jesus. Então, como Lucas pode estar certo quando diz que são de Nazaré e voltaram para lá apenas cerca de um mês após o nascimento de Jesus? Além disso, segundo Mateus, depois que a família foge para o Egito e, a seguir, retorna, com a morte de Herodes, eles inicialmente planejam voltar à Judeia, onde fica Belém. Mas

não podem fazer isso porque Arquelau é o governante, então se transferem para Nazaré. No relato de Mateus, eles originalmente não são de Nazaré, mas de Belém.

Mas é ainda mais óbvia a discrepância relacionada aos acontecimentos após o nascimento de Jesus. Se Mateus está certo ao dizer que a família fugiu para o Egito, como Lucas pode estar certo quando diz que eles voltaram diretamente para Nazaré?

Em suma, há problemas enormes com as narrativas do nascimento sob uma perspectiva histórica. Há implausibilidades históricas e discrepâncias que dificilmente podem ser conciliadas. Por que tantas diferenças? A resposta pode parecer óbvia para alguns leitores. O que os críticos históricos dizem há muito tempo sobre esses relatos do Evangelho é que ambos estão tentando enfatizar os mesmos dois pontos: que a mãe de Jesus era virgem e que ele nasceu em Belém. E por que ele teria de nascer em Belém? Mateus acerta na mosca: há uma profecia no livro de Miqueias do Antigo Testamento de que um salvador virá de Belém. Como esses autores dos Evangelhos podiam lidar com o fato de ser amplamente conhecido que Jesus era de Nazaré? Eles tinham de apresentar uma narrativa que explicasse como ele vinha de Nazaré, na Galileia, uma aldeia da qual ninguém tinha ouvido falar, mas tinha nascido em Belém, terra do rei Davi, ancestral real do Messias. Para fazer com que Jesus nascesse em Belém mas fosse criado em Nazaré, Mateus e Lucas, separadamente, ofereceram soluções que sem dúvida pareciam plausíveis a eles. Mas o historiador consegue identificar as inconsistências em cada narrativa, e o leitor atento pode ver que quando as histórias são colocadas lado a lado (lidas horizontalmente), contradizem uma à outra em diversos pontos fundamentais.

A GENEALOGIA DE JESUS

As genealogias não costumam estar entre as passagens preferidas dos leitores da Bíblia. Algumas vezes meus alunos reclamam quando os obrigo a ler as genealogias de Jesus em Mateus e Lucas. Eu digo que, se acham isso ruim, deveriam fazer o curso sobre a Bíblia hebraica e ler a genealogia de 1

Crônicas. São nove capítulos inteiros, nome após nome. Em comparação, as genealogias de Jesus em Mateus e Lucas são pequenas e agradáveis. O problema é que são diferentes.

Mais uma vez, Mateus e Lucas são os únicos Evangelhos que oferecem a linha familiar de Jesus. Ambos traçam sua linhagem partindo de José e chegam aos ancestrais judaicos. Isso, em si, cria uma situação confusa. Como vimos, tanto Mateus quanto Lucas querem insistir em que a mãe de Jesus era virgem: ela concebeu sem fazer sexo com José, mas pelo Espírito Santo. José não é pai de Jesus. Mas isso cria um problema óbvio. Se Jesus não tem uma ligação consanguínea com José, por que Mateus e Lucas traçam a linhagem de Jesus exatamente através de José? É uma pergunta que nenhum dos autores responde: os dois relatos fornecem uma genealogia que não pode ser a de Jesus, já que sua única linhagem passa por Maria, mas nenhum dos dois autores fornece a genealogia dela.

Além desse problema mais geral, há várias diferenças óbvias entre as genealogias de Mateus 1 e Lucas 3. Algumas delas não são discrepâncias em si; são apenas diferenças. Mateus, por exemplo, apresenta a genealogia logo na abertura de seu Evangelho, nos primeiros versículos; Lucas oferece a sua após o batismo de Jesus no capítulo 3 (um momento estranho para uma genealogia, já que elas têm a ver com o nascimento, não com o batismo aos 33 anos de idade. Mas Lucas deveria ter seus motivos para colocá-la onde colocou). A genealogia de Mateus recupera a linhagem de José passando pelo rei Davi, ancestral do Messias, chegando até Abraão, pai dos judeus. A genealogia de Lucas recua ainda mais, chegando até Adão, pai da raça humana.

Eu tenho uma tia que é genealogista e se orgulha de ter traçado nossa família até um passageiro do *Mayflower*. Mas temos aqui uma genealogia que recua até Adão. Como em Adão e Eva — os primeiros seres humanos. É uma genealogia impressionante.

Somos levados a pensar em por que os dois autores têm pontos finais distintos para suas genealogias. Frequentemente se acredita que o Evangelho de Mateus, uma obra preocupada em mostrar o judaísmo de Jesus, quer

ênfatisar a relação de Jesus com o maior rei dos judeus, Davi, e com o pai dos judeus, Abraão. Lucas, por sua vez, se preocupa em mostrar que Jesus é o salvador de todos, judeus e gentios, como vimos no segundo volume de Lucas, o livro dos Atos dos Apóstolos, no qual os gentios são levados para a igreja. Assim, Lucas mostra que Jesus é parente de todos nós por intermédio de Adão.

Outra diferença entre as duas genealogias é que Mateus parte do começo, com Abraão, e avança geração após geração até José. Lucas segue o sentido contrário, começando com José e recuando geração a geração até Adão.

Essas são apenas algumas das distinções entre os dois relatos. Mas o verdadeiro problema é que as duas genealogias são realmente diferentes. O modo mais fácil de identificar a diferença é fazer uma pergunta simples: quem, em cada genealogia, são o pai, o avô e o bisavô paternos de José? Em Mateus, a ascendência vai de José a Jacó, dele a Matã, a Eleazar, a Eliud, seguindo para o passado. Em Lucas, ela vai de José a Eli, a Matat, a Levi, a Melqui. As linhagens se tornam similares assim que chegamos ao rei Davi (embora haja outros problemas, como veremos), mas de Davi a José elas se contradizem.

Como resolver esse problema? Uma saída típica é dizer que a genealogia em Mateus é a de José, uma vez que ele se concentra mais em José na narrativa do nascimento, e que a em Lucas é a de Maria, pois ela é o centro da narrativa do nascimento. É uma solução atraente, mas tem uma falha fatal. Lucas indica explicitamente que a linhagem familiar é a de José, não a de Maria (Lucas 1:23; também Mateus 1:16).⁷

Há outros problemas. Em certo sentido, a genealogia de Mateus é a mais marcante, porque reforça o significado numerológico da ascendência de Jesus. De Abraão a Davi, o maior rei de Israel, houve 14 gerações; de Davi à destruição de Judá pelos babilônios, a maior tragédia de Israel, houve 14 gerações; e da destruição pelos babilônios ao nascimento de Jesus, 14 gerações (1:17). Quatorze, quatorze, quatorze — é quase como se Deus tivesse planejado assim. Na verdade, para Mateus ele planeja. Após cada conjunto de 14 gerações há um acontecimento realmente significativo. Isso

tem de significar que Jesus — a 14a geração — é alguém muito importante para Deus.

O problema é que a trama do 14-14-14, na verdade, não funciona. Se você ler os nomes cuidadosamente, verá que no terceiro conjunto de 14 na verdade há apenas 13 gerações. Além disso, é relativamente fácil conferir a genealogia de Mateus em sua fonte, a própria Bíblia hebraica, que deu a ele os nomes para sua genealogia. Na verdade, Mateus deixou alguns nomes de fora das 14 gerações de Davi à tragédia babilônica. Em 1:8, ele indica que Jorão é pai de Ozias. Mas sabemos por 1 Crônicas 3:10-12 que Jorão não era pai de Ozias, e sim seu trisavô.⁸ Em outras palavras, Mateus retirou três gerações de sua genealogia. Por quê? A resposta é óbvia. Se ele incluísse *todas* as gerações, não poderia alegar que algo significativo acontece a cada 14 gerações.

Mas por que ele destaca especialmente o número 14? Por que não 17, ou 11? Os estudiosos ofereceram várias explicações ao longo dos anos. Alguns deles chamaram a atenção para o fato de que na Bíblia o sete é o número perfeito. Então, o que é 14? Duas vezes sete. Essa poderia ser uma genealogia “duplamente perfeita”. Outra teoria, possivelmente mais convincente, é que a genealogia foi concebida para insistir no status de Jesus como o Messias. O Messias é o “filho de Davi”, um descendente do maior rei de Israel. É importante saber que nas línguas arcaicas as letras do alfabeto também funcionavam como numerais, de modo que a primeira letra do alfabeto hebraico, o álefe, também era o numeral 1; a segunda, beta, era dois; a terceira, guímel, era 3, e assim por diante. O hebraico arcaico também não empregava vogais. Então, o nome Davi era escrito D-V-D. Em hebraico, a letra D (dálete) é o número 4, e o V (vau) é o 6. Se você somar as letras do nome de Davi em hebraico, o resultado é 14. Talvez por isso Mateus desejasse que houvesse três grupos de exatamente 14 gerações na genealogia do filho de Davi, o Messias, Jesus.

Infelizmente, para que os números funcionassem ele teve de deixar alguns nomes de fora. Também é preciso destacar que, se ele estivesse certo em seu esquema 14-14-14, haveria 42 nomes entre Abraão e Jesus. A genealogia de

Lucas, contudo, oferece 57 nomes. São genealogias diferentes.

A razão das discrepâncias? Cada autor tinha um objetivo ao incluir uma genealogia — ou, mais provavelmente, vários objetivos: mostrar a ligação de Jesus com o pai dos judeus, Abraão (especialmente Mateus), com o maior rei dos judeus, Davi (Mateus), e com a raça humana como um todo (Lucas). É provável que os dois autores tenham herdado, ou possivelmente inventado, genealogias diferentes. É claro que nenhum dos dois tinha como saber que seu relato seria incluído em um “Novo Testamento” e cuidadosamente comparado com o outro por críticos históricos que vivem dois mil anos depois. E certamente eles não consultaram um ao outro para acertar as narrativas. Cada um fez seu relato da melhor forma possível, mas eles acabaram sendo diferentes.

OUTRAS DISCREPÂNCIAS NA VIDA DE JESUS

Agora que estudamos mais detalhadamente algumas das interessantes discrepâncias entre os relatos dos Evangelhos, posso passar mais rapidamente por algumas outras. Na maioria dos casos, você pode examiná-las por conta própria, se quiser. E encontrará muitas outras simplesmente lendo os Evangelhos horizontalmente, história a história.

Podemos encontrar algumas discrepâncias fazendo determinadas perguntas simples. Aqui vou me limitar a cinco.

O que diz a voz no batismo de Jesus?

Depende de que relato você lê. O batismo não é narrado em João, mas temos narrativas em Mateus, Marcos e Lucas, todas muito parecidas. Seria de esperar: os estudiosos já sabem há muito tempo que Mateus e Lucas tiram várias de suas histórias de Marcos, uma das principais fontes; por isso há tantos casos de concordâncias literais. Mas há diferenças, porque Mateus e Lucas mudaram as palavras de suas fontes em alguns pontos. Seja como for, em todos os três relatos do batismo de Jesus, quando ele sai da água o céu se abre, o Espírito desce na forma de uma pomba e uma voz soa dos céus. Mas o que a voz diz? Em Mateus, ela diz: “Este é meu Filho amado, em quem me comprazo.” A voz parece estar falando às pessoas ao redor de Jesus, ou possivelmente a João Batista, informando quem é Jesus. Em Marcos, porém,

ela diz: “Tu és o meu Filho amado, em ti me comprazo.” Nesse caso, parece estar se dirigindo diretamente a Jesus, dizendo a ele, ou confirmando, quem ele realmente é. Em Lucas podemos ver uma diferença (essa é um pouco complicada, porque diferentes manuscritos do Evangelho de Lucas dão palavras diferentes à voz. Aqui estou usando as palavras originais do versículo, como encontradas em alguns antigos manuscritos da Bíblia, embora não apareçam na maioria das traduções para o inglês).⁹ Nele, a voz diz: “Tu és o meu Filho; eu, hoje, te gerei!” (3:22), citando as palavras do Salmo 2:7.

Cada relato tenta fazer algo diferente com a voz. Ou seja, as palavras diferentes significam coisas diferentes e têm funções diferentes: em Mateus, identificam Jesus a João Batista e à multidão; em Marcos, confirmam a identidade de Jesus diretamente a ele; em Lucas, declaram que o batismo o tornou (ou ratificou como) filho especial de Deus. Mas a questão permanece: o que a voz realmente diz? Os primeiros cristãos ficaram confusos com esse problema, a tal ponto que um Evangelho posterior, chamado de Evangelho dos ebionitas, solucionou-o, indicando que a voz veio do céu em três ocasiões. Primeiro ela disse as palavras como relatadas por Marcos, dirigidas a Jesus; depois como relatadas por Mateus, dirigidas a João Batista e à multidão; e, finalmente, como relatadas por Lucas. Mas, a não ser que alguém esteja disposto a reescrever todos os três Evangelhos, o fato é que eles indicam que a voz disse coisas diferentes.

Para onde Jesus foi um dia após ser batizado?

Em Mateus, Marcos e Lucas — os chamados Evangelhos Sinóticos —, após seu batismo Jesus parte para o deserto, onde será tentado pelo Diabo.¹⁰ Marcos é especialmente claro sobre isso, uma vez que afirma, após contar a história do batismo, que Jesus partiu “imediatamente” para o deserto. E quanto a João? Em seu Evangelho não há um relato sobre Jesus ter sido tentado pelo Diabo no deserto. Um dia depois de João Batista ter testemunhado o Espírito descendo sobre Jesus como uma pomba no batismo (João 1:29-34), vê Jesus novamente e declara que ele é o Cordeiro de Deus (João é explícito, afirmando que isso aconteceu “no dia seguinte”). Jesus então começa a reunir seus discípulos (1:35-52) e inicia sua pregação pública

realizando o milagre de transformar água em vinho (2:1-11). Então, onde Jesus estava no dia seguinte? Isso depende de que Evangelho você lê.

A filha de Jairo já estava morta?

Para ilustrar minha visão de que pequenas diferenças inconciliáveis podem ser encontradas ao longo de todos os Evangelhos, escolhi apenas um simples exemplo no ministério de cura de Jesus. Em Marcos, nosso relato mais antigo, um líder da sinagoga chamado Jairo aborda Jesus e implora a ele que vá à sua casa, pois a filha está muito doente e ele quer que Jesus a cure. Porém, antes que possam partir, Jesus é interrompido por uma mulher com uma hemorragia, que ele cura. Então empregados da casa de Jairo chegam e dizem a ele que é tarde demais — a garota tinha morrido. Jesus diz que não se preocupem; ele vai à casa e ressuscita a menina (Marcos 5:21-43). Mateus conta a mesma história (9:18-26), mas com uma diferença fundamental. Na versão de Mateus, Jairo procura Jesus porque a filha já morreu. Ele quer não que Jesus a cure, mas que a ressuscite dos mortos. E Jesus faz isso. Pode parecer uma pequena diferença, mas pode ser considerada altamente significativa — uma questão de vida e morte.

Quem é a favor de Jesus e quem é contra ele?

Algumas falas de Jesus são apresentadas de formas semelhantes, mas ainda assim divergentes. Um dos meus exemplos preferidos desse fenômeno são as duas falas relatadas em Mateus 12:30 e em Marcos 9:40. Em Mateus, Jesus declara: “Quem não está a meu favor está contra mim.” Em Marcos, ele diz: “Quem não é contra nós é por nós.” Ele disse as duas coisas? Poderia querer dizer ambas? Como as duas podem ser verdade ao mesmo tempo? Ou será possível que um dos autores dos Evangelhos tenha mudado os fatos?

Quanto tempo durou o ministério de Jesus?

Nosso mais antigo Evangelho, o de Marcos, não dá uma indicação clara da duração do ministério público de Jesus, mas faz alguns comentários sugestivos. No início da pregação, no capítulo 2, seus discípulos estão atravessando os campos de trigo e comendo o grão, para consternação dos fariseus, que acreditam que eles estão violando o sabá. Isso, portanto, deve estar acontecendo no outono, época da colheita. Depois desse ponto a ação é muito rápida: uma das palavras preferidas de Marcos é *euthus*,

“imediatamente” — Jesus fez isso “imediatamente”, fez aquilo “imediatamente”. No capítulo 11, depois de muitos “imediatamente”, chegamos à última semana da vida de Jesus, na festa do *Pessach*, em Jerusalém. O *Pessach* é celebrado na primavera, e fica a clara impressão de que o ministério durou alguns poucos meses, da época da colheita à primavera.

Poucos meses? Mas todos não sabem que o ministério de Jesus durou três anos? Na verdade, a ideia de que durou três anos não está nos Evangelhos Sinóticos — Marcos, Mateus e Lucas —, mas no último Evangelho, o de João. Em três ocasiões distintas, João se refere a diferentes celebrações do *Pessach*, e como elas são realizadas com um ano de separação, isso parece indicar que o ministério teria durado pelo menos mais de dois anos, arredondados para três. E então? Eu diria que tecnicamente não é uma discrepância, mas é difícil saber o que pensar de todos os “imediatamente” de Marcos se ele realmente não queria dizer isso.

É possível encontrar muitas outras discrepâncias nos relatos do ministério de Jesus caso se esteja disposto a localizá-los todos. Mas, em vez de bater na mesma tecla, eu agora gostaria de seguir em frente e falar das discrepâncias encontradas nas narrativas da Paixão — os relatos sobre a morte e a ressurreição de Jesus. Algumas delas também são muito significativas.

DISCREPÂNCIAS NAS NARRATIVAS DA PAIXÃO

Já falamos sobre duas das discrepâncias entre os Evangelhos de Marcos e João referentes às narrativas da Paixão: a data da purificação do Templo (Marcos 11; João 2) e o dia e a hora de sua morte (Marcos 14-15; João 18-19). Elas não são as únicas diferenças nos relatos dos Evangelhos sobre a morte e a ressurreição de Jesus. Aqui, abordarei um pouco mais detalhadamente três importantes diferenças, passando a seguir rapidamente, por algumas outras.

O julgamento perante Pilatos

Vamos começar com uma comparação entre Marcos, nosso primeiro Evangelho canônico, e João, o último. Nos dois relatos, Jesus é julgado

perante o governador romano, Pôncio Pilatos, e condenado à morte por chamar a si mesmo de rei dos judeus. Mas há algumas diferenças interessantes entre as narrativas do julgamento por Marcos e João.

O relato de Marcos é breve e direto. De manhã cedo, os líderes judeus levam Jesus a Pilatos, que pergunta se ele de fato é o rei dos judeus. Jesus responde com apenas duas palavras, em grego: “*Su legeis.*” “Tu o dizes.” Os sacerdotes judeus o acusam de muitas coisas, e Pilatos expressa sua surpresa por Jesus não se defender. Então nos é dito que Pilatos tinha o costume de entregar um prisioneiro ao povo judeu no *Pessach*, e pergunta à multidão reunida se eles querem que liberte o “rei dos judeus”. Os principais sacerdotes interferem para estimular a multidão a pedir que um assassino chamado Barrabás lhes seja entregue em vez de Jesus. Pilatos pergunta à multidão o que ela deseja que seja feito com Jesus. O povo responde que ele deve ser crucificado. E, “para satisfazer a multidão”, Pilatos faz o que ela pede: liberta Barrabás, manda açoitar Jesus e o entrega para que seja crucificado.

Se o Evangelho de Marcos fosse o único relato do acontecimento, ficaríamos com a impressão de que o julgamento foi muito rápido; que Jesus não disse quase nada (apenas duas palavras); e que Pilatos, os líderes judeus que acusavam Jesus, a multidão e o próprio Jesus estavam no mesmo lugar apresentando seus pontos de vista.

Mas João (18:28-19:14) apresenta uma narrativa muito distinta. Em seu relato, os líderes judeus levam Jesus a Pilatos no início da manhã, mas se recusam a entrar no pretório de Pilatos para “não se contaminarem” e poderem “comer a Páscoa” naquela noite (18:28; vale lembrar, porém, que no Evangelho de Marcos eles já fizeram a refeição na noite anterior). Não nos é dito por que iriam se contaminar entrando no pretório. Por ser um local pagão? Construído sobre um cemitério? Outra coisa? Mas o resultado é que o julgamento se desenrola de uma forma muito peculiar. Jesus está dentro do pretório com Pilatos, as autoridades judaicas que o acusam estão do lado de fora, juntamente com a multidão de judeus, e Pilatos corre de um lado para outro, entre acusante e acusado, falando primeiramente com um e depois com

outro. Pilatos entra e sai do pretório seis vezes durante o julgamento e debate com Jesus e com os acusantes — argumentando com eles, fazendo apelos, tentando fazê-los obedecer ao bom-senso.

É possível encontrar muitas outras diferenças entre os relatos, caso sejam lidos horizontalmente. Eu aqui menciono apenas três, destacando seu significado potencial. Primeiramente, Jesus tem muito mais a dizer no relato de João do que no de Marcos. Na verdade, ele mantém uma conversa com Pilatos, dizendo que seu reino “não é deste mundo” (18:36), indicando que veio ao mundo para dar testemunho da verdade (18:37) e declarando que Pilatos não tem poder sobre ele, a não ser o que foi dado a ele por Deus (19:11). Esses demorados diálogos combinam bem com o que pode ser encontrado por todo o Evangelho de João, no qual Jesus faz longos discursos, bem diferentes da série de aforismos e frases isoladas que costumam ser encontrados nos Evangelhos Sinóticos.

Em segundo lugar, em vez de fazer com que Jesus fosse açoitado após o julgamento, com o pronunciamento da sentença — que, imagina-se, seria o momento adequado para executá-la —, em João, Pilatos manda açoitar Jesus no meio do processo (19:1). Foram dadas muitas explicações para a mudança desse detalhe por João; pode ser pelo que acontece a seguir: Pilatos leva Jesus para fora do pretório, espancado, ensanguentado e vestindo uma túnica violeta, para apresentá-lo aos judeus, e diz a eles: “Eis o vosso rei.” Para o autor de João, Jesus é muito mais do que um homem, mas Pilatos e os judeus da multidão não reconhecem isso. Pilatos e seus soldados zombam de Jesus ao colocar nele uma coroa de espinhos e vesti-lo com uma túnica violeta, e declaram: “Eis o vosso rei.” Na verdade, embora não soubessem, a declaração era verdadeira. Para João, Jesus realmente é o rei, independentemente das aparências.

Finalmente, é significativo que, no Evangelho de João, Pilatos em três oportunidades declare explicitamente que Jesus é inocente, que não merece ser punido e que deve ser libertado (18:38; 19:6 e, por implicação, 19:12). Em Marcos, Pilatos nunca declara Jesus inocente. Por que a maior ênfase em João? Os estudiosos há muito tempo observaram que João é de muitas formas

o mais virulentamente antijudaico dos Evangelhos (ver João 8:42-44, em que Jesus declara que os judeus não são filhos de Deus, mas filhos “do Diabo”). Nesse contexto, por que narrar um julgamento de tal forma que o governador romano repetidamente insiste em que Jesus é inocente? Pergunte a si mesmo: se os romanos não são responsáveis pela morte de Jesus, quem é? Os judeus. E para João eles são. Em 19:16 nos é dito que Pilatos entregou Jesus aos sumos sacerdotes judeus para que o crucificassem.

A morte de Judas

Em todos os quatro Evangelhos, é dito que Judas Iscariote foi aquele que traiu Jesus, entregando-o às autoridades, levando à sua prisão. Os quatro relatos diferem sobre o motivo pelo qual Judas teria feito isso. Não há uma razão apresentada em Marcos, embora nos seja dito que ele recebeu dinheiro por isso, então pode ter sido por ganância (14:10-11). Mateus (26:14) afirma explicitamente que Judas o fez por dinheiro. Lucas, por outro lado, indica que ele fez isso porque “Satanás entrou em Judas” (22:3). Em outras palavras, o Diabo o obrigou a fazer. Em João, o próprio Judas é chamado de “um demônio” (6:70-71), portanto ele provavelmente traiu seu mestre por ser malvado.

É ainda mais interessante, porém, a questão sobre o que aconteceu a Judas após o ato de traição. Marcos e João não falam nada sobre isso: Judas simplesmente desaparece da história. No Evangelho de Lucas também, mas Lucas escreveu um segundo volume que acompanha seu Evangelho, o livro dos Atos dos Apóstolos.¹¹ Atos oferece um relato do que aconteceu a Judas após a traição, assim como o Evangelho de Mateus, mas é impressionante como os dois relatos se contradizem diretamente em diversos pontos.

A visão mais comum, a de que Judas partiu e “se enforcou”, vem de Mateus (27:3-10). Após ver que sua traição levou à condenação de Jesus, Judas sente remorso e tenta devolver seu pagamento de trinta peças de prata aos sumos sacerdotes judeus, dizendo a eles: “Pequei, entregando sangue inocente.” Mas eles se recusam a aceitar o dinheiro, então Judas o joga no Templo, sai e se enforca. Os sumos sacerdotes então recolhem o dinheiro, mas decidem que não pode ser devolvido ao tesouro do Templo por ser “preço de sangue” —

dinheiro manchado com sangue inocente —, resolvendo fazer bom uso dele comprando um “campo do oleiro”, supostamente um campo de onde os oleiros retiravam argila, a ser usado como local de sepultamento de estrangeiros que morressem em Jerusalém. É-nos dito que, por ter sido comprado com o dinheiro de sangue de Judas, “até hoje aquele campo se chama Campo de Sangue”.

O relato de Lucas nos Atos dos Apóstolos tem algumas semelhanças: a morte de Judas está relacionada à compra de um campo chamado de “Campo de Sangue”. Mas os detalhes estão em claro contraste — até mesmo em contradição — com a história contada por Mateus. Nos Atos (1:18-19) ficamos sabendo que o próprio Judas, e não os sacerdotes judeus, comprou o campo com “o salário da iniquidade”, o dinheiro recebido por sua traição. E não é dito que ele se enforcou. Em vez disso, descobrimos que ele caiu “de cabeça para baixo, arrebitou pelo meio, derramando-se todas as suas entranhas”. Para Lucas, o motivo de o terreno ser chamado de Campo de Sangue era por Judas ter sangrado nele.

Ao longo dos anos os leitores tentaram conciliar esses dois relatos da morte de Judas. Como ele podia se enforcar e cair “de cabeça para baixo”, para que sua barriga se abrisse e seus intestinos se espalhassem pelo solo? Intérpretes engenhosos, querendo fundir os dois relatos em uma só narrativa verdadeira, tiveram grande dificuldade com isso. Talvez Judas tivesse se enforcado, a corda arrebitado e ele caído no chão de cabeça, se partindo ao meio. Ou talvez tivesse se enforcado, e como isso não tivesse dado certo, então subiu em uma rocha alta e se jogou de cabeça no campo. Ou talvez... bem, talvez alguma outra coisa.

O importante, contudo, é que os dois relatos oferecem versões diferentes sobre como Judas morreu. Por mais misterioso que seja dizer que caiu de cabeça e se rasgou, pelo menos isso não é se “enforcar”. Eles se contradizem claramente em dois outros pontos: quem comprou o campo (os sacerdotes, segundo Mateus, ou Judas, como nos Atos)?; e por que o terreno foi chamado de Campo de Sangue (por ter sido comprado com dinheiro de sangue, como Mateus diz, ou porque Judas sangrou sobre ele, como dito nos Atos)?

As narrativas da ressurreição

Em nenhum outro ponto as diferenças entre os Evangelhos são mais claras do que nos relatos da ressurreição de Jesus. Costumo pedir a meus alunos de primeiro ano que façam um simples exercício de comparação, relacionando tudo o que é dito em cada um dos quatro Evangelhos sobre o que aconteceu entre o momento em que Jesus foi enterrado e o fim dos Evangelhos. Não há melhor introdução à ideia da leitura horizontal. Há montes de diferenças entre os quatro relatos, e algumas delas são discrepâncias que não podem ser facilmente (ou nunca) conciliadas. Os alunos descobrem que esse é um exercício valioso, porque não estou simplesmente dizendo que há diferenças entre os relatos: eles as descobrem sozinhos e tentam entendê-las.

É importante agora insistir na questão que apresentei em meu livro *O que Jesus disse? O que Jesus não disse?*: não temos os originais de nenhum desses Evangelhos, apenas cópias posteriores, na maioria dos casos escritas séculos depois. Todas essas cópias são diferentes entre si, com grande frequência nos relatos sobre a ressurreição de Jesus. É com base nesses manuscritos posteriores que os estudiosos têm de determinar o que os originais diziam. Em alguns pontos, as decisões são bastante objetivas; em outros, há muita discussão.

Um aspecto das narrativas da ressurreição é pouco controverso: aparentemente, os 12 últimos versículos do Evangelho de Marcos não pertenciam originalmente a ele; teriam sido adicionados por um escriba em uma geração posterior. Marcos terminava seu Evangelho com o que hoje corresponde a 16:8, com as mulheres fugindo do túmulo sem contar a ninguém o que tinham visto. Em minha abordagem, aceito o consenso acadêmico de que os versículos 16:9-21 são um acréscimo posterior ao Evangelho.¹²

Eliminando esse detalhe, o que podemos dizer sobre as narrativas da ressurreição nos quatro relatos canônicos? Os quatro Evangelhos concordam que, no terceiro dia após a crucificação e o enterro de Jesus, Maria Madalena foi ao túmulo e o encontrou vazio. Mas eles discordam em praticamente todos os outros detalhes.

Quem realmente foi ao túmulo? Apenas Maria (João 20:1)? Maria e outra Maria (Mateus 28:1)? Maria Madalena, Maria mãe de Tiago e Salomé (Marcos 16:1)? Ou mulheres que tinham acompanhado Jesus da Galileia a Jerusalém — possivelmente Maria Madalena, Joana, Maria mãe de Tiago e “outras mulheres” (Lucas 24:1; ver 23:55)? A pedra realmente havia sido rolada da entrada da tumba (como em Marcos 16:4), ou foi rolada por um anjo quando as mulheres estavam lá (Mateus 28:2)? Quem ou o que elas viram lá? Um anjo (Mateus 28:5)? Um homem jovem (Marcos 16:5)? Dois homens (Lucas 24:4)? Ou nada e ninguém (João)? E o que foi dito a elas? Para mandar os discípulos irem “para a Galileia”, onde Jesus os encontraria (Marcos 16:7)? Ou para recordar que Jesus tinha dito a elas “enquanto estava na Galileia” que teria de morrer e nascer novamente (Lucas 24:7)? Depois as mulheres contam aos discípulos o que viram e ouviram (Mateus 28:8) ou não contam nada a ninguém (Marcos 16:8)? Se elas contam a alguém, a quem é? Aos 11 discípulos (Mateus 28:8)? Aos 11 discípulos e a outras pessoas (Lucas 24:8)? A Simão Pedro e a outro discípulo não identificado (João 20:2)? Qual é a reação dos discípulos? Não reagem, porque o próprio Jesus aparece imediatamente a eles (Mateus 20:9)? Não acreditam nas mulheres, porque parece um “desvario” (Lucas 24:11)? Ou vão até a tumba ver com os próprios olhos (João 20:3)?

As perguntas se multiplicam. Você mesmo pode ler horizontalmente para fazer uma comparação cruzada dos Evangelhos sobre o que acontece a seguir: a quem Jesus aparece (se é que aparece a alguém) e quando, o que diz a eles e o que eles respondem. Em praticamente todos os pontos, pelo menos um Evangelho está em descompasso.

Especialmente um ponto parece inconciliável. No relato de Marcos, as mulheres são instruídas a dizer aos discípulos que se encontrem com Jesus na Galileia, mas, por medo, não dizem nada a ninguém sobre isso. Na versão de Mateus, os discípulos recebem ordem de encontrar Jesus na Galileia e fazem isso imediatamente. Jesus aparece a eles lá, e dá a eles sua instrução final. Mas em Lucas os discípulos não são mandados à Galileia. Eles ouvem que Jesus tinha previsto sua ressurreição enquanto *ele* estava na Galileia (durante

seu ministério público). Eles nunca deixam Jerusalém — ficam na região sul de Israel, distante da Galileia, ao norte. No dia da ressurreição, Jesus aparece a dois discípulos na “estrada para Emaús” (24:13-35). Mais tarde, nesse mesmo dia, esses discípulos contam aos outros o que viram, e Jesus aparece a todos eles (24:36-49); a seguir, Jesus os leva a Betânia, na periferia de Jerusalém, dá suas instruções a eles e sobe aos céus. No volume seguinte de Lucas, Atos, nos é dito que na verdade os discípulos ouviram explicitamente de Jesus, após sua ressurreição, que *não* deixassem Jerusalém (Atos 1:4), permanecendo lá até receberem o Espírito Santo no Dia de Pentecostes, cinquenta dias após a Páscoa. Após dar suas instruções, Jesus sobe aos céus. Os discípulos permanecem em Jerusalém até a vinda do Espírito Santo (Atos 2). Aí a discrepância: se Mateus estiver certo, e os discípulos tiverem partido imediatamente para a Galileia, onde viram Jesus ascender, como Lucas pode ter razão em que os discípulos permaneceram em Jerusalém o tempo todo, onde viram Jesus ascender e onde ficaram até o Dia de Pentecostes?

Outras diferenças nas narrativas da Paixão

Essas, portanto, são apenas algumas das discrepâncias fundamentais nos relatos sobre a última semana de vida de Jesus, sua morte e sua ressurreição. Elas de modo algum são as únicas diferenças, mas, em vez de relacioná-las todas, vou destacar algumas das mais interessantes que podem ser encontradas se for feita uma análise completa. Posso apresentá-las rapidamente fazendo apenas cinco perguntas simples.

1 — *Quando Jesus chegou a Jerusalém na Entrada Triunfal, quantos animais ele montava?* Aparentemente deveria haver uma resposta óbvia: ele montava um animal, um burro ou um potro. E isso é dito em três dos Evangelhos, incluindo Marcos 11:7. Contudo, no Evangelho de Mateus, sua Entrada Triunfal teria cumprido uma profecia; como já vimos, Mateus se importa muito com o cumprimento das Escrituras, e em 21:5 ele afirma, citando Zacarias 9:9:

*Eis que o teu rei vem a ti,
modesto e montado em uma jumenta,*

em um jumentinho, filho de um animal de carga.

Estudiosos da Bíblia hebraica reconhecem esse tipo de profecia poética: a terceira linha do texto reafirma o que é dito na segunda linha. Isso é chamado de “paralelismo sinônimo”, no qual dois versos de um poema dizem basicamente o mesmo, com palavras diferentes. Mas Mateus evidentemente não compreende essa convenção poética, o que leva a resultados muito estranhos. Em Mateus, os discípulos conseguem *dois* animais para ele, um burro e um potro; eles estendem suas vestes sobre os dois, e Jesus entra na cidade montado em ambos (Mateus 21:7). É uma imagem esquisita, mas Mateus fez Jesus cumprir a profecia das Escrituras literalmente.

2 — *O que Jesus diz ao sumo sacerdote quando questionado em seu julgamento?* Minha sensação é de que, historicamente, isso é algo que nunca saberemos. Jesus estava lá, e os líderes judaicos também, mas nenhum seguidor de Jesus, fazendo anotações para a posteridade, estava. Ainda assim, Marcos nos dá um relato preciso. O sumo sacerdote pergunta a Jesus se ele é o “Messias, o Filho do Deus Bendito” (14:61), e Jesus dá uma resposta direta: “Eu sou. E vereis o Filho do Homem sentado à direita do Poderoso e vindo com as nuvens do céu” (Marcos 14:62). Em outras palavras, no futuro próximo Deus enviaria à Terra um juiz cósmico, cumprindo as previsões do Antigo Testamento (Daniel 7:13-14). De fato, isso estava tão perto de acontecer que o próprio sumo sacerdote veria.

E se não acontecesse? E se o sumo sacerdote morresse antes que o Filho do Homem chegasse? Isso não invalidaria a declaração de Jesus? Talvez. E pode ser por isso que Lucas, escrevendo cerca de 15 anos depois de Marcos — provavelmente após o sumo sacerdote ter morrido —, muda a resposta de Jesus. Ao responder, ele não diz nada sobre o sumo sacerdote estar vivo quando o Filho do Homem chegar para o julgamento: “Doravante o Filho do Homem estará sentado à direita do Poder de Deus” (Lucas 22:69).

3 — *Por que Mateus cita o profeta errado?* Quando Mateus indica que Judas traiu Jesus por trinta peças de prata, ele observa (e a essa altura já

esperamos isso dele) que isso foi feito em cumprimento às Escrituras: “Com isso se cumpriu o oráculo do profeta Jeremias. ‘E tomaram as trinta moedas de prata (...) e deram-nas pelo campo do oleiro’” (Mateus 27:9-10). O problema é que essa profecia não é encontrada em Jeremias. Parece ser uma citação solta de Zacarias 11:3.

4 — *Quando a cortina do Templo se rasgou?* A cortina, no Templo, separava o local mais sagrado, chamado de “santuário”, do restante do recinto. Acreditava-se que o santuário era o lugar em que Deus moraria na Terra (ele obviamente também reina no Céu). Ninguém era autorizado a ultrapassar essa cortina, a não ser uma vez por ano, no Dia do Perdão (*Yom Kippur*), quando o sumo sacerdote podia entrar para oferecer um sacrifício, primeiramente por seus próprios pecados, e depois pelos pecados do povo. Segundo o Evangelho de Marcos, após Jesus dar seu último suspiro, a cortina do Templo se rasga em duas (15:38). Durante muito tempo, isso foi reconhecido como uma declaração simbólica, pois não há nenhum indício histórico que sugira que a cortina tenha sido destruída antes de o próprio Templo ser reduzido a cinzas, quarenta anos depois, na guerra contra os romanos. Para Marcos, a morte de Jesus significava o fim da necessidade de sacrifícios no Templo. Com a morte de seu Filho, Deus estava ao alcance de todas as pessoas; não estava mais separado delas por uma cortina grossa. A morte de Jesus dá acesso das pessoas a Deus: é uma expiação dos pecados.

O Evangelho de Lucas também indica que a cortina do Templo foi rasgada ao meio. Estranhamente, ela não se rasga depois que Jesus morre; é dito com todas as palavras que isso acontece quando Jesus ainda está vivo e pendurado na cruz (23:45-46). Falarei sobre o significado dessa discrepância no próximo capítulo, já que essa mudança está diretamente relacionada à compreensão que Lucas tem da morte de Jesus.

5 — *O que o centurião disse quando Jesus morreu?* Mais uma vez, a resposta parece óbvia, especialmente para quem se lembra do grande épico bíblico do cinema *A maior história de todos os tempos* e das palavras imortais do centurião interpretado por John Wayne: “Verdadeiramente este homem era Filho de Deus.” E, de fato, isso é o que o centurião diz no

Evangelho de Marcos (15:39). Mas é importante notar que Lucas mudou as palavras. Em seu relato, o centurião diz: “Realmente, este homem era justo” (23:47). Sempre houve intérpretes que quiseram insistir em que isso dá no mesmo: se ele é o Filho de Deus, é claro que ele é justo. Mas as palavras são diferentes e têm significados distintos. Se um possível criminoso é declarado “inocente”, ou seja, justo, pelo tribunal, isso certamente não é o mesmo que ser declarado Filho de Deus. Será que o centurião disse as duas coisas? Pode-se dizer que sim, se o objetivo for conciliar os dois Evangelhos, criando-se dessa forma, uma terceira versão para a cena, diferente de Marcos e de Lucas. Mas provavelmente é melhor pensar em por que Lucas, autor posterior, mudou as palavras. Para Lucas era importante enfatizar que Jesus era completamente inocente das acusações feitas a ele. Em João, por exemplo, como em Lucas, Pilatos tenta três vezes libertar Jesus, declarando-o inocente (diferentemente de Marcos). E, ao fim, o centurião faz o mesmo. Todos os romanos concordam com a inocência de Jesus. Quem, então, é culpado por sua morte? Não os romanos, mas as autoridades judaicas, ou o próprio povo judeu.

DISCREPÂNCIAS ENVOLVENDO A VIDA E OS ESCRITOS DE PAULO

Até este ponto do capítulo, avaliei apenas os quatro Evangelhos canônicos, insistindo na necessidade de que sejam lidos horizontalmente se quisermos fazer novas descobertas, que não estarão disponíveis se os lermos apenas verticalmente, em sequência. Não estou alegando que uma leitura horizontal é a melhor ou a única forma de abordar esses livros. Obviamente, os Evangelhos foram escritos para serem lidos como outros livros, do início ao fim, e os críticos históricos já reconheceram o valor disso há muito tempo e conceberam uma série de métodos interessantes para ajudar os leitores que preferem lê-los dessa forma.¹³

Também não alego que os Evangelhos sejam os únicos livros do Novo Testamento a conter discrepâncias. Como já vimos, o livro dos Atos parece estar em contradição, por exemplo, com o que os Evangelhos dizem sobre a

morte de Judas (em contraste com Mateus), ou sobre se os discípulos viajaram rumo ao norte, para a Galileia, logo após a morte e a ressurreição de Jesus (novamente em contraste com Mateus).

No conjunto, o livro dos Atos é uma narrativa do que aconteceu aos seguidores de Jesus após sua ascensão aos céus. Em resumo, os apóstolos difundiram a fé cristã, primeiro entre os judeus que viviam em Jerusalém e depois em outras regiões, levando sua mensagem a judeus em outras partes do império, e a seguir, mais significativamente, a não judeus, gentios que viviam nos centros urbanos em torno do Mediterrâneo. Dos muitos convertidos a essa nova religião, nenhum foi mais significativo do que Saulo de Tarso, que passou a ser conhecido como o apóstolo Paulo. Quase dois terços da narrativa dos Atos dizem respeito a Paulo, a sua conversão ao cristianismo após ter sido um violento adversário da nova religião, a suas viagens missionárias, convertendo outras pessoas à fé em Cristo, a sua prisão, a seus julgamentos e, finalmente, a seu encarceramento na cidade de Roma.

Paulo não foi apenas o herói dos Atos, mas também ele mesmo um autor. Dos 27 livros do Novo Testamento, 13 teriam sido escritos por ele. Um outro livro, a Epístola aos Hebreus, foi admitido no cânone porque os Pais da Igreja acreditavam ter sido escrito por Paulo, embora não haja essa alegação. Atualmente os estudiosos estão razoavelmente seguros de que na verdade Paulo não o escreveu. E entre as 13 cartas que levam seu nome, há razões para duvidar de que ele realmente tenha escrito seis delas. Isso será tema de outro capítulo, no qual será discutida a grande questão: “Quem escreveu a Bíblia?” Por enquanto basta saber que Paulo é o assunto dos Atos e autor de pelo menos alguns dos textos do Novo Testamento. As sete cartas que praticamente todos os estudiosos concordam que ele escreveu — as chamadas epístolas paulinas incontestáveis — são Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Filipenses, 1 Tessalonicenses e Filêmon.

É possível, portanto, fazer uma espécie de leitura horizontal de Atos, comparando-o com as cartas de Paulo. Algumas vezes Atos discute um acontecimento da vida de Paulo que ele mesmo menciona em suas cartas. Isso nos permite ver como eles se encaixam. Críticos históricos há muito

tempo discordam entre si sobre o grau de confiabilidade do livro dos Atos para compreender a vida e os escritos de Paulo. Meu ponto de vista pessoal é que Atos é quase tão preciso no que diz respeito a Paulo quanto o primeiro livro de Lucas, o Evangelho segundo Lucas, é em relação a Jesus: boa parte da informação básica provavelmente é confiável, mas muitos dos detalhes foram modificados.

A maioria dos acadêmicos críticos acredita que o livro Atos foi escrito em algum momento depois do Evangelho de Lucas, possivelmente em torno de 85 ou 90 d.C. — cerca de vinte ou 25 anos após a morte de Paulo. Se isso for verdade, não surpreende que algumas informações sobre ele nos Atos não sejam historicamente precisas. Mas a única forma de ter certeza é comparar o que Atos diz sobre Paulo com o que Paulo diz sobre si mesmo, para ver se eles basicamente concordam ou se há discrepâncias. Eis cinco exemplos que me parecem interessantes. Alguns deles são importantes para compreender a vida e os ensinamentos de Paulo; outros, francamente, são discrepâncias bastante irrelevantes. Mas juntos revelam que Atos não pode ser completamente confiável no que diz respeito a uma crônica da vida de Paulo.

1 — *Após sua conversão, Paulo foi diretamente a Jerusalém, para se reunir com aqueles que eram apóstolos antes dele?* Como observado, Paulo era um perseguidor dos cristãos antes de ele mesmo se converter, então não foi um seguidor de Jesus durante seu ministério, e provavelmente nunca o conheceu. Paulo vivia fora da Palestina, e sua língua natal era o grego, não o aramaico. Mas em algum momento, por alguma razão, ele “viu a luz” (literalmente, segundo Atos 9:3) e se converteu de inimigo da fé cristã em um de seus maiores defensores. E então o que ele fez? O próprio Paulo conta, em Gálatas 1:16-20, o que aconteceu após sua conversão:

Não consultei carne nem sangue, nem subi a Jerusalém aos que eram apóstolos antes de mim, mas fui à Arábia e voltei novamente a Damasco. Em seguida, após três anos, subi a Jerusalém para avistar-me com Cefas e fiquei com ele 15 dias. Não vi nenhum apóstolo, mas somente Tiago, o

irmão do Senhor. Isso vos escrevo e asseguro diante de Deus que não minto.

Essa declaração enfática de que Paulo não está mentindo nos faz parar. Ele é absolutamente claro. Não se consultou com outras pessoas após sua conversão, não viu nenhum dos apóstolos por três anos, e mesmo depois disso só viu Cefas (Pedro) e o irmão de Jesus, Tiago.

Isso realmente torna muito interessante o relato presente no livro dos Atos. Pois, segundo Atos 9, imediatamente após se converter, Paulo passou algum tempo em Damasco “com os discípulos”, e, ao deixar a cidade, seguiu diretamente para Jerusalém, onde se encontrou com os apóstolos de Jesus (Atos 9:19-30). Em tudo Atos parece divergir de Paulo. Ele passou algum tempo com outros cristãos imediatamente (Atos) ou não (Paulo)? Foi diretamente a Jerusalém (Atos) ou não (Paulo)? Ele se encontrou com o grupo de apóstolos (Atos) ou apenas com Pedro e Tiago (Paulo)?

Para quem está familiarizado com os textos do próprio Paulo e com o livro dos Atos, não é difícil entender por que há essa discrepância. Na carta de Paulo aos gálatas ele quer enfatizar que sua mensagem do Evangelho vem diretamente de Deus, por intermédio de Jesus. Ele não a recebeu de mais ninguém — nem mesmo dos outros apóstolos —, de modo que quem discorda dele sobre o Evangelho na verdade não está discordando dele, mas de Deus.

O autor do livro dos Atos, por outro lado, quer insistir em que há uma perfeita continuidade, em todos os sentidos, entre todos os verdadeiros apóstolos de Jesus, tanto os discípulos originais quanto Paulo. Eles se encontraram, conversaram, concordaram — isso é dito repetidamente nos Atos. Para o próprio Paulo, porém, o importante é a sua autoridade, recebida diretamente de Deus. Ele *não* se reuniu com outros nem se encontrou com os apóstolos. Os dois autores têm objetivos diferentes, portanto contaram os acontecimentos de modo diverso — criando uma discrepância interessante, mas importante. Em quem acreditar? Neste caso eu votaria em Paulo, que não apenas devia saber o que estava fazendo, mas que também jura por Deus não

estar mentindo. É um pouco difícil acreditar que ele estava mentindo.

2 — *As igrejas da Judeia conheceram Paulo?* Aqui Paulo mais uma vez é bastante claro. Algum tempo após se converter, ele percorreu várias igrejas na região de Síria e Cilícia, mas ainda “era desconhecido às igrejas da Judeia que estão em Cristo” (Gálatas 1:21-22). Isso pareceu muito estranho a alguns estudiosos. Segundo o livro dos Atos, quando antes Paulo perseguia as igrejas em Cristo, eram especificamente as igrejas cristãs em “Judeia e Samaria” (Atos 8:1-3; 9:1-2). Por que os cristãos nas igrejas que ele antes tinham perseguido não sabiam como ele era fisicamente? Ele não tinha estado entre eles como seu inimigo? Segundo Atos, sim; segundo Paulo, não.

3 — *Paulo foi sozinho a Atenas?* Quando estava fazendo suas viagens missionárias e foi a Atenas evangelizar os pagãos de lá, Paulo foi só? Mais uma vez parece haver uma discrepância. Talvez não seja muito importante, a não ser pelo fato de Lucas mais uma vez ter apresentado erroneamente alguns detalhes. Quando Paulo escreve sua primeira carta aos tessalonicenses, indica que, após tê-los conduzido à fé e criado uma igreja entre eles, viajou para Atenas. Mas ficou preocupado com a nova igreja florescente e então mandou seu companheiro Timóteo de volta, para ver como eles estavam se saindo. Em outras palavras, Timóteo acompanhou Paulo a Atenas e depois retornou a Tessalônica para ajudar a conduzi-los pela fé (1 Tessalonicenses 3:1-2). O livro dos Atos, contudo, é igualmente claro. Ele nos diz que, após estabelecer sua igreja em Tessalônica, Paulo, juntamente com Silas e Timóteo, fundaram uma igreja na cidade de Bereia; os cristãos de lá, então, “fizeram Paulo partir, em direção ao mar. Silas e Timóteo, porém, permaneceram” (17:14-15). Paulo mandou instruções para que Silas e Timóteo se encontrassem com ele quando fosse possível. Ele viajou para Atenas sozinho e se encontrou com os dois companheiros apenas após deixar a cidade na direção de Corinto (17:16-18:5). É outra discrepância de difícil solução: ou Timóteo foi a Atenas com Paulo (1 Tessalonicenses) ou não (Atos).

4 — *Quantas viagens Paulo fez a Jerusalém?* Em Gálatas, Paulo se preocupa em mostrar que não conferenciou com os apóstolos em Jerusalém para “aprender” o Evangelho. Ele já sabia o que era o Evangelho o tinha

ouvido diretamente de Cristo em uma revelação divina. Ele quer principalmente que os gálatas compreendam que, quando houve uma controvérsia sobre sua mensagem, aconteceu uma reunião especial em Jerusalém para debatê-la. A questão era a seguinte: se um não judeu quisesse se converter em seguidor de Jesus, teria antes de se tornar judeu? Paulo disse enfaticamente que não. Especialmente, homens gentios não precisavam ser circuncidados, a marca religiosa dos judeus, para se tornarem seguidores de Cristo. Outros missionários cristãos tinham o ponto de vista oposto, e houve uma reunião em Jerusalém para discutir a questão. Pelo relato de Paulo, foi apenas a segunda vez em que ele esteve em Jerusalém (Gálatas 1:18; 2:1). Segundo Atos, foi sua terceira longa viagem para lá (Atos 9, 11, 15). Mais uma vez, o autor de Atos aparentemente confundiu o itinerário de Paulo — possivelmente de propósito, para atender a seus próprios objetivos.

5 — *As congregações estabelecidas por Paulo eram compostas de judeus e gentios?* Segundo o livro dos Atos, a resposta é claramente sim. Quando Paulo prega em Tessalônica, os judeus da sinagoga adotam a fé em Cristo, assim como gregos não judeus (Atos 17:4). Paulo indica exatamente o contrário. Quando ele escreve a essa igreja em Tessalônica, lembra como os convertera à fé em Cristo e fala sobre como eles se converteram “dos ídolos a Deus” (1 Tessalonicenses 1:9). Apenas pagãos idolatravam. Os convertidos de Paulo tanto em Tessalônica como em Corinto (1 Coríntios 12:2) eram antigos pagãos. Por isso ele chama a si mesmo de “apóstolo dos gentios”. Havia outros missionários, particularmente Pedro, que estavam encarregados de levar a mensagem aos judeus (Gálatas 2:8). As igrejas de Tessalônica e Corinto eram compostas de gentios (Paulo), não de judeus e gentios (Atos).

Essas são apenas algumas das discrepâncias que podem ser encontradas quando lemos Atos horizontalmente, em comparação com as cartas de Paulo. Muitas mais podem ser descobertas. O que elas revelam é que não é possível confiar em Atos em relação a detalhes absolutamente precisos na descrição da missão dos primeiros apóstolos, como Paulo.

Um dos motivos pelos quais importa saber se Atos é confiável em seus detalhes históricos é que grande parte do que as pessoas “sabem” sobre Paulo

vem de Atos, e apenas de Atos, já que são elementos que Paulo não menciona em suas cartas. Alguns críticos históricos levantaram dúvidas em relação a esses elementos, entre as quais: que Paulo é originário de Tarso (Atos 21:39), que ele estudou com o rabino judeu Gamaliel em Jerusalém (22:3), que era cidadão romano (22:27), que era “fabricante de tendas” (18:3), que, ao chegar a uma cidade para evangelizá-la, primeiro ia à sinagoga tentar converter os judeus (por exemplo, 14:1), que foi preso em Jerusalém e passou anos na prisão (capítulos 21-28), que apelou a César em seu julgamento e por isso acabou em Roma (25:11).

CONCLUSÃO

Neste capítulo, vimos muitas discrepâncias no Novo Testamento, algumas pequenas e relativamente sem consequências; outras, importantes para compreender o que os diferentes autores queriam dizer. Algumas das discrepâncias provavelmente poderiam ser conciliadas se interpretadas com suficiente ingenuidade; outras parecem ser contradições absolutas. Esta não é uma análise exaustiva das discrepâncias, apenas um exemplo representativo, e escolhi algumas que considere mais interessantes.

Que conclusões podemos tirar dessas discrepâncias? Três pontos me parecem os mais significativos.

1 — Em determinado nível, as discrepâncias são significativas porque mostram que a visão da Bíblia como completamente inequívoca parece não ser verdadeira. Surgem erros quando a Bíblia é estudada historicamente. Se duas descrições de um acontecimento (a morte de Jesus, por exemplo) são contraditórias em seus detalhes, os dois relatos não podem ser historicamente corretos. Um deles está historicamente errado, ou ambos estão, mas os dois não podem estar certos, pelo menos em relação ao que realmente aconteceu. Isso significa que a Bíblia deve ser deixada de lado, descartada como qualquer outro exemplo de literatura antiga e basicamente inútil? De modo algum. No último capítulo, defendo que devemos continuar a ler, estudar e apreciar a Bíblia — mas não como um relato histórico inequívoco.

Isso significa que não é mais possível alguém ser cristão? Apenas cristãos de determinada denominação — como muitos daqueles entre os quais eu convivo, no sul dos Estados Unidos — pensariam em fazer essa pergunta. Mas a resposta mais uma vez é, definitivamente, não. Uma cristandade que depende da inequivocidade da Bíblia provavelmente não pode sobreviver à realidade das discrepâncias. Mas há diversas outras formas de fé cristã, muitas das quais não são abaladas pelo fato de que a Bíblia não é um livro perfeito. Tratarei disso mais longamente no último capítulo.

2 — Como há discrepâncias entre o que diferentes autores querem dizer — algumas vezes pequenas contradições insignificantes, algumas vezes significativas —, é importante permitir que cada um deles fale por si mesmo e não fingir que um está dizendo o mesmo que outro. As discrepâncias devem nos ensinar que a visão de Marcos não é a de João, que a de João não é a de Mateus, que a de Mateus não é a de Paulo, e assim por diante. Cada autor deve ser lido em função de sua própria mensagem, para que quando se leia Marcos, não se apliquem os ensinamentos de Mateus. Deve-se ler Marcos por causa de Marcos, e Mateus por causa de Mateus. Essa é uma questão que será abordada mais profundamente no próximo capítulo.

3 — As discrepâncias que envolvem narrativas históricas — o que Jesus ou Paulo realmente disseram, fizeram e viveram — tornam difícil estabelecer o que realmente aconteceu na vida de Jesus ou na história inicial da Igreja. Você não pode ler esses livros como relatos históricos desinteressados. Nenhum deles é. O que você faria se fosse juiz de um tribunal em que há depoimentos conflitantes de testemunhas? Algo que você certamente não faria seria supor que cada testemunha está cem por cento certa. Alguma — ou todas elas — tem informação errada. O segredo seria descobrir quem está errado e quem está certo — se é que há alguém certo. O mesmo se aplica a antigos documentos, como os do Novo Testamento. Se há um testemunho conflitante sobre acontecimentos históricos, todas as testemunhas não podem estar (historicamente) certas, e temos de descobrir formas de decidir o que mais provavelmente aconteceu de verdade. Vamos fazer esse exercício no capítulo 5.

[2] Páscoa judaica em hebraico. Representa a libertação do povo de Israel do Egito. (N.R.T)

TRÊS

Muitas visões divergentes

Em meados dos anos 1990, a Oxford University Press me convidou a escrever um livro didático universitário sobre o Novo Testamento. Eu não estava certo de que seria a melhor decisão profissional: ainda não tinha uma cadeira, e algumas vezes os comitês das universidades veem com maus olhos livros didáticos, como se não fossem pesquisa de verdade. E pensava nas armadilhas que enfrentaria tentando transmitir conhecimento histórico-crítico a garotos de 19 anos de idade para os quais tudo aquilo seria novidade. Decidi ligar para meus amigos da área para saber o que eles achavam. Será que deveria aceitar? E, se aceitasse, que tipos de problemas teria para traduzir conhecimento bíblico denso em informações básicas para garotos recém-saídos do ensino médio?

Recebi muitos bons conselhos e dicas, mas acho que o comentário mais sábio foi o do meu amigo Charlie Cosgrove, que dois anos antes tinha me ajudado a me formar (ele estava dois anos à minha frente no Seminário de Princeton e me ensinou o caminho das pedras). Charlie disse sobre o livro: “O mais difícil será decidir o que deixar de fora.”

Acabei aceitando o convite, e Charlie estava absolutamente certo. É muito fácil decidir o que incluir em uma obra sobre o Novo Testamento, porque há muito a incluir. Mas, para manter o livro palatável e barato, uma série de temas importantes e estimados simplesmente precisou ficar de fora. E deixar de fora temas caros ao coração é doloroso.

Tive a mesma experiência com este livro. Quando falo sobre as discrepâncias da Bíblia, não quero parar — há um número grande demais delas que são ao mesmo tempo interessantes e importantes. Mas consegui me conter e limitei minha discussão a um capítulo — o anterior. Porém, o mesmo problema acontece em relação a este. Eu — ou qualquer outro crítico histórico — posso facilmente dedicar um livro inteiro a esse tema, mas me limitei a um único capítulo.

Como vimos no capítulo anterior, as discrepâncias na Bíblia são

importantes em parte porque nos obrigam a levar a sério cada autor. O que Marcos está dizendo pode não ser absolutamente o que Lucas diz; Mateus pode contradizer João, e ambos podem entrar em conflito com o que é dito em Paulo. Mas, quando examinamos as mensagens contrastantes nos diferentes autores bíblicos, há mais coisa envolvida nisso do que os tipos de detalhes e minúcias com os quais lidamos no capítulo 2. Há diferenças muito maiores entre esses autores e livros — não apenas em um detalhe ou no outro: uma data, um roteiro de viagem ou quem fez o quê com quem. Muitas das diferenças entre os autores bíblicos se referem ao cerne de sua mensagem. Algumas vezes a compreensão que um autor tem de uma grande questão está em contradição com a de outro, em temas fundamentais como quem é Cristo, como se alcança a salvação e como os seguidores de Jesus devem viver.

Diferenças dessa magnitude não envolvem apenas uma contradição aqui ou ali, e sim retratos alternativos de grande importância. É impossível ver esses retratos alternativos quando não deixamos que cada autor fale por si mesmo. A maioria das pessoas não lê a Bíblia assim. Elas supõem que, já que todos os livros da Bíblia estão reunidos entre as mesmas capas duras, todo autor está basicamente dizendo a mesma coisa. Elas acham que Mateus pode ser usado para ajudar a compreender João, que João oferece visões para Paulo, que Paulo pode ajudar a interpretar o livro de Tiago e assim por diante. Essa postura de harmonização da Bíblia, que é a base de muita leitura devocional, tem a vantagem de ajudar os leitores a ver os temas unificadores da Bíblia, mas tem também graves desvantagens, criando com frequência unidade de pensamento e crença onde originalmente não havia nenhuma. Os autores bíblicos não concordavam em tudo o que discutiam; algumas vezes tinham discordâncias profundamente enraizadas e significativas.

A abordagem histórico-crítica da Bíblia não supõe que cada autor tem a mesma mensagem. Ela admite a possibilidade de que cada um tenha sua própria perspectiva, seus próprios pontos de vista, sua própria compreensão sobre o que a fé cristã é e deve ser. As discrepâncias que já vimos são fundamentais para nos mostrar que há diferenças entre os autores bíblicos. As

grandes diferenças que estamos prestes a estudar nos obrigam a reconhecer que as discrepâncias não são apenas um detalhe, e sim questões muito importantes.

Não estou insistindo em que a abordagem histórico-crítica é a única forma de ler a Bíblia. Teólogos sofisticados que têm plena consciência dos problemas histórico-críticos da Bíblia conceberam formas de lidar com ela como Escrituras, embora esteja repleta de discrepâncias. Falarei mais sobre isso posteriormente, no capítulo 8. Por enquanto é importante entender o que é a abordagem histórico-crítica e como ela pode afetar o modo como a Bíblia é entendida.

Em certa medida, a abordagem é baseada na ideia de que o “cânone” das Escrituras — ou seja, a reunião de livros em um livro que em certo sentido é considerado oficial para quem acredita — não foi a forma original como os livros bíblicos surgiram. Quando Paulo escreveu suas cartas às igrejas que fundou, não pensou que estava escrevendo a Bíblia. Pensou que estava escrevendo cartas, lidando com necessidades específicas no momento em que elas surgiam, com base no que pensava, acreditava e pregava à época. Apenas mais tarde alguém reuniu essas cartas e as considerou inspiradas. O mesmo ocorreu com os Evangelhos. Marcos, qualquer que fosse seu nome verdadeiro, não tinha ideia de que seu livro seria reunido em uma coleção com três outros livros e chamado de Escrituras; e ele certamente não achou que seu livro seria interpretado à luz do que outro cristão iria escrever cerca de trinta anos depois em outro país, em outro contexto. Marcos sem dúvida queria que seu livro fosse lido e entendido pelo que é, assim como Mateus, Lucas, João e todos os outros autores do Novo Testamento.

O método histórico-crítico sustenta que corremos o risco de ler um livro de forma equivocada quando não permitimos que um autor fale por si mesmo, quando forçamos que sua mensagem seja exatamente a mesma que a de outro autor, quando insistimos em ler todos os livros do Novo Testamento como um só, e não como 27. Esses livros foram escritos em diferentes épocas e lugares, em condições distintas, para lidar com questões diversas; foram escritos por diferentes autores, com perspectivas, crenças, suposições,

tradições e fontes diferentes. E eles algumas vezes apresentam pontos de vista distintos sobre importantes questões.¹

UM EXEMPLO INICIAL: A MORTE DE JESUS EM MARCOS E LUCAS

Posso começar minha comparação de textos tratando de um exemplo que me parece especialmente claro e fascinante. Assim como as detalhadas discrepâncias que estudamos no capítulo 2, esse tipo de diferença só pode ser visto ao se fazer uma cuidadosa leitura horizontal das passagens; agora, em vez de procurar pequenas divergências aqui ou ali, estamos tentando encontrar questões mais amplas, grandes diferenças no modo como uma história é contada. Uma história contada de formas muito distintas nos Evangelhos é a história fundamental em todos eles: a crucificação de Jesus. Talvez você ache que todos os Evangelhos transmitem exatamente a mesma mensagem sobre a crucificação, e que as diferenças reflitam apenas mudanças sem importância de ponto de vista, com um autor enfatizando uma coisa, e o seguinte, outra. Mas, na verdade, as diferenças são muito maiores e mais fundamentais do que isso. Em nenhuma outra situação isso é mais claro do que nos relatos sobre a morte de Jesus em Marcos e Lucas.

Desde o século XIX, os estudiosos reconhecem que Marcos foi o primeiro Evangelho a ser escrito, por volta de 65 ou 70 d.C. Mateus e Lucas, escrevendo cerca de 15 ou vinte anos depois, usaram Marcos como uma de suas fontes para grande parte de seus próprios relatos. Por isso, quase todas as histórias de Marcos podem ser encontradas em Mateus ou Lucas, e também por isso, às vezes, todos esses três Evangelhos concordam em cada palavra no modo de contá-las. Às vezes apenas dois concordam e o terceiro não, porque eventualmente apenas um dos Evangelhos posteriores alterou Marcos. Isso significa que, se temos a mesma história em Marcos e em Lucas, digamos, e há diferenças, elas existem exatamente porque Lucas modificou as palavras de sua fonte, algumas vezes eliminando palavras e frases, em outras acrescentando material, até mesmo episódios inteiros, e em certos casos alterando o modo como uma frase é construída. Provavelmente é seguro

supor que, se Lucas modificou o que Marcos tinha a dizer, é porque queria dizer isso de outra forma. Algumas vezes essas diferenças são apenas pequenas mudanças na redação, mas em alguns casos afetam significativamente o modo como toda a história é contada. Esse parece ser o caso na cena de Jesus a caminho da morte.

A MORTE DE JESUS EM MARCOS

Na versão de Marcos para a história (Marcos 15:16-39), Jesus é condenado à morte por Pôncio Pilatos, escarnecido e agredido pelos soldados romanos e levado para ser crucificado. Simão Cirineu carrega sua cruz. Jesus não diz nada durante todo o caminho. Os soldados crucificam Jesus, e ele ainda assim não diz nada. Os dois ladrões crucificados ao seu lado debocham dele. As pessoas que passam debocham dele. Os líderes judaicos debocham. Jesus fica em silêncio até o fim, quando solta o grito infeliz: “*Eloi, Eloi, lemá sabachtháni*”, que Marcos traduz do hebraico para seus leitores como: “Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?” Alguém entrega a Jesus uma esponja com vinagre para beber. Ele dá o último suspiro e morre. Imediatamente acontecem duas coisas: a cortina do Templo se rasga ao meio e o centurião que observava reconhece: “Verdadeiramente este homem era Filho de Deus.”

É uma cena forte e comovente, cheia de emoção e *páthos*. Jesus fica calado o tempo todo, como em choque, até gritar no fim, ecoando o Salmo 22. Eu considero legítima sua pergunta a Deus. Ele realmente quer saber por que Deus o abandonou daquele jeito. Uma interpretação popular da passagem é que, como Jesus cita o Salmo 22, na verdade está pensando no fim do Salmo, quando Deus interfere e salva o salmista sofredor. Acho que isso é ir longe demais, e tira toda a força do “grito de abandono”, como é conhecido. A questão é que Jesus foi rejeitado por todos: traído por um dos seus, negado três vezes por seu seguidor mais próximo, abandonado por todos os discípulos, rejeitado pelos líderes judaicos, condenado pelas autoridades romanas, escarnecido pelos sacerdotes, pelos passantes e até mesmo pelos dois outros crucificados ao seu lado. No fim, ele se sente esquecido até mesmo pelo próprio Deus. Jesus está mergulhado em desespero e em uma

angústia dilacerante, e é assim que ele morre. Marcos está tentando dizer algo com essa descrição. Ele não quer que seus leitores se consolem com o fato de que Deus estava lá, confortando Jesus fisicamente. Ele morre em agonia, sem saber por que tem de morrer.

Mas o leitor sabe a razão. Logo após Jesus morrer, a cortina se rasga ao meio e o centurião faz sua confissão. A cortina rasgada ao meio mostra que, com a morte de Jesus, Deus está disponível para seu povo diretamente, e não por intermédio dos sacrifícios feitos pelos sacerdotes judaicos no Templo. A morte de Jesus é um resgate (ver Marcos 10:45). E alguém se dá conta disso imediatamente: não os seguidores mais próximos de Jesus ou os espectadores judeus, e sim o soldado pagão que acabou de crucificá-lo. A morte de Jesus leva à salvação, e são os gentios que vão reconhecer isso. Não é um relato desinteressado do que “realmente” aconteceu quando Jesus morreu. É teologia em forma de narrativa.

Estudiosos já acreditam há muito tempo que Marcos está não apenas explicando o significado da morte de Jesus em seu relato, mas também, possivelmente, escrevendo para um público específico, uma audiência de futuros seguidores de Jesus que também foram vítimas de perseguições e sofrimento nas mãos de autoridades que se opunham a Deus. Como Jesus, seus seguidores talvez não saibam por que são submetidos a tanta dor e infelicidade. Porém Marcos está dizendo a esses cristãos que eles podem ter certeza: embora possam não saber por que sofrem, Deus sabe, e Ele está atuando nos bastidores para que o sofrimento seja redentor. O objetivo de Deus se realiza precisamente por intermédio do sofrimento, não fugindo dele, mesmo quando esses objetivos não são óbvios no momento. Desse modo, a versão de Marcos para a morte de Jesus é um modelo para compreender a perseguição aos cristãos.

A MORTE DE JESUS EM LUCAS

O relato de Lucas também é muito interessante, sóbrio e comovente, mas de fato muito diferente (Lucas 23:26-49). Não são apenas discrepâncias em alguns detalhes; as diferenças são maiores do que isso. Elas afetam o modo

como a história é contada e, conseqüentemente, como deve ser interpretada.

Em Lucas, como em Marcos, Jesus é traído por Judas, negado por Pedro, rejeitado pelos líderes judeus e condenado por Pôncio Pilatos, mas não é escarnecido e agredido pelos soldados romanos. Apenas Lucas conta a história de Pilatos tentando levar o rei Herodes da Galileia — o filho do rei Herodes das narrativas do nascimento — a lidar com Jesus, e são os soldados de Herodes que escarnecem de Jesus antes que Pilatos o considere culpado. Essa é uma discrepância, mas não afeta a leitura geral das diferenças entre os dois relatos que estou destacando aqui.

Em Lucas, Jesus é levado para ser executado, e Simão Cirineu é obrigado a carregar sua cruz. Mas Jesus não fica em silêncio enquanto segue para sua crucificação. No caminho, ele vê mulheres chorando pelo que acontece a ele, vira-se para elas e diz: “Filhas de Jerusalém, não choreis por mim, chorai antes por vós mesmas e por vossos filhos!” (Lucas 23:28). Ele continua, profetizando a breve destruição que irão enfrentar. Jesus não parece abismado com o que lhe acontece. Está mais preocupado com aqueles ao seu redor do que com seu próprio destino.

Além disso, ele não fica em silêncio enquanto é pregado à cruz, como em Marcos. Em vez disso, ele faz uma prece: “Pai, perdoa-lhes: não sabem o que fazem” (Lucas 23:34).² Jesus parece ter uma ligação direta com Deus, e está mais preocupado com as pessoas que estão fazendo aquilo com ele do que consigo mesmo. Jesus é escarnecido pelos líderes judeus e pelos soldados romanos, mas não explicitamente pelos dois homens crucificados com ele, ao contrário do relato de Marcos. Em vez disso, um deles escarnece de Jesus, mas o outro critica o primeiro por isso, insistindo em que, enquanto eles merecem o que lhes está acontecendo, Jesus não fez nada de errado (lembre-se de que Lucas insiste na absoluta inocência de Jesus). Ele então pede a Jesus: “Jesus, lembra-te de mim quando vierdes com teu reino.” E Jesus dá a resposta irresistível: “Em verdade, eu te digo, hoje estarás comigo no Paraíso” (25:42-43). Neste relato, Jesus não está, de modo algum, confuso com o que ou por que isso acontece a ele. Está completamente calmo e no controle da situação; sabe o que está prestes a acontecer e sabe o que

acontecerá depois: acordará no paraíso divino, e aquele criminoso estará lá com ele. Isso é muito diferente do Jesus de Marcos, que se sentiu absolutamente esquecido.

A escuridão toma a Terra, e a cortina do Templo é rasgada enquanto Jesus ainda está vivo, em contraste com Marcos. Aqui a cortina rasgada não indica que a morte de Jesus traz a salvação — já que ele ainda não morreu. Em vez disso, mostra que sua morte é “a hora das trevas”, como diz antes no Evangelho (22:53), e simboliza o julgamento do povo judeu por Deus. Aqui a cortina rasgada parece indicar que Deus está rejeitando o sistema de veneração judaico, simbolizado pelo Templo.

Mais importante que tudo: em vez de ao fim dar um grito, exprimindo sua sensação de absoluto abandono (“Por que me abandonaste?”), em Lucas, Jesus reza a Deus em voz alta, dizendo: “Pai, em tuas mãos entrego meu espírito.” Então dá o último suspiro e morre (23:46). Esse não é um Jesus que se sentia esquecido por Deus e pensava no motivo pelo qual estava passando por aquele sofrimento de abandono e morte. É um Jesus que sente a presença de Deus junto a si e é consolado pelo fato de que Ele está a seu lado. Está plenamente consciente do que acontece a si e do porque, e se entrega aos cuidados amorosos de seu Pai celestial, confiando no que acontecerá a seguir. O centurião então confirma o que o próprio Jesus sabia muito bem: “Realmente, este homem era justo!”

São óbvias as diferenças entre esses dois retratos da morte de Jesus. Antes eu havia destacado que os estudiosos em alguns momentos sugeriram que o relato de Marcos foi escrito em parte para dar esperança aos que estivessem sendo perseguidos, para que eles soubessem que, apesar das aparências, Deus estava atuando por trás do sofrimento, de modo a atingir seus propósitos redentores. Qual teria sido o objetivo de Lucas ao modificar o relato de Marcos, de modo que Jesus não morresse mais em agonia e desespero?

Alguns analistas críticos sugeriram que Lucas também poderia estar escrevendo para cristãos que eram perseguidos, mas sua mensagem de sofrimento pela fé é diferente da de Marcos. Em vez de destacar que Deus, embora não parecesse, estava atuando nos bastidores, Lucas estaria

mostrando aos cristãos um modelo para seu sofrimento — como Jesus, o mártir perfeito que segue para a morte confiante em sua própria inocência, seguro da presença palpável de Deus em sua vida, calmo e no controle da situação, sabendo que o sofrimento é necessário para ter a recompensa do Paraíso e que tudo logo estará terminado, dando lugar a uma existência abençoada na vida a seguir. Os dois autores podiam estar lidando com situações similares, mas transmitem mensagens muito distintas, ambas sobre como Jesus morreu e como seus seguidores podem enfrentar a perseguição.

O RESULTADO

O problema é quando os leitores tomam esses dois relatos e os combinam em uma narrativa abrangente, na qual Jesus diz, faz e experimenta tudo o que é dito nos dois Evangelhos. Quando isso é feito, as mensagens de Marcos e Lucas se perdem completamente e são abafadas. Jesus já não está mais em profunda agonia, como em Marcos (posto que ele é confiante, como em Lucas), e já não está calmo e no controle, como em Lucas (uma vez que ele está desesperado, como em Marcos). Ele de alguma forma é todas as coisas ao mesmo tempo. E, também, suas palavras significam algo diferente, já que diz as palavras de ambos. Quando, então, os leitores acrescentam Mateus e João à mistura conseguem um retrato de Jesus ainda mais confuso e combinado, imaginando equivocadamente terem reconstruído os acontecimentos como eles *realmente* se deram. Lidar dessa forma com as histórias é roubar de cada autor sua própria integridade e privá-lo do significado que ele transmite em sua história.

Foi assim que ao longo dos anos os leitores chegaram às famosas “sete últimas palavras de Jesus moribundo” — pegando as palavras que ele diz no momento da morte nos quatro Evangelhos, juntando-as e imaginando que, em sua combinação, chegaram à história completa. Essa interpretação não produz a história completa. Dá origem a uma quinta história, que é completamente diferente das quatro canônicas, uma quinta história que na verdade reescreve os Evangelhos, produzindo um quinto Evangelho. Tudo bem fazer isso, se for o que você deseja — este é um país livre, e ninguém pode impedi-lo. Mas, para os críticos históricos, essa não é a melhor abordagem dos Evangelhos.

Minha tese geral é que os Evangelhos, e todos os livros da Bíblia, são distintos, e não devem ser lidos como se dissessem a mesma coisa. Eles definitivamente não dizem a mesma coisa — nem quando falam do mesmo assunto (como a morte de Jesus). Marcos é diferente de Lucas, e Mateus é diferente de João, como você pode ver fazendo sua própria leitura horizontal das respectivas histórias da crucificação. A abordagem histórica dos Evangelhos permite que a voz de cada autor seja ouvida, e recusa a fusão deles em uma espécie de megaevangelho que reduz a ênfase de cada um.

ALGUMAS DIFERENÇAS FUNDAMENTAIS ENTRE JOÃO E OS EVANGELHOS SINÓTICOS

Os Evangelhos Sinóticos claramente não contam a mesma versão de todas as suas histórias. Mas há entre eles grandes similaridades que os distinguem de João. Já se sabe há muito tempo que a razão para que eles concordem em tantas coisas é que partilham as mesmas fontes. Tanto Mateus quanto Lucas, por exemplo, basearam-se em Marcos, reproduzindo-o literalmente em certos pontos e o modificando — talvez muito — quando queriam contar as histórias de formas diferentes.

Embora muitos leitores casuais do Novo Testamento não tenham percebido, o Evangelho de João é completamente diferente. Com exceção das narrativas da Paixão, a maioria das histórias encontradas em João não está nos Sinóticos, e grande parte das histórias dos Sinóticos não é encontrada em João. E quando elas abordam assuntos semelhantes, as histórias de João são marcadamente diferentes das outras. Isso pode ser percebido fazendo-se uma espécie de comparação global entre João e os Sinóticos.

DIFERENÇAS DE CONTEÚDO

Se você percorresse os Evangelhos Sinóticos e construísse um perfil de suas passagens fundamentais — as histórias que formam o esqueleto das narrativas, por assim dizer —, como seria? Lucas e Marcos começam com Jesus nascendo, em Belém, de uma virgem. O primeiro grande acontecimento mencionado em todos os três é o batismo de Jesus por João, depois do qual

ele vai para o deserto e é tentado pelo Diabo. Ele retorna do deserto e começa a pregar sua mensagem de que o “Reino de Deus” está próximo. Seus ensinamentos são transmitidos por meio de parábolas. De fato, no Evangelho de Marcos, Jesus teria ensinado às multidões exclusivamente por parábolas (Marcos 4:11). Jesus também opera milagres. Um de seus milagres marcantes — o primeiro em Marcos — é expulsar demônios de possuídos. E assim ele segue com seu ministério na Galileia, pregando parábolas e fazendo exorcismos, até metade dos relatos, quando leva três de seus seguidores — Pedro, Tiago e João — para uma montanha e, na presença deles, experimenta sua transfiguração, gloriosamente transformando sua aparência e começando a conversar com Moisés e Elias, que surgiram dos céus. Depois da Transfiguração, Jesus dá continuidade a seu ministério até ir para Jerusalém, na última semana de vida. Ele purifica o Templo, faz a Última Ceia, na qual institui a ceia do Senhor, ao falar do pão como seu corpo e do cálice como seu sangue. É levado a julgamento perante as autoridades judaicas e condenado por blasfêmia. Então chega o fim conhecido, contado de formas diferentes, de sua morte e ressurreição.

É impressionante que praticamente nenhuma dessas histórias que formam o esqueleto das narrativas dos Sinóticos possa ser encontrada em João. Não há referência ao nascimento de Jesus em Belém nem menção ao fato de sua mãe ser uma virgem. Não é dito explicitamente que ele foi batizado, nem sobre suas tentações no deserto. Jesus não prega a vinda do Reino de Deus e nunca conta uma parábola. Nunca expulsa um demônio. Não há registro da Transfiguração. Ele não purifica o Templo quando vai a Jerusalém (já tinha feito isso em João 2). Não institui a ceia do Senhor (em vez disso, lava os pés dos discípulos) e não passa por nenhuma espécie de julgamento oficial perante o conselho judaico.

Se João não tem nenhum desses relatos que parecem fundamentais para a história de Jesus, o que contém? Uma série de histórias não encontradas nos Sinóticos. João começa com um prólogo que misteriosamente descreve o Verbo de Deus, que estava no princípio com Deus, que era, ele mesmo, Deus, e por intermédio do qual Deus criou o universo. Esse Verbo, nos é dito, se torna um ser humano, e isso é quem Jesus Cristo é: o Verbo de Deus feito

carne. Não há nada assim nos Sinóticos.

João fala sobre Jesus fazer milagres durante seu ministério público, mas os milagres nunca são chamados de milagres, que literalmente significam “obras de poder”. Em vez disso, são chamados de sinais. Sinais de quê? De quem Jesus é, aquele que desceu dos céus para dar vida eterna a todos os que acreditam nele. Sete sinais são narrados no Evangelho de João, a maioria deles não encontrada entre os milagres dos Sinóticos (as duas exceções são caminhar sobre as águas e alimentar as multidões). Os sinais narrados em João incluem alguns dos milagres preferidos dos leitores da Bíblia ao longo dos tempos: transformar água em vinho, curar o homem nascido cego e ressuscitar Lázaro. Também nesse Evangelho Jesus prega não sobre a vinda do Reino de Deus, mas sobre si mesmo: quem é, de onde veio, para onde vai e como pode dar a vida eterna. São exclusivos de João os vários “Eu sou”, nos quais Jesus se identifica e diz o que pode oferecer às pessoas. Esses “Eu sou” geralmente são sustentados por um sinal, para mostrar que o que Jesus diz sobre si mesmo é verdade. E assim ele diz: “Eu sou o pão da vida”, e prova isso multiplicando os pães para alimentar as multidões; diz: “Eu sou a luz do mundo”, e prova curando o homem nascido cego; diz: “Eu sou a ressurreição e a vida”, e prova ressuscitando Lázaro dos mortos.

Em João, Jesus frequentemente fala em longos discursos, em vez de memoráveis aforismos, como nos outros Evangelhos. Há o longo discurso a Nicodemos no capítulo 3, o discurso à samaritana no capítulo 4 e o discurso muito longo a seus discípulos, que cobre quatro capítulos inteiros (13-16), antes de iniciar uma oração que ocupa o capítulo seguinte todo. Nenhum desses discursos e nenhum “Eu sou” podem ser encontrados nos Sinóticos.

DIFERENÇAS DE ÊNFASE

Muito mais poderia ser dito sobre as características únicas de João; para mim, o importante não é simplesmente o fato de que há discrepâncias entre João e os Sinóticos, e sim que os retratos de Jesus são muito diferentes. Certamente os três Sinóticos não são idênticos, mas as diferenças entre qualquer um deles e João são especialmente marcantes, como pode ser visto considerando-se algumas de suas várias ênfases temáticas.

O nascimento virginal e a encarnação

A doutrina cristã ortodoxa sobre a vinda de Cristo ao mundo aceita por séculos é a de que ele era um ser divino preexistente, igual, mas não idêntico, a Deus Pai, e que “encarnou”, se tornou um ser humano por intermédio da Virgem Maria. Mas essa doutrina não é apresentada em nenhum dos Evangelhos do Novo Testamento. A noção de que Jesus era anterior ao seu nascimento e de que era um ser divino em forma humana só é encontrada no Evangelho de João; a afirmação de que nasceu de uma virgem só se encontra em Mateus e em Lucas. Apenas fundindo as duas visões é possível criar a ideia que se tornou a doutrina ortodoxa tradicional. Para os autores dos Evangelhos, a ideia de nascimento virginal e a ideia de encarnação na verdade eram muito diferentes.

O Evangelho de Marcos não fala nada sobre nenhuma das duas. A história já começa com Jesus adulto, e Marcos não dá indícios das circunstâncias de seu nascimento. Se seu único Evangelho fosse o de Marcos — e no início da igreja ele *era* o único Evangelho para alguns cristãos —, você não teria nenhuma indicação de que o nascimento de Jesus tivesse sido de alguma forma incomum, que sua mãe era virgem ou que ele existia antes de surgir na Terra.

O Evangelho de Mateus é bastante explícito em que a mãe de Jesus era virgem, mas também é muito contido quanto a qualquer tipo de especulação sobre o que isso significa teologicamente. Nós já vimos que Mateus está especialmente interessado em mostrar que tudo no nascimento, na vida e na morte de Jesus era o cumprimento de uma profecia das Escrituras. Então, por que nascer de uma virgem? Porque o profeta hebreu Isaías indicou que “a virgem conceberá e dará à luz um filho e o chamarão com o nome de Emanuel” (Mateus 1:23, citando Isaías 7:14). Na verdade, isso não foi exatamente o que Isaías disse. Na Bíblia hebraica, Isaías indica que uma “jovem” conceberá e dará à luz um filho, previsão não de um futuro Messias, mas de um acontecimento que se daria ainda enquanto Isaías fosse vivo.³ Porém, quando a Bíblia hebraica foi traduzida para o grego, a “jovem” de Isaías (*alma* em hebraico; há uma palavra hebraica diferente para “virgem”) foi representada pela palavra grega para “virgem” (*parthenos*), e essa foi a

forma da Bíblia que Mateus leu. Assim, ele achou que Isaías estava prevendo algo não sobre sua própria época, mas sobre o futuro Messias (embora o termo “Messias” não apareça em Isaías 7). Então Mateus escreveu que Jesus nasceu de uma virgem por achar que era o que as Escrituras previam.

Lucas tem uma perspectiva diferente. Ele também acha que Jesus nasceu de uma virgem, mas não cita um profeta das Escrituras para explicar isso. Ele tem uma justificativa mais direta: Jesus era literalmente o Filho de Deus. Deus fez com que Maria concebesse, de modo que o filho dela também era Filho de Deus. Como Maria ouve do anjo Gabriel (citado apenas em Lucas): “O Espírito Santo virá sobre ti e o poder do Altíssimo vai te cobrir com a sua sombra; por isso o Santo que nascer será chamado Filho de Deus” (Lucas 1:35). Fecundada não por seu esposo ou por qualquer outro ser humano, mas por Deus, Maria dá à luz um ser que em certo sentido é divino.

Mateus e Lucas, portanto, parecem ter interpretações distintas de por que Jesus nasceu de uma virgem, porém, o mais importante é que nem em Mateus nem em Lucas há qualquer noção de que esse filho da virgem existia antes de seu nascimento. Para esses autores, Jesus passou a existir ao nascer. Não há uma só palavra em nenhum desses Evangelhos sobre a preexistência de Jesus. A ideia vem de João, e apenas de João.

João não faz qualquer referência ao fato de a mãe de Jesus ser virgem, em vez disso, explica a vinda dele ao mundo como uma encarnação de um ser divino preexistente. O prólogo ao Evangelho segundo João (1:1-18) é uma das passagens mais grandiosas e poderosas de toda a Bíblia. É também uma das mais debatidas, polêmicas e com mais variedades de interpretação. João começa (1:1-3) com uma visão elevada do “Verbo de Deus”, um ser que era independente de Deus (ele estava “com Deus”), mas que em certo sentido é igual a Ele (ele “era Deus”). Esse ser existia nos primórdios com Deus e por intermédio dele todo o universo foi criado (“Tudo foi feito por meio dele e sem ele nada foi feito”).

Acadêmicos lidaram durante séculos com detalhes dessa passagem.⁴ Minha opinião é a de que o autor está recuando para a história da criação em Gênesis 1, em que Deus fala, e a criação acontece: “Deus disse, ‘haja luz’, e luz

houve.” Foi falando que Deus criou tudo o que havia. O autor do quarto Evangelho, como alguns outros na tradição judaica, imagina que o verbo que Deus dizia era uma espécie de entidade independente em e de si mesma. Estava “com” Deus porque, uma vez dita, se separava de Deus; e “era” Deus no sentido de que o que Deus dizia era uma parte do seu ser. Ao falar, ele apenas tornava externo algo que era interno, que estava em sua mente. O Verbo de Deus, portanto, era a manifestação externa da realidade divina interna. Ao mesmo tempo, estava com Deus e era Deus, e por intermédio dele todas as coisas foram criadas.

No Evangelho de João, esse Verbo de Deus divino preexistente se torna um ser humano: “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e nós vimos sua glória” (1:14). Não é nenhuma surpresa quem esse ser humano era: Jesus Cristo. Jesus, aqui, não é simplesmente um profeta judeu que de repente entra em cena, como em Marcos; e não é um humano-divino que passou a existir no momento de sua concepção (ou nascimento) por uma mulher que tinha sido fecundada por Deus. Ele era o próprio Verbo de Deus que estava com Deus nos primórdios, que tinha ido temporariamente habitar a terra, levando a possibilidade de vida eterna.

João não diz como esse Verbo veio ao mundo. Ele não tem uma narrativa do nascimento e não diz nada sobre José e Maria, sobre Belém ou sobre uma concepção virginal. E se afasta de Lucas nessa questão fundamental: enquanto Lucas retrata Jesus como se tivesse passado a ser em determinado momento histórico (concepção ou nascimento), João o retrata como a manifestação humana de um ser divino que transcende a história.

O que acontece quando as duas visões são combinadas? As diferentes ênfases se perdem. A mensagem de cada autor é engolida pela doutrina ortodoxa da encarnação por intermédio da Virgem Maria. Os leitores do Novo Testamento que fundem os dois textos criam sua própria história, que se desvia dos ensinamentos de Lucas e de João e professa um ensinamento que não é encontrado em nenhum dos dois.

DIFERENÇAS NOS ENSINAMENTOS DE JESUS

O Evangelho de João também oferece uma visão diferente sobre que Jesus falou em seu ministério público. Aqui usarei como comparação nosso mais antigo Evangelho Sinótico, o de Marcos.

Os ensinamentos de Jesus em Marcos

De muitas formas, os ensinamentos de Jesus em Marcos são resumidos nas primeiras palavras que ele diz: “Cumpriu-se o tempo e o Reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no Evangelho” (Marcos 1:15). Qualquer um que esteja familiarizado com o antigo judaísmo consegue reconhecer a natureza apocalíptica dessa mensagem. O apocaliptismo judaico era uma visão de mundo surgida cerca de um século e meio antes do nascimento de Jesus, e era bastante popular entre os judeus em sua época. A palavra grega *apocalypsis* significa “revelação” ou “descoberta”. Os estudiosos deram a essa visão de mundo o nome de apocalíptica porque seus defensores acreditavam que Deus havia revelado ou desvelado a eles os segredos dos céus que podiam dar sentido à realidade — muitas vezes feia e repulsiva — que experimentavam na Terra. Uma das perguntas que os apocalípticos queriam responder era por que havia tanta dor e sofrimento no mundo, especialmente entre o povo de Deus. Podia fazer sentido que os ímpios sofressem: estavam simplesmente recebendo o que mereciam. Mas por que os justos sofriam? De fato, por que os justos sofriam mais do que os ímpios, nas mãos dos ímpios? Por que Deus permitia isso?

Os judeus apocalípticos acreditavam que Deus tinha revelado a eles os segredos que davam sentido a isso. Há no mundo forças cósmicas alinhadas contra Deus e seu povo, poderes como o Diabo e seus demônios. Essas forças controlam o mundo e os poderes políticos que o governam. Por alguma razão misteriosa Deus permitiu que esses poderes vicejassem na atual era do mal. Mas está surgindo uma nova era em que Deus irá derrubar as forças do mal e criar um reino bom, um Reino de Deus, no qual não haverá mais dor, infelicidade ou sofrimento. Deus será o governante supremo, e o Diabo e seus demônios, juntamente com todos os outros poderes detestáveis que causam sofrimento (furacões, terremotos, fome, doenças, guerra), irão desaparecer.

Os ensinamentos de Jesus em Marcos são apocalípticos: “Cumpriu-se o tempo” implica que a atual era do mal, vista em uma linha do tempo, está

quase terminada. O fim está quase à vista. “O Reino de Deus está próximo” significa que Deus logo irá intervir nesta era e derrubar seus poderes ímpios e os reinos que eles apoiam, como Roma, e estabelecer seu próprio reino, um reino de verdade, paz e justiça. “Arrependei-vos e crede no Evangelho” significa que as pessoas precisam se preparar para o novo reino mudando suas vidas, começando a se alinhar com as forças do bem em vez de com as forças do mal e aceitando o ensinamento de Jesus de que isso logo acontecerá.

Para o Jesus de Marcos, esse reino virá logo. Como ele diz a seus discípulos em dado momento: “Em verdade vos digo que estão aqui presentes alguns que não provarão a morte até que vejam o Reino de Deus, chegando com poder” (Marcos 9:1); depois diz a eles, após descrever os levantes cósmicos que ocorrerão no fim da era: “Em verdade vos digo, esta geração não passará até que tenha acontecido tudo isto” (Marcos 13:30).

Como surgirá esse reino? Para Marcos, ele será trazido pelo “Filho do Homem”, um juiz cósmico da Terra que irá julgar as pessoas em função de elas aceitarem ou não os ensinamentos de Jesus: “De fato, aquele que, nesta geração adúltera e pecadora, se envergonhar de mim e de minhas palavras, também o Filho do Homem se envergonhará dele, quando vier na glória de seu pai, com os santos anjos” (Marcos 8:38). E quem é esse Filho do Homem? Para Marcos, é o próprio Jesus, que precisa ser rejeitado por seu povo e por seus líderes, executado e então erguido dos mortos (Marcos 8:31). Jesus morrerá, será elevado e então retornará no julgamento, trazendo consigo o Reino de Deus.

Mas, como Jesus é aquele que trará o reino, para Marcos o reino já está se manifestando na vida terrena e no ministério de Jesus de forma antecipatória. No reino não haverá demônios, então Jesus expulsa demônios; no reino não haverá doenças, então Jesus cura os doentes; no reino não haverá mais morte, então Jesus ergue os mortos. O Reino de Deus já podia ser visto no próprio ministério de Jesus e seus seguidores (6:7-13). Esse é o objetivo de muitas das parábolas de Jesus em Marcos: o reino faz uma pequena, talvez oculta, aparição nas atividades de Jesus, mas surgirá de forma grandiosa no fim. É

como uma pequena semente de mostarda que quando colocada no solo se torna uma enorme planta (4:30-32). A maioria dos que ouvem Jesus rejeita sua mensagem, mas o dia do julgamento se aproxima, e então este mundo será refeito (Marcos 13).

Jesus na verdade não ensina muito sobre si mesmo no Evangelho de Marcos. Ele fala principalmente sobre Deus, sobre o reino que se aproxima e sobre como as pessoas precisam se preparar para ele. Quando se refere a si mesmo como o Filho do Homem, é sempre de forma oblíqua; ele nunca diz: “Eu sou o Filho do Homem.” E não afirma ser o Messias, o governante ungido do futuro reino, até o fim, quando é colocado sob juramento pelo sumo sacerdote (Marcos 14:61-62).

Embora Jesus seja reconhecido como o Filho de Deus nesse Evangelho (ver 1:11; 9:7; 15:39), esse não é seu título preferido, e ele só o reconhece com relutância (14:62). É importante saber que para os antigos judeus a expressão “Filho de Deus” podia significar muitas coisas. Na Bíblia hebraica, o “Filho de Deus” podia se referir à nação de Israel (Oseias 11:1) ou ao rei de Israel (1 Samuel 7:14). Nesses casos, o Filho de Deus era alguém especialmente escolhido por Ele para fazer seu trabalho e intermediar sua vontade na Terra. E, para Marcos, Jesus certamente era tudo isso — era ele quem realizava a vontade final de Deus, indo morrer na cruz. Contudo, é impressionante que no Evangelho de Marcos esse Jesus nunca se refira a si mesmo como um ser divino, como alguém que existia anteriormente, alguém que era em qualquer sentido igual a Deus. Em Marcos ele não é Deus, e não alega ser.

Os ensinamentos de Jesus em João

As coisas são muito diferentes no Evangelho de João. Em Marcos, Jesus ensina principalmente sobre Deus e sobre o futuro reino, quase nunca falando diretamente sobre si mesmo, a não ser para dizer que tem de ir a Jerusalém para ser executado, enquanto em João é praticamente apenas sobre isso que Jesus fala: quem é, de onde veio, para onde vai e como pode garantir a vida eterna.

Jesus não prega sobre o futuro Reino de Deus em João. A ênfase é em sua própria identidade, como se vê nos “Eu sou”. Ele é aquele que pode garantir a

vida (“Eu sou o pão da vida”, 6:35), é aquele que traz esclarecimento (“Eu sou a luz do mundo”, 9:5), é o único caminho para Deus (“Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida. Ninguém vem ao Pai a não ser por mim”, 14:6). A crença em Jesus é o caminho para a salvação eterna: “Quem crê no Filho tem a vida eterna” (3:36). Ele, na verdade, é igual a Deus: “Eu e o Pai somos um” (10:30). Os judeus que o ouviam pareceram entender muito bem o que ele estava dizendo: imediatamente pegaram pedras para executá-lo por blasfêmia.

Em um ponto de João, Jesus toma a si o nome de Deus, dizendo a seus interlocutores judeus: “Antes que Abraão existisse, Eu Sou” (João 8:58). Abraão, que tinha vivido 1.800 anos antes, era o pai dos judeus, e Jesus alegava ter existido antes dele. Mas ele alega mais do que isso. Está se referindo a uma passagem das Escrituras hebraicas na qual Deus aparece a Moisés no arbusto em chamas e o manda ao Faraó, a fim de buscar a libertação de seu povo. Moisés pergunta a Deus qual é o nome d’Ele, para que possa informar a seus companheiros israelitas que divindade o mandou. Deus responde: “Eu sou aquele que é (...) assim dirás aos israelitas: ‘EU SOU me mandou até vós’” (Êxodo 3:14). Portanto, quando Jesus diz: “Eu Sou”, em João 8:58, está tomando a si o nome divino. Mais uma vez os judeus que o escutavam não tiveram dificuldade de entender o significado. Mais uma vez as pedras voaram.

A diferença entre Marcos e João não é apenas o fato de Jesus falar sobre si mesmo em João e se identificar como divino, mas também o fato de *não* ensinar o que ensina em Marcos, sobre o futuro Reino de Deus. A ideia de que haverá um futuro reino na Terra no qual Deus terá o governo supremo e todas as forças do mal serão destruídas não faz parte da proclamação de Jesus em João. Em vez disso, ele ensina que as pessoas precisam alcançar a vida eterna, no céu, ao alcançar um nascimento celestial (3:3-5). Esse é o significado do “Reino de Deus” em João, nas raríssimas oportunidades em que ocorre: significa a vida no céu, acima, com Deus — não um novo paraíso e uma nova terra aqui embaixo. É a fé em Jesus que confere a vida eterna. Aqueles que acreditam em Jesus viverão com Deus para sempre; aqueles que

não acreditam serão condenados (3:36).

Para muitos críticos históricos, faz sentido que João, o último Evangelho a ser escrito, já não fale sobre o iminente surgimento do Filho do Homem para julgar na Terra, introduzindo seu reino utópico. Em Marcos, Jesus prevê que o fim acontecerá imediatamente, em sua própria geração, enquanto seus discípulos ainda viverem (Marcos 9:1; 13:30). Quando João foi escrito, provavelmente entre 90 e 95 d.C., aquela geração anterior tinha morrido, e a maioria dos discípulos, se não todos, já estava morta. Ou seja, eles morreram antes da vinda do reino. O que fazer com um ensinamento sobre um reino aqui na Terra se ele nunca é estabelecido? Reinterpretar o ensinamento. O modo como João o reinterpreta é pela alteração do conceito básico.

Uma visão de mundo apocalíptica como a encontrada em Marcos implica um dualismo histórico no qual há uma era do mal atual e o futuro Reino de Deus. Esta era e a era por vir: elas podem ser traçadas quase como uma linha do tempo, horizontalmente na página. O Evangelho de João desloca o dualismo horizontal do raciocínio apocalíptico para transformá-lo em dualismo vertical. Já não se trata mais de um dualismo desta era na Terra e da que virá, também na Terra; em vez disso, é um dualismo da vida aqui embaixo e da vida acima. Nós estamos embaixo, Deus está acima. Jesus, como Verbo de Deus, desce de cima precisamente para que possamos experimentar um nascimento “de cima” (o significado literal de João 3:3 — não “você precisa nascer uma segunda vez”, mas “você precisa nascer de cima”).⁵ Quando experimentarmos esse novo nascimento ao acreditarmos em Cristo, aquele que veio de cima, também nós teremos vida eterna (João 3:16). E quando morrermos ascenderemos ao reino celestial para viver com Deus (João 14:1-6).

O reino não vem mais à Terra. O reino está no céu. E podemos chegar lá acreditando naquele que desceu para nos ensinar o caminho. É um ensinamento muito diferente do encontrado em Marcos.

OS MILAGRES DE JESUS

Por que Jesus faz milagres? A maioria das pessoas provavelmente

responderia que era porque ele sentia compaixão pelas pessoas e queria reduzir seu sofrimento. E essa resposta é verdadeira no caso dos Evangelhos Sinóticos. Porém, ainda mais do que isso, os milagres nos Sinóticos indicam que em Jesus o reino que estava sendo esperado há muito tempo começava a chegar:

*O Espírito do Senhor está sobre mim,
porque ele me consagrou pela unção
para evangelizar os pobres;
enviou-me para proclamar a libertação dos presos
e aos cegos a recuperação da vista (...)
Hoje [diz Jesus] se cumpriu aos vossos ouvidos essa passagem da
Escritura.
(Lucas 4:18-21)*

Em outra passagem, os seguidores de João Batista vão a Jesus querendo saber se é ele quem aparecerá ao fim da era ou se devem esperar outra pessoa. Jesus lhes diz: “Ide contar a João o que ouvi e vedes; os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados e os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e os pobres são evangelizados. E bem-aventurado aquele que não se escandalizar por causa de mim!” (Mateus 11:2-6). Nos Evangelhos Sinóticos, Jesus é aquele há muito esperado que irá introduzir o reino.

Ainda assim, nesses primeiros Evangelhos Jesus se recusa explicitamente a fazer milagres para provar quem é a pessoas que não acreditam. Em Mateus, alguns dos líderes judeus pedem a Jesus: “Mestre, queremos ver um sinal feito por ti” (Mateus 12:38). Eles querem provas de que a autoridade dele é dada por Deus. Em vez de atendê-los, Jesus afirma, duramente: “Uma geração má e adúltera busca um sinal, mas nenhum sinal lhe será dado, exceto o sinal do profeta Jonas” (Mateus 12:38). Ele continua, explicando que, assim como Jonas na verdade passou três dias e três noites morto no ventre do monstro marinho, assim ficará “o Filho do Homem” três dias e três noites “no seio da terra”.

É uma referência ao livro de Jonas da Bíblia hebraica, que conta como Deus enviou o profeta Jonas até os temíveis inimigos de Israel, os assírios, na cidade de Nínive, para fazer com que se arrependessem. Jonas se recusou e zarpou em outra direção. Deus mandou uma tempestade que varreu o barco; os marinheiros acharam que havia sido por causa da desobediência de Jonas e o lançaram ao mar. Ele foi engolido por um monstro marinho, mas após três dias foi vomitado de volta na terra. Em vez de provocar mais ira, Jonas foi a Nínive, pregou sua mensagem e converteu a cidade.

Jesus compara sua própria situação com a de Jonas. Ele, Jesus, está pregando a um povo recalcitrante, mas eles não se arrependem. No entanto, Jesus se recusa a fazer um milagre para apresentar suas credenciais divinas. A única prova dada ao povo será o “sinal de Jonas”, que no contexto do Evangelho de Mateus significa o sinal da ressurreição. Jesus estará morto por três dias e então reaparecerá. Esse acontecimento, e não algo que ele faça em seu ministério público, é que precisará convencer o povo da verdade que ele proclama.

Essa é a visão de Mateus ao longo de todo o seu Evangelho, e nos ajuda a compreender uma de suas histórias mais confusas. Antes que Jesus comece a pregação, ele vai para o deserto e é tentado pelo Diabo (Mateus 4:1-11). Mateus menciona especificamente três tentações, mas apenas duas delas fazem sentido logo na primeira análise. Na primeira, após Jesus ficar sem comida durante quarenta dias, o Diabo o provoca para transformar pedras em pão. Jesus se recusa: seus milagres não são para ele mesmo, mas para os outros. A terceira tentação é para que Jesus venere Satanás, e em troca receba os reinos da terra. A tentação é óbvia — quem não iria querer governar o mundo? Mas há uma peculiaridade para Mateus, que sabe que no fim Jesus *irá* governar o mundo. Primeiro, porém, ele tem de morrer na cruz. A tentação é evitar a Paixão. Jesus novamente recusa: apenas Deus deve ser adorado.

Mas sobre o que é a segunda tentação? O Diabo leva Jesus ao alto do Templo judaico e o estimula a saltar: se o fizer, os anjos de Deus descerão e o salvarão antes que arranhe um dedão. O que há exatamente de tentador em

pular do alto de um prédio de dez andares? É preciso compreender onde isso está acontecendo: em Jerusalém, o coração do judaísmo, no Templo, o centro da adoração a Deus. Muitos judeus estariam circulando pelo lugar. Jesus é tentado a saltar na frente de todos, para que os anjos apareçam e o peguem. Em outras palavras, a tentação é Jesus dar à multidão uma prova pública e milagrosa de que realmente é o Filho de Deus. Jesus descarta isso como uma tentação satânica: “Não tentarás ao Senhor teu Deus.”

Em Mateus, Jesus não fará nenhum sinal para se provar. Por isso, em seu Evangelho, seus milagres são chamados de milagres, não de sinais. São demonstrações de poder com o objetivo de ajudar os necessitados e mostrar que o Reino de Deus está próximo.

E quanto a João? Em seu Evangelho, os feitos espetaculares de Jesus são chamados de sinais, não de milagres. E são dados exatamente para provar quem Jesus é, para convencer as pessoas a acreditar nele. Alegando ser o “Pão da Vida”, ele faz o sinal dos pães para alimentar as massas (João 6); alegando ser a “Luz do Mundo”, faz o sinal de curar o homem cego de nascença (João 9); alegando ser a “Ressurreição e a Vida”, faz o sinal de levantar Lázaro de entre os mortos (João 11).

É impressionante que a história de Mateus sobre Jesus se recusar a dar um sinal aos líderes judeus, a não ser o sinal de Jonas, não seja encontrada em João. Mas por que seria? Para João, Jesus passa todo o seu ministério dando sinais. João também não conta a história das três tentações no deserto. Novamente, como poderia? Para ele, o fato de Jesus provar sua identidade por intermédio de sinais milagrosos não é uma tentação satânica; é seu chamado divino.

Em João, esses sinais têm o objetivo de promover a fé em Jesus. Como o próprio Jesus diz a um funcionário real que tinha pedido a ele que curasse seu filho: “Se não virdes sinais e prodígios não creereis” (João 4:48). Jesus cura o garoto, e o homem passa a acreditar (João 4:53). Portanto, o autor de João acreditava que eram os sinais que provavam a identidade de Jesus e levavam as pessoas à fé: “Jesus fez ainda, diante de seus discípulos, muitos outros sinais, que não se acham escritos neste livro. Esses, porém, foram escritos

para crerdes que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome” (20:30-31). Enquanto provas sobrenaturais da identidade de Jesus eram absolutamente proibidas em Mateus, em João elas são a principal razão dos atos milagrosos de Jesus.

ALGUMAS DIFERENÇAS FUNDAMENTAIS ENTRE PAULO E OS AUTORES DOS EVANGELHOS

Grandes diferenças entre os autores do Novo Testamento podem ser encontradas não apenas nos quatro Evangelhos, mas também entre muitos dos outros livros do Novo Testamento, como os textos do apóstolo Paulo.

Paulo escreveu antes de qualquer dos Evangelhos ter sido escrito. A maioria de suas cartas foi produzida nos anos 50 da era cristã, cerca de dez ou 15 anos antes de nosso primeiro Evangelho, o de Marcos. Paulo e os autores dos Evangelhos estavam escrevendo após a morte de Jesus, e esses últimos não estavam apenas registrando para a posteridade as coisas que Jesus “realmente” disse e fez. Eles contaram as histórias das palavras e dos feitos de Jesus à luz de sua própria compreensão teológica, como já vimos. Paulo também escreveu segundo sua perspectiva teológica. Mas muitas das visões encontradas nele contradizem as que podem ser vistas nos Evangelhos, bem como no livro dos Atos, escrito pelo autor do Evangelho de Lucas.

PAULO E MATEUS SOBRE A SALVAÇÃO E A LEI

Um aspecto importante dos ensinamentos de Paulo é a questão do modo como a pessoa pode ser justa perante Deus. Pelo menos desde a Reforma alguns teólogos argumentam que essa era a principal preocupação dele. Hoje, a maioria dos acadêmicos paulinos reconhece que essa é uma simplificação exagerada, que descarta boa parte do que chegou a nós nas sete inquestionáveis epístolas paulinas mencionadas no capítulo 2. Mas Paulo certamente se preocupava com o modo como as pessoas — aquelas que queriam se converter, por exemplo — poderiam ter a relação certa com Deus, e estava convencido de que isso só podia acontecer por meio da crença na

morte e na ressurreição de Jesus, não seguindo as determinações da lei judaica.

Esse ensinamento é um pouco contraditório em relação a outros pontos de vista no Novo Testamento, incluindo os apresentados no Evangelho de Mateus. Os seguidores de Jesus precisam obedecer à lei judaica para serem salvos? Isso depende do autor ao qual você pergunta. A postura correta perante Deus depende completamente da fé na morte e na ressurreição de Jesus? Pelo menos uma história fundamental no Evangelho de Mateus difere de Paulo nessa questão.

A visão de Paulo sobre a “justificação”

Paulo usa a palavra “justificação” para se referir à postura correta do indivíduo perante Deus. Sua visão da justificação pode ser encontrada principalmente em suas epístolas aos gálatas e aos romanos. Nessas cartas, ele tem várias formas de explicar como uma pessoa pode ter a postura correta perante Deus. Seu ponto de vista mais conhecido e persuasivo (também encontrado em suas outras epístolas) é que uma pessoa é “justificada pela fé” na morte e na ressurreição de Cristo, não por obedecer às determinações da lei judaica.

Uma forma de compreender a teologia de justificação de Paulo é tentar pensar segundo a sua lógica. Isso exige que se comece do início, quando Paulo ainda não era um seguidor de Jesus, e sim alguém que considerava a fé em Cristo uma blasfêmia merecedora de oposição violenta. Escrevendo cerca de vinte anos após seus dias de perseguidor, Paulo nunca nos diz o que originalmente achava tão censurável na crença cristã, mas há alguns indícios espalhados por suas epístolas. Ele talvez se ofendesse com a alegação de que Jesus era o Messias.

Como judeu religioso, antes de acreditar em Jesus, Paulo sem dúvida tinha ideias sobre como seria o Messias. Antes do surgimento do cristianismo, nenhum judeu acreditava que o Messias iria sofrer e morrer. Muito pelo contrário: o que quer que diferentes judeus pensassem sobre isso, todos concordavam em que o Messias seria uma figura grande e poderosa, que implementaria os propósitos de Deus na Terra pela força. Os judeus não

entendiam as passagens das Escrituras que falam do sofrimento do justo de Deus como uma referência ao Messias. E nenhuma dessas passagens (Isaías 53; Salmo 22) menciona o Messias.

O Messias tinha os favores especiais de Deus e era uma presença marcante e poderosa na Terra. E quem era Jesus? Um pregador itinerante pouco conhecido que estava do lado errado da lei e que foi crucificado por se insurgir contra o Estado. Para a maioria dos judeus do século I, chamar Jesus de Messias era no mínimo enganoso e, na pior das hipóteses, uma blasfêmia. Nada podia ser mais estranho, ninguém podia ser menos messiânico do que um criminoso crucificado (ver 1 Coríntios 1:23). Evidentemente, Paulo também pensava assim. Mas então algo aconteceu a ele. Posteriormente, Paulo alegou ter tido uma visão de Jesus após sua morte (1 Coríntios 15:8). Essa visão o convenceu de que Jesus não estava morto. Mas como poderia não estar morto?

Sendo um judeu apocalíptico antes de abraçar a fé em Jesus, Paulo já acreditava na ideia de que no fim da era do mal haveria a ressurreição dos mortos; que, quando Deus derrubasse as forças do mal, levantaria todos os seres humanos de entre os mortos e todos seriam julgados, com os bons recebendo uma recompensa eterna, e os ímpios, a punição eterna. Se Jesus já não estava morto, como Paulo “sabia”, por tê-lo visto vivo (digamos, um ou dois anos depois), então só podia ser porque Deus o tinha levantado dos mortos. Mas, se Deus o tinha erguido dos mortos, tinha que ser porque ele *era* aquele que recebia os favores especiais de Deus. Ele só podia ser o Messias, não do modo como qualquer judeu tinha imaginado antes, mas de alguma outra forma.

Mas, se ele era o escolhido por Deus, o Messias, por que tinha morrido? É aqui que começamos a pensar com Paulo — em sentido contrário, ou seja, começando com o fim, a ressurreição de Jesus, e seguindo até a morte e a vida de Jesus. Paulo raciocinou que Jesus não poderia ter morrido por ter feito algo errado se ele era o Messias, que tinha os favores especiais de Deus. Não poderia ter morrido por seus próprios pecados. Pelo quê, então? Evidentemente, pelos pecados dos outros. Como os sacrifícios no Templo de

Jerusalém, Jesus era um sacrifício pelos pecados cometidos por outras pessoas.

Por que Deus faria Jesus morrer pelos outros? Evidentemente porque um sacrifício humano era a única forma de um sacrifício perfeito. Com certeza, o sistema sacrificial judaico não era adequado para lidar com pecados. Mas isso significaria que Deus havia mudado de ideia sobre como as pessoas deveriam ser justas perante ele? Ele não tinha chamado os judeus de seu povo especial e dado a eles a lei para que se distinguissem de todos os outros povos como os escolhidos por ele? Sim, raciocinou Paulo, ele o fez. A lei e os profetas deveriam apontar para Cristo, a solução final de Deus para o problema humano.

Mas qual é o problema humano? Aparentemente, todos — não apenas os gentios, mas também os judeus — tinham violado as leis de Deus e precisavam do sacrifício perfeito por seus pecados. Mas isso significaria que todos — não apenas os judeus, mas também os gentios — precisavam aceitar esse sacrifício do Messias de Deus para que seus pecados estivessem cobertos, ou perdoados, perante Deus. As pessoas não podiam ser justas perante Deus fazendo o que Ele determinava na lei? Evidentemente, não. Se isso fosse possível, não haveria razão para que o Messias tivesse sido crucificado. Ao ser crucificado, Jesus derramou seu sangue pelos outros e fez um sacrifício expiatório pelos pecados. E aqueles que acreditavam em sua morte (e em sua ressurreição, demonstrando que a morte de Jesus era parte do plano de Deus) seriam justos perante Deus — justificados. Aqueles que não acreditavam não poderiam ser justificados.

Tudo isso significa que obedecer à lei judaica não dizia respeito à salvação. Mesmo judeus que obedecessem à lei ao último grau não poderiam ser justos perante Deus por intermédio da lei. E quanto aos gentios? Eles deveriam se tornar judeus e tentar obedecer à lei assim que tivessem fé em Cristo? Para Paulo, a resposta era absolutamente não. Tentar obedecer à lei mostraria que a pessoa considerava possível *ganhar* o favor de Deus — ter direito de se gabar, por assim dizer. Qualquer um que tentasse se justificar obedecendo à lei ainda estaria preso em pecado, então isso não adiantaria nada.

A única forma de se justificar era com a fé na morte e na ressurreição de Jesus. Em Gálatas 2:15, Paulo diz: “Nós também cremos em Cristo Jesus para sermos justificados pela fé em Cristo e não pelas obras da Lei, porque pelas obras da Lei ninguém será justificado.”

Esse é o ensinamento de Paulo ao longo de Romanos (1-3) e Gálatas (1-3). Os seguidores de Jesus não deveriam tentar obedecer à lei, a não ser no sentido de que “amar ao próximo como a si mesmo” e levar uma vida ética continuavam a ser algo que Deus esperava de seu povo. Mas seguir os preceitos e as determinações da lei — ser circuncidado, ser *kosher*, respeitar o sabá e outras festas judaicas — não era necessário para a salvação, e se você pensasse (ou agisse) de outra forma, corria o risco de perder sua salvação (Gálatas 5:4).⁶

AS VISÕES DE PAULO E MATEUS SOBRE A LEI

Eu muitas vezes fiquei imaginando o que aconteceria se Paulo e Mateus fossem trancados em uma sala da qual não pudessem sair antes de produzir uma declaração de consenso sobre como os seguidores de Jesus deveriam lidar com a lei judaica. Eles teriam conseguido sair ou ainda estariam lá até hoje como dois esqueletos?

Se Mateus, que escreveu cerca de 25 ou trinta anos após Paulo, algum dia leu as epístolas de Paulo, certamente não as achou inspiradoras, muito menos inspiradas. Mateus vê a lei de um modo diferente de Paulo e acha que os seguidores de Jesus precisam obedecer a ela. Na verdade, eles precisam obedecer a ela ainda mais do que a maioria dos judeus devotos, escribas e fariseus. Em Mateus, é lembrado que Jesus disse:

Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas. Não vim revogá-los, mas dar-lhes pleno cumprimento, porque em verdade vos digo que, até que passem o céu e a terra, não será omitido nem um só i, uma só vírgula da Lei, sem que tudo seja realizado. Aquele, portanto, que violar um só desses menores mandamentos e ensinar os homens a fazerem o mesmo será chamado o menor no Reino dos Céus. Aquele, porém, que os praticar e ensinar, esse será chamado grande no Reino dos Céus. Com

feito, eu vos asseguro que se a vossa justiça não ultrapassar a dos escribas e dos fariseus, não entrareis no Reino dos Céus (Mateus 5:17-20).

Paulo achava que os seguidores de Jesus que tentavam obedecer à lei corriam o risco de perder sua salvação. Mateus achava que os seguidores de Jesus que não seguiam a lei, e ainda mais que os judeus mais religiosos, nunca alcançariam a salvação. Ao longo dos anos, teólogos e intérpretes tentaram conciliar essas duas visões, o que é perfeitamente compreensível, uma vez que ambas estão no cânone. Mas qualquer um que leia o Evangelho segundo Mateus e depois a epístola aos gálatas nunca poderia imaginar que haveria uma razão para conciliar essas duas declarações, ou um modo de fazer isso. Para Mateus, ser grande no reino exige seguir todos os mandamentos; apenas para entrar no reino é necessário segui-los ainda melhor do que escribas e fariseus. Para Paulo, entrar no reino (uma forma diferente de dizer “se justificar”) é possível apenas pela morte e pela ressurreição de Jesus; para os gentios, seguir a lei judaica (a circuncisão, por exemplo) é estritamente proibido.

Claro que Mateus também sabe tudo sobre a morte e a ressurreição de Jesus. Ele passa boa parte de seu Evangelho narrando-as. E acha, também, que fora da morte de Jesus não pode haver salvação. Mas a salvação também exige que se sigam as leis de Deus. Afinal, ele criou essas leis. Presume-se que estava falando sério na primeira vez e não mudou de ideia depois.

Na verdade, uma passagem em Mateus sugere que a salvação não é apenas uma questão de crença, mas também de ação, uma ideia absolutamente ausente do raciocínio de Paulo. Em um dos grandes discursos de Jesus, encontrado apenas em Mateus, ele descreve o Dia do Juízo Final que acontecerá no fim dos tempos. O Filho do Homem surge em glória com seus anjos, e pessoas de todas as nações da Terra se reúnem perante ele (Mateus 25:31-45). Ele as divide em dois grupos, “como um pastor separa as ovelhas dos bodes”. As ovelhas ficam à sua direita e os bodes à esquerda. Ele recebe

as ovelhas no Reino de Deus, “preparado para vocês desde a criação do mundo”. Por que aquelas pessoas são levadas ao reino?

Pois tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era forasteiro e me acolhestes. Estive nu e me vestistes, preso e viestes ver-me.

As “ovelhas”, porém, ficam perplexas. Elas não se lembram sequer de ter encontrado Jesus, o Filho do Homem, quanto mais de fazer essas coisas por ele. Mas ele diz a elas: “Cada vez que fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes.” Em outras palavras, é cuidando dos que têm fome, sede, estão nus, doentes e encarcerados que é possível herdar o Reino de Deus.

Os bodes, por outro lado, são mandados “para o fogo eterno preparado para o Diabo e para seus anjos”. Por quê? Diferentemente das ovelhas, eles não cuidaram do Filho do Homem quando ele precisou. Eles também ficam perplexos, porque não se lembram de um dia tê-lo visto. Mas viram outros necessitados e deram as costas a eles: “Todas as vezes que o deixastes de fazer a um desses mais pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer.” Mateus conclui sua história com esta afirmação severa: “E irão estes para o castigo eterno enquanto os justos irão para a vida eterna.” Essas são as últimas palavras em público de Jesus no Evangelho de Mateus.

Como essas palavras se coadunam com Paulo? Não muito bem. Paulo acreditava que a vida eterna era dada àqueles que acreditavam na morte e na ressurreição de Jesus. No relato de Mateus sobre as ovelhas e os bodes, a salvação é dada a quem nunca tinha ouvido falar em Jesus. É dada a quem trata os outros de forma humana e carinhosa no momento de maior necessidade. É uma visão da salvação inteiramente diferente.⁷

Há outra história marcante em Mateus. Um homem rico dirige-se a Jesus e pergunta a ele: “Mestre, que farei de bom para ter a vida eterna?” Jesus responde: “Se queres entrar na Vida, guarda os mandamentos.” Quando questionado: “Quais?”, Jesus enumera alguns dos Dez Mandamentos como

exemplo. O homem insiste em que já praticava todos eles — o que mais era necessário? Jesus responde que ele deve abrir mão de tudo o que tem, “e terás um tesouro nos céus” (Mateus 19:16-22). Jesus então diz: “Depois, vem e segue-me” — mas perceba: seguir Jesus só acontece após o homem ter herdado o tesouro celestial, ao abrir mão de tudo.

Fico pensando no que teria acontecido se o mesmo homem tivesse abordado Paulo, vinte anos depois. Se questionado sobre como alguém poderia alcançar a vida eterna, Paulo teria respondido “Guarda os mandamentos”? Não ele. Os mandamentos não têm nada a ver com isso. A morte e a ressurreição de Jesus, sim. Paulo teria dito que abrir mão de tudo o que ele tinha daria a ele tesouros no céu? De jeito algum. Apenas a fé em Jesus poderia levar à vida eterna.

É possível argumentar que Jesus estava falando sobre salvação antes de sua morte, e Paulo sobre salvação depois disso, pois Mateus escreveu depois de Paulo. Além disso, em Mateus, Jesus fala sobre o julgamento final, que obviamente aconteceria após sua morte e ressurreição. Portanto, o problema é o seguinte: se o Jesus de Mateus estava certo a respeito de que seguir a lei e amar aos outros como a si mesmo podiam levar à salvação, como Paulo pode estar certo em que fazer essas coisas era irrelevante para conseguir a salvação?

VÁRIAS OUTRAS PERSPECTIVAS DIFERENTES NO NOVO TESTAMENTO

Há outras grandes e pequenas diferenças nos livros do Novo Testamento. A melhor forma de citar alguns exemplos é fazer perguntas objetivas.

POR QUE JESUS MORREU?

A morte de Jesus é fundamental para Paulo e para cada um dos autores dos Evangelhos. Mas *por que* ele morreu? E qual a relação entre sua morte e a salvação? A resposta depende de que autor você lê.

Marcos é claro ao afirmar que a morte de Jesus produziu uma expiação dos

pecados. Como o próprio Jesus afirma em um dos capítulos iniciais de Marcos: “Pois o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (Marcos 10:45). A morte de Jesus resgata outros da dívida que têm para com Deus por causa do pecado. É um sacrifício expiatório.

Lucas usou o Evangelho de Marcos como fonte para o seu próprio, acrescentando, eliminando e alterando as palavras de Marcos como achou melhor. E o que ele fez com o versículo em questão? Eliminou-o completamente. Por que Lucas eliminaria o versículo? Possivelmente porque ele tem uma compreensão distinta da morte de Jesus.

Nesse sentido, é marcante que em Marcos a “evidência” de que a morte de Jesus produz a expiação apareça imediatamente após a morte de Jesus, quando a cortina do Templo se rasga em duas, mostrando que com sua morte as pessoas têm acesso a Deus. Mas Lucas muda esse momento: a cortina se rasga enquanto Jesus ainda está vivo. Muitos estudiosos acham isso significativo: a cortina se rasgando já não marca o significado de expiação da morte de Jesus, e sim o julgamento por Deus do Templo dos judeus, uma declaração simbólica de que ele será destruído.

Então, qual é a razão para a morte de Jesus em Lucas? O ponto fica mais claro no segundo volume de Lucas, o livro dos Atos, no qual os apóstolos pregam sobre a salvação surgida em Cristo para converter as pessoas à fé. Em nenhum desses sermões missionários há uma só referência ao fato de a morte de Jesus produzir uma expiação. Em vez disso, a mensagem constante é a de que as pessoas são culpadas por rejeitar aquele enviado por Deus e tê-lo mandado à morte. A morte do inocente (Jesus) deveria fazer com que elas se arrependessem de seus pecados e se voltassem para Deus, para que Ele pudesse perdoá-las (ver Atos 2:36-38; 3:17-19). A visão de Lucas é a de que a salvação não é fruto de um sacrifício expiatório, mas do perdão derivado do arrependimento.⁸

Mas expiação e perdão não são a mesma coisa? De modo algum. Por exemplo: suponha que você me deve cem dólares, mas não pode pagar. Há duas formas de o problema ser solucionado. Outra pessoa (um amigo, seu

irmão, seus pais) pode pagar os cem dólares por você. Isso seria a expiação: outra pessoa sofre sua punição. Ou, em vez disso, eu poderia simplesmente dizer: “Deixe para lá, eu não preciso do dinheiro.” Isso seria perdão, no qual ninguém paga e Deus simplesmente perdoa a dívida.

A morte de Jesus é importante para Marcos e Lucas. Mas, para Marcos, é uma expiação; para Lucas, é a razão pela qual as pessoas se dão conta de serem pecadoras e de precisarem se voltar a Deus para conseguir o perdão. O porquê da morte de Jesus, portanto, é bastante diferente dependendo de qual autor você lê.

QUANDO JESUS SE TORNOU O FILHO DE DEUS, O SENHOR E O MESSIAS?

Os discursos missionários dos Atos não lidam apenas com as questões da salvação; eles também fazem afirmações grandiosas sobre Cristo e sobre como Deus o exaltou após sua morte. No discurso de Paulo a possíveis convertidos em Antioquia da Pisídia, ele fala sobre Deus ressuscitar Jesus em cumprimento às Escrituras:

A promessa, feita a nossos pais, Deus a realizou plenamente para nós, seus filhos, ressuscitando Jesus, como também está escrito nos Salmos: “Tu és o meu filho e hoje te gerei” (Atos 13:32-33).

Neste texto, o “dia” em que Jesus foi gerado como Filho de Deus foi aquele da ressurreição. Mas como isso se encaixa no que Lucas diz em outro momento? No Evangelho de Lucas, a voz pronuncia as mesmas palavras: “Tu és o meu filho, eu *hoje* te gerei” (Lucas 3:22) quando Jesus é batizado.⁹ Mas ainda antes o anjo Gabriel anunciara a Maria, antes da concepção e do nascimento de Jesus, que “o Espírito Santo virá sobre ti e o poder do Altíssimo vai te cobrir com a sua sombra; por isso o Santo que nascer será chamado de Filho de Deus” (Lucas 1:35). Nesse momento, aparentemente, Jesus é o Filho de Deus por causa da concepção imaculada: ele é fisicamente o Filho de Deus. Como Lucas pode dizer as três coisas? Não estou certo de que seja possível conciliar esses relatos; talvez Lucas tenha recebido essas diferentes tradições de fontes diversas que divergiam entre si sobre a questão.

O mesmo tipo de problema ocorre com algumas outras coisas que Lucas diz sobre Jesus. Por exemplo: no discurso de Pedro no dia de Pentecostes, ele fala da morte de Jesus e afirma que Deus o elevou e exaltou aos céus: “Saiba, portanto, com certeza, toda a casa de Israel: Deus o constituiu Senhor e Cristo, este Jesus a quem vós crucificastes” (Atos 2:36). Mais uma vez, Jesus parece receber o status exaltado na ressurreição — ou seja, quando Deus “o constituiu” Senhor e Messias. Mas então, o que pensar da narrativa do nascimento em Lucas, na qual o anjo informa aos pastores que estão “cuidando de seu rebanho à noite” que “nasceu-vos hoje um Salvador, que é o Cristo-Senhor, na cidade de Davi” (2:11)? Nesse momento, Jesus é Messias e Senhor já no nascimento. Como Jesus se torna Messias e Senhor em dois momentos distintos? Mais uma vez, parece haver uma discrepância interna nos próprios textos de Lucas, possivelmente pela utilização de fontes diferentes para criar os relatos.

DEUS PERDOOU A IGNORÂNCIA DOS IDÓLATRAS?

Vimos que o livro dos Atos dos apóstolos ocasionalmente apresenta discrepâncias não apenas em relação aos Evangelhos, mas também em relação aos escritos do herói de suas narrativas, Paulo. Um caso particularmente interessante ocorre em um dos poucos momentos em Atos nos quais Paulo estaria enviando uma mensagem a um público pagão, seu sermão aos filósofos de Atenas que estavam no meio do Areópago (Atos 17:22-31). Paulo começa seu sermão elogiando os ouvintes por sua grande religiosidade, mas continua dizendo que eles cometeram um grande erro ao pensar que poderiam venerar Deus adorando ídolos, pois Deus “não habita em templos feitos por mãos humanas”. Em vez disso, ele é o senhor da Terra, o criador de tudo. Mas “não levando em conta os tempos da ignorância, Deus agora notifica aos homens que todos e em toda parte se arrependam”. Esse é um versículo fundamental. Segundo Paulo, os pagãos adoravam ídolos pagãos por ignorância. Eles simplesmente não conheciam nenhuma outra forma de adoração. Deus perdoou tudo isso e deu a eles uma oportunidade de ver a verdade e passar a acreditar nele por intermédio de Cristo, que foi ressuscitado dos mortos.

O que torna tão interessante esse ponto de vista é que o próprio Paulo fala

sobre religiões pagãs em uma de suas epístolas e deixa muito claro que não acredita de modo algum que os pagãos veneram ídolos por ignorância ou que Deus os perdoou por seus atos na esperança de que se arrependessem. Em Romanos 1:18-32, Paulo aponta exatamente o contrário, que a “ira de Deus” será lançada sobre os pagãos porque eles intencional e conscientemente rejeitaram o conhecimento de Deus que era inato a eles. “Porque o que se pode conhecer de Deus é manifesto entre eles, pois Deus lho revelou” (Romanos 1:19). Eles não criaram suas fantasias religiosas por ignorância, mas conhecendo plenamente a verdade. “Pois tendo conhecido a Deus não o honraram como Deus nem lhe renderam graças (...) e trocaram a glória do Deus incorruptível por imagens do homem corruptível, de aves, quadrúpedes e répteis.”

Deus perdoou seu pecado? De modo algum: “Eles não têm desculpa.” E Deus os pune não apenas em algum momento não revelado no futuro, mas também no presente, tornando-os, ou permitindo que se tornem, cada vez mais corruptos, ímpios e imorais.

E assim, temos dois retratos contrastantes do ponto de vista de Paulo sobre os pagãos e sua adoração a ídolos. Eles adoram ídolos por ignorância? O “Paulo” dos Atos diz que sim, Paulo em seus próprios escritos diz que não. Deus perdoou o que eles tinham feito? Atos diz sim, Paulo diz não. Eles são responsáveis por seus atos idólatras? Atos diz que não, Paulo diz que sim. Como resultado, Deus lançará sobre eles sua ira no presente? Atos diz que não, Paulo diz que sim.

Frequentemente os estudiosos tentaram conciliar essas visões. Na maioria das vezes é dito que, como em Atos, Paulo está falando aos próprios idólatras, querendo convertê-los, mas não diz o que realmente pensa para não ofendê-los. Eu, francamente, sempre achei difícil acreditar nisso, pois significaria que Paulo, para conseguir algumas conversões, mentiria escancaradamente sobre o que pensava ser a visão de Deus de suas atividades religiosas. Paulo era muitas coisas, mas não acho que hipócrita fosse uma delas. O verdadeiro Paulo mais provavelmente teria pregado um pouco de fogo e pedras para que essas pessoas se dessem conta de seu comportamento

errado. Diplomacia também é uma característica raramente atribuída ao Paulo histórico. Parece que o Paulo dos Atos não é o mesmo que o Paulo verdadeiro, pelo menos no que diz respeito a essa questão fundamental da reação divina à idolatria pagã.

O ESTADO ROMANO É UMA FORÇA DO BEM OU DO MAL?

Minha última pergunta sobre uma grande discrepância de perspectiva também foi feita por muitos dos primeiros cristãos: qual é a postura correta dos cristãos em relação ao Estado? Diferentes autores responderam a essa pergunta de modos diversos; algumas vezes essas respostas contradizem umas às outras. O apóstolo Paulo está em uma das extremidades do espectro:

Cada um se submeta às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus. De modo que aquele que se revolta contra a autoridade opõe-se à ordem estabelecida por Deus (...) pois ela é instrumento de Deus para te conduzir ao bem (Romanos 13:1-2,4).

As autoridades governantes são de Deus, Ele as instituiu para o bem e ninguém deve resistir a elas, porque fazer isso é resistir a Deus.

A visão oposta é apresentada no livro do Apocalipse, que vê os poderes governantes como ímpios, instituídos e controlados pelas forças do mal, e no fim sujeitos à ira esmagadora de Deus. Entre eles há “autoridades governantes” como o Anticristo e seus lacaios. Ali a cidade de Roma é descrita como “a grande prostituta” e “mãe das prostitutas e das abominações da Terra”, “embriagada com o sangue dos santos e com o sangue das testemunhas de Jesus”. Por que essa “prostituta de Babilônia” do Apocalipse 17 deve ser entendida como uma referência às autoridades romanas, aquelas que Paulo tanto louvou? Porque um anjo nos dá uma interpretação do significado dessa visão da “prostituta de Babilônia”. A besta sobre a qual ela se senta tem sete cabeças, que representam os “sete montes sobre os quais a mulher está sentada”; ela mesma é “a Grande Cidade que reina sobre os reis da Terra” (Apocalipse 17:18). Qual é a grande cidade governante do século I

assentada sobre sete montes? Claro que é Roma, a cidade “construída sobre sete colinas”.

No livro do Apocalipse, Roma não é o tipo de instituição de disposição gentil operando para produzir o bem, não é a serva indicada por Deus para o bem-estar de seu povo, como em Paulo. No Apocalipse, Roma é uma autoridade hedionda, desgraçada, blasfema, flagrantemente imoral e violentamente opressiva, não indicada por Deus, e sim estabelecida pelos inimigos de Deus. Mas seu dia está chegando; Deus em breve derrubará o Estado romano de modo a introduzir seu reino do bem e apagar a prostituta de Babilônia da face da Terra.

CONCLUSÃO

Já faz quase 25 anos que eu dou aulas sobre o Novo Testamento em universidades, principalmente em Rutgers e na Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill. Ao longo de todo esse tempo, a aula que achei mais difícil dar aos alunos — a lição da qual é mais difícil convencê-los — foi a alegação histórico-crítica de que cada autor da Bíblia precisa ter sua própria voz, já que em muitos pontos o que um autor tem a dizer sobre determinado tema não é o que outro diz. Algumas vezes as diferenças são uma questão de reforço e ênfase; outras vezes são discrepâncias entre diferentes narrativas ou entre as ideias de autores diversos; e algumas vezes essas discrepâncias são muito grandes, afetando não apenas os pequenos detalhes do texto, mas as próprias questões fundamentais com as quais esses autores estão lidando.

Neste capítulo, tentei abordar algumas das mais interessantes “grandes” discrepâncias. Quem foi Jesus? Como ele veio ao mundo? O que ensinou? Por que operou milagres? Qual foi sua postura frente à própria morte? Por que precisou morrer? Como as pessoas são justas perante Deus? Qual é a atitude de Deus para com “falsas” religiões? Como os cristãos devem se relacionar com as autoridades governamentais? Esses são, de qualquer ângulo, temas fundamentais. E diferentes autores do Novo Testamento respondem de formas distintas.

Quem são exatamente esses autores que discordam uns dos outros em boa

parte do tempo sobre questões tão fundamentais? Esse é o tema que vamos discutir a seguir em nosso estudo histórico-crítico dos textos do Novo Testamento: quem realmente escreveu a Bíblia?

QUATRO

Quem escreveu a Bíblia?

Alunos em seu primeiro curso de nível superior sobre a Bíblia costumam achar surpreendente que não saibamos quem escreveu a maioria dos livros do Novo Testamento. Como é possível? Esses livros não trazem anexados os nomes dos autores? Mateus, Marcos, Lucas, João, as epístolas de Paulo, 1 e 2 Pedro e 1, 2 e 3 João? Como nomes errados podem estar ligados a livros das Escrituras? Não são a Palavra de Deus? Se alguém escreveu um livro alegando ser Paulo sabendo muito bem que não era, isso não é uma mentira? As Escrituras podem conter mentiras?

Quando cheguei ao seminário estava totalmente armado e pronto para o ataque à minha fé praticado por estudiosos liberais da Bíblia que iriam insistir nessas ideias malucas. Como fui criado em círculos conservadores, eu sabia que essas visões eram comuns em lugares como o Seminário Teológico de Princeton. Mas o que *eles* sabiam? Bando de liberais.

Com o tempo, o que foi assustador para mim foi ver como havia poucas provas reais das tradicionais atribuições de autoria que eu sempre considerara indiscutíveis e como havia tantas evidências de que muitas dessas atribuições eram erradas. Então os liberais realmente tinham algo a dizer e evidências para sustentar; eles não estavam apenas agindo com pensamento destrutivo. Havia alguns livros, como os Evangelhos, que tinham sido escritos anonimamente e apenas mais tarde atribuídos a certos autores que provavelmente não os escreveram (apóstolos e amigos dos apóstolos). Outros livros tinham sido escritos por autores que alegavam cinicamente ser alguém que não eram.

Neste capítulo pretendo apresentar essas evidências.

QUEM ESCREVEU OS EVANGELHOS?

Embora evidentemente não seja o tipo de coisa que os pastores costumem contar às suas congregações, há mais de um século existe um forte consenso

de que muitos dos livros do Novo Testamento não foram escritos pelas pessoas cujos nomes estão ligados a eles. Mas, se isso é verdade, *quem* estão os escreveu?

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES:

OS EVANGELHOS COMO RELATOS DE TESTEMUNHAS

Como já vimos, os Evangelhos estão repletos de pequenas e grandes discrepâncias. Por que há tantas diferenças entre os quatro livros? Eles são chamados de Mateus, Marcos, Lucas e João porque se convencionou acreditar que tinham sido escritos por Mateus, um discípulo que era coletor de impostos; João, o “discípulo amado” mencionado no quarto Evangelho; Marcos, o secretário do discípulo Pedro; e Lucas, o companheiro de viagem de Paulo. Essa tradição remonta a um século após os livros terem sido escritos.

Mas, se Mateus e João foram escritos por discípulos reais de Jesus, por que são tão diferentes, em todos os níveis? Por que contêm tantas contradições? Por que apresentam visões tão fundamentalmente distintas sobre quem Jesus era? Em Mateus, Jesus passa a existir quando é concebido, ou nasce, de uma virgem; em João, Jesus é o Verbo de Deus encarnado que estava com Ele no princípio e por intermédio de quem o universo foi criado. Em Mateus, não há uma só palavra sobre o fato de Jesus ser Deus; em João, ele é exatamente isso. Em Mateus, Jesus prega o futuro Reino de Deus e quase nunca fala sobre si mesmo (e nunca que é divino); em João, Jesus prega quase exclusivamente sobre si mesmo, especialmente sua divindade. Em Mateus, Jesus se recusa a operar milagres para provar sua identidade; em João, essa é praticamente a única razão para ele fazer milagres.

Será que dois dos seguidores reais de Jesus poderiam ter compreensões tão radicalmente diferentes sobre quem ele era? É possível. Duas pessoas que trabalharam no governo de George W. Bush podem muito bem ter visões radicalmente diferentes sobre ele (embora eu duvide de que qualquer uma delas o chamasse de divino). Isso levanta uma importante questão metodológica que quero apresentar antes de discutir as evidências para a autoria dos Evangelhos.

Por que surgiu a tradição de que esses livros foram escritos por apóstolos e por companheiros dos apóstolos? Em parte de modo a garantir aos leitores que eles foram escritos por testemunhas oculares e companheiros das testemunhas oculares. Uma testemunha ocular merece a confiança de que iria contar a verdade sobre o que realmente aconteceu na vida de Jesus. Mas a realidade é que não é possível confiar em que as testemunhas ofereçam relatos historicamente precisos. Elas nunca mereceram confiança e ainda não merecem. Se testemunhas oculares sempre fizessem relatos historicamente precisos, não teríamos a necessidade de tribunais. Quando precisássemos descobrir o que realmente aconteceu quando um crime foi cometido, bastaria perguntar a alguém. Casos reais demandam muitas testemunhas, porque seus depoimentos diferem entre si. Se duas testemunhas em um tribunal divergissem tanto quanto Mateus e João, imagine como seria difícil chegar a um veredicto.

A verdade é que todos os Evangelhos foram escritos anonimamente, e nenhum dos autores alega ser uma testemunha. Há nomes ligados aos títulos dos Evangelhos (“o Evangelho segundo Mateus”), mas esses títulos são acréscimos posteriores aos próprios livros, conferidos por editores e escribas para informar aos leitores quem os editores achavam que eram as autoridades por trás das diferentes versões. Que os títulos não são originalmente dos Evangelhos é algo que fica claro com uma simples reflexão. Quem escreveu Mateus não o chamou de “Evangelho segundo Mateus”. As pessoas que deram esse título a ele estão dizendo a você quem, na opinião delas, o escreveu. Autores nunca dão a seus livros o título de “segundo fulano”.¹

Além disso, o Evangelho de Mateus é inteiramente escrito na terceira pessoa, falando sobre o que “eles” — Jesus e os discípulos — estavam fazendo, nunca sobre o que “nós” — Jesus e o restante de nós — estávamos fazendo. Mesmo quando o Evangelho fala sobre Mateus ser chamado a se tornar um discípulo, fala sobre “ele”, não sobre “eu”. Leia você mesmo o relato (Mateus 9:9). Não há nada nele que leve a suspeitar de que o autor fala de si mesmo.

Isso fica ainda mais claro em João. No fim do Evangelho, o autor fala do

“discípulo amado”: “Este é o discípulo que dá testemunho dessas coisas e foi quem as escreveu: e sabemos que o seu testemunho é verdadeiro” (João 21:24). Observe como o autor se diferencia de sua fonte de informações, “o discípulo que dá testemunho” e *ele mesmo*: “*sabemos* que o seu testemunho é verdadeiro”. Ele/nós: este autor não é o discípulo. Ele alega ter recebido algumas de suas informações do discípulo.

Quanto aos outros Evangelhos, Marcos não seria um discípulo, mas um companheiro de Pedro, e Lucas era um companheiro de Paulo, que também não era um discípulo. Mesmo que eles tivessem sido discípulos, isso não garantiria a objetividade ou a veracidade de suas histórias. Mas na verdade nenhum dos autores foi testemunha, e nenhum deles alega ter sido.

Quem, então, escreveu esses livros?

OS AUTORES DOS EVANGELHOS

Uma boa forma de começar é com uma pergunta básica: o que sabemos sobre os seguidores de Jesus? Nossa mais antiga e melhor fonte de informação sobre eles são os próprios Evangelhos, juntamente com o livro dos Atos. Os outros livros do Novo Testamento, como os textos de Paulo, só se referem de passagem aos 12 apóstolos, e essas referências tendem a confirmar o que podemos extrair dos próprios Evangelhos. Fora do Novo Testamento temos apenas lendas produzidas muitas décadas e séculos depois — por exemplo, os famosos Atos de João, que narram suas milagrosas empreitadas missionárias após a ressurreição. Nenhum historiador acredita que esses Atos sejam historicamente confiáveis.²

Aprendemos nos Evangelhos que os discípulos de Jesus, como ele, eram camponeses de classe baixa da Galileia rural. A maioria deles — certamente Simão Pedro, André, Tiago e João — era diarista (pescadores e assemelhados); Mateus seria coletor de impostos, mas não é clara sua posição na organização desse trabalho: se era uma espécie de empreiteiro que trabalhava diretamente com as autoridades governamentais para garantir o faturamento dos impostos ou, mais provavelmente, o tipo de pessoa que esmurrava sua porta para obrigá-lo a pagar. Nesse último caso, nada indica que ele pudesse ter precisado de muita educação.

O mesmo certamente pode ser dito dos outros. Temos algumas informações sobre o que era ser um camponês de classe baixa nas regiões rurais da Palestina no século I. Significava, para começar, que você quase certamente era analfabeto. O próprio Jesus era altamente excepcional, no sentido de que é claro que sabia ler (Lucas 4:16-20), mas nada indica que soubesse escrever. Na Antiguidade, essas eram habilidades distintas, e muitas pessoas que sabiam ler eram incapazes de escrever.

Quantos sabiam ler? O analfabetismo era disseminado por todo o império romano. Na melhor fase, talvez 10% da população fosse grosseiramente alfabetizada. E esses 10% seriam das classes abastadas — pessoas de classe alta que tinham tempo e dinheiro para receber uma educação (e seus escravos e empregados eram ensinados a ler para melhor servir a seus mestres). Todos os outros trabalhavam desde a infância e não podiam sustentar o tempo e o custo de uma educação.³

Nada nos Evangelhos ou em Atos indica que os seguidores de Jesus soubessem ler, quanto mais escrever. Na verdade, há um relato em Atos no qual Pedro e João são identificados como “iletrados” (Atos 4:13) — a antiga palavra para analfabetos. Como judeus da Galileia, os seguidores de Jesus, como o próprio Jesus, falariam aramaico. Sendo do interior, provavelmente não teriam nenhum conhecimento de grego; se tivessem, seria extremamente grosseiro, já que eles passavam seu tempo com outros camponeses analfabetos falantes de aramaico tentando conseguir o pão de cada dia.

Em síntese, quem eram os discípulos de Jesus? Camponeses analfabetos de classe baixa e falantes de aramaico da Galileia.

E quem eram os autores dos Evangelhos? Embora todos tenham se mantido anônimos, podemos descobrir algumas coisas sobre eles nos livros que escreveram. E o que descobrimos contradiz completamente o que sabemos sobre os discípulos de Jesus. Os autores dos Evangelhos eram cristãos altamente educados, falantes de língua grega, que provavelmente viviam fora da Palestina.

É bastante óbvio que eram pessoas muito educadas de língua grega. Embora de tempos em tempos alguns estudiosos tenham pensado que os Evangelhos

pudessem ter sido escritos originalmente em aramaico, hoje, em função de muitas razões linguísticas técnicas, é quase unânime a opinião de que todos eles foram escritos em grego. Como disse, na melhor das hipóteses apenas cerca de 10% da população do império romano sabia ler, uma porcentagem ainda menor conseguia escrever frases, e ainda menos pessoas podiam construir narrativas rudimentares, e pouquíssimas eram capazes de criar obras literárias extensas como os Evangelhos. Na verdade, os Evangelhos não são os livros mais refinados surgidos no império — longe disso. Mas são narrativas coerentes escritas por autores altamente educados que sabiam como construir uma história e atingir seus objetivos literários com elegância.

Quem quer fossem esses autores, eram cristãos de uma geração posterior, com dotes incomuns. Os estudiosos discutem onde viveram e trabalharam, mas sua ignorância da geografia palestina e dos costumes judaicos sugere que criaram suas obras em outro lugar do império — possivelmente em uma grande área urbana onde poderiam ter recebido uma educação decente e onde haveria uma comunidade cristã relativamente grande.⁴

Esses autores não eram camponeses da Galileia de classe baixa, analfabetos que falavam aramaico. Mas não seria possível que, digamos, João tenha escrito o Evangelho já em idade avançada? Que quando jovem ele fosse um trabalhador braçal analfabeto que falava aramaico — um pescador desde o momento em que atingiu a idade suficiente para puxar uma rede —, mas que escreveu o Evangelho já idoso?

Imagino que seja *possível*. Isso significaria que depois da ressurreição de Jesus ele teria decidido ir à escola e se alfabetizar. Ele conheceu os princípios da leitura, os rudimentos da escrita e aprendeu grego bem o bastante para se tornar absolutamente fluente. Quando se tornou idoso, ele teria dominado a composição e seria capaz de escrever um Evangelho. É provável? Parece difícil. João e os outros seguidores de Jesus tinham outra coisa em mente após experimentar a ressurreição de Jesus. Para começar, eles tinham de converter o mundo e comandar a Igreja.

O TESTEMUNHO DE PÁPIAS

Apesar das evidências de que nenhum dos discípulos escreveu um Evangelho, temos de lidar com a tradição dos primórdios da Igreja que indica que alguns deles o fizeram. Como lidar com essa tradição?

Sua mais antiga fonte, um antigo Pai da Igreja chamado Pápías, trata apenas de dois antigos Evangelhos cristãos, Marcos e Mateus. Pápías é um personagem enigmático que escreveu uma obra em cinco volumes chamada *Exposição dos oráculos do Senhor*. Estudiosos dataram a obra em algum ponto entre 110 e 140 d.C., de quarenta a setenta anos após o primeiro Evangelho ter sido escrito.⁵ O livro de Pápías não sobreviveu: uma série de autoridades cristãs posteriores considerou as visões de Pápías ofensivas ou insuficientemente sofisticadas, de modo que não foi extensivamente copiado para a posteridade.⁶ Tudo o que sabemos sobre a obra vem de citações feitas por posteriores Pais da igreja.

Ainda assim, Pápías com frequência foi apresentado como uma fonte útil para estabelecer a tradição dos primórdios da Igreja, em parte pelo modo como ele diz ter recebido suas informações. Em algumas das citações preservadas de *Exposição*, ele afirma ter conversado pessoalmente com cristãos que tinham conhecido um grupo de pessoas identificadas por ele como “os anciãos”, que conheciam alguns dos discípulos, e que estava repassando informações que recebera deles. Assim, ao ler Pápías, temos acesso a informações de terceira ou quarta mão de pessoas que conheciam companheiros dos discípulos.

Uma passagem muito citada de Pápías (registrada por Eusébio) descreve esse tipo de informação de terceira ou quarta mão referente a Marcos e Mateus como autores dos Evangelhos.

Isso é o que o ancião costumava dizer: “Quando Marcos era o intérprete [tradutor?] de Pedro, escreveu precisamente tudo o que se lembrava das palavras e ações do Senhor — mas não em ordem. Pois ele não tinha ouvido o Senhor nem o acompanhado. Mas depois, como eu indiquei, ele acompanhou Pedro, que costumava adaptar os ensinamentos dele para suas necessidades, não produzindo, como deveria, uma composição organizada dos ditos do Senhor. E, assim, Marcos não fez

nada de errado ao escrever algumas das questões como se recordava delas. Pois ele só tinha um objetivo: não deixar de fora nada que ouvira nem incluir qualquer falsidade entre elas.”

Ele continua, falando sobre Mateus:

E assim Mateus compôs os ditos na língua hebraica, e cada um os interpretou [traduziu?] segundo o melhor de sua capacidade (Eusébio, História da Igreja, 3, 39).

Isso não é uma prova de que Mateus realmente escreveu Mateus e de que Marcos realmente escreveu Marcos?

Há algumas complicações muito sérias na tentativa de saber o valor das observações de Pápias. Vamos começar com Mateus. A princípio, no caso de Mateus — diferentemente de Marcos —, nós não sabemos qual é a fonte de informação de Pápias, ou mesmo se ele tinha uma fonte. É de terceira mão? Quarta mão? Quinta mão? Se Pápias estava escrevendo, digamos, em 120 ou 130, seria cerca de quarenta ou cinquenta anos após Mateus ter sido escrito anonimamente. O Evangelho estava circulando anonimamente havia décadas. Não é possível que a tradição que Pápias apresenta tenha sido criada nesse meio-tempo?

Nesse sentido, é importante observar que as duas informações concretas que Pápias nos dá sobre Mateus não são verdadeiras para o “nosso” Mateus. Nosso Mateus não é apenas uma coletânea de ditos de Jesus, e o Evangelho certamente foi escrito em grego, não em hebraico.⁷ Será que Pápias simplesmente recebeu uma informação errada? Ou está falando sobre algum outro livro escrito por Mateus — por exemplo, uma coletânea de ditos de Jesus — de que já não dispomos?

Se Pápias não é confiável em relação a Mateus, será confiável quanto a Marcos? Nesse caso ele indica que estamos recebendo informações de terceira ou quarta mão.⁸ E, mais uma vez, um dos pontos que ele enfatiza

certamente está errado: ele alega que um dos dois objetivos de Marcos era contar *tudo* o que tinha ouvido de Pedro sobre Jesus. Simplesmente não há como isso ser verdade. O Evangelho de Marcos leva cerca de duas horas para ser lido em voz alta. Após Pedro ter passado todos aqueles meses, ou anos, com Jesus, e depois de Marcos ter escutado Pedro pregar sobre Jesus dia e noite, devemos imaginar que Marcos só ouviu duas horas de informações importantes?

Seja como for, Páprias não parece nos dar o tipo de informação em que possamos confiar muito. Quanto a isso, devo dizer que os estudiosos quase unanimamente rejeitaram todo o restante do que Páprias teria dito nas referências sobreviventes à sua obra. Vejamos outra informação de quarta mão:

Assim, os anciãos que viram João, o discípulo do Senhor, lembram-se de tê-lo ouvido dizer como o Senhor costumava pregar naquela época, dizendo:

“Está chegando o dia em que chegarão as parreiras, cada uma com dez mil galhos, e em cada galho haverá dez mil ramos. E de fato, em um único ramo haverá dez mil brotos; e em cada broto haverá dez mil cachos; e em cada cacho, dez mil uvas, e cada uma, quando esmagada, irá produzir 25 medidas de vinho. E quando cada santo agarrar um cacho, outro irá gritar: ‘Sou melhor, me tome, abençoe o senhor por mim’” (Eusébio, História da Igreja, 3.39.1).

Ninguém acha que Jesus realmente tenha dito isso. Ou que João, o discípulo de Jesus, tenha afirmado que Jesus disse isso. Será que os anciãos que conheceram João realmente disseram isso?⁹

Se os estudiosos tendem a descartar o que Páprias diz em praticamente todos os outros casos, por que algumas vezes apelam ao seu testemunho para provar que temos uma antiga tradição que relaciona Mateus a um de nossos Evangelhos e Marcos a outro? Por que esses estudiosos aceitam parte do que Páprias disse, mas não tudo? Suspeito de que seja porque eles precisam de

embasamento para seus próprios pontos de vista (Mateus realmente escreveu Mateus) e decidiram confiar em Pápias quando ele confirma suas interpretações e não confiar quando ele não confirma.

Acho que o resultado desse rápido estudo de Pápias é que ele transmite histórias que ouviu e as atribui a pessoas que conheceram outras pessoas que as contaram. Mas, quando ele pode ser verificado, aparenta estar errado. É possível confiar nele nos momentos em que não pode ser confirmado? Se você tem um amigo que quase sempre está errado quando lhe dá as indicações para chegar a lugares com os quais você está familiarizado, vai confiar nele quando lhe fornecer a direção para algum lugar no qual você nunca esteve?

Não há registro de Pápias ter dito algo sobre Lucas ou João. Não sei por quê. Mas o resumo é o seguinte: não temos qualquer referência sólida sobre os autores de nossos quatro Evangelhos em que possamos confiar (por exemplo, que o autor realmente está se referindo ao nosso Mateus e ao nosso Marcos) até quase o fim do século II — quase cem anos depois de os livros terem começado a circular anonimamente.

OS TESTEMUNHOS DE IRINEU E OUTROS

A primeira referência aos quatro Evangelhos está nos escritos de Irineu, um dos Pais da Igreja. Em um ataque em cinco volumes às heresias cristãs, ele nomeia os quatro Evangelhos da Igreja como Mateus, Marcos, Lucas e João. Não surpreende que na época de Irineu (180 d.C.) os Pais da Igreja quisessem saber quem tinha escrito esses livros anônimos. Como veremos em capítulo posterior, havia muitos outros Evangelhos circulando nos primórdios da Igreja — a maioria deles na verdade alegando terem sido escritos por discípulos de Jesus, como Pedro, Tomé e Filipe. Como decidir quais Evangelhos seriam considerados apostólicos? Era um problema espinhoso, já que a maioria desses “outros” Evangelhos representava perspectivas teológicas consideradas heréticas por gente como Irineu. Como alguém poderia saber quais eram os verdadeiros ensinamentos de Jesus? Apenas aceitando Evangelhos que tivessem sido escritos por seus seguidores ou por companheiros íntimos de seus seguidores.

Mas os Evangelhos considerados confiáveis no círculo de Irineu eram originalmente anônimos. A solução para o problema de validar esses textos era óbvia: eles precisavam ser atribuídos a autoridades reais estabelecidas. Havia décadas circulava uma tradição de que Mateus tinha escrito um Evangelho; então aquele que é hoje nosso primeiro Evangelho passou a ser aceito como esse livro. Achava-se que Marcos tinha sido amigo de Pedro: nosso segundo Evangelho passou a ser associado a ele, disponibilizando a visão de Pedro da vida de Jesus. O autor de nosso terceiro Evangelho escreveu dois volumes, o segundo dos quais, Atos, retratava Paulo como um herói. Os líderes da Igreja insistiram em que ele tinha de ser escrito por um companheiro de Paulo, portanto o atribuíram a Lucas.¹⁰ E, para terminar, o quarto Evangelho, que diz explicitamente não ter sido escrito por uma testemunha ocular, ainda assim foi atribuído a uma, João, um dos discípulos mais próximos de Jesus (ele na verdade nunca é citado no quarto Evangelho).

Nenhuma dessas atribuições remonta aos próprios autores. E nenhum dos Evangelhos foi escrito por um dos seguidores de Jesus, que eram todos galileus de classe baixa que falavam aramaico, não cristãos falantes de grego altamente educados de uma geração posterior.

E, assim, temos uma resposta para nossa grande questão: por que esses Evangelhos são tão diferentes uns dos outros? Eles não foram escritos por companheiros de Jesus ou por companheiros de seus companheiros. Foram escritos décadas depois por pessoas que não conheceram Jesus, viviam em um país diferente ou em países diferentes do de Jesus e falavam uma língua diferente da dele. Eles são diferentes uns dos outros em parte porque seus autores também não conheciam uns aos outros, em certa medida tinham fontes de informação distintas (embora Mateus e Lucas sejam baseados em Marcos) e porque modificaram suas histórias em função de suas próprias compreensões de quem Jesus era.

O fato de que os Evangelhos na verdade não foram escritos pelos apóstolos não os torna incomuns no Novo Testamento. Muito pelo contrário: os torna típicos. A maioria dos livros do Novo Testamento leva nomes de pessoas que não os escreveram. Isso é bem conhecido dos estudiosos desde o século

passado e é amplamente ensinado nos principais seminários e faculdades de teologia por todos os Estados Unidos. Consequentemente, a maioria dos pastores também sabe disso. Mas para muitas pessoas nas ruas e nos bancos de igreja isso é “novidade”.

HÁ FALSIFICAÇÕES NO NOVO TESTAMENTO?

Dos 27 livros do Novo Testamento, apenas oito certamente remontam ao autor cujo nome carregam: as sete epístolas consensuais de Paulo (Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Filipenses, 1 Tessalonicenses e Filemon) e o Apocalipse de João (embora não tenhamos certeza de quem é esse João).

Os outros 19 livros se encaixam em três grupos.

- *Textos erroneamente atribuídos.* Como já vimos, os Evangelhos provavelmente são equivocadamente atribuídos. O discípulo João não escreveu João, e Mateus não escreveu Mateus. Outros livros anônimos foram equivocadamente atribuídos a alguém famoso. O livro dos Hebreus não identifica Paulo como seu autor, e quase certamente não foi escrito por Paulo.¹¹ Mas acabou sendo aceito no cânone da Igreja (ver capítulo 7), porque os Pais da Igreja chegaram à conclusão de que havia sido escrita por Paulo.
- *Textos homônimos.* A palavra “homonímia” significa “ter o mesmo nome”. Um “texto homônimo” é aquele escrito por uma pessoa que tem o mesmo nome de alguém famoso. O livro de Tiago, por exemplo, sem dúvida foi escrito por alguém chamado Tiago, mas o autor não alega ser um Tiago específico. Era um nome extremamente comum. Líderes da Igreja posteriores aceitaram o livro como parte das Escrituras alegando que esse Tiago era Tiago, irmão de Jesus. O livro propriamente dito não traz essa alegação.
- *Escritos pseudepigráficos.* Alguns livros do Novo Testamento foram escritos em nome de pessoas que na verdade não os escreveram. Os estudiosos sabem disso há mais de um século. A palavra que nomeia esse

fenômeno é “pseudepigrafia”, literalmente “livro cuja autoria é falsa”. Os estudiosos não são inteiramente precisos no uso desse termo, e tendem a empregá-lo por não ter a conotação pejorativa associada à palavra “fraude”. Mas, qualquer que seja o termo escolhido, os estudiosos da Bíblia há muito argumentam que há livros do Novo Testamento cujos autores intencionalmente alegaram ser alguém que não eles mesmos.

PSEUDEPIGRAFIA NO MUNDO ANTIGO

Para compreender essa situação, temos de saber mais sobre autoria e falsa autoria no mundo antigo.

Definições

Para começar, temos de ser precisos em nossa terminologia. O termo “pseudepigrafia” pode se referir a qualquer texto que tenha um nome falso ligado a ele. Podem ser falsas atribuições ou textos cujos autores falsamente aleguem ser outra pessoa.

Há dois tipos de textos falsamente atribuídos. Alguns são livros escritos anonimamente que leitores, editores ou escribas posteriores alegaram, equivocadamente, terem sido escritos por alguém famoso; outros são livros escritos anonimamente por alguém que por acaso tem o mesmo nome de alguém famoso. No mundo antigo, a maioria das pessoas não tinha sobrenome, de modo que “João” poderia se referir a qualquer um entre centenas ou milhares de pessoas. Se um autor chamado João escreveu um livro e depois alguém disse que esse João na verdade era João, filho de Zebedeu (como alguns alegaram no caso do livro do Apocalipse), seria uma falsa atribuição com base em homonímia.¹²

Também há dois tipos de textos “pseudônimos”, textos escritos sob um “nome falso”. Um nome literário é apenas um pseudônimo. Quando Samuel Clemens escreveu *As aventuras de Huckleberry Finn* e assinou como Mark Twain, não pretendia enganar ninguém; estava simplesmente escolhendo um nome diferente sob o qual publicar. Há bem poucos casos desse tipo de pseudonímia no mundo antigo, embora ele eventualmente ocorra. O historiador grego Xenofonte escreveu sua famosa obra *Anábase* sob um

pseudônimo, “Temistógenes”. Mais frequentemente na Antiguidade encontramos outros tipos de textos pseudônimos, nos quais o autor usa o nome de alguém bastante conhecido para levar seu público a pensar que ele realmente é aquela pessoa. Esse tipo de texto pseudônimo é uma fraude literária.

A prevalência da fraude no mundo antigo

A fraude literária era um fenômeno comum no mundo antigo. Sabemos disso porque os próprios autores da Antiguidade falam muito sobre isso. É possível encontrar discussões sobre fraude nos textos de alguns dos autores mais conhecidos do mundo antigo. Entre os gregos e romanos há referências e debates sobre fraude em autores conhecidos como Heródoto, Cícero, Quintiliano, Marcial, Suetônio, Galeno, Plutarco, Filastrato e Diógenes Laércio. Entre os escritores cristãos há discussões nos textos de personalidades conhecidas, como Irineu, Tertuliano, Orígenes, Eusébio, Jerônimo, Rufino e Agostinho.

Alguns estudiosos do Novo Testamento algumas vezes argumentam que a fraude era tão comum no mundo antigo que ninguém a levava a sério: como comumente o logro podia ser facilmente identificado, na verdade nunca tinha a intenção de enganar ninguém.¹³ Passei os últimos anos estudando antigas discussões sobre fraude e cheguei à conclusão de que as únicas pessoas que usam esse argumento são aquelas que na verdade não leram as fontes antigas.

As fontes antigas levavam a fraude a sério. Elas a condenam quase por unanimidade, frequentemente com firmeza. Quão amplamente ela era condenada? Por mais estranho que pareça, a prática da fraude algumas vezes é condenada até mesmo em documentos fraudulentos. Além disso, a alegação de que ninguém chegava a ser enganado é completamente equivocada. As pessoas eram enganadas o tempo todo. Por isso as fraudes eram escritas — para enganar as pessoas.

Não preciso fazer aqui um relato detalhado das antigas discussões sobre fraude; há muitos estudos sobre o problema, embora infelizmente a maioria das obras mais minuciosas esteja escrita em alemão.¹⁴ Mas posso exemplificar contando uma história particularmente reveladora.

Na Roma do século II, havia um famoso médico e escritor chamado Galeno. Ele conta a história de que um dia, quando caminhava pelas ruas de Roma, passou pela banca de um vendedor de livros. Viu dois homens discutindo sobre um livro à venda, escrito sob o nome de... Galeno! Um dos homens insistia em que o livro realmente era desse autor, e o outro era igualmente eloquente em sua alegação de que isso não era possível, já que o estilo era completamente diferente do de Galeno. Desnecessário dizer que isso aqueceu o coração do escritor, já que ele de fato não tinha escrito o livro. Mas ele ficou um tanto perturbado por alguém estar tentando vender um livro usando seu nome. Então foi para casa e escreveu um livrinho chamado *Como reconhecer os livros de Galeno*. O material foi preservado até nossos dias.

A fraude era amplamente praticada, tinha como objetivo enganar e com frequência dava certo. Que não era uma prática aceita fica claro nos termos usados pelos autores antigos para se referir a ela. Duas das palavras gregas mais comuns para uma fraude são *pseudon*, mentira, e *nothos*, filho bastardo. Essa última é tão dura e ofensiva em grego quanto em português. Frequentemente é juxtaposta ao termo *gnesion*, que significa algo como legítimo ou autêntico.

Motivações para produzir fraudes

Fica claro, com base em um grande número de obras antigas, que a intenção da fraude literária era levar os leitores a pensar que alguém que não o real autor tinha escrito o livro. Mas o que motivava os autores a fazer isso? Por que eles simplesmente não escreviam livros usando os próprios nomes?

Há muitas motivações para autores pagãos, judeus e cristãos forjarem textos literários. Eis dez delas:

1 — *Gerar lucros*. As duas grandes bibliotecas do mundo antigo ficavam nas cidades de Alexandria e Pérgamo. Na Antiguidade, adquirir livros para a coleção de uma biblioteca era muito diferente do que é hoje. Como os livros eram copiados à mão, diferentes cópias do mesmo livro podiam diferir uma da outra, algumas vezes consideravelmente, de modo que as bibliotecas mais importantes preferiam ter o original de um livro em vez de uma cópia

posterior que poderia conter erros. Segundo Galeno, isso levava pessoas empreendedoras a criar cópias “originais” de clássicos para vender às bibliotecas de Alexandria e Pérgamo. Se os bibliotecários pagassem em dinheiro vivo por cópias originais de tratados do filósofo Aristóteles, você ficaria impressionado com a quantidade de cópias originais de tratados do autor que começariam a aparecer. Pelo que posso dizer, o lucro não teve nenhum efeito nos antigos textos cristãos, já que eles só passaram a ser vendidos no mercado muito tempo depois.

2 — *Para se opor a um inimigo.* Algumas vezes uma obra literária era fraudada para criar uma imagem ruim de um inimigo pessoal. Um historiador da filosofia, o grego Diógenes Laércio, indica que um filósofo chamado Diotemo forjou e depois distribuiu cinquenta cartas obscenas em nome de sua nêmesse filosófica, Epicuro. Isso obviamente não foi uma maravilha para a reputação de Epicuro. Eu algumas vezes pensei se algo assim acontece com uma das fraudes mais peculiares dos primórdios da cristandade. O caçador de heresias do século IV Epifânio indicou ter lido um livro supostamente usado por um grupo de hereges cristãos altamente imorais conhecido como fibionitas. Esse livro, *As grandes questões de Maria*, supostamente conteria relatos bizarros sobre Jesus e Maria Madalena nos quais Jesus leva Maria para uma montanha alta e em sua presença tira uma mulher do lado do seu corpo (assim como Deus fez Eva a partir da costela de Adão), depois começa a ter um intercuro sexual com ela. Contudo, ao chegar ao orgasmo, ele sai de dentro dela, coleta seu sêmen com a mão e o come, dizendo a Maria: “Isto temos de fazer, para viver.” Compreensivelmente, Maria desmaia na mesma hora (Epifânio, *Panarion*, livro 26). Essa estranha história não é encontrada em nenhuma outra fonte que não Epifânio, conhecido por inventar muitas de suas “informações” sobre hereges. Eu muitas vezes pensei se ele mesmo não teria inventado todo o relato e alegado tê-lo encontrado em um dos livros dos fibionitas. Nesse caso, ele teria forjado um livro fibionita em nome de Maria, de modo a criar uma péssima imagem para seus rivais heréticos.

3 — *Para contestar determinado ponto de vista.* Se eu estiver certo quanto a Epifânio e *As grandes questões de Maria*, então parte de sua motivação

teria sido contestar um ponto de vista, a heresia fibionita, que ele considerava nociva. Motivações semelhantes podem ser encontradas em muitas outras fraudes cristãs. Além de 1 e 2 Coríntios, do Novo Testamento, temos um 3 Coríntios que não pertence ao Novo Testamento.¹⁵ Esse livro claramente foi escrito no século II, já que contesta certas visões heréticas conhecidas naquela época, sugerindo que Jesus não era um ser humano de carne e osso e que seus seguidores não seriam ressuscitados em carne. Segundo esse autor, eles iriam ressuscitar, como afirma em termos bem claros — alegando ser o apóstolo Paulo. Pode parecer estranho contestar um ensinamento falso assumindo uma falsa identidade, mas aí está. Aconteceu muito nas falsificações dos primórdios da tradição cristã.

4 — *Defender a ideia de que sua própria tradição tenha inspiração divina.* Há uma antiga coletânea de textos conhecida como os oráculos sibilinos.¹⁶ Sibila seria uma antiga profetisa pagã, inspirada pelo deus grego Apolo. Contudo, nossos oráculos preservados foram em sua maioria escritos por judeus. Neles a profetisa, supostamente vivendo muito antes dos eventos que prevê, debate os acontecimentos futuros da história — e está sempre certa, já que o verdadeiro autor vive depois das ocorrências — e confirma a validade de importantes crenças e práticas judaicas. Não querendo ficar para trás, cristãos posteriores inseriram em alguns desses oráculos referências ao advento de Cristo, de modo que essa profetisa pagã passou a prever corretamente a vinda do Messias. Existe testemunho melhor da verdade divina da religião de alguém do que profecias supostamente feitas pela porta-voz inspirada dos seus inimigos?

5 — *Por humildade?* Alguns estudiosos do Novo Testamento costumam alegar que integrantes de certas escolas filosóficas escreviam tratados com o nome de seus mestres como um gesto de humildade, já que suas ideias não passavam de uma extensão do que seus próprios mentores tinham dito. Isso seria válido particularmente para um grupo de filósofos conhecidos como pitagóricos, assim chamados por causa do grande filósofo grego Pitágoras. Contudo, há uma grande polêmica sobre se os filósofos pitagóricos que alegavam ser Pitágoras o faziam por humildade: não há nada escrito nesse

sentido em seus próprios textos, apenas nos textos de autores de séculos depois.¹⁷ Os pitagóricos poderiam ser inspirados por outros motivos.

6 — *Por amor a um personagem com autoridade.* De forma similar, temos um autor da Antiguidade que alegou ter falsificado sua obra como um ato de amor e reverência. Esse é um caso muito incomum, no qual um falsificador foi apanhado com a boca na botija. A história é contada no século III pelo Pai Tertuliano, que diz que as conhecidas histórias de Paulo e sua discípula Tecla, famosa como um modelo de discípulo na Idade Média, foram forjadas pelo líder de uma igreja da Ásia Menor, pego em flagrante e consequentemente destituído de seu cargo. Em sua defesa, o falsificador alegou que tinha escrito sua obra “por amor a Paulo”.¹⁸ Não é exatamente claro o que ele queria dizer com isso, mas pode significar que sua devoção ao apóstolo o levava a inventar uma história em nome de Paulo, a fim de apresentar o que ele considerava seus ensinamentos e pontos de vista mais importantes. Na verdade, os ensinamentos e pontos de vista encontrados nos Atos de Paulo e Tecla preservados não são absolutamente o que Paulo pregava: entre outras coisas, lemos nessa narrativa que Paulo proclamou que a vida eterna não seria concedida àqueles que acreditavam na morte e na ressurreição de Jesus, como o próprio Paulo anunciou, mas aos que seguissem Jesus em sua abstinência sexual — mesmo sendo casados.

7 — *Para ver se era possível enganar.* Houve alguns antigos falsificadores que criaram sua obra apenas para ver se conseguiriam enganar os outros. O termo técnico para isso é “mistificação”. O caso mais famoso, contado por Diógenes Laércio, é o de um autor chamado Dioniso que decidiu enganar um de seus maiores inimigos, Heráclides de Ponto, falsificando uma peça em nome do famoso autor de tragédias Sófocles. Heráclides foi enganado e citou a peça como autêntica. Dioniso depois revelou o logro — mas Heráclides se recusou a acreditar. Dioniso então mostrou que, pegando as primeiras letras de várias linhas do texto e as escrevendo como palavras (acrósticos), elas formavam o nome do namorado de Dioniso. Heráclides alegou não passar de coincidência, até Dioniso mostrar que mais adiante no texto havia dois outros acrósticos, um com a mensagem “macaco velho não cai em armadilha; ah,

sim, ele acaba caindo, mas leva tempo”, e outro que dizia: “Heráclides ignora as letras e não se envergonha de sua ignorância.”¹⁹ Não conheço casos seguros de mistificação entre antigas falsificações cristãs.

8 — *Para complementar a tradição.* Especialmente nos primórdios do cristianismo houve muitos casos nos quais os falsificadores forneciam textos “confiáveis” complementando o que se acreditava faltar na tradição. Por exemplo: o autor de Colossenses 4:17 (Paulo?) orienta seus leitores a também lerem a epístola enviada aos cristãos da cidade de Laodiceia. Contudo, não temos uma epístola autêntica de Paulo aos laodiceus. Não surpreende, então, que tenham surgido no século II duas dessas cartas, forjadas em nome de Paulo, para preencher a lacuna.²⁰ Outro exemplo: sabe-se que os Evangelhos do Novo Testamento não dizem praticamente nada sobre o começo da vida de Jesus. Isso perturbou alguns dos primeiros cristãos, e no século II começaram a surgir relatos sobre Jesus quando menino. O mais famoso deles teria sido escrito por alguém chamado Tomé, um nome que significa “o gêmeo”. Isso pode ser uma referência a uma tradição dos cristãos da Síria segundo a qual um irmão de Jesus, Judas, na verdade era seu gêmeo, “Judas Tomé”. Seja como for, é uma narrativa intrigante das aventuras do jovem Jesus, começando com a idade de cinco anos.²¹

9 — *Para contestar outras fraudes.* Um dos fenômenos menos estudados nas primeiras fraudes cristãs é a produção de textos falsos com o objetivo de contestar posições defendidas em outras fraudes. Segundo o Pai da Igreja Eusébio, no início do século IV foi produzida uma fraude pagã anticristã chamada Atos de Pilatos. Aparentemente era uma narrativa do julgamento e da execução de Jesus do ponto de vista romano, para mostrar que Jesus merecia plenamente o que recebeu. Foi um documento bastante conhecido: o imperador romano Maximino Daia decretou que ele tinha de ser lido pelos meninos que aprendiam as letras (Eusébio, *História da Igreja* 9:5). Contudo, pouco depois surgiu um documento cristão também conhecido como Atos de Pilatos. Nesse relato, Pilatos é absolutamente simpático a Jesus e tenta fervorosamente defendê-lo como inocente de todas as acusações.²² A versão cristã parece ter sido escrita para contestar a pagã, e o fenômeno de

contrafalsificação cristã aparenta ter sido razoavelmente disseminado. Havia no século IV um texto intitulado *Constituições Apostólicas*, que teria sido escrito pelos 12 apóstolos após a morte de Jesus, embora eles já estivessem mortos havia três séculos na época em que o texto foi produzido. Entre as muitas características marcantes desse livro está sua insistência em que os cristãos não lessem obras que alegassem falsamente ter sido escritas por apóstolos (*Constituições Apostólicas* 6:16). Há algo similar até mesmo no Novo Testamento: o autor de 2 Tessalonicenses alerta seus leitores a não se preocuparem com uma epístola supostamente escrita por Paulo (isto é, uma carta forjada em nome de Paulo, 2 Tessalonicenses 2:2). Mas, como logo veremos, há bons motivos para acreditar que a própria 2 Tessalonicenses é um livro pseudepigráfico, supostamente de autoria de Paulo, mas na verdade não escrito por ele.

10 — *Dar autoridade aos pontos de vista de alguém.* Essa é a motivação que considero, de longe, a mais comum nas antigas fraudes cristãs. Nos primeiros séculos da Igreja havia muitos cristãos que defendiam numerosos pontos de vista, a maioria dos quais passou a ser considerada heresia. Mas todos esses cristãos diziam representar os pontos de vista de Jesus e de seus discípulos. Como mostrar que suas visões eram apostólicas para, digamos, convencer potenciais convertidos? O modo mais fácil era produzir um livro, alegar que tinha sido escrito por um apóstolo e colocar o material em circulação. Todos os grupos de primeiros cristãos tinham acesso a escritos supostamente de autoria dos apóstolos. A maioria desses escritos era de fraudes.

Antigas fraudes cristãs

Ninguém pode racionalmente duvidar de que muito da antiga literatura cristã é falsificada. Fora do Novo Testamento, por exemplo, temos uma longa série de outros Evangelhos supostamente (mas não verdadeiramente) escritos por conhecidos líderes dos primórdios da Igreja: Pedro, Filipe, Tomé, Tiago, o irmão de Jesus, e Nicodemos, entre outros; temos muitos Atos apostólicos, como os Atos de João e o de Paulo e Tecla; temos epístolas, como a carta aos laodiceus, 3 Coríntios, uma troca de cartas entre Paulo e o filósofo romano

Sêneca e uma carta supostamente escrita por Pedro a Tiago para se opor a Paulo; e temos uma série de apocalipses, como o de Pedro (que quase entrou para o cânone) e o de Paulo. Vamos estudar alguns desses outros textos no capítulo 6.

Os antigos autores cristãos eram ocupados, e uma de suas atividades comuns era forjar documentos nos nomes dos apóstolos. Isso nos leva à grande pergunta: alguma dessas falsificações entrou para o Novo Testamento?

De um ponto de vista histórico, não há motivo para duvidar de que algumas falsificações poderiam ter entrado para o cânone. Temos numerosas falsificações fora do Novo Testamento. Por que não dentro dele? Não acho que seja possível argumentar que os líderes da Igreja, a partir do fim do século II, saberiam quais livros realmente haviam sido escritos por apóstolos e quais não. Como poderiam saber? Ou, talvez mais importante, como nós podemos saber?

Pode soar estranho, mas hoje é mais fácil identificarmos falsificações antigas do que era para as pessoas no mundo antigo. Os métodos que usamos são os mesmos delas. Como Galeno, nós avaliamos o estilo de escrita utilizado em uma. É o mesmo estilo literário empregado pelo autor em outros textos? Se não, quão diferente ele é? Ligeiramente diferente ou extremamente diferente? É possível que um autor escreva em estilos diferentes? Ou o estilo tem algumas características completamente distintas daquelas que ele usa em outros textos, especialmente naqueles aspectos estilísticos nos quais não pensamos muito enquanto estamos escrevendo (que tipos de conjunção usamos, como construímos frases complexas, como usamos participios e infinitivos)? Também avaliamos as escolhas de palavras: há um vocabulário-padrão que o autor emprega e que está ausente daquele texto? Ou o vocabulário empregado naquele livro só é encontrado em fases posteriores do grego antigo? As ideias teológicas, os pontos de vista e as perspectivas do livro são mais importantes. Os do livro em questão são os mesmos de outros textos do autor, ou pelo menos basicamente semelhantes? Ou são marcadamente diferentes?

Fazemos esse tipo de avaliação agora porque temos mais recursos. Críticos antigos que tentaram identificar falsificações obviamente não tinham bancos de dados, sistemas de bancos de dados e computadores para arrancar avaliações detalhadas de vocabulário e estilo. Eles tinham de se basear fortemente em senso comum e intuição. Nós temos isso, além de montes de dados.

Mas mesmo com nossa tecnologia aperfeiçoada ainda restam dúvidas em muitos casos. Não há espaço aqui para uma discussão detalhada de cada texto questionado do Novo Testamento. Em vez disso, vou apresentar as razões mais convincentes para acreditar que Paulo não foi o autor de seis das epístolas canônicas que são atribuídas a ele. Eu acredito que todos esses livros são forjados. Seus autores talvez fossem bem-intencionados. Talvez achassem que estavam fazendo a coisa certa. Podiam se considerar plenamente justificados. Mas, qualquer que seja o caso, eles alegaram ser alguém que não eram, presumivelmente para que seus pontos de vista fossem considerados.

AS EPÍSTOLAS PSEUDEPIGRÁFICAS (FORJADAS) DE PAULO

Em nenhum dos casos abordados aqui eu poderei apresentar em profundidade todos os argumentos de um lado e de outro referentes à autoria dessas epístolas.²³ Para meus propósitos, basta explicar algumas das principais razões usadas pelos estudiosos há muito tempo para explicar por que essas epístolas não foram escritas por Paulo, embora se alegue que tenham sido.

Como já mencionei 2 Tessalonicenses, vou começar por aqui — de qualquer modo um bom começo, uma vez que é a mais controversa das seis epístolas de Paulo cuja autoria é questionada. Há muitos bons acadêmicos dos dois lados da polêmica (diferentemente, digamos, do caso das Epístolas Pastorais ou de 2 Pedro, casos em que a imensa maioria dos estudiosos críticos considera os textos pseudonímicos). Ainda assim, há fortes razões para acreditar que Paulo não escreveu a epístola.

2 Tessalonicenses

Um dos motivos para a autoria de 2 Tessalonicenses ser altamente

questionada é que em termos de estilo literário e vocabulário ela se parece muito com a carta que Paulo quase certamente escreveu, 1 Tessalonicenses. De fato, é tão parecida com 1 Tessalonicenses que alguns estudiosos argumentaram que seu autor pseudônimo a usou como modelo para construir a epístola, mas acrescentando seu próprio conteúdo, que difere significativamente do modelo. A similaridade das duas cartas revela um dos problemas que os estudiosos enfrentam para definir se um documento antigo é ou não forjado. Qualquer pessoa com habilidade para cometer uma fraude naturalmente fará o máximo para que sua obra soe como a da pessoa que está imitando. Alguns falsificadores são melhores nisso do que outros. Mas, quando alguém é especialmente bom, é difícil mostrar o que ele fez, pelo menos com base no estilo.

Mas por que alguém imitaria o estilo de Paulo assumindo uma posição ideológica diferente da dele? É possível pensar em muitas possíveis razões: talvez a situação nas igrejas tivesse mudado e o autor quisesse lidar com os novos problemas evocando Paulo do túmulo, por assim dizer; talvez o autor não compreendesse Paulo plenamente e tivesse se equivocado em algumas de suas questões fundamentais (o próprio Paulo, por exemplo, indica em sua epístola aos romanos que isso aconteceu em sua vida; ver Romanos 3:8); talvez o autor acreditasse sinceramente que seus leitores não haviam entendido a verdadeira mensagem de Paulo e quisesse corrigir esse equívoco, sem saber que os leitores estavam certos.

Minha questão metodológica é a seguinte: espera-se que uma boa imitação de Paulo soe como Paulo. Mas não se espera que Paulo *não* soe como Paulo. A chave para considerar que 2 Tessalonicenses foi escrita por ele é que sua tese principal parece contradizer o que o próprio Paulo disse em 1 Tessalonicenses.

2 Tessalonicenses é escrita para contestar o ponto de vista, possivelmente baseado em uma carta forjada anteriormente e hoje perdida, de que “o Dia do Senhor já está próximo” (2:2). Os cristãos aos quais é endereçada parecem pensar que o fim dos tempos — o retorno glorioso de Jesus — está logo ali. Esse autor escreve para corrigir esse equívoco. E assim, no capítulo 2, o cerne da epístola, o autor indica que deve haver uma sequência de

acontecimentos antes que chegue o fim. Primeiro tem de haver algum tipo de revolta geral contra Deus, e então surgirá um anticristo que tomará seu lugar no Templo judaico, se declarando Deus. Esse fora da lei fará todo tipo de milagres e maravilhas enganosos para desviar as pessoas (2:1-12). Só depois que isso ocorrer, chegará o fim. O fim não chegou e não chegará imediatamente; será precedido de sinais claros e óbvios, de modo que os cristãos informados não sejam apanhados desprevenidos.

É uma mensagem poderosa e intrigante. O problema é que não se encaixa bem no que o próprio Paulo disse em 1 Tessalonicenses.

Aquela carta também foi escrita para abordar o que acontecerá no fim, quando Jesus retornar dos céus em glória (1 Tessalonicenses 4:13-18). Paulo escreveu a carta porque os membros da congregação de Tessalônica tinham sido ensinados por Paulo que o fim era iminente. Eles ficaram confusos e perturbados porque alguns membros de sua igreja haviam morrido antes do retorno de Jesus. Será que teriam perdido a recompensa de serem levados juntamente com Jesus no segundo advento? Paulo escreve para tranquilizar os vivos de que os mortos serão os primeiros a serem arrebatados no segundo advento de Jesus, e que também eles certamente receberão as bênçãos que mereciam.

Paulo segue em frente, reiterando o que disse quando estava entre eles (1 Tessalonicenses 5:1-2), que o advento de Jesus seria repentino e inesperado, “como um ladrão à noite” (1 Tessalonicenses 5:2). Produziria “repentina destruição” (1 Tessalonicenses 5:3), de modo que os tessalonicenses deveriam estar sempre preparados para não serem pegos de surpresa.

Se Paulo estava falando sério em 1 Tessalonicenses, que o retorno de Jesus seria repentino e inesperado, é difícil acreditar que poderia ter escrito o que é dito em 2 Tessalonicenses — que o fim *não* será imediato e que haverá sinais claros para indicar que está próximo, sinais que ainda não tinham surgido. O autor de 2 Tessalonicenses escreve: “Vos dizia isto quando estava convosco” (2:5). Se isso fosse verdade, por que os tessalonicenses teriam ficado chateados quando alguns membros de sua comunidade morreram (1 Tessalonicenses)? Eles saberiam que o fim não era imediato, que seria

precedido do surgimento do anticristo e de outros sinais.

Aparentemente, Paulo não escreveu as duas epístolas. É possível que as altas expectativas dos cristãos perto do fim do século I tenham levado um autor desconhecido nas igrejas de Paulo a escrever 2 Tessalonicenses para acalmá-los um pouco, dizer a eles que sim, o fim chegaria, mas que não seria imediatamente. Alguns eventos precisariam acontecer antes.

Colossenses e Efésios

Os argumentos contra Paulo ter escrito Colossenses e Efésios são semelhantes. Elas e 2 Tessalonicenses são chamadas de epístolas “deutero-paulinas”, já que se acredita que não foram escritas por Paulo, tornando sua presença no corpus paulino secundária — a raiz da palavra “deutero”.

Na avaliação da maioria dos estudiosos, o argumento para a pseudonímia de Colossenses, e especialmente de Efésios, é ainda mais forte que no caso de 2 Tessalonicenses. Para começar, o estilo literário das duas epístolas não é característico de Paulo. Esse é o tipo de argumento que não pode ser demonstrado sem que se entre em detalhes sobre como as frases gregas são construídas. Mas a ideia básica é que os autores tanto de Colossenses quanto de Efésios tendem a escrever frases longas e complexas, ao passo que Paulo não escreve assim. Colossenses 1:3-8 é uma única frase em grego; é um brado, e muito distinto do tipo de frase que Paulo costumava escrever. Efésios 1:3-14 é ainda mais longa, com 12 versículos — de modo algum como em Paulo. Quase dez por cento das sentenças em Efésios têm mais de cinquenta palavras; isso não é característico das epístolas inquestionáveis de Paulo. Filipenses, com aproximadamente a mesma extensão, tem apenas uma frase desse tamanho; Gálatas é muito maior, e também tem apenas uma.²⁴

Também há muito material em Colossenses (por exemplo, Colossenses 1:15-20) e Efésios, que soa teologicamente mais avançado e desenvolvido do que costuma ser encontrado nas epístolas de Paulo. Porém, mais importante do que isso é o fato de que há pontos específicos nos quais esses autores, supondo que são pessoas diferentes, e Paulo parecem discordar. Esses dois autores e Paulo querem falar sobre como as coisas mudaram para aqueles que

acreditam em Jesus e foram batizados. Mas o que eles dizem sobre o tema diverge significativamente.

Nos primórdios da Igreja, crianças não eram batizadas, apenas adultos após terem abraçado a fé em Cristo. Para Paulo, o batismo era um acontecimento cerimonial importante, não meramente um ato simbólico. Algo realmente *acontecia* quando uma pessoa era batizada. Ela se unia misticamente a Cristo em sua morte.

Paulo apresenta essa ideia com muito cuidado em sua epístola aos romanos. A ideia básica é apocalíptica. Há no mundo forças do mal que escravizaram as pessoas e as afastaram de Deus, incluindo a força do pecado. Esta é uma força demoníaca, não apenas algo que você faz de errado. Todos são escravos dessa força, o que significa que todos estão desalentadamente afastados de Deus. A única forma de escapar da força do pecado é morrer. Por isso Cristo morreu, para libertar as pessoas do poder do pecado. Então, para se livrar dessa força, escapar do poder do pecado, a pessoa precisa morrer com Cristo. Isso acontece quando ela é batizada. Ao ser colocado sob a água (as igrejas de Paulo praticavam a imersão completa), o crente é unido a Cristo em sua morte, quando ele foi colocado no túmulo, e assim também morre para as forças que controlam este mundo. As pessoas que foram batizadas já não são escravas da força do pecado, pois “morreram com Cristo” (Romanos 6:1-6).

Paulo, porém, insistiu muito em que, embora as pessoas tenham morrido com Cristo, ainda não tinham “renascido com ele”. Os seguidores de Jesus só seriam ressuscitados com Cristo quando Ele retornasse dos céus em glória. Então haveria uma ressurreição física. Aqueles que já estavam mortos com Cristo seriam ressuscitados, e aqueles que na época ainda estivessem vivos experimentariam uma gloriosa transformação de seus corpos na qual essa casca mortal se tornaria imortal, não sujeita às dores da vida ou à possibilidade da morte.

Sempre que Paulo falava sobre ressuscitar com Cristo, era como um acontecimento futuro (ver, por exemplo, Romanos 6 e 1 Coríntios 15). Nas igrejas de Paulo, alguns dos convertidos nutriam uma opinião diferente, imaginando que tinham experimentado uma espécie de ressurreição espiritual

com Cristo e já estavam “reinando” com Cristo no céu. É a essa visão que Paulo se opõe com veemência em sua primeira carta aos coríntios, cujo cerne e clímax está no fim da epístola, em que Paulo ressalta que a ressurreição não é algo já experimentado, mas algo que virá, uma futura ressurreição real e física do corpo, não uma passada ressurreição espiritual (1 Coríntios 15). Paulo é bastante enfático em Romanos 6:5 e 8 ao afirmar que aqueles batizados morreram com Cristo, mas que ainda não ressuscitaram com ele (observe que ele usa o tempo no futuro):

Porque se nos tornamos uma coisa só com ele por morte semelhante à sua, seremos uma coisa só com ele também por ressurreição semelhante à sua; (...) mas se morremos com Cristo temos fé de que também viveremos com ele (grifos meus).

Mas Colossenses, e especialmente Efésios, discordam. Eis o que o autor de Colossenses diz sobre a mesma questão:

Fostes sepultados com ele no batismo, também com ele ressuscitastes, pela fé no poder de Deus, que o ressuscitou dos mortos. (Colossenses 2:12)

Leitores despreocupados podem não perceber muita diferença entre essas posições — afinal, em ambas o autor fala sobre morrer e ressuscitar com Cristo. Mas a precisão era muito importante para Paulo. A morte com Cristo era passado, mas a ressurreição decididamente não era. Era futuro. Paulo dedicou uma boa parcela de 1 Coríntios a discutir esse ponto, exatamente porque alguns dos convertidos tinham entendido completamente errado, e ele estava muito aborrecido com isso. Colossenses, porém, assume exatamente a posição à qual Paulo se opôs na redação da epístola 1 Coríntios.

Efésios é ainda mais enfática de que Colossenses. Ao falar sobre a passada ressurreição espiritual, o autor diz, em oposição a Paulo: “Deus (...) nos vivificou juntamente com Cristo (...) e com ele nos ressuscitou e nos fez assentar nos céus, em Cristo Jesus” (2:5-6). Tudo isso já tinha acontecido. Os

crentes já estão reinando com Cristo. Foi isso que alguns dos convertidos de Paulo em Corinto e os autores de Colossenses e Efésios — também membros das igrejas de Paulo — entenderam errado.

Há outros pontos fundamentais nos quais Colossenses e Efésios divergem do Paulo histórico, incluindo diferenças de vocabulário e no modo como certos termos comuns a Paulo são usados nessas epístolas. Mas minha intenção é dar pelo menos uma noção de por que a maioria dos estudiosos críticos duvida de que Paulo tenha escrito qualquer desses livros. Como 2 Tessalonicenses, eles parecem ter sido escritos após a morte de Paulo — talvez uma ou duas décadas depois, por autores que faziam parte das igrejas de Paulo e queriam se dirigir à comunidade cristã e aos problemas surgidos nela desde a morte dele. Eles o fizeram fingindo ser o próprio apóstolo para enganar seus leitores.

As epístolas pastorais

Quanto às epístolas pastorais de 1 e 2 Timóteo e Tito, há ainda menos polêmica acadêmica do que nos casos de Colossenses e Efésios. Há muitos anos é consenso entre estudiosos críticos na América do Norte, no Reino Unido e na Europa ocidental — as principais regiões de pesquisa bíblica — que Paulo não escreveu esses livros.

Os livros são chamados de Epístolas Pastorais porque neles “Paulo” dá conselhos a Timóteo e Tito, supostamente pastores em Éfeso e na ilha de Creta, sobre como conduzir o trabalho pastoral nas suas igrejas. Estão repletos de conselhos pastorais sobre como os seguidores de Paulo devem comandar uma organização eficiente, manter os falsos mestres sob controle e escolher os líderes adequados para a igreja, entre outros temas.

Paulo poderia ter escrito essas cartas? Claro que teoricamente isso é possível, mas os argumentos contrários parecem esmagadoramente convincentes para a maioria dos estudiosos.

Em geral, concorda-se que as três cartas são da mesma pessoa. Quando se leem 1 Timóteo e Tito isso fica bastante claro: elas abordam muitos dos mesmos temas, com frequência usando a mesma linguagem, ou similar. O

livro 2 Timóteo é diferente em muitos sentidos, mas, se você comparar suas linhas iniciais com as de 1 Timóteo, também parecem quase idênticas.

Para alguns estudiosos fica claro que esse autor não era Paulo, com base no vocabulário e no estilo literário das epístolas. Há 848 palavras gregas diferentes usadas nessas cartas, das quais 306 não aparecem em nenhum momento nas supostamente escritas por Paulo no Novo Testamento (mesmo incluindo 2 Tessalonicenses, Efésios e Colossenses). Isso significa que mais de um terço das palavras são não paulinas. Cerca de dois terços dessas palavras não paulinas são vocábulos usados por autores cristãos do século II. Isso significa que o vocabulário dessas epístolas parece mais elaborado, mais característico do desenvolvimento posterior do cristianismo.

Algumas das palavras significativas usadas por esse autor são as mesmas de Paulo, mas ele as utiliza de formas muito diferentes. Tomemos como exemplo a palavra “fé”. Para Paulo, fé significava ter uma aceitação confiante da morte de Cristo para ser justo perante Deus. É um termo relacional, significando algo como “confiança”. Nas Epístolas Pastorais, a palavra significa outra coisa: o conjunto de crenças e ideias que compõe a religião cristã (Tito 1:13). Não é um termo relacional, e sim um termo que especifica um conjunto de ensinamentos cristãos, em cujo conteúdo é preciso acreditar — o modo como a palavra passou a ser usada em contextos cristãos posteriores. Esse, portanto, é um exemplo de como as Epístolas Pastorais parecem provir de um ambiente não paulino posterior.

Argumentos baseados em vocabulário são reconhecidamente perigosos quando se tenta definir se dado autor escreveu determinado livro: as pessoas usam diferentes vocabulários em circunstâncias diversas. Mas neste caso as diferenças parecem bastante claras. Porém, um argumento ainda mais convincente é o fato de que toda a situação da Igreja que as Epístolas Pastorais pressupõem parece diferir do que sabemos sobre essa instituição na época de Paulo.

Temos uma boa ideia de como eram as igrejas de Paulo a partir de epístolas, como 1 e 2 Coríntios, nas quais ele debate o funcionamento interno de sua congregação, o modo como eram organizadas e estruturadas e a forma

como funcionavam. No momento em que chegamos às Epístolas Pastorais, tudo mudou drasticamente.

As igrejas de Paulo não tinham uma estrutura hierárquica. Não havia um líder ou um grupo de líderes no comando. Havia comunidades de crentes que funcionavam de acordo com o Espírito de Deus operando por intermédio de cada membro.

É importante ter em mente que Paulo sustentava uma visão completamente apocalíptica. Ele acreditava que a ressurreição de Jesus indicava que o fim dos tempos estava próximo. Chegaria a qualquer momento, com Jesus reaparecendo dos céus; os mortos seriam erguidos e os crentes vivos se transformariam em corpos imortais, vivendo para sempre no futuro reino.

O que aconteceria nesse ínterim, enquanto os crentes esperavam a vinda do Senhor? Eles deveriam se reunir em comunidades para veneração, edificação, educação e apoio mútuo. Como essas comunidades deveriam se organizar? Paulo achava que elas eram organizadas pelo próprio Deus, por intermédio do Espírito Santo; isso é dito em 1 Coríntios 12-14. Quando as pessoas eram batizadas na Igreja cristã, elas não apenas “morriam com Cristo” como também recebiam o Espírito Santo, a presença de Deus na Terra antes do fim. Nesse momento, todos recebiam uma espécie de “dom espiritual” que podia ser usado para ajudar os outros na comunidade. Algumas pessoas recebiam o dom do conhecimento, algumas o do ensino, outras o da doação, havia as que faziam profecias a partir de Deus, as que faziam revelações em línguas estrangeiras ou angelicais que não costumavam ser compreendidas (“falando em línguas”), as que interpretavam essas revelações (a “interpretação de línguas”). Esses dons tinham como objetivo o bem comum, de modo que a comunidade de crentes pudesse funcionar em paz e harmonia nos últimos dias antes do fim.

Porém, com frequência as coisas não funcionavam como o planejado, como na igreja de Corinto. Na verdade, ela era uma grande bagunça. Diferentes “líderes” espirituais se diziam mais espiritualmente dotados do que outros e tinham seus próprios clãs de seguidores, levando a divisões na Igreja. Essas divisões se tornaram absolutamente impossíveis de administrar: alguns

membros da Igreja estavam levando outros ao tribunal e os processando. A imoralidade estava se disseminando: alguns dos homens tinham encontros com prostitutas e se gabavam disso na igreja; um homem coabitava com sua madrasta. Os serviços da igreja eram caóticos, já que os “mais espirituais” entre os coríntios tinham decidido que o verdadeiro sinal da espiritualidade era a habilidade de falar em línguas, e assim estavam competindo uns com os outros no momento de veneração para ver quem fazia isso mais alto e com maior frequência. Durante a refeição comunal semanal — uma verdadeira refeição, não simplesmente comer uma hóstia e tomar um gole de vinho —, alguns dos membros da igreja chegavam cedo, se empanturravam e se embriagavam, e outros, obrigados a chegar tarde (possivelmente as classes inferiores e os escravos, que é provável que trabalhassem mais), não tinham nada para comer ou beber. Alguns membros da congregação estavam tão convencidos de sua superioridade espiritual que alegavam já ter sido ressuscitados com Cristo e já estarem reinando com ele nos lugares celestiais (semelhante à alegação feita muito depois pelo autor de Efésios).

Paulo lida com os problemas na Igreja se dirigindo à instituição como um todo, pedindo que todos os membros mudem de comportamento. Por que ele não se dirige ao bispo da Igreja ou ao pastor-chefe? Por que não escreve uma carta ao líder da Igreja para mandar que ele cuide de suas tropas? Porque não havia líder na Igreja. Não havia bispos ou pastores-chefes. Nas igrejas de Paulo, naquele breve tempo entre a ressurreição de Jesus e a ressurreição de todos os crentes, a comunidade era governada pelo Espírito de Deus agindo por intermédio de cada membro.²⁵

O que acontece quando não há hierarquia oficial, nenhum líder indicado, ninguém no comando? O que costuma acontecer é o que aconteceu em Corinto. Uma boa dose de caos. Como esse caos pode ser controlado? Alguém precisa assumir o comando. Com o tempo, foi isso o que acabou acontecendo nas igrejas de Paulo. Depois que ele mesmo já tinha saído de cena, suas igrejas assumiram o modelo imaginado, no qual havia alguém no alto, alguém que dava as ordens, alguém que tinha como subordinados líderes nomeados para manter o grupo unido, garantir que apenas os ensinamentos

corretos fossem passados adiante e disciplinar quem não se comportasse adequadamente.

Não há esse tipo de estrutura na Igreja na época de Paulo. Há nas Epístolas Pastorais, que são cartas escritas aos pastores-chefes das igrejas em duas das comunidades de Paulo. Essas epístolas dão instruções para colocar os falsos mestres na linha; orientações para nomear bispos, que evidentemente eram encarregados da supervisão espiritual da Igreja, e diáconos, que cuidavam das esmolas e do atendimento às necessidades físicas da comunidade; e admoestações sobre como as pessoas em diferentes papéis sociais (maridos e mulheres, pais e filhos, senhores e escravos) deveriam se comportar, de modo que a Igreja sobrevivesse a longo prazo.

Para Paulo, por outro lado, não *haveria* um longo prazo. Ele achava que o fim chegaria rapidamente. Mas não chegou, e suas igrejas tiveram de se organizar para sobreviver. Elas fizeram isso, e as Epístolas Pastorais foram escritas no contexto dessa nova situação, provavelmente duas décadas ou mais depois de Paulo ter saído de cena. Na nova situação, um autor escreveu as três epístolas alegando ser o apóstolo para que sua mensagem tivesse a autoridade dele. Mas sua mensagem não era a de Paulo. Este tinha vivido em outra época.

QUEM ESCREVEU OS OUTROS LIVROS DO NOVO TESTAMENTO?

Muito do que já foi dito também pode ser dito sobre os livros remanescentes do Novo Testamento. Alguns deles são anônimos, especificamente a Epístola aos Hebreus e os livros chamados de 1, 2 e 3 João. Como muitos autores já nos primórdios da Igreja perceberam, não havia razão para imaginar que Paulo tivesse escrito Hebreus, mas ela acabou sendo incluída no cânone por líderes da Igreja que argumentaram ser de Paulo. Na verdade, o estilo literário é completamente diferente do de Paulo; os principais temas da epístola estão ausentes das suas outras epístolas e o modo de argumentação não é de modo algum o dele. E por que alguém deveria pensar que Paulo a escreveu? Diferentemente de seus próprios textos, este livro é anônimo.

As chamadas epístolas de João também não informam que foram escritas por João; as epístolas 2 e 3 são de alguém que chama a si mesmo de “o ancião”, e o autor de 1 João não fala nada sobre si mesmo. Poderia ser praticamente qualquer líder da igreja no final do século I.

Outros livros são homônimos. O autor de Tiago não alega ser nenhum Tiago em particular, muito menos o Tiago que segundo outras tradições teria sido o irmão de Jesus. O livro de Judas informa ter sido escrito por um Judas que é o “irmão de Tiago”, então isso pode ser interpretado como uma alegação de ser irmão de Jesus, já que segundo o Evangelho de Marcos dois de seus irmãos eram chamados de Tiago e Judas. Mas é estranho, caso ele queira ser visto como o irmão de Jesus, não se apresentar e dizer isso para conferir ainda mais autoridade a seu livro. Mas Judas e Tiago eram nomes comuns na Antiguidade judaica e na Igreja cristã. Cristãos posteriores que estabeleceram o cânone alegaram que esses dois eram parentes de Jesus, mas eles mesmos nunca dizem isso.

Também é difícil acreditar que essas epístolas possam ter sido escritas por dois camponeses de classe baixa falantes de aramaico da Galileia (cujo irmão mais famoso não era conhecido pela sua capacidade de escrever, quanto mais de compor um complicado tratado em grego). O argumento aqui é o mesmo apresentado anteriormente em relação ao Evangelho segundo João: teoricamente é possível que os irmãos de Jesus — criados no interior da Galileia rural, ganhando a vida com trabalho braçal, não tendo em nenhum momento nem tempo nem dinheiro para uma educação — decidissem posteriormente adquirir uma educação grega e fazer cursos de composição literária, para serem capazes de escrever esses livros densamente retóricos e relativamente sofisticados. Mas parece um tanto improvável.

O mesmo raciocínio se aplica às epístolas 1 e 2 Pedro. Mas esses livros, assim como as epístolas deutero-paulinas (2 Tessalonicenses, Colossenses e Efésios) e as Epístolas Pastorais, na verdade trazem a informação de que foram escritos por alguém que não os escreveu. Eles são pseudônimos no sentido pesado do termo: parecem ser fraudes.

É certo que quem quer que tenha escrito 2 Pedro não escreveu também 1

Pedro: os estilos literários são inteiramente diferentes. Já nos primórdios da Igreja havia estudiosos cristãos argumentando que Pedro não escreveu 2 Pedro. Hoje há ainda menos controvérsia sobre essa questão do que sobre as Pastorais. O livro chamado 2 Pedro foi escrito muito depois da morte de Pedro, por alguém incomodado pelo fato de algumas pessoas estarem negando que o fim estivesse próximo (é compreensível que surgissem incrédulos com o passar do tempo); esse autor queria livrar essas pessoas de suas noções equivocadas e fez isso alegando ser ninguém menos que Simão Pedro, o braço direito de Jesus.

O livro chamado de 1 Pedro gera discussões mais acaloradas entre os acadêmicos do que 2 Pedro. Mas, novamente, qual é a probabilidade de que um simples pescador da Galileia rural de repente desenvolvesse habilidades em composição literária em grego? Às vezes se argumenta que alguém escreveu a epístola para ele, como por exemplo Silvano, identificado na epístola (5:12). Mas a própria epístola não diz isso. E, se alguém a escreveu, não seria ele o verdadeiro autor, e não Pedro? O uso sofisticado do Antigo Testamento nesse livro sugere que quem o escreveu era muito educado e muito bem formado, diferentemente de Simão Pedro. E é importante notar que temos um grande número de livros dos primórdios do cristianismo que alegam ter sido escritos por Pedro e que não foram — como, por exemplo, um Evangelho de Pedro, uma epístola de Pedro a Tiago, vários “Atos” de Pedro e três livros do Apocalipse de Pedro. Forjar livros em seu nome era uma grande indústria.

CONCLUSÃO: QUEM ESCREVEU A BÍBLIA?

Agora retorno à minha pergunta original: quem escreveu a Bíblia? Dos 27 livros do Novo Testamento, apenas oito quase certamente foram escritos pelos autores aos quais são tradicionalmente atribuídos: as sete inquestionáveis epístolas de Paulo e o Apocalipse de João, que poderia ser classificado como homônimo, já que não alega ter sido escrito por um João específico; isso era reconhecido até mesmo por alguns autores dos primórdios

da Igreja.

Meus pontos de vista sobre os autores do Novo Testamento não são radicais na academia. Na verdade, há discussões entre os acadêmicos sobre este ou aquele livro. Alguns estudiosos muito bons acreditam que Paulo escreveu 2 Tessalonicenses, que Tiago, o irmão de Jesus, escreveu Tiago ou que Pedro escreveu 1 Pedro. Mas a maioria dos estudiosos críticos há muito duvida dessas atribuições, e quase não se discutem alguns dos livros do Novo Testamento, como 1 Timóteo e 2 Pedro. Esses livros não foram escritos por seus supostos autores.

Dúvidas sobre a autoria de textos que se tornaram o cânone foram levantadas nos primórdios da Igreja, mas na época moderna, a partir do século XIX, os estudiosos fortaleceram os argumentos com raciocínios convincentes. Ainda hoje, muitos estudiosos relutam em chamar os documentos forjados do Novo Testamento de fraudes — afinal, é da Bíblia que estamos falando. Mas a realidade é que, por qualquer definição do termo, é isso o que eles são. Um grande número de livros dos primórdios da Igreja foi escrito por autores que alegaram falsamente ser apóstolos para enganar os leitores e fazê-los aceitar seus livros e os pontos de vista que representavam.

Essa visão de que o Novo Testamento contém livros escritos sob nomes falsos é ensinada em praticamente todas as grandes instituições de ensino superior por todo o Ocidente, com exceção de faculdades fortemente conservadoras. É a visão ensinada em todos os grandes livros sobre o Novo Testamento utilizados nessas instituições. É a visão ensinada em seminários e faculdades de teologia. É o que os pastores aprendem quando se preparam para o ministério.

E por que isso não é mais conhecido? Por que as pessoas nos bancos das igrejas — para não falar das pessoas nas ruas — não sabem nada sobre isso? Seu palpite é tão bom quanto o meu.

CINCO

Ludibriador, lunático ou Senhor? Descobrimos o Jesus histórico

Há dois anos comecei a receber por e-mail algumas mensagens muito peculiares vindas da Suécia. Nunca fui a esse país, e elas eram de pessoas que nunca tinha conhecido em outros lugares. Todas queriam saber se era verdade que eu achava que Jesus nunca havia existido. Achei que era uma pergunta estranha. Vários anos antes eu tinha escrito um livro sobre o Jesus histórico, indicando quais fontes históricas nos davam informações sobre a vida dele e apresentando o que achava que podíamos falar ao respeito do que ele tinha dito e feito. Não apenas eu achava que havia um Jesus histórico como também acreditava que podíamos fazer afirmações historicamente críveis sobre ele. Por que, então, estavam me perguntando se era verdade que eu achava que ele nunca tinha existido?

Esses e-mails não eram tentativas agressivas de me convencer de que ele tinha existido. Muito pelo contrário: aquelas pessoas não acreditavam nisso e haviam ouvido que eu, como estudioso do Novo Testamento, sustentava a opinião delas. Esse ponto de vista pode parecer estranho ao público das Américas, em que a maioria das pessoas acredita não apenas que Jesus existiu, mas que era, e é, o Filho de Deus. Mas em certas regiões da Escandinávia grande parte da população acha que Jesus é um personagem inventado, que nunca existiu de verdade e que foi criado por um grupo de pessoas que pretendia criar uma nova religião.

Após passar algumas semanas quebrando a cabeça sobre por que alguém imaginaria isso de mim, eu me dei conta de que a origem da confusão tinha sido uma interpretação equivocada de uma matéria sobre mim feita pelo *Washington Post* em março de 2006.

O *Post* decidira fazer um perfil de mim, de meu trabalho e de minha conversão ao agnosticismo à luz do livro que tinha acabado de lançar, *O que Jesus disse? O que Jesus não disse?*. O jornal mandara uma repórter contundente e esclarecida, Neely Tucker, para acompanhar alguns de meus

dias em Chapel Hill. Fomos ao escritório que tenho em casa e conversamos; ela conheceu meu trabalho, fizemos algumas refeições e ela assistiu a uma de minhas aulas básicas. A partir de nosso relacionamento, ela escreveu e publicou o perfil, intitulado “O livro de Bart”. Eu o li quando saiu, achei-o levemente divertido e basicamente o esqueci.

Mas havia um parágrafo na matéria de Neely que podia ser facilmente malcompreendido, e foi o que levou aos problemas na Suécia. Ela assistira à minha aula para a grande turma de iniciação ao Novo Testamento no dia em que eu por acaso estava falando sobre o Evangelho segundo João. Naquele dia, chamei atenção em sala — como fiz várias vezes nos capítulos anteriores — para o fato de o Evangelho de João ser o único no qual Jesus é explicitamente identificado como divino. Na verdade, ele é chamado de Filho de Deus em todos os Evangelhos. Mas, para os antigos judeus, ser “Filho de Deus” não fazia de alguém um deus; fazia da pessoa um ser humano com uma relação íntima com Deus, alguém por intermédio de quem Deus faz a sua vontade na Terra. O Evangelho segundo João vai além disso. Em João, Jesus é o Verbo de Deus preexistente, por intermédio de quem o universo foi criado, que se tornou humano (1:1-14); ele é igual a Deus (10:30); ele pode tomar a si o nome de Deus (8:58). Ele mesmo é Deus (1:1; 20:28). O Evangelho de João é o único com essa visão exaltada de Cristo.

Enquanto explicava isso à turma, com Neely sentada na última fila do auditório, me lembrei de algo da época em que eu era cristão evangélico. No Moody Bible Institute, eu tinha feito um curso de apologética cristã, a defesa intelectual (*apologia* em grego) da fé. Nesse curso, nós havíamos estudado o famoso apologista e acadêmico inglês C. S. Lewis, em especial seus argumentos de que Jesus teria de ser divino. Na formulação de Lewis, como Jesus chamara a si mesmo de Deus, só havia três possibilidades lógicas: era um ludibriador, um lunático ou o Senhor. O raciocínio de Lewis era o seguinte: se Jesus estivesse errado em sua alegação — e não fosse Deus —, ou ele sabia disso, ou não. Se ele soubesse que não era Deus, mas alegava ser, então era um ludibriador. Se não fosse Deus, mas verdadeiramente acreditasse ser, então era maluco, um lunático. A única outra possibilidade

era a de que estivesse certo no que alegava, e nesse caso realmente seria o Senhor.

Lewis prossegue, argumentando que há todas as razões para pensar que Jesus não era nem ludibriador nem lunático. A conclusão inevitável era a de que tinha de ser o que alegava ser. Jesus era o Senhor Deus.

No Moody eu achara aquela argumentação perfeitamente convincente, e durante anos eu mesmo a empreguei para convencer os outros da divindade de Jesus. Mas aquilo tinha sido muitos anos antes, e minha opinião mudara drasticamente. (Tudo isso — o Moody Bible Institute, a apologética cristã, C. S. Lewis, a identidade de Jesus, minha mudança de posição — passou por minha cabeça em uma fração de segundo enquanto fazia minha palestra sobre João em Chapel Hill.) Eu passara a ver que a premissa do argumento de Lewis era falha. O argumento baseado em Jesus como mentiroso, lunático ou Senhor tinha como base a suposição de que Jesus chamara a si mesmo de Deus. Eu, havia muito tempo, passei a acreditar que não. Apenas no último dos Evangelhos, o de João, um Evangelho que apresenta uma sofisticação teológica consideravelmente maior do que os outros, Jesus indica ser divino. Eu me dera conta de que nenhuma de nossas primeiras tradições indica que Jesus tenha dito isso sobre si mesmo. E certamente, se Jesus realmente tivesse passado seus dias na Galileia e depois em Jerusalém chamando a si mesmo de Deus, *todas* as nossas fontes estariam ansiosas para contar isso. Dizendo de outra forma, se Jesus alegasse ser divino, seria realmente muito estranho que Mateus, Marcos e Lucas não dissessem nada sobre isso. Será que eles haviam apenas esquecido de mencionar essa parte?

Eu me dera conta de que a divindade de Jesus era parte da teologia de João, não parte da própria pregação de Jesus.

Quando isso passou pela minha cabeça durante a palestra, decidi na mesma hora apresentar essa descoberta a meus alunos (não é parte de minha palestra habitual sobre João), especialmente porque sabia que um grande número de pessoas na turma estava ligado a grupos cristãos do campus e tinha ouvido esse argumento de Jesus necessariamente ser ou ludibriador, ou lunático, ou o Senhor. Achei que poderia ser útil a eles ouvir o que estudiosos históricos

tinham a dizer sobre isso em oposição a apologistas cristãos. Então expliquei, com Neely escutando, o argumento apologético padrão de C. S. Lewis e depois destaquei o problema histórico: Jesus provavelmente nunca chamou a si mesmo de Deus. E, para provar minha tese, sugeri que na verdade não havia três opções, e sim quatro: ludibriador, lunático, o Senhor ou lenda^[3]. Claro que escolhi a quarta palavra de modo a manter a aliteração. Não queria dizer que o próprio Jesus era uma lenda. Claro que não! Certamente acredito que ele existiu e que podemos dizer algumas coisas sobre ele. Eu queria dizer que a ideia de que tinha chamado a si mesmo de Deus era uma lenda, algo em que acredito. Isso significa que ele não tem de ser ou ludibriador, ou lunático, ou o Senhor. Ele podia ser um judeu palestino do século I que tinha a transmitir uma mensagem que não fosse sua própria divindade.

Neely relatou essa parte de minha palestra na primeira página de sua matéria no *Washington Post*, e a reportagem podia facilmente ser malcompreendida; era *possível* entender que ela dizia que eu achava que - Jesus era uma lenda. Nada podia ser mais distante da realidade.

Mas como eu, ou qualquer outro estudioso do Novo Testamento, ou historiador posso saber o que Jesus realmente disse sobre si mesmo ou todo o restante? Isso obviamente é parte da questão muito maior sobre quem realmente Jesus foi, o que realmente ensinou, o que realmente fez e o que realmente experimentou. Esse é o tema de muitos, muitos livros, alguns dos quais extremamente eruditos — e muito longos. Não posso cobrir todo o espectro neste capítulo, mas posso lidar com as questões mais importantes, do modo como são discutidas pelos historiadores dos primórdios do cristianismo, e posso dar uma amostra do que acho que podemos saber sobre o homem Jesus, não apenas como ele é retratado neste ou naquele Evangelho, mas o que realmente foi na história — o Jesus histórico.

NOSSAS PRIMEIRAS FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE JESUS

A maioria das pessoas não familiarizadas com os estudos bíblicos provavelmente acha que conhecer o Jesus histórico é uma tarefa

relativamente simples. Nós temos quatro Evangelhos no Novo Testamento. Para saber o que Jesus disse e fez, devemos lê-los. Eles nos contam o que ele disse e fez. Então, qual o problema?

Em parte, o problema é que os Evangelhos estão repletos de discrepâncias e foram escritos décadas após o ministério e a morte de Jesus, por autores que não tinham testemunhado pessoalmente nenhum dos acontecimentos da vida dele.

Para focar no problema, pode ser útil pensar sobre os tipos de fontes que os acadêmicos adoram ter à sua disposição quando escrevem um relato histórico sobre um personagem do passado, como Júlio César; Guilherme, o Conquistador; ou Shakespeare. A única forma de sabermos algo sobre essas pessoas é termos fontes de informação. Não podemos simplesmente intuir como Júlio César ou Jesus era. Portanto, de que tipos de fontes os acadêmicos precisam para reconstruir a vida de um personagem histórico importante?

Se o sonho dos acadêmicos se realizasse, eles teriam muitas fontes; quanto mais, melhor, uma vez que algumas delas, ou todas, podem oferecer relatos distorcidos. Essas fontes devem ser contemporâneas dos acontecimentos que descrevem, não baseadas em relatos posteriores. Devem incluir relatos de pessoas imparciais, não apenas tendenciosos. As fontes são melhores quando independentes umas das outras, para que você saiba que seus autores não colaboraram na criação de uma história. E, ainda assim, elas devem ser coerentes e confirmar o que dizem outras, corroborando sem colaborar.

Que fontes temos sobre Jesus? Bem, temos várias fontes nos Evangelhos do Novo Testamento. Essa parte é boa. Mas elas não foram escritas por testemunhas contemporâneas dos acontecimentos que narram. Foram produzidas entre 35 e 65 anos depois da morte de Jesus por pessoas que não o conheceram, não viram nada do que ele fez e não ouviram nada do que ele ensinou; pessoas que falavam um idioma diferente do dele e viviam em outro país. Os relatos dessas pessoas não são desinteressados; são narrativas produzidas por cristãos que de fato acreditavam em Jesus, e portanto não estavam imunes a distorcer as histórias à luz de suas crenças. Elas não são completamente livres de colaboração, já que Marcos foi usado como fonte

para Mateus e Lucas. E, em vez de serem plenamente coerentes umas com as outras, são amplamente inconsistentes, com discrepâncias preenchendo suas páginas, tanto contradições em detalhes quanto compreensões divergentes em larga escala sobre quem Jesus era.

Como fontes assim podem ser usadas para reconstruir a vida do Jesus histórico? Não é fácil, mas é possível.

O primeiro passo é compreender melhor como os autores dos Evangelhos conseguiram suas histórias. Se eles viveram entre três e seis décadas depois dos acontecimentos que narram, quais foram suas fontes de informação? A resposta simples é que os autores dos Evangelhos receberam a maioria de suas informações pela tradição oral, histórias que circulavam de boca em boca desde o tempo em que Jesus morreu até o momento em que os autores as colocaram no papel. Para descobrir como fontes desse tipo — relatos contraditórios escritos décadas depois com base em testemunhos orais — podem ser usadas pelos historiadores para estabelecer o que realmente aconteceu com algum grau de probabilidade, temos de saber mais a respeito da tradição oral sobre Jesus.

AS TRADIÇÕES ORAIS

Embora seja muito difícil datar os Evangelhos com precisão, a maioria dos estudiosos concorda com um período básico, por uma série de razões. Sem entrar em todos os detalhes, posso dizer que sabemos com relativa certeza — com base em suas epístolas e nos Atos — que Paulo escreveu nos anos 50 da era cristã. Ele tinha viajado muito em círculos cristãos e em seus textos não nos oferece absolutamente nenhuma evidência de ter ouvido falar sobre a existência de um Evangelho. Baseando-se nisso é possível inferir que os Evangelhos provavelmente foram escritos depois da época de Paulo. Aparentemente, os autores dos Evangelhos também estavam informados sobre certos acontecimentos históricos, como a destruição de Jerusalém no ano 70 d.C. (possivelmente Marcos, em 13:1; quase certamente Lucas, em 21:20-22). Isso implica que esses Evangelhos provavelmente foram escritos após o ano 70 d.C.

Há motivos para acreditar que Marcos foi produzido primeiro, então ele

talvez o tenha escrito por volta da época da guerra com Roma, em 70 d.C. Se Mateus e Lucas usaram Marcos como fonte, precisam ter escrito após o Evangelho segundo Marcos estar circulando há algum tempo fora de sua comunidade original — digamos, dez ou 15 anos depois, entre 80 e 85 d.C. João parece ser o Evangelho mais teologicamente evoluído, portanto provavelmente foi produzido ainda mais tarde, perto do fim do século I, por volta de 90 ou 95 d.C. Essas são aproximações grosseiras, mas a maioria dos acadêmicos concorda com elas.

Isso significa que nossos mais antigos relatos escritos remanescentes da vida de Jesus foram produzidos entre 35 e 65 anos após sua morte.

O que estava acontecendo durante os anos desse intervalo? É muito claro o que estava ocorrendo com o cristianismo: estava se espalhando pelas grandes áreas urbanas da região do Mediterrâneo. Se os Evangelhos e os Atos estão certos, imediatamente depois da ressurreição de Jesus seus seguidores eram talvez 15 ou vinte homens e mulheres que haviam estado com ele antes, na Galileia, e acreditaram que ele ressuscitara dos mortos. No fim do século I — graças aos esforços missionários de apóstolos e convertidos como Paulo —, a religião podia ser encontrada em aldeias, vilas e cidades de Judeia, Samaria, Galileia e Síria; seguiu rumo ao norte e oeste para a Cilícia e pela Ásia Menor (atual Turquia), Macedônia e Acaia (atual Grécia); chegara até Roma, a capital do império, e possivelmente ainda mais a oeste, até a Espanha. Também viajara rumo ao sul, é possível que para o norte da África e provavelmente para regiões do Egito.

Não que milhares e milhares de pessoas estivessem se convertendo da noite para o dia. Mas, ao longo dos anos, dezenas e dezenas de indivíduos — provavelmente centenas — em grandes áreas urbanas se convertiam. Como os cristãos levaram as pessoas a trocar suas religiões (principalmente) pagãs pela crença em um Deus único, o Deus dos judeus, e em Jesus, seu Filho, que morreu para tirar os pecados do mundo? A única forma de converter as pessoas era contar a elas histórias sobre Jesus; o que ele disse e fez e como ele morreu e foi ressuscitado dos mortos.

Assim que alguém se convertia à religião e se tornava membro de uma

igreja cristã, também passava a contar as histórias. E quem era convertido por essas pessoas, por sua vez, contava as histórias, e assim por diante. E assim foi, uma religião se espalhando exclusivamente pelo boca a boca, em um mundo sem meios de comunicação de massa.

Mas quem estava contando essas histórias sobre Jesus? Em quase todos os casos, alguém que não o conhecia, nem conhecia alguém que tivesse conhecido Jesus. Vou ilustrar com um exemplo hipotético. Eu sou um artesão de cobre que vive em Éfeso, na Ásia Menor. Um estranho chega à cidade e começa a pregar sobre a vida e a morte milagrosas de Jesus. Eu ouço todas as histórias que ele tem a contar e decido abandonar minha devoção à divindade pagã local, Atena, e me tornar um seguidor do Deus judeu e de seu Filho, Jesus. Então converto minha esposa, com base nas histórias que repito. Ela as conta à vizinha, que se converte. Essa vizinha faz o mesmo com o marido, um mercador, e ele se converte. Ele viaja a negócios até a cidade de Esmirna e conta as histórias a seu parceiro nos negócios. O homem se converte e conta à esposa, que também se converte.

Essa mulher que acabou de se converter ouviu todos os tipos de histórias sobre Jesus. E de quem? De um dos apóstolos? Não, de seu marido. Bem, de quem ele as ouviu? De seu vizinho, o mercador de Éfeso. E de quem ele as ouviu? Da esposa. E ela? De minha esposa. E ela? De mim. E de quem eu ouvi? De uma testemunha? Não, eu ouvi do estranho que chegou à cidade.

Foi assim que o cristianismo se espalhou, ano após ano, década após década, até que alguém finalmente escreveu as histórias. O que você acha que aconteceu a elas ao longo dos anos, enquanto eram contadas e recontadas, não como notícias imparciais dadas por testemunhas, mas como uma propaganda com o objetivo de converter pessoas à fé, feita por indivíduos que já a tinham recebido de quinta, sexta ou 19a mão? Você ou seus filhos já brincaram de telefone sem fio em uma festa de aniversário? As crianças se sentam em círculo, e uma delas conta uma história à que está ao lado, que a conta à seguinte, e assim por diante, até retornar à primeira criança. Ao fim, é uma história diferente. (Se não fosse diferente, a brincadeira não faria muito sentido.) Imagine brincar de telefone sem fio não com crianças da mesma

classe socioeconômica, da mesma vizinhança, da mesma escola e idade, falantes da mesma língua, mas brincar disso por quarenta anos ou mais, em diferentes países, diferentes contextos, diferentes idiomas. O que acontece às histórias? Elas mudam.

É de espantar que os Evangelhos sejam tão cheios de discrepâncias? João ouviu histórias diferentes das de Marcos, e as ouviu de modo diferente. Os próprios autores dos Evangelhos evidentemente mudaram as histórias de suas fontes (lembre-se de como Lucas mudou o relato de Marcos sobre Jesus indo para a sua morte). Se as coisas podem mudar tanto de um autor para o seguinte, imagine quanto podiam mudar na tradição oral.

Pode ser tentador entrar em desespero quando se busca definir algo histórico sobre Jesus, considerando-se o caótico estado de coisas. Com fontes como essas, como podemos saber algo sobre o Jesus histórico?

O desespero talvez seja um pouco prematuro a essa altura. Pode haver formas de aplicar métodos de análise rigorosos às fontes, de modo a contornar todos os problemas que se apresentam. Uma abordagem é checar se há outras fontes de informação sobre Jesus, fora os Evangelhos, que possam ser acrescentadas ao coquetel. Na verdade há algumas fontes, mas elas não são muito úteis.

OUTRAS FONTES PARA RECONSTRUIR A VIDA DE JESUS

Se você viu um número suficiente de filmes de Hollywood sobre Jesus, talvez imagine que ele era um dos personagens mais comentados do império romano. Afinal, o Filho de Deus que cura os doentes, expulsa demônios e ressuscita os mortos não aparece todo dia. E é evidente que as autoridades romanas estavam suficientemente temerosas de seu poder a ponto de querer se livrar dele, preocupadas com aquele homem-Deus em meio a elas. É possível que as ordens tenham vindo de cima, diretamente de Roma.

Infelizmente, isso não passa de fantasia. O que vou dizer pode parecer muito estranho para a maioria de nós, já que no fim das contas, segundo todos os relatos, Jesus foi o personagem mais significativo da história da civilização ocidental. Mas ele não era a pessoa mais significativa em sua própria época. Muito pelo contrário, ele parece ter sido praticamente um

completo desconhecido.

O que as fontes gregas e romanas têm a dizer sobre Jesus? Ou, perguntando com mais precisão: se Jesus viveu e morreu no século I (com a morte por volta de 30 d.C.), o que as fontes gregas e romanas de sua própria época até o fim do século (digamos, o ano 100 d.C.) têm a dizer sobre ele? A resposta é de tirar o fôlego. Elas não têm absolutamente nada a dizer sobre ele. Ele nunca é discutido, questionado, atacado, vilanizado ou citado de modo algum em nenhuma das fontes pagãs remanescentes do período. Não há registros de nascimento, relatos de seu julgamento e morte, reflexões sobre seu significado ou discussões sobre seus ensinamentos. Na verdade, seu nome não é mencionado uma única vez em nenhuma fonte pagã. E temos muitas fontes gregas e romanas da época: estudiosos de religião, historiadores, filósofos, poetas, cientistas naturais; temos milhares de cartas particulares; inscrições em locais públicos. Jesus não é mencionado em nenhuma fonte grega ou romana (pagã) do século I.

Os estudiosos nunca souberam ao certo o que pensar disso. A maioria simplesmente supõe que Jesus não era muito importante na sua época. Mas, quer isso seja verdade, a realidade é que, se queremos saber o que Jesus disse e fez, não podemos confiar naquilo que seus inimigos no império estavam dizendo. Pelo que sabemos, eles não estavam dizendo nada.

Jesus é mencionado pela primeira vez em uma fonte pagã no ano 112 d.C. O autor, Plínio, o jovem, era governador de uma província romana. Em uma carta escrita ao seu imperador, Trajano, ele conta que havia um grupo de pessoas chamadas de cristãs que se reunia ilegalmente; quer saber como lidar com a situação. Ele diz ao imperador que essas pessoas “veneram Cristo como um Deus”. É tudo o que diz sobre Jesus. Não é muito para começar se você quer saber algo sobre o Jesus histórico.

Um pouco mais de informação é fornecido por um amigo de Plínio, o historiador romano Tácito. Quando escreveu sua história de Roma no ano 115, Tácito mencionou o incêndio provocado por Nero em Roma em 64, que o imperador atribuiu “aos cristãos”. Tácito explica que os cristãos são assim chamados por causa de “Christus (...) que foi executado pelas mãos do

procurador Pôncio Pilatos no reinado de Tibério” (*Anais*, 15:44). Ele continua, dizendo que a “superstição” do cristianismo surgiu na Judeia antes de se espalhar para Roma. Aí pelo menos há uma confirmação do que já sabemos, com base nos Evangelhos, sobre a morte de Jesus nas mãos de Pilatos. Mas Tácito, como Plínio, não nos dá nada para continuar se quisermos saber o que realmente Jesus disse e fez.

Se analisarmos todas as fontes gregas e romanas (pagãs) remanescentes dos primeiros cem anos após a morte de Jesus (30-130 d.C.), essas duas breves referências são tudo o que encontramos.¹

Além das fontes pagãs do século I, temos fontes judaicas não cristãs, embora de modo algum no mesmo volume. Mas há uma, e apenas uma, que menciona Jesus. É o famoso historiador judeu Flávio Josefo, que por volta de 90 d.C. escreveu uma história em vinte volumes do povo judeu desde os tempos de Adão e Eva até seus dias. Nesse grande livro ele não fala muito sobre Jesus, mas se refere duas vezes a ele. Em uma das referências, ele simplesmente identifica um homem chamado Tiago como “o irmão de Jesus, que é chamado de Messias” (*Antiquidades dos judeus*, 20, 9, 1).

A outra referência é mais extensa, mas também problemática. Nela Josefo parece confessar ser ele mesmo um cristão, mas sabemos por suas outras obras que não era (ele escreveu uma autobiografia, entre outros trabalhos). Os historiadores sabem que os textos de Josefo não foram copiados pelos judeus durante a Idade Média, pois ele era (provavelmente com razão) considerado um traidor da causa judaica na desastrosa guerra contra Roma em 70 d.C., na qual Jerusalém foi destruída. Em vez disso, seus textos foram copiados por cristãos. E, no momento em que Josefo discute Jesus, parece que um escriba cristão fez algumas inserções para esclarecer quem Jesus realmente era. Coloquei entre colchetes os trechos possivelmente inseridos pelo escriba:

Nessa época surgiu Jesus, um homem sábio [caso ele de fato devesse ser chamado de homem, pois] realizava feitos impressionantes, um mestre de pessoas que recebiam a verdade com prazer. E ele conquistou seguidores entre muitos judeus e muitos de origem grega. [Ele era o

Messias]. E quando Pilatos, por causa de uma acusação feita pelos líderes entre nós, o condenou à cruz, aqueles que o amavam antes não deixaram de amá-lo. [Pois ele apareceu a eles no terceiro dia, novamente vivo, assim como os profetas divinos tinham falado dessa e de incontáveis coisas assombrosas sobre ele.] E até hoje a tribo dos cristãos, que leva seu nome, não desapareceu (Antiguidades, 18, 3, 3).²

Certamente é importante saber que o historiador judeu de maior destaque no século I sabia pelo menos alguma coisa sobre Jesus — especificamente que ele era um mestre que, supostamente, realizara feitos maravilhosos, tinha muitos seguidores e foi condenado à cruz por Pôncio Pilatos. Esse relato confirma alguns dos aspectos mais importantes da vida e da morte de Jesus, como apresentados nos Evangelhos. Mas não conta exatamente o que ele disse ou fez, ou quais foram as circunstâncias que levaram à acusação e à morte, mesmo que sejam incluídos os comentários entre colchetes.

Não há outras fontes não cristãs — judaicas ou pagãs — dos primeiros cem anos após a morte de Jesus que o mencionem.

Há, claro, fontes cristãs posteriores — muitos outros Evangelhos, por exemplo —, dos séculos II e III e depois. Vamos estudá-las no próximo capítulo. Então veremos que esses outros relatos são extremamente interessantes e merecem ser lidos. Mas, como regra, eles não nos fornecem informações históricas confiáveis. São todos posteriores aos Evangelhos do Novo Testamento e repletos de histórias lendárias, embora intrigantes, sobre o Filho de Deus.

Pode-se pensar que os outros livros do Novo Testamento nos dariam informações adicionais sobre Jesus, mas aqui também simplesmente não há muito com o que continuar. O apóstolo Paulo, por exemplo, fala muito sobre a morte e a ressurreição de Jesus, mas conta muito pouco sobre a vida de Jesus — o que ele disse e fez antes de morrer. Em alguns pontos, ele confirma o que os Evangelhos dizem: que Jesus era um judeu que pregava a judeus; que tinha irmãos, um dos quais se chamava Tiago, e 12 discípulos.

Ele menciona as palavras de Jesus na Última Ceia e duas de suas outras falas: que seus seguidores não deviam se divorciar e que deviam pagar a seus pregadores.³ Afora isso, Paulo não nos diz muito. Os outros autores do Novo Testamento contam ainda menos.

O resultado dessa rápida pesquisa deve ser claro: se quisermos saber sobre a vida do Jesus histórico, estamos de certa forma limitados a usar os quatro Evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João. Contudo, esses não são relatos imparciais de testemunhas. São livros escritos décadas depois dos acontecimentos por autores que ouviram histórias sobre Jesus pela tradição oral, histórias que foram alteradas e até mesmo inventadas com o passar do tempo. Há muitas discrepâncias nessas histórias, e os próprios autores dos Evangelhos as modificaram onde acharam adequado. Como é possível usar essas fontes para descobrir o que realmente aconteceu historicamente? Na verdade, é possível. Os estudiosos conceberam alguns princípios metodológicos que, se observados atenta e rigorosamente, podem nos dar algumas indicações de quem Jesus realmente foi.

CRITÉRIOS PARA ESTABELECEER A VERACIDADE DO MATERIAL HISTÓRICO

Não há nada muito complicado nesses princípios — eles fazem sentido, considerando-se tudo o que vimos até agora sobre as tradições dos Evangelhos. O primeiro é bastante óbvio:

1 — *Quanto mais antigo, melhor.* Como as tradições sobre Jesus mudaram com o tempo à medida que as histórias sobre ele eram contadas e recontadas, e como as fontes escritas foram alteradas, ampliadas e editadas, faz sentido que as fontes mais antigas sejam mais confiáveis do que as posteriores. Como regra, Evangelhos do século VIII não são tão confiáveis quanto os do século I (embora possam ser uma leitura extremamente agradável).

João é o último dos quatro Evangelhos do Novo Testamento e tende a ser menos confiável historicamente do que os outros. Ele apresenta visões de Jesus que representam desdobramentos posteriores da tradição — por exemplo, a de que foi o cordeiro da Páscoa que morreu no dia em que os cordeiros da Páscoa foram sacrificados, ou a de que ele alegava ser igual a

Deus. Isso não significa que possamos descartar completamente tudo o que se encontra em João. Pelo contrário, também precisamos aplicar ao seu relato os outros critérios. Mas, em geral, quanto mais antigo, melhor.

Nosso mais antigo Evangelho remanescente é o de Marcos, e ele pode conter informações mais confiáveis do que o de João. Mas Marcos não foi a única fonte dos Evangelhos posteriores. Provavelmente foi fonte de outro Evangelho que pode ter sido produzido na mesma época que o de Marcos, mas não preservado. Em um capítulo anterior, chamei atenção para o fato de que Mateus e Lucas tiraram muitas de suas histórias de Marcos, que utilizaram como fonte. Há em Mateus e Lucas muitas outras tradições que não são encontradas em Marcos. A maioria delas, mas não todas, são falas de Jesus, como, por exemplo, o Pai-Nosso e as bem-aventuranças (presentes em Mateus e Lucas, mas não em Marcos). Como os Evangelhos não poderiam ter tirado essas tradições de Marcos, onde as conseguiram? Há bons motivos para acreditar que Mateus não as tirou de Lucas, nem Lucas as recebeu de Mateus. Assim, desde o século XIX os estudiosos sustentam que ambos as conseguiram em uma outra fonte. Os estudiosos alemães que conceberam essa ideia chamaram essa outra fonte de *Quelle*, a palavra alemã para “fonte”. Essa “fonte” adicional desconhecida é chamada simplesmente de Q.⁴

Q, portanto, é a fonte do material presente em Mateus e Lucas, mas não em Marcos. Aparentemente, esse material é originário de um Evangelho perdido ao qual os dois autores dos Evangelhos posteriores tiveram acesso. Não sabemos tudo o que havia em Q (ou *não* havia em Q), mas sempre que Mateus e Lucas concordam literalmente em uma história não presente em Marcos, acredita-se que ela seja originária de Q. Portanto, Marcos e Q são nossas fontes mais antigas. Mateus usou mais uma ou mais de uma fonte escrita ou oral para seu Evangelho, e nós as chamamos de fontes matianas, ou M. As fontes de material exclusivo de Lucas são chamadas de L. Portanto, antes dos Evangelhos de Mateus e Lucas havia quatro fontes disponíveis: Marcos, Q, M e L (tanto M quanto L possivelmente são fontes múltiplas). Esses são nossos materiais mais antigos para reconstruir a vida de Jesus.⁵

2 — *Quanto mais, melhor.* Suponha que haja uma história sobre Jesus

encontrada em apenas uma fonte; é possível que o próprio autor dessa fonte tenha inventado a tradição. Mas e quando uma história é encontrada de forma independente em mais de uma fonte? Ela não pode ter sido inventada por nenhuma das fontes, já que são independentes; deve ser anterior a ambas. Portanto, histórias encontradas em muitas fontes independentes têm maior probabilidade de serem mais antigas, e possivelmente autênticas. (Observação: se a mesma história for encontrada em Mateus, Marcos e Lucas, essas não são *três* fontes para a história, mas uma fonte: Mateus e Lucas a receberam de Marcos.)

Por exemplo: tanto Mateus quanto Lucas indicam de modo independente que Jesus foi criado em Nazaré, mas suas histórias sobre como ele chegou lá diferem, de modo que uma é oriunda de M, e a outra, de L. Marcos informa a mesma coisa. Assim como João, que não usa nenhum dos Sinóticos como fonte. Conclusão? Ela é confirmada independentemente: Jesus provavelmente veio de Nazaré. Outro exemplo: Jesus é associado a João Batista no início de Marcos, no começo de Q (tanto Mateus quanto Lucas preservam partes da proclamação de João que não aparecem em Marcos) e no começo de João. Conclusão? Jesus provavelmente está associado a João Batista no início de seu ministério.

3 — *É melhor remar contra a corrente.* Algo que vimos repetidamente é que foram criadas discrepâncias em nossos relatos sobre Jesus porque diferentes contadores de histórias e autores mudaram as tradições para fazer com que elas se adequassem melhor a seus próprios pontos de vista. Como podemos lidar com tradições sobre Jesus que claramente *não* se coadunam com os interesses cristãos, ou seja, não fortalecem os pontos de vista e as perspectivas das pessoas que contam as histórias? Tradições assim não teriam sido inventadas pelos contadores de histórias cristãos, portanto é muito provável que sejam historicamente precisas. Algumas vezes isso é confusamente chamado de “critério da dessemelhança”. Qualquer tradição sobre Jesus que seja diferente daquilo que os primeiros cristãos provavelmente queriam dizer sobre ele tem maior probabilidade de ser autêntica. Vamos considerar os dois exemplos anteriores. É possível entender

por que os cristãos queriam dizer que Jesus vinha de Belém: era de lá que deveria vir o filho de Davi (Miqueias 5:2). Mas quem inventaria uma história em que o Salvador vinha de Nazaré, uma cidadezinha de que ninguém tinha ouvido falar? Essa tradição não fortalece nenhum interesse cristão. Portanto, ironicamente, é provável que seja historicamente precisa. Ou então vejamos João Batista. Em Marcos, nosso relato mais antigo, João batiza Jesus. Por que os cristãos iriam inventar isso? Lembre-se de que, de acordo com a tradição cristã inicial, uma pessoa espiritualmente superior batizava aquela espiritualmente inferior. Um cristão inventaria a ideia de que Jesus foi batizado por outra pessoa, sendo, portanto, inferior a ela? Além disso, João batizava “para perdoar os pecados” (Marcos 1:4). Alguém iria querer alegar que Jesus precisava ser perdoado por seus pecados? Parece altamente improvável. Conclusão? É provável que Jesus realmente era associado a João Batista no início de seu ministério, e é provável que tenha sido batizado por ele.

4 — *Tem de se encaixar no contexto.* Como Jesus foi um judeu que viveu na Palestina do século I, qualquer tradição sobre ele tem de se encaixar em seu próprio contexto histórico para que seja plausível. Muitos de nossos Evangelhos posteriores — escritos nos séculos III ou IV, em outras regiões do mundo — dizem coisas sobre Jesus que não fazem sentido no contexto dele. Elas podem ser eliminadas como historicamente implausíveis. Mas há implausibilidades até mesmo em nossos quatro Evangelhos canônicos. No Evangelho segundo João, capítulo 3, Jesus tem uma famosa conversa com Nicodemos, na qual diz: “Vós deveis nascer de novo.” A palavra grega traduzida como “de novo” na verdade tem dois significados: pode indicar apenas “uma segunda vez”, mas também “do alto”. Sempre que ela é empregada em outros momentos em João, significa “do alto” (João 19:11, 23). É o que Jesus parece querer dizer em João 3 quando conversa com Nicodemos: uma pessoa precisa nascer do alto para ter vida eterna no céu acima. Nicodemos, porém, entende errado e acha que Jesus se refere ao outro sentido da palavra, que ele tem de nascer uma segunda vez. “Como pode um homem nascer, sendo já velho? Poderá entrar segunda vez no seio de sua mãe

e nascer?”, pergunta ele, frustrado. Jesus o corrige: não está falando de um segundo nascimento físico, e sim de um nascimento celestial, do alto.

Essa conversa com Nicodemos se baseia no fato de que uma determinada palavra grega tem dois significados (um duplo sentido). Sem o duplo sentido, a conversa não faz sentido. O problema é este: Jesus e esse líder judeu em Jerusalém não estariam falando em grego, mas em aramaico. Contudo, a palavra aramaica para “do alto” não significa também “segunda vez”. É um duplo sentido que existe apenas em grego. Por essa razão, essa conversa não pode ter acontecido — pelo menos não como é descrita no Evangelho segundo João.

Esses são, portanto, alguns dos critérios empregados pelos estudiosos para tratar das várias tradições sobre Jesus, especialmente quando encontradas nos Evangelhos do Novo Testamento. A aplicação atenta e rigorosa desses critérios pode produzir resultados positivos. Nós provavelmente *podemos* saber algumas coisas sobre o Jesus histórico. O que, então, podemos saber?

JESUS, O PROFETA APOCALÍPTICO

Há mais de um século, desde a publicação do marco que foi a obra-prima de Albert Schweitzer *A busca do Jesus histórico*:⁶ a maioria dos estudiosos na Europa e na América do Norte vê Jesus como um profeta apocalíptico judeu.⁷ Claro que foram feitas muitas pesquisas desde o tempo de Schweitzer, que não aplicou rigorosamente os vários critérios que apresentei (eles foram desenvolvidos depois de sua época). Mas o instinto dele parecia correto.

OS ENSINAMENTOS DE JESUS

Como outros apocalípticos de sua época, Jesus compreendia o mundo em termos dualistas, tomado pelas forças do bem e do mal. O seu tempo era controlado pelas forças do mal — o Diabo, demônios, doença, desastres e morte; mas Deus logo iria intervir nesta era ímpia para derrubar as forças do mal e introduzir seu reino bom, o Reino de Deus, no qual não haveria mais dor, infelicidade ou sofrimento. Os seguidores de Jesus podiam esperar a chegada desse reino para breve — de fato, enquanto ainda fossem vivos. Isso

seria produzido por um juiz cósmico da Terra, a quem Jesus chama de Filho do Homem (remetendo a uma passagem das Escrituras Judaicas, Daniel 7:13-14). Quando o Filho do Homem chegasse, haveria um julgamento da Terra, no qual os ímpios seriam destruídos e os justos, recompensados. Aqueles que estivessem sofrendo com dor e opressão seriam exaltados. Os que tivessem se aliado ao mal, e como resultado estivessem prosperando, seriam degradados. As pessoas precisavam se arrepender de seu comportamento ímpio e se preparar para a chegada do Filho do Homem e do Reino de Deus que surgiria em sua esteira, pois isso aconteceria logo.

Você não costuma ouvir essa descrição de Jesus nas aulas de catecismo ou na escola dominical ou no púlpito. Mas é a visão ensinada há muitos anos nos principais seminários e faculdades de teologia por todos os Estados Unidos. Há argumentos fortes e convincentes para pensar em Jesus em termos apocalípticos. Mais importante ainda, as tradições que o apresentam dessa forma, todas elas dos Evangelhos do Novo Testamento, são aquelas aprovadas em nossos vários critérios de autenticidade.

Já vimos algumas das evidências de que esse é o retrato mais antigo encontrado nos Evangelhos. Como destaquei em outro capítulo, é nos Evangelhos Sinóticos que Jesus prega o advento do Reino de Deus. Esse Reino de Deus não é o Céu — o lugar para onde você vai quando morre (como na tradição cristã posterior; discutirei isso mais a fundo no capítulo 7). É um reino real, aqui na Terra, que será governado por Deus por intermédio de seu Messias, um reino utópico em que os primeiros serão os últimos e os últimos, os primeiros. Apenas no último Evangelho, o de João, Jesus não prega mais que esse reino chegará logo. E por que esse ensinamento não aparece no último de nossos Evangelhos? Sem dúvida porque o reino nunca chegou, e o autor do último Evangelho foi obrigado a reinterpretar a mensagem de Jesus à luz de sua própria época. Contudo, as tradições iniciais dos Evangelhos mostram a mensagem de Jesus se referindo ao reino que viria.

De fato, não apenas essa mensagem é encontrada em nossas primeiras fontes, como também é uma das principais mensagens das primeiras de todas as fontes, Marcos e Q. Em Marcos, Jesus diz:

De fato, aquele que, nesta geração adúltera e pecadora, se envergonhar de mim e de minhas palavras, também o Filho do Homem se envergonhará dele, quando vier na glória de seu Pai com os santos anjos (...) Em verdade vos digo que estão aqui presentes alguns que não provarão a morte até que vejam o Reino de Deus, chegando com poder (Marcos 8:38, 9:1).

Naqueles dias, porém, depois daquela tribulação, o sol escurecerá, a lua não dará sua claridade, as estrelas estarão caindo do céu e os poderes que estão nos céus serão abalados. E verá o Filho do Homem vindo entre nuvens com grande poder e glória. Então ele enviará os anjos e reunirá seus eleitos, dos quatro ventos, da extremidade da terra à extremidade do céu. (...) Em verdade vos digo que esta geração não passará enquanto não tiver acontecido tudo isto (Marcos 13:24-27, 30).

O Filho do Homem está vindo, ele irá julgar o mundo, aqueles que se aliarem a Jesus serão recompensados, outros serão punidos, e isso acontecerá na própria geração de Jesus. Essa mensagem apocalíptica é encontrada em todos os primeiros relatos da proclamação de Jesus.

Veja o que ele diz em Lucas e Mateus — não em Marcos, portanto saído de Q:

Pois assim como o relâmpago parte do oriente e brilha até o poente, assim será a vinda do Filho do Homem. (...) Como nos dias de Noé, será a Vinda do Filho do Homem. Com efeito, como naqueles dias que precederam o dilúvio, estavam eles comendo, bebendo, casando-se e dando-se em casamento, até o dia em que Noé entrou na arca e não perceberam nada até que veio o dilúvio e os levou a todos. Assim acontecerá na Vinda do Filho do Homem (Lucas 17:24; 26-27, 30; cf. Mateus 24:27, 37-39).

Por isso, também vós ficais preparados, porque o Filho do Homem virá numa hora que não pensais (Lucas 12:39; Mateus 24:44).

Jesus prega mensagem semelhante no material que Mateus recebeu de sua(s) fonte(s) M:

Da mesma forma que se junta o joio e se queima no fogo, assim será no fim do mundo: o Filho do Homem enviará seus anjos e eles apanharão do seu Reino todos os escândalos e os que praticam iniquidade e os lançarão na fornalha ardente. Ali haverá choro e ranger de dentes. Então os justos brilharão como o sol no Reino de seu Pai (Mateus 13:40-43).

Se um dos nossos critérios é buscar confirmação independente das tradições sobre Jesus em múltiplas fontes, a ideia de que ele pregou a chegada iminente do Filho do Homem para julgar a terra é aprovada com louvor.

Igualmente importante, algumas dessas falas independentemente confirmadas parecem ser aprovadas no critério da dessemelhança. Pense, por exemplo, na fala citada em Marcos 8:38: “De fato, aquele que, nesta geração adúltera e pecadora, se envergonhar de mim e de minhas palavras, também o Filho do Homem se envergonhará dele, quando vier na glória de seu Pai com os santos anjos.” Não é segredo que os primeiros cristãos acreditavam que o próprio Jesus era o futuro juiz cósmico da Terra, como vimos em Paulo. Portanto, naturalmente, quando os cristãos leem esse versículo de Marcos, pensam que Jesus está falando de si mesmo. Mas examine com atenção. Jesus não se identifica como o Filho do Homem. Se você não soubesse de nada (e neste tipo de argumentação é preciso abandonar os preconceitos), você acharia que ele na verdade está fazendo uma distinção entre si mesmo e o Filho do Homem. Qualquer um que não ouvir Jesus será julgado quando o Filho do Homem descer dos céus.

Será que cristãos posteriores que estavam inventando falas de Jesus se saíam com uma em que ele parecia se distinguir do Filho do Homem? Parece improvável. Se cristãos tivessem inventado a fala, eles não a teriam redigido assim; em vez disso, teriam dito algo como “aquele que, nesta geração adúltera e pecadora, se envergonhar de mim e de minhas palavras,

também eu, o Filho do Homem (...)". Isso significa que a fala, na verdade, provavelmente remonta a Jesus.

Ou veja outro caso. Em uma fala extraída de Q, Jesus diz a seus discípulos: “Em verdade vos digo, a vós que me seguistes: quando as coisas forem renovadas, e o Filho do Homem se assentar no seu trono de glória, vos assentareis, vós também, em 12 tronos para julgar as 12 tribos de Israel” (Mateus 19:28; ver também Lucas 22:28-30). Essa fala sobre o futuro julgamento e o futuro governo do Reino de Deus provavelmente é autêntica, algo que Jesus realmente disse. Por quê? Note a quem ele se dirige. Aos 12 discípulos. Isso inclui Judas Iscariote. Logo após os acontecimentos que levaram à morte de Jesus, *nenhum* cristão estaria interessado em dizer que Judas Iscariote seria um dos doze juízes no Reino de Deus. Em outras palavras, nenhum cristão teria inventado essa fala posteriormente. Isso significa que ela tem de remontar a Jesus. Jesus acreditava que seus próprios discípulos seriam os governantes no futuro Reino de Deus na Terra.

Um último exemplo de dessemelhança diz respeito ao julgamento final, quando o Filho do Homem está sentado em seu trono de glória e separa as ovelhas dos bodes (esse é material M, de Mateus 25). As “ovelhas” recebem sua recompensa celestial e eterna por todas as coisas boas que fizeram: alimentar os que tinham fome, vestir os despidos, cuidar dos doentes; os “bodes” são mandados para a punição eterna por não terem feito boas ações. Um cristão posterior inventaria essa tradição? Após a morte de Jesus, seus seguidores alegaram que a pessoa se tornava justa perante Deus e receberia sua recompensa eterna ao acreditar na morte e na ressurreição de Jesus, não fazendo boas ações. Portanto, essa história rema contra a corrente desse ensinamento, ao indicar que a pessoa será recompensada por suas boas ações. Logo: isso tem de remontar a Jesus.

Em síntese, Jesus ensinou que o Filho do Homem logo desceria dos céus para o julgamento, e as pessoas precisavam estar prontas para ele, mudando seu comportamento e vivendo como Deus esperava que vivessem. Isso envolvia o amor desinteressado pelos outros. Assim, Jesus teria citado as Escrituras: “Amarás a teu próximo como a ti mesmo” (Mateus 22:39, citando

Levítico 19:18). Sua formulação da ideia é a Regra de Ouro: “Tudo aquilo, portanto, que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles” (Mateus 7:12). É difícil afirmar de forma mais concisa as exigências éticas da lei de Deus. Aqueles que seguiam o que era determinado pelas Escrituras seriam recompensados no momento do julgamento; aqueles que não, seriam punidos. E quando seria esse julgamento? Quando os discípulos ainda estivessem vivos: “Em verdade vos digo que estão aqui presentes alguns que não provarão a morte até que vejam o Reino de Deus, chegando com poder.” (Marcos 9:1); “Em verdade vos digo que esta geração não passará enquanto não tiver acontecido tudo isso” (Marcos 13:30).

Que essa visão se encaixa no contexto da Palestina do século I, fica claro para todo historiador do período. Jesus não era o único a proclamar o fim dos tempos e o iminente surgimento do Filho do Homem. Outros profetas judeus tinham mensagens apocalípticas semelhantes — mesmo que os detalhes variassem de um profeta a outro —, incluindo os judeus da mesma época de Jesus, aproximadamente, que nos deixaram os Manuscritos do Mar Morto, repletos de raciocínio apocalíptico judeu.

Ainda mais importante é o fato de que essa foi a mensagem de João Batista, antes de Jesus. Em Lucas 3:9 (da fonte Q), João teria dito: “O machado já está posto à raiz das árvores; e toda árvore que não produzir bom fruto será cortada e lançada ao fogo.” Essa é uma imagem apocalíptica do julgamento. Os seres humanos são comparados a árvores que serão cortadas e queimadas se não fizerem aquilo para o que foram concebidos: produzir bons frutos. E quando começará essa destruição? É iminente: o machado está pronto para começar seu trabalho; está “posto à raiz das árvores”. As pessoas precisam começar a “produzir bom fruto” — ou seja, fazer o que é determinado por Deus — ou também elas serão destruídas.

Por isso é importante saber — com base em confirmação múltipla e dessemelhança — que Jesus começou seu ministério se associando a João. Jesus foi apocalíptico desde o início do seu ministério. Que ele permaneceu apocalíptico fica bem claro em nossas fontes. Nossas mais antigas tradições estão repletas de falas e avisos apocalípticos. Ainda mais significativo, após a

morte de Jesus seus seguidores mantiveram a orientação apocalíptica. Por isso achavam que o fim estava próximo, que o próprio Jesus logo iria retornar dos céus para julgar a Terra. Isso está escrito nos textos de Paulo, os primeiros documentos cristãos que temos. Os primeiros cristãos, assim como Jesus antes deles, e João Batista, antes de Jesus, eram judeus de disposição apocalíptica, esperando o iminente fim dos tempos.

Os ensinamentos éticos de Jesus precisam ser colocados nesse contexto apocalíptico. Muitas pessoas veem Jesus como um grande mestre moral, e ele certamente foi isso. Mas é importante reconhecer *por que* ele achava que as pessoas deviam se comportar de forma correta. Atualmente, os defensores da ética argumentam que as pessoas devem se comportar de modo ético para que possamos ganhar a longo prazo, com sociedades felizes e prósperas. Para Jesus não *haveria* longo prazo. O fim era iminente, o Filho do Homem logo desceria dos Céus para julgar a Terra, o Reino de Deus estava logo ali. A razão para mudar de comportamento era conseguir acesso ao reino quando ele se instalasse, e não para fazer da sociedade um lugar feliz em um futuro previsível. O futuro seria triste — a não ser que você se aliasse a Jesus e fizesse o que ele insistia, e nesse caso poderia esperar uma recompensa quando Deus interferisse na história para derrubar as forças do mal e estabelecer seu reino na Terra, o que aconteceria em breve.

OS FEITOS E ATOS DE JESUS

Compreender Jesus como um profeta apocalíptico que antecipava o julgamento deste mundo e o surgimento iminente do Reino de Deus nos ajuda a entender os feitos e atos de Jesus que podem ser definidos como historicamente prováveis, tendo como base nossos vários critérios.

O batismo

É quase certo que Jesus começou seu ministério público sendo batizado por João Batista. Isso é confirmado em várias fontes independentes, antigas e posteriores, e não é o tipo de tradição que um cristão posterior inventaria. Acho que o significado do batismo só faz sentido em um contexto apocalíptico. Jesus tinha muitas religiões à sua disposição, assim como outros

judeus de sua época. Alguns judeus se juntaram aos fariseus, que pretendiam seguir a lei de Deus com o máximo de cuidado e consciência possível (por isso Deus tinha dado a lei a eles — para que ela fosse obedecida); outros se juntaram a comunidades monásticas como a dos essênios, que produziram os Manuscritos do Mar Morto e buscavam preservar sua própria pureza permanecendo distantes das influências corruptoras do mundo que os cercava; outros se aliaram aos saduceus, aristocratas poderosos da Palestina que controlavam o Templo e suas práticas sacrificiais, e faziam a ligação com as autoridades governamentais romanas; havia os que eram particularmente zelosos pela Terra Santa e pregavam uma rebelião religiosa e militar contra Roma, para estabelecer Israel como um Estado soberano na terra que Deus tinha originalmente dado a eles.

Jesus não se juntou a nenhum desses grupos. Em vez disso, se aliou a João Batista, um profeta apocalíptico que estava instando as pessoas a se preparar para o dia do julgamento, que aconteceria em futuro próximo. Por que Jesus se aliou a João? Por que concordava com essa mensagem, não com as mensagens de todos os outros. Assim como João antes dele, e seus seguidores depois, Jesus era um apocalíptico.

Os 12 discípulos

Há poucas dúvidas de que Jesus escolheu 12 seguidores para formar um círculo íntimo ao seu redor. Os 12 são confirmados em várias fontes dos Evangelhos, bem como em Paulo e nos Atos. Além disso, uma fala, sobre os 12 governando as 12 tribos de Israel no reino, é aprovada no critério de dessemelhança. Mas por que Jesus escolheu 12 discípulos? Por que não nove? Ou 14?

Não foi para que eles pudessem ter um clube do discípulo do mês. Parece ter sido um gesto simbólico de Jesus. Na Bíblia hebraica^[4], originalmente o povo de Deus — o povo de Israel — era composto de 12 tribos. Segundo Jesus, essas 12 tribos seriam recriadas no futuro Reino de Deus, quando o verdadeiro povo de Deus seria governado pelos 12 apóstolos. Ao escolher 12 discípulos íntimos, Jesus estava indicando que aqueles que seguissem a ele e a seus ensinamentos seriam os que ingressariam naquele futuro Reino de Deus. Nem todos os judeus teriam sua entrada naquele reino permitida.

Apenas os que corrigissem seu comportamento e seguissem os ensinamentos de Jesus iriam sobreviver ao julgamento. Em outras palavras, escolher 12 era uma espécie de mensagem apocalíptica criptografada.

Jesus como curandeiro e exorcista

Mais à frente, neste capítulo, vou discutir a questão referente ao fato de os historiadores poderem dizer algo definitivo sobre Jesus realmente ter operado milagres ou não. Por hora basta destacar que se *acredita* amplamente que ele fez milagres — curando doentes, expulsando demônios e ressuscitando os mortos. As tradições sobre os milagres de Jesus aparecem em muitas fontes independentes. Essas tradições evidentemente não passam pelo critério da dessemelhança: os contadores de histórias dos primórdios da Igreja naturalmente queriam que as pessoas que tentavam converter compreendessem que Jesus não era um mero mortal, tinha a força de Deus em seu ministério público. Sem dúvida, histórias de seus grandes milagres eram inventadas o tempo todo, como é evidenciado em Evangelhos posteriores que não integram o Novo Testamento, nos quais os milagres que ele e seus seguidores operam são ainda mais estupendos. Mas, mesmo no princípio, as histórias eram disseminadas, e o que importa para meu objetivo neste momento é que nos estágios iniciais da tradição elas eram interpretadas em termos apocalípticos.

No futuro reino não haverá forças do mal. Jesus supera o mal agora. Não haverá demônios; Jesus expulsa demônios agora. Não haverá doenças; Jesus cura os doentes agora. Não haverá desastres naturais; Jesus aplaca as tempestades agora. Não haverá fome; Jesus alimenta os que têm fome agora. Não haverá morte; Jesus ressuscita os mortos agora.

Quando João Batista mandou mensageiros da prisão onde estava detido para perguntar a Jesus se ele era o profeta que viria no fim dos tempos ou se deveria ser esperado um outro, Jesus (segundo Q) deu a resposta: “Ide contar a João o que vedes e ouvis; os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciado o Evangelho; e feliz é aquele que não ficar escandalizado por causa de mim!” (Lucas 7:22-23). O Reino de Deus logo surgirá, e já está começando a se manifestar de pequenas formas nos feitos de Jesus. A atuação

de Jesus é entendida apocalipticamente.

A viagem para Jerusalém

Caso se perguntasse a uma teóloga cristã por que Jesus viajou para Jerusalém na última semana de sua vida, ela poderia dizer que foi para que pudesse ser crucificado pelos pecados do mundo. Mas, do ponto de vista histórico, qual foi sua motivação para viajar? Faz todo o sentido quando vemos Jesus como um apocalíptico. Segundo nossas fontes mais antigas, os Evangelhos Sinóticos, Jesus passara a maior parte de seu ministério pregando aos judeus no interior rural da Galileia. Ele evidentemente não passou muito tempo, se é que passou algum, em grandes cidades, em vez disso indo a cidades, aldeias e povoados do norte.

Mas ele tinha uma mensagem urgente: a vinda do reino era iminente com o advento do Filho do Homem, e as pessoas precisavam se preparar.

Por que, então, ir a Jerusalém? Evidentemente, para levar sua mensagem ao coração do judaísmo, a capital, local do Templo, e a todos os importantes personagens sociais e políticos de lá, bem como às massas. E por que ele foi para lá durante a Páscoa? Porque era quando as maiores multidões também estariam lá. Como vimos em capítulo anterior, a Páscoa em Jerusalém era um grande acontecimento. Era a maior peregrinação do calendário judaico, quando as pessoas superlotavam a cidade.

Era também o momento em que os judeus refletiam sobre os grandes acontecimentos do Êxodo sob Moisés, recordando como Deus interferira em prol deles. Sem dúvida, muitos judeus faziam isso antecipando que Deus iria interferir novamente, derrubando os senhores do presente (os romanos), assim como tinha derrubado os senhores do passado (os egípcios). Alguns judeus acreditavam que isso aconteceria por intermédio de um levante político e militar. Outros pensavam em um acontecimento cósmico sobrenatural, quando o próprio Deus iria destruir aqueles que se opunham a ele. Jesus integrava a segunda corrente. Ele foi a Jerusalém para proclamar essa mensagem. O Reino de Deus estava quase aqui: as pessoas precisavam se arrepender e acreditar nas boas-novas.

Não é surpresa que em nossas fontes mais antigas — Mateus, Marcos e

Lucas — Jesus passe sua última semana em Jerusalém pregando uma mensagem fortemente apocalíptica (ver, por exemplo, Marcos 13 e Mateus 24-25). Isso é historicamente preciso. Foi como Jesus passou sua última semana. Mas, antes disso, ele fez algo significativo assim que chegou à cidade, um ato simbólico que transmitia sua mensagem apocalíptica.

A purificação do Templo

De forma independente um do outro, Marcos e João contam a história de Jesus entrando no Templo e provocando um tumulto. O relato de Marcos é anterior, claro, e nele esse acontecimento é situado, de forma mais plausível, mais ao fim da vida de Jesus do que no início. Na verdade, para Marcos o acontecimento no Templo foi o que acabou levando à crucificação de Jesus.

O Templo era o ponto central de toda a veneração judaica, como determinado nas Escrituras judaicas. Na época de Jesus, judeus de todo o mundo iam a Jerusalém para executar os sacrifícios de animais determinados pela lei, o que tinha de ser feito exclusivamente no Templo. Claro que pessoas que viajavam longas distâncias não podiam levar consigo os animais sacrificiais; eles precisavam ser comprados no local. Mas não podiam ser comprados com o dinheiro romano comum: as moedas romanas tinham gravada uma imagem do imperador, que em certas regiões do império era considerado um ser divino. Para os judeus havia um único Deus, então eles não estavam inclinados a levar a imagem do César para o Templo sagrado. Além disso, a lei proibía o uso de qualquer “imagem gravada”, outro motivo pelo qual as moedas romanas não podiam ser usadas. Era preciso outro tipo de moeda disponível, por isso tinha de haver algum tipo de mecanismo de câmbio, no qual moedas romanas pudessem ser trocadas pelo dinheiro do Templo, que não podia ter a imagem do César. Só então o dinheiro do Templo podia ser usado para comprar os animais necessários.

Havia cambistas que faziam essas trocas de moedas. Quando Jesus chegou a Jerusalém, viu toda a troca de moedas e a venda de animais, e evidentemente considerou aquilo escandaloso: virou algumas das mesas dos cambistas e expulsou do Templo os vendedores de animais. É difícil saber

quão completa foi a sua “purificação do Templo”. Não é fácil acreditar que Jesus tenha acabado com toda a operação: a área do Templo tinha o tamanho de aproximadamente 25 campos de futebol, não exatamente um espaço limitado, e os Evangelhos não retratam esse ato como um milagre. Além do mais, se ele tivesse feito essa cena, seria quase impossível explicar como não foi preso imediatamente, mas apenas uma semana depois. É como se nossas primeiras fontes tivessem exagerado em alguns detalhes.

Também é difícil saber exatamente ao que Jesus se opunha. A lei de Deus exigia os sacrifícios; os judeus precisavam de animais para isso; e eles certamente não podiam comprá-los usando moedas romanas. Será que Jesus teria simplesmente ficado irritado com a ideia de que algumas pessoas estavam lucrando com a adoração de Deus? É possível, e é assim que os próprios autores dos Evangelhos interpretam o acontecimento.

Mas intérpretes modernos sugeriram que havia mais alguma coisa acontecendo. Uma das falas de Jesus mais confirmadas, encontradas em várias de nossas fontes independentes, é a previsão de que no futuro massacre, no fim dos tempos, o próprio Templo seria destruído (Marcos 13:2; 14:58; 15:29). O Templo? O centro da adoração ao Deus de Israel? Essa não é uma ideia blasfema?

Alguns judeus certamente pensavam assim. Foi isso o que acabou colocando Jesus em apuros. Mas o próprio Jesus apelou a um profeta das Escrituras hebraicas, Jeremias, que também achava que o Templo e as atividades dele tinham sido corrompidos. Como Jesus, Jeremias invectivou contra o Templo. Como Jesus, também pagou um preço alto (ver Jeremias 7:1-15; 20:1-6).

Jesus acreditava que o Templo seria destruído no dia do julgamento que estava próximo. Por que, então, ele virou as mesas e provocou tumulto? Hoje é consenso entre os acadêmicos críticos que Jesus estava fazendo um gesto simbólico — uma espécie de parábola encenada, se preferir.⁸ Ao virar as mesas, estava simbolizando em pequena escala o que em breve aconteceria de forma grandiosa quando o Filho do Homem chegasse para o julgamento. Os inimigos de Deus seriam destruídos. E como muitos dos profetas da Bíblia

hebraica, Jesus acreditava que entre os inimigos de Deus estavam os próprios líderes judaicos, encarregados do Templo, que tinham se tornado corruptos e poderosos. Mas o dia do ajuste de contas estava próximo.

A prisão de Jesus

Portanto, não surpreende que essas mesmas autoridades considerassem Jesus uma ameaça que precisava ser eliminada. Por que Jesus não foi preso imediatamente, mas apenas uma semana depois? Meu palpite é que inicialmente o episódio do Templo foi pequeno e insignificante, mas que acabou correndo a notícia do que Jesus tinha feito e os líderes decidiram ficar de olho nele. O que eles viram e ouviram não melhorou a opinião que tinham dele. Jesus começou a reunir multidões cada vez maiores de pessoas interessadas em sua mensagem apocalíptica do julgamento que se aproximava. Finalmente os líderes ficaram com medo de que aquilo saísse de controle. Afinal, era a Páscoa, quando as multidões se encaminhavam para Jerusalém, com muitas pessoas zelosas das tradições de Israel e ansiosas para que acontecesse algo que mudasse a péssima situação em que se encontravam sob o governo romano. Os líderes judeus combinaram a prisão de Jesus.

A tradição de que Jesus foi traído por um dos 12, Judas Iscariote, está firmemente enraizada em nossas fontes iniciais e não parece ser o tipo de coisa que um cristão posterior inventasse (Jesus não tinha mais autoridade sobre aqueles mais próximos a ele do que isso?). Muito se especulou sobre por que Judas teria feito o que fez: estaria ansioso por uma rebelião política e desapontado por Jesus não se interessar em iniciar uma? Será que achava que podia levar Jesus a pedir que as massas se unissem a ele, iniciando a revolta? Será que Judas precisava de dinheiro com urgência? Seria apenas uma maçã podre desde o início?

Porém, ainda mais interessante é a questão sobre o que Judas traiu. Isso nos leva ao cerne do problema: seria possível que Judas tivesse feito mais do que contar às autoridades judaicas onde poderiam encontrar Jesus sozinho, longe da multidão? Isso elas certamente poderiam descobrir sozinhas, seguindo-o, sem desperdiçar trinta peças de prata. Será que Judas revelou algo mais, algo que os líderes poderiam utilizar para processar Jesus e tirá-lo do caminho

definitivamente? A resposta a essa pergunta depende de uma das principais questões deste capítulo, aquela que começa com: o que Jesus ensinou sobre si mesmo?

O que Jesus ensinou sobre si mesmo?

Ao longo deste capítulo eu tenho insistido em que Jesus não ensinou que era divino. Ele ensinou sobre Deus, e não, na maior parte do tempo, sobre si mesmo. Ele ensinou especificamente sobre o Reino de Deus que logo surgiria com a vinda do Filho do Homem para julgar a Terra, um acontecimento que Jesus declarou que aconteceria em sua própria geração. Ele ensinou às multidões que entrar nesse reino futuro significava aceitar seus ensinamentos, implicava voltar-se para Deus com todo o coração e amar ao próximo como a si mesmo.

Mas o que Jesus ensinou sobre si mesmo? Uma das razões para essa pergunta ter perturbado tantos estudiosos por tanto tempo é, quando Jesus é finalmente entregue às autoridades romanas e enfrenta o julgamento, é acusado de se dizer rei dos judeus (Marcos 15:2). Isso é estranho, porque em nossas fontes mais antigas Jesus não diz isso sobre si mesmo em nenhuma de suas proclamações públicas. Por que as autoridades romanas acham que foi isso o que ele fez se na verdade não era o que ele estava dizendo? E por que, quando submetido a julgamento, ele simplesmente não negou a acusação e escapou?

É possível entender por que as autoridades levariam a sério tal afirmação: alegar ser rei, quando apenas o César romano ou alguém nomeado pelos romanos podia ser rei, era um ato de insurgência política. Por isso Jesus foi morto, por fomentar uma rebelião contra Roma. Mas, segundo nossas fontes mais antigas, ele aparentemente não tinha nenhuma relação com uma revolta política. Então, o que explica essas informações?

A resposta está nos ensinamentos apocalípticos de Jesus. Ele disse a seus discípulos que eles, os 12 (incluindo Judas), seriam os governantes das “12 tribos de Israel” no reino que logo surgiria. Mas quem os governaria? Todo reino tem um rei. Quem seria o rei do futuro reino, assim que o Filho do Homem destruísse as forças opostas a Deus e estabelecesse seu reinado na

terra? Claro que em última instância Deus seria o rei, mas por intermédio de quem ele reinaria? Naquele momento Jesus tinha convocado os discípulos e era seu mestre. Seria seu mestre também depois?

Não acho que Jesus tenha publicamente se declarado rei durante seu ministério. Fazer isso seria extremamente perigoso, além de ser um ato criminoso. E ele não pensaria em si mesmo como um rei na época em curso. Mas está bem provado que ele ensinou aos 12 discípulos longamente, em particular. E uma das coisas que ensinou a eles foi que seriam governantes no futuro reino.

Todas as peças se encaixam caso um dos ensinamentos de Jesus a seus discípulos tenha sido que seria seu mestre não apenas naquele momento, mas também na época por vir. Quando o reino chegasse, ele seria o rei. No antigo Israel, uma das designações para o futuro rei era o termo “Messias”, que significa aquele escolhido por Deus. Jesus não chamou a si mesmo de Messias em público, embora outros pudessem pensar nele nesses termos. Mas, quando Jesus falou sobre si mesmo como o Messias em particular com seus discípulos, não queria dizer que iria expulsar os romanos e estabelecer Israel como um Estado soberano na terra. Ele queria dizer que Deus iria derrubar as forças do mal e escolhê-lo como rei.

Foi por isso que depois de sua morte os discípulos continuaram a chamá-lo de Messias. Na época os judeus não achavam que o Messias deveria morrer e então ressuscitar dos mortos. Portanto, mesmo que os discípulos passassem a acreditar na ressurreição, isso não seria motivo para chamar Jesus de Messias. Eles, então, deviam pensar nele como Messias antes que ele morresse. Por quê? Porque foi isso que ele os ensinou.

Por que os romanos executaram Jesus por chamar a si mesmo de rei dos judeus, se ele nunca disse isso em público? Porque entenderam que na verdade era assim que ele se via. Ele quis dizer isso em um sentido futuro, apocalíptico, mas eles o interpretaram em um sentido presente, político, e, então, ordenaram sua execução. E como poderiam saber isso a respeito de Jesus se não era de conhecimento público? Alguém precisaria ter contado a eles, alguém que estava informado de suas instruções particulares. Tinha sido

um dos 12.

Judas não contou às autoridades apenas onde encontrar Jesus. Ele disse a elas que Jesus estava chamando a si mesmo de (futuro) rei dos judeus.

Isso era exatamente o que as autoridades precisavam ouvir. A partir de então, tudo foi acertado. Os líderes judeus, que Jesus irritara com sua pregação apocalíptica contra eles e sua autoridade, interrogaram Jesus e o entregaram a Pilatos para ser julgado. Pilatos perguntou a Jesus se ele era o rei dos judeus, e Jesus não tinha como negar. Pilatos ordenou que ele fosse crucificado, e a sentença foi cumprida imediatamente.

DIGRESSÃO: A RESSURREIÇÃO E OS OUTROS MILAGRES DA VIDA DE JESUS

Eu não disse nada particularmente novo ou incomum neste capítulo, com exceção de minha suposição sobre o que Judas realmente entregou às autoridades, que é uma interpretação menos comum. Fora isso, os pontos de vista que apresentei são bastante conhecidos. Diferentes acadêmicos podem discordar em um ponto ou outro, claro. Por isso sempre há cada vez mais conhecimento. Mas minha visão de Jesus como um profeta apocalíptico foi a que aprendi no seminário. É o ponto de vista da maioria dos estudiosos da América do Norte e da Europa, e tem sido assim há cerca de um século.⁹ É a interpretação ensinada nas principais instituições de ensino superior dos Estados Unidos, incluindo seminários e faculdades de teologia. É a visão que a maioria dos principais pastores cristãos aprende, ainda que não costume ser o ponto de vista que eles ensinam aos membros de suas igrejas.

Quero encerrar este capítulo com uma última questão verdadeiramente importante tanto para o leitor despreocupado da Bíblia quanto para o estudioso dos primórdios do cristianismo. Segundo os Evangelhos, a história de Jesus não termina com a crucificação, e sim com os relatos de sua ressurreição dos mortos.

Não houve nada de milagroso na crucificação em si. Muitas pessoas eram crucificadas, provavelmente todos os dias, em todo o império romano. A única faceta milagrosa da morte de Jesus envolve sua interpretação teológica,

de que ele morreu “pelos pecados do mundo”. Um historiador sério não pode julgar essa interpretação. Não temos um registro histórico que possa provar por que, do ponto de vista de Deus, Jesus morreu. Os historiadores não têm acesso a Deus, apenas ao que acontece aqui na Terra, do que temos registros históricos. E não há nada historicamente problemático no fato de Jesus ter sido crucificado.

Há, contudo, algo de problemático do ponto de vista histórico no fato de ele ter sido ressuscitado dos mortos. Isso é um milagre, e pela própria natureza de seu trabalho os historiadores são incapazes de discutir milagres. Esta é minha tese nesta última seção. Essa tese parece contraintuitiva a algumas pessoas: se algo realmente aconteceu, mesmo um milagre, não está sujeito a uma investigação histórica? A recusa em pensar na possibilidade de um milagre não é uma distorção antissobrenatural? Você acha que apenas os ateus podem fazer história?

A resposta a todas essas perguntas é não. O que quero demonstrar é que, por causa da própria natureza das disciplinas históricas, os historiadores não podem demonstrar se milagres aconteceram ou não. Qualquer um que discorde de mim — que pense que historiadores podem demonstrar que milagres acontecem — tem de ser absolutamente imparcial. Na época de Jesus havia muitas pessoas que supostamente faziam milagres. Havia homens santos judeus como Hanina ben Dosa e Honi, o desenhista de círculos. Havia homens santos pagãos como Apolônio de Tiana, um filósofo que supostamente podia curar doentes, expulsar demônios e ressuscitar pessoas. Ele supostamente tivera um nascimento sobrenatural e alega-se que tenha ascendido aos céus no fim da vida. Soa familiar? Havia semideuses pagãos, como Hércules, que também podiam trazer de volta os mortos. Qualquer um disposto a acreditar nos milagres de Jesus precisa admitir a possibilidade de outras pessoas fazerem milagres, na época de Jesus e em todas as épocas até hoje em dia, e em outras religiões como islamismo e nas religiões nativas da África e da Ásia.

Mas por enquanto quero me concentrar nos milagres de Jesus. Sua ressurreição não foi o único. Segundo os Evangelhos, sua vida inteira foi

repleta de milagres. Ele nasceu de uma mulher que nunca tinha feito sexo. Quando adulto, operou um milagre atrás do outro — curando o cego, o coxo, o surdo, o paralítico; expulsando demônios; devolvendo a vida a quem já tinha morrido. E no fim de sua vida houve o maior milagre de todos: ele foi ressuscitado dos mortos para nunca mais morrer.

Apesar do destaque dado aos milagres na tradição dos Evangelhos, não acho que os historiadores possam demonstrar que qualquer um deles tenha acontecido, incluindo a ressurreição. Não por causa de uma tendência contra o sobrenatural. Não estou dizendo que definitivamente não pode haver milagres. Isso é o que muitas pessoas dizem, mas não é o que eu estou dizendo aqui. Para o objetivo da discussão, estou disposto a admitir que talvez aconteça o que concebemos como milagre.

E não estou dizendo que não podemos demonstrar que milagres aconteceram apenas porque nossas fontes de informação não são absolutamente confiáveis. Com certeza isso também é verdade. Nossos primeiros registros de qualquer dos milagres públicos de Jesus foram escritos entre 35 e 65 anos depois do fato, por pessoas que não tinham visto nenhuma dessas coisas acontecer, que se baseavam em histórias da tradição oral transmitidas havia décadas entre pessoas que tentavam convencer outras a acreditar em Jesus. E esses relatos estão repletos de discrepâncias, principalmente as próprias narrativas da ressurreição. Nenhuma das narrativas dos milagres de Jesus passa no teste da dessemelhança.

Mas não é por isso que os historiadores não podem demonstrar que milagres, incluindo o da ressurreição, aconteceram. A razão tem relação com os limites do conhecimento histórico. Não pode haver evidências históricas de um milagre.

Para compreender o porquê, precisamos pensar em como os historiadores fazem seu trabalho. Eles trabalham de um modo diferente dos cientistas naturais. Estes fazem repetidas experiências para demonstrar como as coisas acontecem, mudando uma variável de cada vez. Se a mesma experiência produz o mesmo resultado todas as vezes, você pode determinar um nível de probabilidade previsível: o mesmo resultado aparecerá da próxima vez que

você fizer a experiência. Se eu quiser provar cientificamente que barras de sabão flutuam em água morna e que barras de ferro afundam, eu só preciso de cem banheiras de água morna, cem barras de ferro e cem de sabão. Quando eu jogar as barras, o sabão sempre irá flutuar; o ferro sempre irá afundar. Isso me dá uma boa noção da probabilidade de que terei o mesmo resultado quando fizer isso pela 101ª vez.

Os historiadores trabalham de forma diferente. Eles não estão tentando demonstrar o que acontece ou irá acontecer, mas o que *já* aconteceu. E, no caso da história, o acontecimento nunca pode ser repetido. Assim que algo acontece, acabou.

Os historiadores trabalham com todos os tipos de evidências para demonstrar o que provavelmente aconteceu no passado. Você nunca pode ter certeza, embora em alguns casos a evidência seja tão forte que não haja dúvida. Eu não tenho nenhuma dúvida de que meu time de basquete, o Carolina Tar Heels, perdeu nas semifinais para o Kansas Jayhawks no mês passado. Odeio admitir isso e gostaria de estar errado, mas as evidências (vídeos, matérias de jornal, depoimentos de testemunhas) simplesmente são fortes demais. Algumas pessoas em Kansas podem pensar que o placar foi milagroso, e alguns na Carolina podem achar que foi resultado de forças cósmicas do mal, mas os resultados em si parecem claros.

E quanto a um jogo disputado há um século? Bem, pode haver boas evidências, mas elas podem não ser tão boas quanto as do resultado do Tar Heels. E um jogo disputado no império romano há dois mil anos? Seria difícil estabelecer seu resultado. Não há tantas evidências.

Considerando-se a natureza das coisas, há melhores evidências de alguns acontecimentos históricos do que de outros, e só o que os historiadores podem fazer é estabelecer níveis de probabilidade. Poderíamos muito bem considerar algumas coisas certas (a derrota da UNC nas semifinais). Outras parecem igualmente certas para a maioria de nós: o Holocausto, por exemplo. Por que algumas pessoas alegam que nunca houve um Holocausto? Elas argumentam que as evidências foram manipuladas. Eu concordo que é algo absolutamente maluco, mas o fato de que pessoas aparentemente inteligentes

a não ser por isso possam alegar tal coisa, e até mesmo convencer algumas outras, mostra que não é completamente impossível.

Em muitos outros acontecimentos históricos há muito menos certeza. Lincoln escreveu o endereço de Gettysburg em um envelope? Jefferson teve um duradouro romance com uma de suas escravas? Alexandre, o Grande, bebeu até morrer após ficar chateado com a morte do seu amante? Jesus nasceu quando Quirino era governador da Síria? Faça suas próprias perguntas, há bilhões delas.

Não há nada inerentemente implausível em nenhum desses eventos; a questão é se eles provavelmente aconteceram ou não. Alguns são mais prováveis do que outros. Historiadores, de certa forma, ordenam os eventos passados com base na probabilidade relativa de eles terem ocorrido. Tudo o que esses profissionais podem fazer é mostrar o que provavelmente aconteceu no passado.

Esse é o problema inerente aos milagres. Os milagres, segundo nossa própria definição da palavra, são acontecimentos praticamente impossíveis. Algumas pessoas diriam que eles são literalmente impossíveis, por serem violações das leis naturais: uma pessoa não pode caminhar sobre as águas mais do que uma barra de ferro pode flutuar acima dela. Outras pessoas seriam um pouco mais precisas, dizendo que na verdade não há leis da natureza, escritas em algum lugar, que possam ser violadas; mas que a natureza funciona de modo altamente previsível. Isso é o que torna a ciência possível. Podemos chamar de milagre um acontecimento que viola a forma como a natureza sempre, ou quase sempre, funciona, de modo a tornar o acontecimento praticamente, quando não completamente, impossível. As chances de um milagre ocorrer são infinitesimais. Se não fosse esse o caso, não seria um milagre, apenas algo estranho que aconteceu. E coisas estranhas acontecem o tempo todo.

Espero que a essa altura vocês compreendam o problema inevitável que os historiadores têm com os milagres. Os historiadores só podem estabelecer o que provavelmente aconteceu no passado, mas por sua própria natureza os milagres são sempre a explicação menos provável para o que ocorreu. Isso é

verdade, seja você um crente ou não. Dos seis bilhões de pessoas do mundo, nenhuma pode caminhar sobre a água morna que enche uma piscina. Qual seria a probabilidade de *alguma* pessoa ser capaz de fazer isso? Muito menos de uma em seis bilhões. Muito menos.

Se os historiadores só podem estabelecer o que provavelmente aconteceu, e, por definição, os milagres são os acontecimentos menos prováveis, então mais ou menos por definição os historiadores não podem estabelecer que milagres tenham provavelmente ocorrido um dia.

Isso é verdade para os milagres de Maomé, Hanina ben Dosa, Apolônio de Tiana — e Jesus.

E quanto à ressurreição? Não estou dizendo que ela não aconteceu. Algumas pessoas acreditam que sim, outras que não. Mas, se você acredita, não é como historiador, mesmo que seja historiador profissional, e sim como crente.

Não pode haver evidências históricas da ressurreição por causa da natureza da evidencia histórica.

Alguns acadêmicos cristãos evangélicos argumentam exatamente o contrário: que, considerando-se o túmulo vazio e o depoimento como testemunhos daqueles que alegaram ter visto Jesus vivo após ele ter morrido, há boas evidências de que ele realmente ascendeu. Mas alegar isso é fundamentalmente entender errado o que os historiadores podem e não podem fazer. Os historiadores só podem estabelecer o que provavelmente aconteceu no passado. Não podem demonstrar que um milagre, o acontecimento menos provável, é o ocorrido mais provável. A ressurreição não é menos provável por causa de alguma tendência anticristã. É menos provável porque as pessoas não ressuscitam, para nunca mais morrer, depois de estarem completamente mortas. Mas, e se Jesus fez isso? Se ele fez, é um milagre, e está além da demonstração histórica.

Muitos cristãos não querem ouvir isso, mas a realidade é que há diversas outras explicações para o que aconteceu a Jesus muito mais prováveis do que a de que ele foi ressuscitado dos mortos. Nenhuma dessas explicações é muito provável, mas elas são *mais* prováveis, do ponto de vista histórico, do

que a explicação da ressurreição.

Você mesmo poderia sugerir dezenas de explicações implausíveis (mas não impossíveis). Vou dar apenas duas.

Por que o túmulo estava supostamente vazio? Eu digo supostamente porque, francamente, não sei se estava. Nossa primeira referência ao fato de a tumba de Jesus estar vazia é o Evangelho segundo Marcos, escrito quarenta anos depois por alguém que vivia em outro país e que ouvira que ela estava vazia. Como ele poderia saber? De qualquer maneira, vamos supor que estivesse vazia. Como ela ficou assim? Suponhamos — eis minha hipótese absurda — que Jesus tenha sido enterrado por José de Arimateia na tumba da própria família de José, e depois dois seguidores de Jesus, que não estavam entre os 12, decidiram naquela noite retirar o corpo para algum lugar mais apropriado. Apenas Mateus indica que havia um guarda na tumba; e se não houvesse? Mas dois legionários romanos que estavam passando flagram esses seguidores carregando o corpo enrolado na mortalha pelas ruas. Eles suspeitam de uma ilegalidade e abordam os seguidores, que puxam suas espadas como os discípulos tinham feito em Getsêmane. Os soldados, profissionais da espada, matam-nos ali mesmo. Eles estão agora com três corpos, e nenhuma ideia de qual a origem do primeiro. Sem saber o que fazer com eles, pedem uma carroça, levam os corpos para Geena, fora da cidade, e os enterram. Após três ou quatro dias os corpos já estão deteriorados a ponto de não serem reconhecidos. A tumba original de Jesus está vazia, e ninguém parece saber por quê.

É um cenário provável? De modo algum. Estou sugerindo que foi o que realmente aconteceu? Absolutamente não. É mais provável que tenha se passado algo assim do que acontecido um milagre e Jesus deixado a tumba para ascender aos céus? Certamente! De um ponto de vista puramente histórico, um acontecimento altamente improvável é muito mais provável do que um praticamente impossível.

Por que, então, alguns discípulos alegaram ter visto Jesus vivo após sua crucificação? Eu não duvido inteiramente de que alguns discípulos tenham alegado isso. Não temos seus testemunhos escritos, mas Paulo, escrevendo

cerca de 25 anos depois, indica que foi o que eles alegaram, e não acho que ele estivesse inventando. E ele conhecia pelo menos dois deles, com os quais tinha se reunido apenas três anos depois do acontecimento (Gálatas 1:18-19). Mas o fato de que algumas pessoas alegaram ter visto Jesus vivo significa que ele realmente ressuscitou dos mortos? É o acontecimento mais provável? Não pode ser — por definição, é o menos provável. O que seria mais provável? Praticamente qualquer explicação que você possa imaginar.

Vou sugerir uma. É um fenômeno extremamente bem documentado o fato de que as pessoas algumas vezes têm visões de seus entes queridos que já morreram. Um homem vê sua esposa no quarto um mês após ter sido enterrada; uma mulher vê a filha morta; uma menina vê a avó morta. Acontece o tempo todo. É muito bem documentado.¹⁰ Em muitos casos, quem passa pela experiência consegue conversar com a pessoa morta, abraçá-la e senti-la. Há casos documentados de várias pessoas terem passado por algumas experiências visionárias juntas, e não apenas visões de parentes. A Virgem Maria aparece a grupos de pessoas o tempo todo — há milhares de testemunhas. Eu acho que ela realmente apareceu? Não. Ou a avó realmente retornou dos mortos para visitar o quarto da neta? Não. Talvez essas coisas tenham acontecido. Mas é improvável. Na verdade, do ponto de vista do historiador, é praticamente impossível. Mas as pessoas alegam que acontece o tempo todo.

Os seguidores mais íntimos de Jesus, e depois Paulo, alegaram tê-lo visto vivo depois. Isso significa que ele realmente ressuscitou dos mortos? Não, significa que essas pessoas, assim como milhares de outras, tiveram uma experiência aparentemente real, tangível, de uma pessoa após sua morte. Os discípulos não tinham feito pesquisas sobre experiências visionárias após a morte. Eles viveram o que viveram, e interpretaram isso segundo o que sabiam: Jesus estava vivo. Ele devia ter sido ressuscitado dos mortos. Onde ele está agora? Não está aqui — deve ter ascendido aos céus.

Minha explicação para o motivo pelo qual eles alegaram o que fizeram é muito provável? Não. Mas não é impossível. De um ponto de vista estritamente histórico, é mais provável do que uma ressurreição de verdade.

Eu decididamente *não* estou dizendo que Jesus não foi ressuscitado dos mortos. Não estou dizendo que a tumba não estava vazia. Não estou dizendo que ele não apareceu aos seus discípulos e ascendeu aos céus. Crentes acreditam que tudo isso é verdade. Mas não acreditam por causa de evidências históricas. Aceitam a alegação cristã por fé, não com base em provas. Não pode haver provas. Os historiadores só podem estabelecer o que provavelmente aconteceu no passado, e por definição os milagres são os acontecimentos menos prováveis.

[3] No original: liar, lunatic, Lord or legend. (N.E.)

[4] O mesmo que Antigo Testamento. (N.R.T.)

SEIS

Como recebemos a Bíblia

Embora eu fosse um cristão protestante conservador quando cheguei ao Seminário Teológico de Princeton no fim dos anos 1970, não era um fundamentalista completamente ignorante que escondia a cabeça na areia. Eu tinha uma educação artística liberal, um diploma em literatura inglesa e alguma formação em história, clássicos e filosofia. Também sabia alguma coisa do mundo e não achava que todos que discordavam de mim em algum aspecto da doutrina iriam queimar no inferno. Conheci cristãos mais conservadores. Mas eu era bastante conservador.

Entre outras coisas, eu continuava convicto de que a Bíblia não era apenas uma coletânea de livros confiáveis que orientava o olhar do cristão com relação às coisas em que acreditar e a como se comportar. Estava convencido de que era a própria Palavra de Deus, inequívoca em tudo o que ensinava. Esse era o ponto de vista que me fora ensinado no Moody Bible Institute, onde me formara em Teologia da Bíblia; mesmo com minha educação mais progressista em artes liberais em Wheaton, eu tinha me agarrado a essa visão. Pelo menos durante algum tempo.

Vários aspectos do meu estudo sobre o Novo Testamento começaram a abalar essa visão. Uma das questões que tive de enfrentar foi uma pergunta muito básica, que é de alguma forma terrível em sua simplicidade, uma questão que todos que acreditam na Bíblia como a Palavra Inspirada de Deus têm de enfrentar. Qual Bíblia?

A versão inspirada é a que realmente usamos? A versão inglesa do rei Jaime? Algumas pessoas continuam a insistir nisso, mesmo que seja uma visão bastante tola: quer dizer que durante todos aqueles séculos antes dos tradutores de o rei Jaime começarem a trabalhar os cristãos não tinham acesso à palavra inspirada de Deus? O que Deus estava pensando? Ou usamos então alguma outra tradição moderna? Os textos hebraicos e gregos dos quais foram feitas essas traduções? Se for escolhida a última opção, como lidar com o fato de que não temos os originais hebraicos e gregos de nenhum dos

livros da Bíblia, mas apenas cópias posteriores desses textos, todas elas com erros?

No Moody aprendi que as palavras inspiradas eram as contidas nos originais, os chamados autógrafos. Escribas certamente haviam modificado essas palavras ao longo dos anos, mas antes que isso acontecesse elas eram a Palavra de Deus perfeitamente inspirada. Como explico em *O que Jesus disse? O que Jesus não disse?*, essa visão acabou se tornando problemática para mim. Por que Deus teria inspirado as palavras da Bíblia se não quisesse preservá-las para a posteridade? Colocando de outro modo, o que me levaria a pensar que ele inspirara as palavras se eu tinha certeza (e eu realmente tinha) de que ele não as preservara? Isso se tornou um grande problema para mim ao tentar descobrir qual Bíblia eu considerava inspirada.

Outro grande problema é um que não abordo em *O que Jesus disse? O que Jesus não disse?*. Se Deus inspirou certos livros nas décadas após a morte de Jesus, como posso saber que os posteriores Pais da Igreja escolheram os certos para incluir na Bíblia? Eu podia aceitar isso com base na fé — certamente Deus não permitiria que livros não inspirados fossem incluídos no cânone das Escrituras. Mas, quanto mais eu me aprofundava no estudo histórico dos primeiros movimentos cristãos, mais me dava conta de que havia muitos cristãos em diversos lugares acreditando piamente que outros livros deveriam ser aceitos como Escrituras; ou, de outro modo, alguns dos livros que acabaram se tornando canônicos foram rejeitados por líderes de igrejas em diferentes setores da Igreja, algumas vezes durante séculos.

Em alguns setores da Igreja, o Apocalipse de João (o Livro do Apocalipse) era totalmente rejeitado por conter falsos ensinamentos, ao passo que o Apocalipse de Pedro, que acabou não entrando para o cânone, era aceito. Havia alguns cristãos que tinham aceitado o Evangelho de Pedro e alguns que rejeitaram o Evangelho de João. Havia cristãos que aceitavam uma versão truncada do Evangelho de Lucas (sem os dois primeiros capítulos) e outros que aceitavam o atualmente não canônico Evangelho de Tomé. Alguns cristãos rejeitavam as três Epístolas Pastorais de 1 e 2 Timóteo e Tito, que acabaram se tornando canônicas, e outros aceitavam a Epístola de Barnabé,

que não se tornou.

Se Deus estava se assegurando de que sua Igreja tivesse os livros inspirados das Escrituras, e apenas esses livros, por que haveria tantos debates acalorados e discordâncias ao longo de trezentos anos? Por que Deus simplesmente não se assegurara de que esses debates durassem semanas, com resultados garantidos, em vez de séculos?¹

Neste capítulo eu quero falar sobre os problemas que se apresentaram a mim ao pensar na Bíblia como a Palavra de Deus inspirada. O primeiro problema é não termos os originais de nenhum dos textos do Novo Testamento (como já dediquei um livro inteiro ao tema, posso reduzir essa parte da discussão).² O segundo problema tem a ver com o modo como o cânone de 27 livros acabou sendo estabelecido.

O TEXTO “ORIGINAL” DO NOVO TESTAMENTO

Embora a publicação de *O que Jesus disse? O que Jesus não disse?* aparentemente tenha sido algo como mexer em casa de marimbondo, pelo menos entre cristãos conservadores, suas teses gerais são quase praticamente livres de polêmicas. Posso resumi-las assim:

- Não temos os originais de nenhum dos livros do Novo Testamento.
- As cópias que temos foram feitas muito depois; na maioria dos casos, vários séculos depois.
- Temos milhares dessas cópias em grego — a língua na qual todos os livros do Novo Testamento foram escritos.
- Todas elas contêm erros — falhas acidentais por parte dos escribas que as produziram ou modificações intencionais por aqueles interessados em mudar o texto para que significasse o que desejavam que significasse (ou achavam que significava).
- Não sabemos quantos erros há nas cópias que temos, mas eles parecem chegar a centenas de milhares. Pode ser feita uma comparação da questão:

há mais diferenças entre nossos manuscritos do que palavras no Novo Testamento.

- A imensa maioria desses erros é absolutamente insignificante, nos revelando apenas que os escribas da Antiguidade não conheciam ortografia melhor do que a maioria das pessoas hoje.
- Mas alguns dos erros são importantes — muito importantes. Alguns deles alteram a interpretação de um versículo, um capítulo ou um livro inteiro. Outros revelam o tipo de preocupação que afetava os escribas, que algumas vezes alteravam o texto em função de debates e polêmicas travados ao seu redor.
- A tarefa do crítico textual é ao mesmo tempo descobrir o que o autor de um texto realmente escreveu e compreender por que os escribas modificaram o texto (isso nos ajuda a entender o contexto no qual os escribas estavam trabalhando).
- Apesar de os estudiosos estarem se dedicando diligentemente a essas tarefas há trezentos anos, continua a haver discordâncias acaloradas de opinião. Há algumas passagens sobre as quais acadêmicos sérios e muito inteligentes discordam quanto ao que o original dizia, e há outras em que provavelmente nunca saberemos o que o texto original informava.

A reação cristã conservadora ao meu livro me surpreendeu um pouco.³ Alguns criticaram *O que Jesus disse? O que Jesus não disse?* por “desorientar” as pessoas — como se fatos como os que acabei de citar pudessem jogar alguém em uma ladeira rumo à perdição. Vários críticos afirmaram não ter gostado do meu tom. E muitos quiseram insistir em que os fatos que eu apresentava não levavam ninguém a perder sua fé na Bíblia como a palavra inspirada de Deus.

Eu quero discutir esse último ponto: há certas visões da inspiração das Escrituras, como a que absorvi no fim da adolescência, que não conseguem resistir aos fatos da crítica textual. Para a maioria dos cristãos, que não têm uma visão evangélica conservadora como a que eu tinha, esses fatos textuais podem ser interessantes, mas não há nada neles que abale sua fé, baseada em

algo mais do que apenas ter na Bíblia as palavras exatas inspiradas por Deus. E eu certamente nunca pretendi afastar ninguém da fé cristã; os críticos que sugeriram que eu mesmo deixei de ser cristão quando me dei conta das diferenças entre nossos manuscritos estão simplesmente errados e sendo ridículos.⁴

Seja como for, como eu disse, as teses propriamente ditas são quase inteiramente consensuais. Quem pode negar que temos milhares de manuscritos? Ou centenas de milhares de variações? Ou que muitas das variações dizem respeito à ortografia? Ou que os estudiosos continuam a discutir em muitos pontos qual era o texto original? Todas essas afirmações são factualmente verdadeiras.

A única afirmação que provocou controvérsia foi minha alegação de que algumas dessas variações são significativas. Esse ponto de vista encontrou objeção por parte de alguns cristãos conservadores, e de ninguém mais, que eu saiba. Isso me leva a pensar: por que essas críticas são feitas exclusivamente por pessoas com determinado conjunto de visões teológicas? Foram duas as reações típicas: os críticos disseram que (1) a imensa maioria das modificações nos textos não tem qualquer importância e que eu enganei as pessoas para que elas pensassem que sim; e (2) *nenhuma* das variações é tão significativa assim; todas são conhecidas há muito tempo e nenhuma delas tem qualquer valor.

Não estou bem certo a respeito de como responder à primeira crítica, uma vez que sempre insisti em que a maioria das variações textuais é insignificante (por exemplo, já nas páginas iniciais de *O que Jesus disse? O que Jesus não disse?*). Acho que talvez a objeção seja ao fato de não ter dito isso suficientemente e, ao me concentrar nas variações que realmente importam, ter levado as pessoas a considerar a situação pior do que é. Tenho a sensação de que esses críticos teriam preferido que eu escrevesse principalmente sobre as mudanças textuais insignificantes que não têm qualquer importância. *Esse seria um livro interessante, não?*

É à segunda crítica que quero responder mais demoradamente. Em minha opinião, simplesmente não é verdade que nenhuma das variantes textuais

realmente tenha grande importância. Algumas delas importam, e muito.

Em resposta à afirmação feita por cristãos conservadores de que nenhuma doutrina cristã fundamental é afetada por qualquer variação textual, posso destacar:

a — Simplesmente não é verdade que doutrinas importantes não estejam envolvidas. Um exemplo fundamental: o único ponto em todo o Novo Testamento em que a doutrina da Santíssima Trindade é ensinada é uma passagem incluída na tradução inglesa do rei Jaime (1 João 5:7-8), não encontrada na imensa maioria dos manuscritos gregos do Novo Testamento. Eu diria que a Trindade é uma doutrina cristã bastante importante. Uma reação típica a essa réplica é que a doutrina da Trindade pode ser encontrada nas Escrituras sem apelar para 1 João 5:7-8. Minha resposta é que isso vale para qualquer doutrina cristã. Pela minha experiência, os teólogos não se aferram a uma doutrina pelo fato de ela ser encontrada em apenas um versículo; você pode eliminar quase qualquer versículo e ainda encontrar praticamente qualquer doutrina cristã em outro ponto, caso se esforce o suficiente.⁵

b — Para mim, parece ser um critério de significância muito estranho afirmar que variações textuais no fim das contas não importam por não afetarem nenhuma doutrina cristã fundamental. Por que uma doutrina cristã é o principal critério de significância? Vamos supor, por exemplo, que descobramos um manuscrito do Evangelho segundo Mateus que por alguma razão não tem os capítulos 4-13. Isso seria significativo? Eu diria que sim. Mas isso afetaria a doutrina de alguém? De modo algum. Ou então consideremos um exemplo ainda mais extremo: vamos supor que todos acordemos amanhã de manhã e descubramos que todos os vestígios dos livros de Marcos, Filipenses, Tiago e 1 Pedro foram apagados de todos os Novos Testamentos do planeta. Isso seria significativo? Eu diria que muito! Afetaria alguma doutrina cristã? Nem um pouco.

c — Ainda mais importante, algumas das variações textuais importam profundamente, por outras razões que não as “doutrinas cristãs fundamentais”.

1 — Algumas são importantes para interpretar livros inteiros do Novo Testamento. Vejamos duas variações no Evangelho segundo Lucas. Primeiramente, Lucas acha que Jesus estava em agonia ao se encaminhar para a morte ou que estava calmo e controlado? Depende inteiramente de como você compreende a variação textual em Lucas 22:43-44, em que Jesus supostamente suou grandes gotas de sangue antes de sua prisão. Deixe os versículos, como fazem alguns manuscritos, e Jesus obviamente sente grande agonia. Retire-os, e não há agonia, nem nessa passagem nem em qualquer outro ponto da narrativa da Paixão por Lucas, de acordo com o que já vimos quando percebemos que esse autor tinha eliminado todas as referências de Marcos ao fato de Jesus sentir dor, inseguro até o fim. Em segundo lugar, Lucas acha que a morte de Jesus foi uma expiação dos pecados? Depende de como você interpreta Lucas 22:19-20. Em todo o restante de Lucas, como vimos no capítulo 3, ele eliminou as referências de Marcos à morte de Jesus como uma expiação. A única remanescência desse ensinamento está em alguns manuscritos da Ceia do Senhor, quando Jesus diz que o pão é seu corpo que será quebrado “por vós” e a taça é seu sangue vertido “por vós”. Mas em nossos mais antigos e melhores manuscritos essas palavras não aparecem (grande parte do versículo 19 e todo o versículo 20). Parece que os escribas as inseriram para fazer com que a visão de Lucas da morte de Jesus se ajustasse às de Marcos e de Mateus. Eu diria que isso é bastante importante — a não ser que você ache que a visão de Lucas sobre o assunto na verdade não importa.

2 — Algumas variações, incluindo as que acabei de mencionar, são muitíssimo importantes para saber que tradições sobre Jesus circulavam entre os primeiros cristãos. Jesus teve um encontro com uma mulher adúltera e seus acusadores, no qual disse a eles: “Aquele dentre vocês que não tiver pecado atire a primeira pedra”, e no qual disse a ela após todos os seus acusadores terem partido: “Nem eu vos condeno. Vá e não volte a pecar”?

Disso depende de qual manuscrito de João você lê. Após sua ressurreição, Jesus diz a seus discípulos que aqueles que acreditam nele serão capazes de segurar serpentes e beber veneno sem serem feridos? Depende de qual manuscrito de Marcos você lê.

3 — Algumas variações são fundamentais para compreender o que estava acontecendo nas comunidades dos escribas que copiaram os textos. Alguns, por exemplo, omitiram a oração dita por Jesus enquanto era crucificado: “Pai, perdoa-lhes, não sabem o que fazem” (Lucas 23:34). Os primeiros cristãos interpretaram isso como uma oração pelo perdão aos judeus, que ignoravam o que tinham feito. Não espanta que alguns escribas tenham omitido o versículo no contexto do antijudaísmo cristão dos séculos II e III, quando muitos cristãos acreditavam que os judeus sabiam exatamente o que estavam fazendo e que Deus não tinha de modo algum os perdoado. Ou um exemplo de Paulo: aparentemente a conclamação de Paulo para que as mulheres fiquem “caladas” nas assembleias e permaneçam “submissas” a seus maridos não era originalmente parte de 1 Coríntios 14 (versículos 34-35), sendo acrescentada por escribas posteriores, que pretendiam manter as mulheres no seu lugar. Isso é significativo ou não?

d — Finalmente, tenho de dizer que realmente não acredito quando cristãos conservadores dizem que as variações textuais no Novo Testamento não têm grande importância. Se elas não importam, por que seminários evangélicos conservadores, como o Seminário Teológico de Dallas (comandado por um dos meus críticos mais veementes) e o Seminário Teológico Batista de Nova Orleans, patrocinam projetos multimilionários para estudar os manuscritos gregos do Novo Testamento? Se as diferenças nos manuscritos não são importantes, por que ter o trabalho de estudá-las? Se são absolutamente insignificantes, por que alguém dedicaria sua carreira a estudá-las? Se são completamente imateriais, por que dedicar milhões de dólares à sua investigação? Fico pensando no que essas pessoas dizem quando estão arrecadando dinheiro para seus projetos: “Gostaríamos que você investisse quinhentos mil dólares para nos ajudar a estudar os manuscritos do Novo

Testamento, porque não achamos que eles tenham qualquer importância”?

Acho que é bastante óbvio que os manuscritos são importantes. Eles importam para o modo como interpretamos o Novo Testamento; importam para conhecer o Jesus histórico; importam para compreender a história da Igreja cristã depois da morte de Jesus. Aqueles que dizem que eles não são importantes podem estar tentando consolar as pessoas que podem ficar perturbadas ao saber dos fatos históricos, ou estão enganando a si mesmas.

A FORMAÇÃO DO CÂNONE DAS ESCRITURAS

Porém, o problema de pensar que temos na Bíblia exatamente as palavras inspiradas por Deus é maior do que o fato de que nem sempre sabemos quais são essas palavras. Há também o problema de saber se os livros em nossas Bíblias são aqueles que Deus queria que compusessem as Escrituras. Como podemos saber se apenas os livros certos foram incluídos? Como saber se alguns dos livros inspirados não foram deixados de fora?⁶

Alguns dos meus alunos tendem a pensar que a Bíblia de alguma maneira desceu dos céus em certo dia de julho, pouco tempo depois de Jesus ter morrido. O Novo Testamento é o Novo Testamento. Sempre foi e sempre será. Você pode entrar em qualquer loja em qualquer lugar dos Estados Unidos, em qualquer lugar do mundo ocidental, comprar um Novo Testamento, e ele sempre será a mesma coletânea de 27 livros, os quatro Evangelhos seguidos por Atos, seguido pelas epístolas e terminando com o Apocalipse. É claro que sempre foi assim.

A não ser pelo fato de que nem sempre foi assim. Muito pelo contrário: a discussão sobre quais livros incluir na Bíblia foi longa e acirrada. Por mais difícil que seja acreditar, nunca houve uma decisão final aceita por todas as igrejas do mundo; historicamente sempre houve algumas igrejas em alguns países (Síria, Armênia, Etiópia) com cânones das Escrituras ligeiramente diferentes do nosso. Mesmo o cânone de 27 livros que todos conhecemos

nunca foi ratificado por nenhum concílio da Igreja — até o Concílio Católico de Trento da Contrarreforma no século XVI, que também ratificou a Apócrifa do Antigo Testamento, em reação à disseminação da rejeição protestante a esses livros como não canônicos.⁷ Estranhamente, o cânone, longe de ter sido decidido definitivamente em um dado momento, surgiu sem ninguém ter votado.

Não que isso tenha ocorrido por acaso. O cânone foi definido em um longo processo de debates e conflitos a respeito de quais livros deveriam ser incluídos. Esses debates eram alimentados não apenas por um consenso de que seria bom saber quais livros são confiáveis, mas principalmente por uma situação real e ameaçadora enfrentada pelos primeiros cristãos. Nos primeiros séculos da Igreja, muitos grupos diferentes de cristãos abraçavam uma grande gama de posturas teológicas e eclesiásticas. Esses diferentes grupos divergiam inteiramente uns dos outros em relação a algumas das questões mais fundamentais: quantos deuses existem? Jesus era humano? Ele era divino? O mundo material é inerentemente bom ou mau? A salvação é possível para o corpo humano ou só é possível deixando-se o corpo? A morte de Jesus tem alguma relação com a salvação?

O problema na definição do cânone das Escrituras foi que todos os grupos rivais de cristãos — cada um deles insistindo em que estava certo, cada um tentando converter pessoas — tinham livros sagrados que autorizavam seus pontos de vista. E a maioria desses livros teria sido escrita por apóstolos. Quem estava certo? O cânone que surgiu dessas discussões representou os livros preferidos do grupo que acabou vitorioso. Isso não aconteceu da noite para o dia. Na verdade, demorou séculos.

A ENORME DIVERSIDADE DA IGREJA CRISTÃ INICIAL

Para contextualizar o processo de canonização, precisamos saber um pouco sobre a enorme diversidade nos primeiros séculos do movimento cristão inicial. Talvez você ache que desde o início o cristianismo foi basicamente uma só: uma religião nascida de Jesus, como interpretado por Paulo, levando a Igreja da Idade Média e até os nossos dias. Mas as coisas não foram assim tão simples. Cerca de 150 anos após a morte de Jesus, encontramos uma

grande gama de distintos grupos cristãos que alegavam representar as visões de Jesus e de seus discípulos, mas com pontos de vista completamente divergentes, muito mais divergentes do que qualquer informação encontrada no Novo Testamento.

Quais eram alguns desses grupos?

Os ebionitas

Os ebionitas eram um grupo de judeus convertidos ao cristianismo que insistiam em preservar seu judaísmo e obedecer às leis estipuladas por Deus a Moisés, como encontradas na Bíblia hebraica, ao mesmo tempo que acreditavam que Jesus era o Messias enviado por Deus para salvar o mundo. Não sabemos a origem de seu nome. A maioria dos estudiosos acredita que deriva da palavra hebraica *ebyon*, que significa “os pobres”. Possivelmente esses cristãos obedeceram à ordem de Jesus de abrir mão de tudo em prol do Evangelho, entregando-se à pobreza voluntária como parte de sua devoção religiosa, assim como os primeiros seguidores de Jesus, de acordo com o livro dos Atos (Atos 2:44-45; 4:32). Os ebionitas quase certamente diziam ser os descendentes espirituais daqueles primeiros seguidores e, como eles, entendiam que a fé em Jesus não pressupunha uma ruptura com o judaísmo, mas a interpretação correta dele, a religião revelada por Deus a Moisés no Monte Sinai.

Alguns estudiosos acreditam que os ebionitas talvez tivessem pontos de vista muito semelhantes aos dos primeiros seguidores de Jesus, como seu irmão Tiago ou seu discípulo Pedro, ambos líderes da Igreja em Jerusalém no período após a morte de Jesus. Especialmente Tiago parece ter se atido à validade da lei judaica para todos os seguidores de Jesus. Seu ponto de vista, e evidentemente o dos ebionitas depois dele, era o de que Jesus era o Messias judeu enviado pelo Deus judeu ao povo judeu para cumprir a lei judaica. Logo, quem queria seguir Jesus tinha de ser judeu. Se um gentio se convertesse à fé, teria de ser circuncidado, já que a circuncisão sempre tinha sido uma exigência para que um homem se tornasse seguidor do Deus de Israel, como o próprio Deus determinara na lei (Gênesis 17:10-14).

Finalmente surgiu o apóstolo Paulo insistindo no contrário, que o Deus de Jesus era o Deus de todos os povos e que os gentios não precisavam se tornar

judeus para seguir Jesus. Para Paulo, seguir o que a lei determinava não tornava a pessoa justa perante Deus, e não fazia sentido no que dizia respeito à salvação. Paulo acabou vencendo a discussão, mas durante séculos houve cristãos que discordaram dele, incluindo os ebionitas. Eles não viam Paulo como o grande apóstolo da fé; ele era exatamente aquele que tinha entendido errado os fundamentos da fé.

Os ebionitas eram judeus estritamente monoteístas. Como tal, não acreditavam que o próprio Jesus era divino. Só podia haver um Deus. Em vez disso, Jesus era o ser humano escolhido por Ele para ser o Messias. Ele não havia nascido de uma virgem: seus pais eram José e Maria, e ele era um homem muito justo que Deus adotara como seu filho e a quem dera a missão de morrer na cruz para expiar os pecados dos outros.

Você talvez fique pensando em por que os ebionitas não leram seus exemplares do Novo Testamento para ver que Jesus nascera de uma virgem, era ele mesmo divino, negara a lei judaica e tinha sido corretamente proclamado por Paulo. Eles não podiam ler o Novo Testamento porque ainda não havia um Novo Testamento. Os ebionitas tinham seus próprios livros sagrados, juntamente com a Bíblia hebraica, que sustentava seus pontos de vista, incluindo um Evangelho que era muito semelhante ao nosso Evangelho segundo Mateus (o mais “judaico” dos nossos Evangelhos), mas sem os dois primeiros capítulos, que narram o nascimento virginal.

Os marcionistas

No extremo oposto do espectro teológico estavam os marcionistas, seguidores de Marcião, um famoso teólogo pregador do século II da Ásia Menor que passou alguns anos em Roma antes de ser expulso da Igreja e retornar para a Ásia Menor, onde estabeleceu numerosas igrejas em muitas cidades.

Diferentemente dos ebionitas, Marcião via Paulo como o grande herói da fé, o único apóstolo que realmente tinha compreendido Jesus e sua relação com a lei judaica. Como vimos, Paulo estabeleceu uma distinção entre a lei dada por Moisés, que não levava à salvação, e o Evangelho de Jesus, que

levava. Marcião achava que essa distinção era absoluta: a lei judaica e o Evangelho de Jesus não tinham nada em comum. A lei era uma coisa (para os judeus), o Evangelho, outra (para os cristãos).

Marcião escreveu um livro chamado *Antitheses* (literalmente, “declarações contrárias”) que mostrou a absoluta dicotomia entre o Deus do Antigo Testamento e o Deus de Jesus. O Deus do Antigo Testamento era um Deus julgador, encolerizado e vingativo; o Deus de Jesus era um Deus de salvação, amoroso e misericordioso. Quão diferentes eram esses dois deuses? Marcião ofereceu uma conclusão lógica: eram dois deuses diferentes.

O Deus do Antigo Testamento tinha criado este mundo, escolhido Israel como seu povo, dado a ele sua lei e depois o condenado, e a todos os outros, à punição eterna, quando eles desobedeceram. O Deus de Jesus não tinha nada a ver com aquela criação, Israel ou a lei, e viera ao mundo para salvar as pessoas da ira do Deus do Antigo Testamento. Ele conseguiu isso fazendo Jesus morrer na cruz, para atrair para si a ira de Deus. Portanto, aqueles que têm fé em Jesus podem escapar das garras do Deus vingativo dos judeus.

De acordo com essa interpretação, Jesus não era e não podia ser humano. Isso o tornaria físico, parte da criação física, uma criatura do Deus criador. Segundo Marcião, Jesus apenas parecia um ser humano, mas na verdade era um ser divino, pura e simplesmente. Os adversários de Marcião chamaram essa visão de Cristo de “docetismo”, da palavra grega *dokeo* (“parecer, aparecer”). Jesus surgiu com a aparência de carne humana, como Paulo diz (Romanos 8:3); ele na verdade não se tornou carne.

Consequentemente, para Marcião os seguidores de Jesus não deviam ser associados a judeus ou ao judaísmo de nenhuma forma. Eles deveriam ser seguidores de Jesus e Paulo, o único apóstolo que havia compreendido Jesus.

Marcião tinha sua própria lista de livros sagrados, mas obviamente não eram os mesmos dos ebionitas. Seu cânone era composto das dez epístolas de Paulo que ele conhecia (todas as nossas 13, excluindo as Epístolas Pastorais) e uma forma do Evangelho de Lucas. Mas todos esses livros são problemáticos no que se refere aos termos do apoio que dão aos pontos de vista de Marcião, uma vez que citam o Antigo Testamento (o livro do “outro”

Deus) e parecem supor que a criação foi obra do verdadeiro Deus. Marcião acreditava que todos esses livros tinham sido alterados pelos escribas que os copiaram, que não compreendiam a verdade do Evangelho. Assim, Marcião produziu sua própria versão dos 11 livros das Escrituras (ele, claro, não incluiu o Antigo Testamento em seu cânone), uma versão truncada que eliminava as mudanças dos escribas que ligavam Jesus ao Deus criador.

Os vários grupos de gnósticos

Os estudiosos discutem se os cristãos chamados de gnósticos constituíam um grupo, um punhado de grupos basicamente semelhantes ou uma série de grupos sem muito em comum. Não vou abordar os debates acadêmicos aqui, mas simplesmente dizer que acredito que havia vários grupos gnósticos com alguns pontos de vista teológicos básicos em comum, e que é heurísticamente útil pensar nesses grupos juntos, como “gnósticos”. (Evidentemente que também há diferenças, do contrário eles não seriam grupos distintos.)⁸

Eles são chamados de gnósticos, do grego *gnosis*, “conhecimento”, porque sustentavam que era o conhecimento, e não a fé, o necessário para a salvação. Mas conhecimento do quê? Conhecimento de como este mundo surgiu e, ainda mais importante, de quem você realmente é. Especificamente, você precisa saber quem é, de onde veio, quem o colocou aqui e como pode voltar.

Os vários grupos gnósticos imaginavam que alguns de nós não vieram daqui, desta terra, e não pertencem a ela. Viemos de outro reino, um local celestial, e fomos presos nos limites ímpios de nossos corpos. Precisamos descobrir como escapar, e para isso precisamos de conhecimentos secretos (*gnosis*).

Os gnósticos acreditavam que este mundo não era criação do único e verdadeiro Deus. Em vez disso, há muitos seres divinos no plano celeste, mesmo que todos tenham sido gerados a partir da divindade superior, e este mundo foi uma reflexão tardia, criação de divindades inferiores e ignorantes. A criação era uma espécie de desastre cósmico, resultado de uma catástrofe ocorrida no plano divino. Em parte, o mundo foi criado para ser uma prisão de elementos do divino. Alguns de nós temos essa centelha do divino dentro do corpo. Precisamos aprender a verdade sobre este mundo e o mundo acima,

e sobre nossa verdadeira identidade, de modo a fugir e retornar para nosso lar celeste.

O que isto tem a ver com ser um seguidor de Jesus? Nos sistemas cristãos gnósticos (também havia variedades não cristãs), Jesus é um ser divino que desceu do plano divino para transmitir o conhecimento secreto da salvação aos espíritos presos aqui. Esse conhecimento inclui um relato de como o próprio plano divino surgiu, como a catastrófica criação material aconteceu e como elementos do divino acabaram presos aqui. Sem Jesus não poderíamos ter esse conhecimento. Ele realmente é o salvador de nossas almas.

Claro que o próprio Jesus não poderia ser um espírito preso. Alguns gnósticos concordavam com Marcião no fato de que Jesus era um ser divino que apenas parecia humano. Ele viera à Terra para transmitir seus ensinamentos secretos. A maioria dos gnósticos, porém, pensava de outro modo; segundo eles, Jesus era um ser humano que tinha sido temporariamente habitado por um ser divino, o Cristo, para seu ministério público entre o momento de seu batismo — quando o Cristo entrou nele na forma de uma pomba — e o instante antes de sua morte. Por isso Jesus gritou na cruz: “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?” Foi quando o Cristo divino deixou Jesus morrer só. Mas ele ressuscitou Jesus dos mortos e depois continuou a transmitir seus ensinamentos secretos a seus discípulos mais próximos, antes de retornar ao plano celestial.

Isso pode não parecer o cristianismo que você aprende no catecismo ou na escola dominical, mas era muito popular em vários setores da Igreja inicial. A salvação não dependia de ter fé na morte e na ressurreição de Jesus, mas de compreender o ensinamento secreto que ele revelara. Como o ensinamento era secreto, as instruções públicas dadas por Jesus não eram sua verdadeira mensagem, ou pelo menos eram cuidadosamente codificadas para que apenas os de dentro, aqueles com a centelha divina, pudessem compreender plenamente. Sua verdadeira mensagem era transmitida em revelações particulares aos seus seguidores mais próximos. Muitos dos livros dos gnósticos revelam esse conhecimento divino.

Temos a sorte de alguns desses livros terem surgido na era moderna, em

especial quando um conjunto de escritos gnósticos, comumente chamados de Evangelhos gnósticos, foi descoberto no deserto do Egito, perto da cidade de Nag Hammadi, em 1945. Eles apresentam um retrato do cristianismo bastante distinto de tudo o que a maioria de nós aprendeu ou mesmo ouviu. E a razão para isso é óbvia: os gnósticos foram os perdedores da batalha para definir quem iria decidir a forma “certa”, oficial, do cristianismo para toda a posteridade.

Os cristãos proto-ortodoxos

No fim, apenas um grupo de cristãos venceu a batalha pelos convertidos. Sua vitória provavelmente foi selada em algum momento do século III. Quando o imperador romano Constantino se converteu ao cristianismo, no início do século IV, foi a essa forma vitoriosa da fé. Quando o cristianismo depois se tornou a religião oficial do império, cerca de cinquenta anos após Constantino, essa foi a forma aceita por quase todos — com muitas variações, claro. Sempre houve visões alternativas.

Assim que venceu a batalha, essa forma de cristianismo declarou não apenas que era a certa, mas que tinha estado certa o tempo todo. O termo técnico para “crença correta” é “ortodoxia” (em grego, *orthos* significa “certo”, e *doxa* “opinião”). Os cristãos “ortodoxos”, ou seja, aqueles que venceram a batalha, classificaram todos os pontos de vista rivais como heresias, da palavra grega para “escolha”. Heréticas são as pessoas que escolhem acreditar na crença errada, uma crença não ortodoxa.

Como deveríamos chamar o grupo de cristãos que sustentou os pontos de vista que vieram a vencer antes que essa vitória fosse selada? Costumo chamá-los de “proto-ortodoxos”, os ancestrais espirituais daqueles cujas visões posteriormente se tornaram ortodoxas.

Os proto-ortodoxos são os cristãos dos séculos II e III sobre os quais temos mais informações, já que foram os seus textos, não os de seus adversários, aqueles preservados para a posteridade. Entre eles estão autores como Justino Mártir, Irineu, Tertuliano, Hipólito, Clemente de Alexandria e Orígenes — personagens bastante conhecidos dos estudiosos dos primórdios do cristianismo. Esses autores foram os responsáveis por moldar os pontos de

vista que acabaram se tornando ortodoxos. Eles fizeram isso em grande medida argumentando contra todas as outras partes ao mesmo tempo, levando a certos tipos de afirmações paradoxais. Concordavam, por exemplo, com os ebionitas em relação a Jesus ser absolutamente humano, mas discordavam quando negavam que ele fosse Deus. Concordavam com os marcionistas em que Deus era plenamente divino, mas discordavam quando negavam que fosse humano. Como os proto-ortodoxos podiam aceitar ambos? Dizendo que Jesus era as duas coisas ao mesmo tempo, Deus e homem. Essa se tornou a visão ortodoxa.

As principais doutrinas ortodoxas são aquelas que acabaram se tornando os credos cristãos: há um só Deus, ele é o criador de tudo o que há; portanto a criação é inerentemente boa, mesmo que conspurcada pelo pecado. Jesus, seu filho, é ao mesmo tempo humano e divino, e não é dois seres (como sustentavam os gnósticos), mas um só; ele trouxe a salvação não por intermédio de conhecimento secreto, mas ao derramar seu sangue verdadeiro.

Como todos os seus rivais, os proto-ortodoxos tinham uma gama de livros que consideravam autoridade sagrada e que achavam avalizar seus próprios pontos de vista. Alguns deles acabaram fazendo parte do cânone. Os principais debates nos círculos proto-ortodoxos diziam respeito a quais livros proto-ortodoxos aceitar, mas todos os proto-ortodoxos concordavam em que nenhum dos livros heréticos poderia ter sido escrito por qualquer dos apóstolos, portanto não seriam incluídos no cânone das Escrituras.

ALGUMAS ESCRITURAS NÃO CANÔNICAS

Todos os grupos cristãos tinham livros que consideravam ser as Escrituras sagradas. A maioria das obras reverenciadas em um momento ou outro por um grupo ou outro não sobreviveu, mas dezenas conseguiram ou foram redescobertas nos tempos modernos. Eis uma pequena amostra da literatura que era reverenciada nos primeiros séculos da Igreja, mas que não veio a integrar o cânone.

O EVANGELHO DOS EBIONITAS

Talvez tenha havido mais de um grupo cristão chamado ebionita. Chegaram a nós três Evangelhos que parecem ter sido usados por vários grupos ebionitas. Um é uma versão truncada do Evangelho segundo Mateus, mencionada antes. Outro é conhecido simplesmente como Evangelho dos ebionitas. Ele não está intacto, mas sabemos dele por intermédio das citações de um caçador de heresias do século IV, Epifânio. O que ele nos conta é muito intrigante. Aparentemente, esse grupo de ebionitas acreditava que Jesus era o perfeito sacrifício pelos pecados, o que significava que os sacrifícios judaicos no Templo já não eram necessários. Assim, eram judeus que já não acreditavam no sacrifício judaico; eles obedeciam, contudo, aos outros aspectos da lei.

No mundo antigo, praticamente a única vez que uma pessoa comia carne era quando um animal tinha sido morto ritualmente por um sacerdote, como sacrifício aos deuses ou a Deus. Como esse grupo específico de ebionitas já não acreditava nos sacrifícios, eles por princípio se tornaram vegetarianos. A opção alimentar se reflete no modo como contam suas tradições dos Evangelhos. Por exemplo: quando os discípulos perguntam a Jesus se devem preparar a refeição da Páscoa para ele, neste Evangelho ele responde: “Não desejo comer a carne deste cordeiro da Páscoa com vocês.” Ainda mais interessante é que neste Evangelho a dieta de João Batista parece mudar. Nos Evangelhos canônicos ele teria sobrevivido de gafanhotos e mel silvestre. Mudando uma letra na palavra grega para “gafanhoto” (que, afinal, é uma carne), o Evangelho ebionita afirma que João estava comendo panquecas e mel silvestre — uma escolha muito melhor, diriam alguns.

O EVANGELHO COPTA DE TOMÉ

Entre as descobertas arqueológicas de textos não canônicos nos tempos modernos, nenhuma é mais significativa que o Evangelho de Tomé, encontrado entre os Evangelhos gnósticos em Nag Hammadi. Como os outros encontrados ao mesmo tempo, ele é escrito em copta, uma antiga língua egípcia.⁹ Ele é significativo tanto por seu caráter incomum quanto por sua relativa antiguidade: é um dos mais antigos Evangelhos não canônicos já descobertos e provavelmente data de poucas décadas após o Evangelho segundo João.

Diferentemente dos Evangelhos do Novo Testamento, que narram as

palavras e os feitos de Jesus até sua morte e sua ressurreição, o Evangelho de Tomé contém apenas um conjunto de falas de Jesus. No total, reúne 114 falas isoladas. A maioria começa com as palavras “E Jesus disse...”. Muitas delas são semelhantes a ensinamentos de Jesus nos Evangelhos do Novo Testamento. Por exemplo, encontra-se nele a parábola da semente de mostarda e a fala sobre um cego guiando outro, em formas ligeiramente diferentes. Mas cerca de metade das falas, dependendo de como você conta, é diferente dos relatos canônicos. A maioria dessas falas únicas soa bizarra a pessoas criadas com os relatos bíblicos dos ensinamentos de Jesus. Por exemplo: neste Evangelho é dito que ele falou: “Os mortos não estão vivos, e os vivos não morrerão. Nos dias em que vocês consumiram o que está morto, vocês deram vida ao que está vivo. Quando forem viver à luz, o que farão? No dia em que forem um se tornarão dois. Mas quando se tornarem dois, o que farão?” (dito 11).

O que pensar das falas incomuns do Evangelho de Tomé? Nos últimos dez ou 15 anos tem havido uma acalorada discussão acadêmica exatamente sobre isso, com alguns estudiosos achando que essas falas fazem sentido quando situadas na concepção de mundo de uma forma de gnosticismo cristão inicial, e outros argumentando que elas não são absolutamente gnósticas. Eu, pessoalmente, fico com o primeiro ponto de vista. Essas falas não fortalecem o mito gnóstico, mas isso não significa que não sejam mais bem-compreendidas gnosticamente, assim como muitos textos marxistas não apresentam os princípios do marxismo. Um contexto gnóstico explica muito desse Evangelho.¹⁰

Nele Jesus diz que seus ouvintes têm uma centelha divina de origem celestial. Este mundo em que vivemos é uma cloaca de sofrimento que ele chama de cadáver. O ser interno de uma pessoa (a luz interior) tragicamente caiu neste mundo material e ficou preso aqui (afundado na “pobreza”), e nessas condições começou a esquecer suas origens (ficou “embriagado”). Ele precisa ser despertado aprendendo a verdade deste mundo e de sua própria origem celestial. Jesus é aquele que oferece essa verdade. Assim que o espírito interior aprender a verdade, se despirá de seu corpo material

(simbolizado pelas roupas que devem ser removidas) e fugirá deste mundo, retornando ao plano divino, de onde veio.¹¹

A característica mais impressionante do Evangelho Copta de Tomé é que ele não narra a morte e a ressurreição de Jesus. A salvação não depende de acreditar na morte de Jesus, mas de compreender seu ensinamento secreto: “Quem descobrir a interpretação destas falas não experimentará a morte” (fala 1).

Os ATOS DE TECLA

Segundo o teólogo e apologista proto-ortodoxo Tertuliano, o líder da igreja que forjou os Atos de Tecla foi pego em flagrante e disciplinado severamente, e por isso afastado de sua posição de autoridade. Esse resultado infeliz parece não ter tido grande efeito sobre o sucesso de sua empreitada. Histórias sobre Tecla continuaram a circular muito depois de o livro ter surgido pela primeira vez, em algum momento na segunda metade do século II. Durante séculos depois disso, Tecla foi um nome conhecido por todo o cristianismo, e em alguns lugares ela disputava com a própria Virgem Maria como a santa mais reverenciada.

Mas o falsificador não criou suas histórias do nada. Ele evidentemente partiu da tradição oral de então, referente ao apóstolo Paulo e sua mais famosa convertida do sexo feminino. Os Atos de Tecla contam a história da associação entre os dois.

Tecla seria uma jovem rica de classe alta prometida em casamento a um dos homens mais importantes da cidade. Tecla é vizinha da casa em que os cristãos se reúnem, e quando Paulo vai à cidade, prega ali um sermão que Tecla consegue ouvir de sua janela do segundo andar. Ela fica dias a fio fascinada. Naquela oportunidade ele pregara o Evangelho da renúncia sexual: as pessoas deveriam se manter celibatárias, dessa forma herdariam o Reino de Deus.

Tecla é convencida a se converter por essa mensagem, para a consternação de seu noivo, que antecipava uma vida de casados longa e feliz. Ela rompe o compromisso e se torna seguidora de Paulo, o que leva a uma série de episódios estranhos e intrigantes nos quais Tecla é ameaçada de martírio,

escapando apenas pela intervenção sobrenatural de Deus. O incidente possivelmente mais memorável ocorre quando é jogada às feras por abraçar a fé cristã; desesperada para ser batizada antes de sua morte (Paulo se recusara a batizá-la), ela salta em um tanque de “focas devoradoras de homens” e se batiza em nome de Jesus. Deus manda um raio para matar as focas, ela escapa e as aventuras continuam.

Os Atos de Tecla se encontram em uma coletânea de tradições sobre as aventuras missionárias de Paulo conhecida genericamente como Atos de Paulo.

TERCEIRA CORÍNTIOS

Os Atos de Paulo também incluem duas epístolas não canônicas, uma escrita ao apóstolo pelos seus convertidos em Corinto e a outra a resposta escrita por ele. Essa correspondência é chamada de 3 Coríntios, para diferenciá-la de 1 e 2 Coríntios do Novo Testamento.

A explicação para a correspondência é apresentada na Epístola dos coríntios, quando dizem que dois mestres cristãos, Simão e Cleóbio, chegaram à cidade e começaram a pregar que Deus não é o criador do mundo, que os profetas judeus não vêm de Deus, que Jesus não apareceu em carne e que a carne dos crentes não irá se erguer na ressurreição. (Esses ensinamentos parecem refletir certo ponto de vista gnóstico.) Como os coríntios devem lidar com esses ensinamentos?

Paulo responde abordando as visões heréticas uma por uma, mostrando que elas não estão de acordo com a verdade do Evangelho. Ele enfatiza que o mundo material realmente é criação do único Deus, que falou por intermédio dos profetas e que agora mandou Jesus ao mundo em carne, “para que ele pudesse libertar toda carne por intermédio da sua e nos ressuscitar dentre os mortos como seres de carne”.

Essa é uma produção proto-ortodoxa antignóstica. Não muito conhecida pela maioria dos cristãos no Ocidente, ela teve uma impressionante repercussão em outras regiões do mundo. Na Armênia e em áreas da Síria, foi aceita como Escritura canônica, embora, como os estudiosos bem sabem,

tenha sido escrita pelo menos um século após a morte de Paulo.

A EPÍSTOLA DE BARNABÉ

Segundo Paulo e o livro dos Atos, um de seus companheiros apostólicos mais próximos era um homem chamado Barnabé, sobre quem, exceto isso, somos mal informados. Cerca de setenta anos após Paulo e Barnabé terem morrido, um autor anônimo escreveu uma “epístola” — na verdade mais um tratado teológico — que acabou sendo atribuída a Barnabé, sem dúvida para aumentar sua reputação entre os leitores cristãos. Alguns cristãos proto-ortodoxos insistiram muito para que o livro fizesse parte do cânone das Escrituras, e ele é encontrado entre os textos do Novo Testamento no mais antigo manuscrito completo do Novo Testamento, conhecido como Codex Sinaiticus, datado de meados do século IV.

Cristãos modernos podem sentir algum alívio por Barnabé não ter sido, afinal, incluído entre os livros do texto sagrado. Ainda mais do que os livros que entraram para o Novo Testamento, essa epístola é virulenta e desavergonhadamente antijudaica em sua visão. De fato, é basicamente uma discussão sobre a religião judaica e as Escrituras judaicas.

O tema geral é que os judeus não são o povo de Deus, porque rejeitaram o pacto que Deus fez com Moisés no Monte Sinai, pois aos pés dele estavam produzindo e idolatrando o bezerro de ouro. Como consequência, Deus os rejeitou. As leis que ele dera a Moisés foram interpretadas equivocadamente pelo povo judeu, que decididamente não era um povo de compromissos. E ainda são interpretadas com erro por eles, os quais acham que as leis dadas a Moisés devem ser levadas ao pé da letra. Elas na verdade eram leis simbólicas, com o objetivo de orientar as pessoas sobre como viver. A proibição de comer porco, por exemplo, não significava que o animal era totalmente proibido; na verdade, significava não viver como os porcos. Além disso, segundo Barnabé, essas leis tinham como objetivo Jesus, cujos seguidores são o verdadeiro povo de Deus.

Em síntese, diz Barnabé, o Antigo Testamento não é um livro judaico. É uma obra cristã. E o pacto que Deus fez com os ancestrais dos judeus não é um pacto com os judeus. É um pacto com os seguidores de Jesus.

O APOCALIPSE DE PEDRO

Outro livro considerado canônico em alguns círculos proto-ortodoxos foi o Apocalipse de Pedro. Essa obra não é encontrada nos manuscritos preservados do Novo Testamento, mas mencionada como pertencendo, ou potencialmente pertencendo, ao cânone em vários textos dos primórdios da Igreja. Qualquer que seja seu *status* canônico, é uma narrativa intrigante, o primeiro relato remanescente do início do cristianismo sobre alguém fazendo um passeio guiado pelo céu e pelo inferno.

A maioria de nós conhece esse tema da *Divina Comédia*, de Dante. Contudo, não foi Dante quem teve a ideia; ele teve muitos predecessores, e pelo que podemos dizer com base nos registros escritos, o Apocalipse de Pedro foi o primeiro.

O relato começa com Jesus falando a seus discípulos no Monte das Oliveiras, discutindo com eles o que iria acontecer no fim dos tempos (Marcos 13; Mateus 24-25). Pedro pergunta a Jesus sobre a vida após a morte, e Jesus começa a explicar tudo a ele. Nesse ponto não fica perfeitamente claro se a explicação de Jesus é tão minuciosa que Pedro consegue visualizar o que ele está descrevendo ou se Jesus o leva em um passeio de verdade. Mas o leitor recebe descrições vívidas, tanto do reino dos bem-aventurados, no céu, quanto do reino dos amaldiçoados, no inferno.

A parte mais interessante do passeio é, de longe, a descrição do inferno. É um pouco difícil descrever longamente o êxtase dos bem-aventurados: afinal, eles estão muito felizes, e é só o que se pode dizer sobre isso. Por outro lado, é bastante fácil deixar a imaginação vagar ao retratar os vários tormentos dos amaldiçoados. E esse livro é bastante imaginativo.

Aqueles que estão sendo atormentados para sempre são punidos adequadamente pelo pecado que cometeram com maior frequência quando vivos. Mentirosos contumazes são pendurados pelas línguas acima de chamas eternas; mulheres que trançaram os cabelos para se tornarem atraentes aos homens e seduzi-los são penduradas pelos cabelos acima das chamas; os homens que sucumbiram à sedução são pendurados por... outra parte do corpo. Como seria de se esperar, os homens gritam: “Não sabíamos que

teríamos a punição eterna!”

E por aí vai. O objetivo da narrativa é bem claro: qualquer um que queira desfrutar das bênçãos dos céus e escapar dos tormentos do inferno precisa levar uma vida adequada, moral e correta. Do contrário, as chamas do inferno estão à espera.

O APOCALIPSE COPTA DE PEDRO

Há outro Apocalipse de Pedro que decididamente não é proto-ortodoxo. Em vez disso, é um texto gnóstico, descoberto juntamente com o Evangelho de Tomé em Nag Hammadi e que oferece um relato em primeira mão da crucificação de Jesus. Para aqueles acostumados aos relatos do Novo Testamento, essa narrativa parecerá bastante bizarra.

Após receber uma revelação secreta de Jesus, Pedro tem uma visão que não consegue compreender. Ele está de pé em uma colina conversando com Jesus quando vê Jesus logo abaixo, sendo preso e depois crucificado. Ainda mais estranho, ele também vê uma figura acima da cruz, alegre e rindo. Ele pergunta a Jesus, de pé ao seu lado, o que está vendo, e Jesus explica. Aquele que os soldados estão crucificando é apenas sua casca externa; aquele acima da cruz é seu verdadeiro eu, o ser espiritual que não pode sofrer.

Essa imagem estranha é intimamente ligada à compreensão que os gnósticos têm de Jesus, apresentada anteriormente, na qual o homem Jesus estava sendo temporariamente habitado pelo Cristo divino. Ali Cristo está rindo exatamente porque as pessoas que o crucificam não compreendem o que estão fazendo. Elas estão simplesmente matando o corpo, o vaso de barro que o ser divino habitara, mas não podem machucá-lo, o verdadeiro Cristo. Ele é incorpóreo e acima de toda dor e todo sofrimento. E ele acha hilariante a ignorância de seus inimigos.

Não surpreende que um texto assim não tivesse nenhuma chance de entrar para o cânone proto-ortodoxo, já que ele celebra uma visão de Cristo que os proto-ortodoxos denunciavam vigorosamente como herética.

O DEBATE QUE LEVOU

AO ESTABELECIMENTO DO CÂNONE

Havia muitos outros livros considerados sagrados por um ou outro grupo que não conseguirei discutir aqui. Alguns eram proto-ortodoxos, outros não: Evangelhos supostamente escritos por Tiago, o irmão de Jesus, seu discípulo Filipe, Maria Madalena, Judas Iscariotes e muitos outros, ou que incorporavam sua perspectiva. Havia livros dos Atos que descreviam os esforços missionários de João, André, Pedro, Tomé e outros. Havia epístolas supostamente de Paulo aos cristãos de Laodiceia e uma correspondência com o filósofo romano Sêneca; epístolas supostamente de Pedro e Tiago, e de um dos primeiros bispos de Roma, Clemente; apocalipses e Revelações Secretas de Paulo, João, Tiago e de um cristão romano chamado Hermas. Mas esses que apresentei podem pelo menos dar uma ideia do que estava sendo escrito e lido.

O CASO DO EVANGELHO DE PEDRO

Com todos esses livros circulando, muitos deles representando um grande leque de pontos de vista teológicos, como os proto-ortodoxos decidiram quais incluir em seu cânone das Escrituras? Uma história instrutiva é contada pelo historiador do século IV Eusébio, o chamado pai da história da Igreja. Eusébio conta a história de um bispo do século II chamado Serapião e sua descoberta de um Evangelho supostamente escrito por ninguém menos que o braço direito de Jesus, Simão Pedro.

Serapião era o bispo da grande igreja da Antioquia, na Síria. Como parte de suas obrigações oficiais, ele eventualmente percorria as cidades e aldeias sob sua jurisdição. Segundo Eusébio, certa vez ele visitou a Igreja cristã da aldeia de Rossos; enquanto estava lá soube que havia uma polêmica entre os cristãos sobre um Evangelho de Pedro. Sem ler o livro propriamente dito, Serapião ponderou que, se Pedro tinha escrito um Evangelho, ele tinha de ser aceito, então disse aos membros da Igreja para seguirem em frente e o lerem.

Contudo, quando retornou para casa, em Antioquia, alguns informantes se apresentaram para contar que aquele era um livro herético, usado por cristãos docéticos — cristãos que, como Marcião e alguns gnósticos, negavam que Cristo fosse inteiramente humano, dizendo que ele apenas parecia ser.

Serapião conseguiu uma cópia do livro para avaliar seus ensinamentos. Em sua opinião, a maior parte da obra apresentava visões ortodoxas, mas havia algumas passagens que eram questionáveis, passíveis de interpretação docética.

Ele mandou uma carta para a Igreja detalhando os problemas do livro e concluiu que, à luz de suas passagens dúbias, ele na verdade não poderia ter sido escrito por Pedro. Ele proibiu a Igreja de continuar usando o livro.

Eusébio conta a história e chega a citar trechos da carta de Serapião. Infelizmente, não reproduz as passagens do Evangelho citadas por Serapião que faziam com que parecesse potencialmente herético. Isso é uma pena, já que uma cópia fragmentada de um Evangelho supostamente escrito por Pedro surgiu nos tempos modernos, e parece muito com o Evangelho discutido por Serapião. Mas, como Eusébio não preservou nenhuma das citações do livro, não podemos ter certeza que seja o mesmo livro.

A descoberta moderna aconteceu no inverno de 1868-1869, quando uma equipe arqueológica francesa estava escavando um antigo cemitério em Akhmin, no Egito. Eles descobriram a tumba de uma pessoa que consideraram ser um monge, enterrado com um livro. O livro tinha 66 páginas de transcrições de trechos de quatro textos — era uma pequena antologia. Uma das partes era uma cópia grega do apocalipse proto-ortodoxo de Pedro, mas o texto mais sensacional era um Evangelho escrito na primeira pessoa, supostamente por Simão Pedro.

Lamentavelmente, o texto é fragmentado. Ele começa no meio de uma frase, em um relato do julgamento de Jesus perante Pôncio Pilatos, e termina no meio de outra frase, em uma história que parece ser um relato sobre Jesus aparecendo a seus discípulos após sua ressurreição. Entre as duas frases parciais há uma narrativa do julgamento de Jesus, sua condenação, sua morte e sua ressurreição.

O relato é como os Evangelhos do Novo Testamento em muitos sentidos. Mas, assim como todos eles diferem uns dos outros, também este relato difere de cada um deles. Para começar, os líderes judeus e o povo judeu são retratados de forma ainda mais negativa do que nos relatos canônicos. É o rei

judeu, Herodes, não o governador romano Pilatos, quem condena Jesus à morte. Os líderes judeus são totalmente culpados de sua execução. O povo judeu se dá conta de que está sendo julgado por Deus, que na verdade sua cidade de Jerusalém poderá ser destruída no julgamento (cristãos posteriores interpretaram a destruição de Jerusalém em 70 d.C. como uma punição de Deus pela morte do Messias).

Provavelmente a característica mais impressionante do relato é que ele oferece uma narrativa da ressurreição. Os quatro Evangelhos do Novo Testamento indicam que Jesus foi enterrado e que no terceiro dia as mulheres encontraram a tumba vazia, mas não há um relato sobre Jesus saindo da tumba. Esse Evangelho, porém, narra o acontecimento — e é um relato muito impressionante. No meio da noite, dois anjos descem dos céus e a pedra é vista rolando da tumba por vontade própria. Os anjos entram e depois saem com as cabeças erguidas para o céu, segurando uma terceira figura. Obviamente é Jesus, cuja cabeça se eleva acima do céu. Atrás deles, a cruz sai da tumba. Uma voz desce dos céus perguntando se o Evangelho tinha sido pregado àqueles “que estão adormecidos” (os mortos). E a cruz responde: “Sim!”

Um Jesus gigantesco e uma cruz que anda e fala. Difícil acreditar que esse Evangelho tenha sido perdido. Será ele o que Serapião conheceu? A maioria dos estudiosos concluiu que sim. É um Evangelho supostamente de autoria de Pedro. É, em sua maior parte, teologicamente aceitável, em termos proto-ortodoxos, mas há algumas passagens que podem ser interpretadas de forma docética. O corpo de Jesus não parece ser um verdadeiro corpo humano na ressurreição, por exemplo, e nos é dito que mais cedo, quando ele estava sendo crucificado, “estava silencioso como se não sentisse dor”. Talvez ele realmente não sentisse dor. Talvez isso seja docético. Mesmo que *não* seja docético, pelo menos é possível ver que alguém poderia interpretá-lo como tal, que é o que Serapião parece dizer. Meu palpite é de que esta é uma cópia fragmentada do texto disponível a Serapião no início do século II.

O mais importante para nosso objetivo aqui é como Serapião decidiu se o livro era ou não aceitável para ser usado pela Igreja — se ele deveria ou não

ser considerado um livro oficial das Escrituras. Como, para Serapião, a obra era suscetível de uma interpretação docética, era potencialmente herético. E, como era potencialmente herético, não poderia ter sido escrito por Pedro, que naturalmente não sustentaria um ponto de vista que fosse contrário à postura proto-ortodoxa. Como ele não era de Pedro, não podia ser considerado Escritura. Para Serapião, um livro só podia ser parte das Escrituras se ensinasse a doutrina ortodoxa e fosse escrito por um apóstolo.

Esses dois critérios eram considerados os mais importantes pelos líderes proto-ortodoxos que decidiram quais livros deveriam fazer parte do cânone do Novo Testamento.

UMA PRIMEIRA TENTATIVA DE CÂNONE:

O CÂNONE MURATÓRIO

A decisão sobre quais livros deveriam fazer parte do cânone não foi tomada da noite para o dia. Até o fim do século IV — cerca de trezentos anos após a maioria dos livros do Novo Testamento ter sido escrita —, ninguém afirmou achar que o Novo Testamento consistia dos 27 livros que temos hoje, e apenas desses livros.

Naquela época os debates já eram travados havia muito tempo. A primeira tentativa, de que temos conhecimento, de definir uma relação de livros que o autor, anônimo, acreditava compor as Escrituras cristãs surgiu na época de Serapião. Essa lista fragmentada é chamada de Cânone Muratório, em homenagem a L. A. Muratori, o estudioso italiano do século XVIII que a descobriu na cidade de Milão.

O fragmento é simplesmente uma relação de livros com comentários ocasionais do autor sobre as obras que relaciona. É escrito em um latim verdadeiramente medonho, que a maioria dos estudiosos considerou uma tentativa infeliz de traduzir o texto do grego. O fragmento propriamente dito data do século VIII, mas se acredita que a lista seja originária do fim do século II, provavelmente perto de Roma.¹² A primeira parte da lista desapareceu. Após algumas palavras do fim de uma frase descrevendo um dos Evangelhos, o autor continua falando de Lucas como “o terceiro livro do

Evangelho”. Ele a seguir identifica João como o “quarto” e prossegue. Já que Lucas e João são o terceiro e o quarto Evangelhos, é quase certo que a lista começa com Mateus e Marcos.

O autor desconhecido identifica como canônicos 22 de nossos 27 livros — todos, com exceção de Hebreus, Tiago, 1 e 2 Pedro e 3 João. Mas também inclui a Sabedoria de Salomão e o Apocalipse de Pedro proto-ortodoxo. Ele diz que o apocalipse conhecido como O Pastor de Hermas é aceitável para leitura, mas não como parte das sagradas Escrituras da Igreja. Ele continua, rejeitando duas epístolas supostamente de Paulo, escrita aos alexandrinos e aos laodiceus, que para ele são fraudes escritas por outros heréticos, incluindo alguns gnósticos.

O Cânone Muratório é especialmente valioso se realmente datar do século II,¹³ já que isso indicaria que pelo menos um autor proto-ortodoxo estava interessado em saber: quais livros poderiam ser aceitos como Escrituras canônicas; que havia uma preocupação em eliminar das Escrituras fraudes ou documentos heréticos; e que em certos círculos já eram aceitos livros que acabariam se tornando canônicos, embora também tenham sido incluídos dois outros livros.

Mas a questão continuou a ser discutida durante séculos. Sabemos disso em parte pelos manuscritos que temos do Novo Testamento. Assim que chegamos aos séculos VI e VII, manuscritos contendo livros que eram considerados parte do Novo Testamento geralmente não incluem nada além de livros canônicos, mas isso não acontece em períodos anteriores. O Códice Alexandrino, um famoso manuscrito do século V, inclui como parte do Novo Testamento os livros 1 e 2 Clemente, supostamente escritos pelo homem que Pedro escolheu como bispo de Roma. E o Códice Sináítico, do século IV, inclui a epístola de Barnabé e o Pastor de Hermas. É anterior à nossa primeira cópia dos livros 1 e 2 Pedro e Judas, encontrados em um manuscrito chamado de P,⁷² por ter sido o 77o papiro do Novo Testamento a ser catalogado. Além desses três livros, o manuscrito contém muitos outros, incluindo um Evangelho supostamente escrito por Tiago, o irmão de Jesus, “A natividade de Maria”, mais conhecido como o proto-Evangelho de Tiago; 3 Coríntios; e

uma homilia do Pai da Igreja Melito sobre a Páscoa.

Quais eram as dinâmicas de poder envolvidas na decisão sobre quais livros deveriam entrar e quais não? Para termos uma melhor noção do desenvolvimento do cânone, precisamos saber mais sobre como os cristãos proto-ortodoxos saíram vitoriosos da luta pelo domínio sobre outros grupos nos primórdios da Igreja. Isso nos leva diretamente à relação entre ortodoxia e heresia.

ORTODOXIA E HERESIA NOS PRIMÓRDIOS DA IGREJA

Desde o início, quando a disputa por conversos começou, havia diferentes grupos cristãos que alegavam representar “a verdade” como contada por Jesus e seus apóstolos. Nosso mais antigo autor cristão, Paulo, fala longamente sobre missionários cristãos que pregavam “outro Evangelho”, que para ele, claro, era um falso Evangelho (Gálatas 1:6-9). Naturalmente, seus oponentes acreditavam estar certos, ele é que tinha entendido errado. Eles acreditavam que seus pontos de vista eram os de Jesus e de seus discípulos originais. E sem dúvida tinham textos para provar isso. Mas esses textos se perderam para a posteridade. Apenas as epístolas de Paulo, que se opunha aos pontos de vista deles, sobreviveram.

Qual era a relação entre os vários grupos cristãos desde a época de Paulo até os séculos II e III cristãos? Durante a maior parte da história, do cristianismo essa relação foi compreendida pela ótica do Pai ortodoxo da Igreja do século IV Eusébio, cuja obra em dez volumes *A história da Igreja* contém muitas informações sobre a evolução do cristianismo, desde sua concepção até a época de Constantino.

A VISÃO DE EUSÉBIO DE ORTODOXIA E HERESIA

Como *A história da Igreja*, de Eusébio, é nossa única fonte de informação sobre muito do que aconteceu nos séculos II e III cristãos, não surpreende que o ponto de vista desse autor tenha moldado a maneira como os estudiosos cristãos ao longo do tempo compreenderam a relação entre ortodoxia e heresia da época. Como membro do grupo cristão que derrotou os outros,

Eusébio sustentava que seus pontos de vista e o de líderes cristãos semelhantes do século IV eram não apenas certos (ortodoxos), mas também as mesmas interpretações defendidas por Jesus e por seus apóstolos desde o início.

Na verdade, algumas vezes houve quem discordasse, como heréticos tentando intencionalmente perverter a mensagem original de Jesus. Para Eusébio, qualquer um que defendesse uma dessas perspectivas alternativas (incluindo os ebionitas, Marcião e os vários gnósticos) era inspirado pelos demônios e representava apenas um movimento marginal no grande avanço da ortodoxia. Para Eusébio, certas crenças eram e sempre tinham sido ortodoxas: a crença em que havia um único Deus, o criador de tudo; que o mundo material havia sido criado como bom; que Jesus, o Filho de Deus, era ao mesmo tempo humano e divino. Essas eram as crenças originais da Igreja e sempre tinham sido o ponto de vista dominante.

As heresias, portanto, eram consideradas rebentos da ortodoxia surgidos quando os demônios tentavam alcançar seus propósitos nefandos na Igreja e perverter a verdade. A heresia tinha sido sempre secundária (surgida após a ortodoxia), derivativa (alterando a visão da ortodoxia) e pervertida. Mas Deus no fim triunfara, e a verdade sufocara esses movimentos heréticos, até a religião cristã ortodoxa se tornar uma poderosa força aproximadamente na época do imperador Constantino.

A BOMBA DE WALTER BAUER

Essa foi a visão que praticamente todos os estudiosos da Igreja aceitaram até o início do século XX. Tudo mudou com a publicação de um dos mais importantes livros já escritos na época moderna sobre os primórdios do cristianismo, *Orthodoxy and Heresy in Earliest Church*, de Walter Bauer (1934; originalmente publicado em alemão). Bauer divergiu de Eusébio em vários pontos fundamentais e reconheceu o que tinha acontecido na luta pelo domínio teológico no início da Igreja.

Bauer buscou nossas mais antigas evidências de cristianismo em uma série de áreas geográficas da cristandade inicial — como Egito, Síria, Ásia Menor e Roma.¹⁴ Ele descobriu que, se as fontes fossem estudadas minuciosamente,

contavam uma história muito diferente daquela narrada por Eusébio. Em muitos pontos do início da cristandade, as formas da crença cristã depois classificadas como heréticas eram a forma original de cristianismo, e em algumas regiões os chamados heréticos superavam em número aqueles que concordavam com o tipo ortodoxo de fé. Em alguns lugares o cristianismo marcionista era dominante; em outros, prevalecia um ou outro sistema gnóstico.

Além disso, uma série de grupos cristãos não fazia distinção clara entre o que posteriormente seria chamado de heresia e o que seria chamado de ortodoxia. As claras distinções teológicas da época de Eusébio não eram originárias da fé; foram criadas mais tarde, quando as linhas de batalha estavam traçadas. Algumas pessoas, que depois foram consideradas heréticas, teriam sido vistas, e foram vistas, como completamente ortodoxas em sua época.

Na visão de Bauer, a igreja dos séculos II e III não era composta de um grande e dominante movimento conhecido como ortodoxia, com grupos heréticos à margem. No início, havia muitos grupos, com diversos pontos de vista, em vários lugares diferentes. Claro que todos esses grupos acreditavam que seus pontos de vista eram os certos, que suas crenças eram ortodoxas.

Mas, na luta para conquistar conversos, apenas um grupo acabou vitorioso, que foi aquele particularmente bem representado na cidade de Roma. Os cristãos de Roma exerceram sua influência sobre as outras igrejas; como a Igreja era em Roma, o centro do império, essa comunidade era maior, mais rica e mais bem organizada do que outros grupos cristãos.

O grupo romano conseguiu mais conversos do que todos os outros, e finalmente eliminou a concorrência, declarou-se ortodoxo, afirmou que seus pontos de vista realmente eram os de Jesus e seus apóstolos, alegou que sempre tinha sido o ponto de vista majoritário e, então — como golpe de misericórdia —, reescreveu a história do conflito. O que surgiu foi um cristianismo característico da Igreja romana. Foi o cristianismo romano — o cristianismo *católico* (no sentido de universal) romano.

Eusébio está no fim desse processo. Foi sua revisão da história que levou

todos os historiadores que vieram depois a pensar que seu grupo sempre tinha sido dono da opinião dominante. Mas na verdade não foi assim.

NA ESTEIRA DE BAUER

Desnecessário dizer que o livro de Bauer causou uma revolução, e a controvérsia ainda não arrefeceu. Muitos acadêmicos, especialmente aqueles que se consideravam herdeiros da ortodoxia cristã esposada por Eusébio, rejeitaram Bauer completamente. Mas alguns outros foram convencidos, e permaneceram convictos.¹⁵

Entre os acadêmicos críticos de hoje, a opinião dominante parece ser a de que em muitos, muitos detalhes de sua análise, Bauer estava errado, ou de que no mínimo exagerou na dose. Ele às vezes faz afirmações dúbias e em certos momentos ataca as fontes remanescentes com um indevido zelo inquisitorial. E Roma pode não ter sido tão fundamental para o processo quanto ele imaginou.

Mas o retrato básico que ele pinta dos primeiros séculos do cristianismo parece ser correto. Havia muitos grupos cristãos no início. Todos se diziam certos. Todos tinham livros para sustentar suas alegações, livros supostamente escritos pelos apóstolos e, portanto, representando os pontos de vista de Jesus e de seus primeiros discípulos. O grupo vitorioso não representava os ensinamentos de Jesus ou de seus apóstolos. Por exemplo: nenhum dos apóstolos alegou que Jesus era “totalmente Deus e totalmente homem”, ou que foi “surgido, não feito, da mesma substância do Pai”, como sustentava o Credo Niceno do século IV. O grupo vitorioso chamou a si mesmo de ortodoxo. Mas não era a forma original do cristianismo, e só conseguiu sua vitória após muitas batalhas difíceis.

Essa visão dos acontecimentos foi confirmada por quase todas as descobertas arqueológicas feitas desde a época de Bauer. É verdade que a maioria dessas descobertas foi feita no Egito, mas esse é apenas um acaso do clima: as areias secas do Egito permitem que os documentos sobrevivam quase perpetuamente. As descobertas são oriundas de várias regiões do Egito, e não há como garantir que um documento encontrado em sua área seja

originário de lá, em função do que sabemos sobre as muitas viagens e o intercâmbio de livros praticado por todo o império.

É impressionante que praticamente todas as vezes que um documento é encontrado, seja “herético” em vez de “proto-ortodoxo”.¹⁶ Entre eles estão obras não ortodoxas, como os tratados de Nag Hammadi encontrados em 1945; um livro chamado de Evangelho do Salvador (encontrado no Egito), descoberto em um museu de Berlim nos anos 1990; e a descoberta mais recente, o Evangelho gnóstico de Judas, descoberto no fim dos anos 1970 e publicado em 2006.¹⁷ Por que nunca surgem documentos proto-ortodoxos (não canônicos)? Apenas os heréticos escreviam? Ou a heresia era muito mais disseminada e significativa do que Eusébio sabia ou contou?

Aparentemente, visões alternativas do cristianismo foram dominantes durante certos períodos de tempo e em alguns locais, mais comprovadamente no Egito, mas é provável que também em muitos outros lugares. Essas visões acabaram sendo eliminadas. Como isso aconteceu? Quais foram as armas que os proto-ortodoxos usaram em sua luta para conquistar conversos e alijar seus concorrentes, levando à emergência de suas doutrinas como ortodoxia?

AS ARMAS DO CONFLITO

Quando se estudam as antigas discussões sobre ortodoxia e heresia, fica claro que os proto-ortodoxos tinham três grandes armas que utilizaram para combater pontos de vista cristãos que consideravam não naturais: o clero, o credo e o cânone.

O CLERO

Diferentemente de outros grupos cristãos, os proto-ortodoxos insistiam em que devia haver uma hierarquia rígida nas igrejas, na qual um líder, o bispo, tinha autoridade sobre a congregação. O bispo tinha abaixo de si grupos de líderes: anciãos (chamados de presbíteros), que evidentemente se envolviam mais diretamente com as necessidades espirituais da congregação, e diáconos (literalmente “ministros”), que talvez se dedicassem mais às suas necessidades físicas, como esmolas e coisas do tipo. Já no início do século II

um autor proto-ortodoxo como Inácio de Antioquia argumentava veementemente que os membros da Igreja deveriam “ver o bispo como o próprio Senhor” (Inácio, *Aos efésios*, 6.1).

Alguém com tanto poder obviamente podia moldar sua igreja como quisesse. Outros grupos cristãos, como muitos dos gnósticos, não estavam tão interessados em um poder centralizado. Os gnósticos acreditavam que todos na verdadeira Igreja tinham dentro de si uma centelha divina e podiam receber o conhecimento secreto que levava à salvação. Consequentemente, muitos gnósticos eram igualitários. Mas não os proto-ortodoxos. Assumindo a liderança do que já era um movimento nessa direção nas Epístolas Pastorais, eles insistiam em ter líderes claramente nomeados que tomassem as decisões. Ter a pessoa certa no comando fez diferença. Os proto-ortodoxos usaram sua influência sempre que possível para garantir que o bispo seguisse a linha teológica e insistiram em que ele exercesse seu controle sobre o pensamento da Igreja. Um exemplo disso é o exercício de poder de Serapião sobre a igreja de Rossos, já descrito.

O CREDO

Os cristãos proto-ortodoxos começaram a insistir em que só havia uma fé verdadeira, aquela que defendiam. Alguns de seus pontos de vista começaram a ganhar um tom paradoxal, já que eles sustentavam, por exemplo, que Jesus era plenamente divino (contra os ebionitas) e plenamente humano (contra os marcionistas), mas apenas uma pessoa e não duas (contra os gnósticos). Insistiam em que só havia um Deus. Mas o próprio Jesus também era Deus. Insistiam em que o verdadeiro Deus tinha criado este mundo, embora o pecado o tivesse corrompido.

Vou tratar do desenvolvimento de vários pontos de vista teológicos importantes mais detidamente no próximo capítulo. Por enquanto quero enfatizar que ao longo do tempo os proto-ortodoxos desenvolveram um conjunto de crenças que para eles eram padrão e tinham de ser aceitas por todos na Igreja. Nós encontramos os primeiros traços desse fato nos escritos de líderes da Igreja do fim do século II e início do século III, como Irineu e Tertuliano, argumentando que uma “regra de fé” tinha sido estabelecida pelos

apóstolos e devia ser aceita por todos os cristãos. A regra incluía ideias importantes que se tornaram a base da ortodoxia e negavam outros pontos de vista: só havia um Deus; ele é o criador; Deus é humano, mas também divino.

Esses pontos de vista acabaram se cristalizando nos credos — declarações de fé — que eram escritos por cristãos ortodoxos do século IV, entre os quais aqueles que ficaram conhecidos como o Credo Apostólico e o Credo Niceno, recitados ainda hoje nas igrejas.

Detendo um conjunto de crenças que todos tinham de aceitar e que era imposto pelo bispo, os proto-ortodoxos pretendiam eliminar aqueles que eram ligados ao que consideravam falsas crenças. Mas com base em quê eles tomaram suas decisões teológicas? Eles alegaram, ao menos, basear seus pontos de vista em textos de inspiração divina, os livros do cânone.

O CÂNONE

Em certo sentido, a igreja cristã, com todas as suas variações, surgiu com uma Escritura. Jesus era um mestre judeu que ensinou a seus discípulos judeus uma visão particular das Escrituras judaicas. A Bíblia judaica era o cânone cristão original. Não é completamente claro quais livros passaram a ser o Antigo Testamento eram aceitos como Escrituras na época de Jesus; entre eles, quase certamente estavam a lei de Moisés (os cinco primeiros livros), os profetas e uma série de outros livros, como Salmos. Os judeus começaram o processo de estabelecer seu cânone ao mesmo tempo que os cristãos.

Contudo, pouco tempo depois da morte de Jesus, os cristãos começaram a apelar a outras autoridades como se estivessem em pé de igualdade com as Escrituras. As próprias palavras de Jesus funcionavam como uma espécie de autoridade das Escrituras para seus seguidores. E autores como Paulo, embora ele não pensasse estar escrevendo a Bíblia, achavam que seus próprios textos tinham autoridade sobre suas congregações. Acabaram surgindo dois tipos de autoridades cristãs: Evangelhos — contendo as palavras de Jesus, mas também muito mais — e os textos dos apóstolos.

O problema que os proto-ortodoxos tiveram de enfrentar desde o início foi que livros demais teriam sido escritos por apóstolos. Como eles decidiriam

quais deles realmente eram apostólicos e, portanto, confiáveis? Ninguém nos primórdios da Igreja efetivamente estabeleceu um conjunto de critérios para ser seguido, mas quando se leem relatos antigos como a história de Serapião contada por Eusébio e o relato do Cânone Muratório fica claro que quatro critérios eram particularmente importantes:

- *Antiguidade.* Nos séculos II e III estava claro para muitos dos proto-ortodoxos que, mesmo que um texto escrito pouco tempo antes fosse importante, útil e confiável, não podia ser considerado Escritura Sagrada. Os livros das Escrituras tinham de ser antigos, remontando às primeiras décadas da Igreja cristã.
- *Catolicidade.* Apenas os livros que fossem amplamente utilizados por toda a igreja proto-ortodoxa poderiam ser aceitos como Escrituras. Obras que só tivessem apelo regional poderiam ser valiosas, mas não poderiam fazer parte do cânone.
- *Apostolicidade.* Este é o critério mais importante. Para um livro fazer parte das Escrituras, precisaria ter sido escrito por um apóstolo ou por um companheiro de apóstolo. Por isso os Evangelhos são atribuídos a pessoas específicas: a Escritura não era aceitável se fosse anônima ou tivesse sido escrita por qualquer outra pessoa. Os livros precisavam ter origem apostólica. Em muitos casos, era difícil fazer essa avaliação. Serapião decidiu que o Evangelho de Pedro não tinha sido realmente escrito por Pedro, embora a obra alegasse isso. Ele não chegou a essa conclusão fazendo o tipo de análise histórica empregada hoje por um crítico moderno. A base de sua decisão foi bem simples — suas ideias preexistentes: o livro não era suficientemente ortodoxo, portanto não poderia ter sido escrito por Pedro.
- *Ortodoxia.* O uso por Serapião de um critério teológico indica como esses julgamentos costumavam ser feitos. O elemento mais importante para se avaliar se um livro podia ser considerado Escritura sagrada era saber se ele sustentava um ponto de vista que os proto-ortodoxos consideravam teologicamente aceitável. Livros não ortodoxos eram não

apostólicos; e, se eram não apostólicos, não poderiam fazer parte das Escrituras.

Nos longos e demorados debates sobre o cânone, não foi difícil para os proto-ortodoxos eliminarem livros que eram claramente não ortodoxos, entre eles todos os Evangelhos gnósticos, por exemplo. Embora se dissesse que havia Evangelhos escritos por Tomé, Filipe, Maria Madalena e outros, essas alegações não podiam ser sustentadas. A evidência era apriorística: os livros eram heréticos, e apóstolos nunca escreveriam heresias.

Também havia muitos outros livros que estavam no limite, obras que pareciam absolutamente ortodoxas e eram alegadamente apostólicas, mas não candidatas óbvias à inclusão. Algumas delas eram o Apocalipse de Pedro, a Epístola de Barnabé e 1 Clemente.

A primeira vez que um autor da Antiguidade cristã relacionou nossos 27 livros e disse que eles são os únicos 27 livros do cânone foi em 367 d.C. O autor é Atanásio, o famoso bispo de Alexandria, no Egito. Anos antes, Atanásio tinha desempenhado um papel no Concílio de Niceia, o primeiro concílio da Igreja convocado por um imperador romano, Constantino, para decidir importantes questões teológicas da Igreja. Após Atanásio ter se tornado bispo da importante igreja de Alexandria, passou a escrever uma carta anual à congregação sob sua jurisdição, para informar a ela quando seria celebrada a festa da Páscoa naquele determinado ano (eles não tinham anos definidos antecipadamente, como hoje). Em sua 39a “Carta festiva”, como de hábito, deu a seus leitores muitos conselhos pastorais adicionais, incluindo uma relação de livros que podiam ser lidos na igreja. Ele listou todos os livros do nosso Novo Testamento.

É importante destacar duas coisas. A lista desse autor não encerrou as discussões sobre o tema. Durante séculos, várias igrejas continuaram a aceitar listas ligeiramente diferentes. A igreja armênia continuou a aceitar 3 Coríntios como canônica. Mesmo na própria igreja, de Atanásio, de Alexandria, havia líderes cristãos que tinham pontos de vista um tanto diferentes.¹⁸ Mas na maioria dos casos, avançando pelo século V e depois, o

cânone de Atanásio se tornou o cânone da igreja ortodoxa como um todo. Esses livros, e apenas eles, foram copiados por escribas que reproduziam as Escrituras durante toda a Idade Média. E, embora nenhum concílio mundial da Igreja tenha ratificado a lista de Atanásio por mais de um milênio, o uso pelo povo forneceu uma espécie de ratificação de fato, até o momento da invenção da imprensa. Quando passou a ser mais fácil imprimir bíblias, depois da invenção dos tipos móveis, no século XV, o cânone já estava estabelecido. A partir de então não havia dúvidas quanto a quais livros deviam ser incluídos, e em qual ordem. Hoje, onde quer que você compre um Novo Testamento, será sempre o mesmo conjunto de livros, na mesma sequência.

O segundo ponto é bastante óbvio. Foram necessários pelo menos trezentos anos de debate antes que a questão do cânone começasse a ser definida. As decisões que acabaram sendo tomadas não foram enviadas do alto, e não se chegou a elas imediatamente. O cânone foi resultado de um processo lento e muitas vezes doloroso, no qual houve muitas manifestações de discordância e diferentes pontos de vista foram expressados, discutidos, aceitos e eliminados. Seja lá o que teólogos cristãos e outros crentes sustentem sobre o ímpeto e a orientação divina por trás da canonização das Escrituras, também está claro que foi um processo bastante humano, determinado por um grande número de fatores históricos e culturais.

CONCLUSÃO

Quando faço palestras sobre o estabelecimento do cânone cristão, algumas vezes me perguntam se há algum livro que eu gostaria de ver removido do cânone e algum que gostaria que fosse incluído. É uma pergunta deliciosa sobre a qual refletir, mas minha primeira reação é sempre dizer que, não importa o que os estudiosos digam, o cânone nunca irá mudar. O Novo Testamento tem hoje 27 livros e terá 27 livros para todo o sempre.

Quando pressionado, admito que há alguns livros que não me importaria se fossem omitidos. No alto da minha lista provavelmente estaria 1 Timóteo,

falsificado em nome de Paulo por alguém que viveu depois e que se opunha com tal veemência a que a mulher participasse ativamente da Igreja que ordenou que ela ficasse calada e não “ensine ou domine o homem”. Ele diz que, se elas quisessem ser salvas, seria “pela sua maternidade”. Isso é ótimo — as mulheres devem ser caladas, submissas e grávidas. Não é exatamente uma visão liberal e fez muito mal ao mundo ao longo dos anos. Não lamentaria que ela fosse eliminada.

O que eu incluiria? Seria bacana ter um Jesus gigante e uma cruz que anda e fala, mas o Evangelho de Pedro tem um fardo muito maior, incluindo uma dose assustadora de antijudaísmo. Talvez eu incluísse um dos Evangelhos da infância de Jesus, em que ele exerce seus poderes milagrosos, frequentemente com uma boa dose de malícia, a partir dos 5 anos de idade. Mas isso também provavelmente começaria a aborrecer as pessoas. Afinal de contas, o cânone é o cânone, e não faz sentido pensar em como gostaríamos de modificá-lo. É melhor imaginar como estimular interpretações dele que não levem a sexismo, racismo, intolerância e a nenhum tipo de opressão.

Quando comecei a estudar a Bíblia na adolescência, com mais paixão que conhecimento (muita paixão, nenhum conhecimento), eu naturalmente imaginei que o livro tinha sido dado por Deus. Meus primeiros professores da Bíblia estimularam essa crença e a tornaram natural para mim, com visões cada vez mais sofisticadas sobre como Deus inspirara as Escrituras, fazendo delas uma espécie de roteiro para a minha vida, me dizendo no que acreditar, como me comportar e o que esperar que acontecesse quando este mundo parasse de repente, em breve, com o advento de Jesus nas nuvens do céu.

Eu obviamente já não enxergo a vida assim. Em vez disso, vejo a Bíblia como um livro muito humano, não como um inspirado por Deus. Na verdade, muitas partes dela são inspiradoras, mas já não vejo a mão de Deus por trás de tudo. Não temos os originais que nenhum desses autores escreveu, apenas cópias que foram alteradas por mãos humanas em todos os pontos. E os livros que consideramos Escrituras passaram a formar um cânone séculos após terem sido escritos. Em minha opinião, isso não foi resultado de intervenção divina; foi resultado de líderes muito humanos da Igreja (todos eles homens),

fazendo de tudo para decidir o que era certo.

A maioria dos crentes cristãos e teólogos cristãos vê esse processo de outra forma, insistindo em que a mão de Deus sempre esteve em ação por trás do longo e arrastado processo. Como historiador, eu realmente não tenho como avaliar essa alegação. O que posso dizer é que, por mais que o processo tenha sido divino (e não foi), certamente foi muito humano, com as decisões tomadas por humanos, que as basearam em muitos fatores. Eles queriam que as igrejas se unissem para enfrentar a oposição externa. Queriam que todos na Igreja concordassem com importantes aspectos da doutrina cristã. Não queriam criadores de caso em meio a eles. Queriam garantir que tinham o único ensinamento ortodoxo que havia sido transmitido por Jesus aos seus apóstolos e à posteridade. Queriam provar que estavam certos.

Seus desejos certamente entraram em choque com algumas infelizes realidades históricas. Havia outras pessoas que também queriam provar que estavam certas, e tinham crenças que contradiziam diretamente as suas próprias visões. Quem realmente estava certo? O estabelecimento do cânone é de certa forma um movimento para decidir isso. A decisão final não foi inescapável. Durante séculos continuou a haver cristãos que insistiam em que este, aquele ou aquele outro livro tinham lugar certo no cânone. Mas finalmente, no início do século IV, as opções diminuíram nos círculos proto-ortodoxos; em determinado momento depois, não havia mais opiniões. Por causa de uma série de fatores históricos, culturais, políticos e sociais que determinaram e conduziram a discussão, nosso cânone das Escrituras finalmente surgiu, séculos após o início do processo. Ainda é o cânone que temos hoje, e será o cânone da Igreja enquanto ela sobreviver.

Quem inventou o cristianismo?

No Sul dos Estados Unidos, onde moro, o cristianismo tem a ver principalmente com a Bíblia. A maioria dos cristãos pertence a igrejas que pregam a Bíblia, ensinam a Bíblia, seguem (alegam) a Bíblia. É quase “senso comum” entre muitos cristãos nessa parte do mundo que, se você não acredita na Bíblia, não pode ser cristão.

A maioria dos cristãos em outras regiões do mundo — na verdade, a imensa maioria dos cristãos por toda a história da Igreja — acharia esse senso comum um absurdo. Para grande parte deles, a fé cristã diz respeito a acreditar em Cristo e a venerar Deus por intermédio dele. Não diz respeito a acreditar na Bíblia. Quando digo isso às pessoas das igrejas daqui, frequentemente sou recebido com enorme descrença — “Como tantos cristãos podem entender tão errado?”, elas pensam. Mas é verdade. Basta ver os credos cristãos ainda recitados por todo o mundo hoje em dia, o Credo Apostólico e o Credo Niceno. Nenhuma palavra sobre a Bíblia. No cristianismo tradicional, a Bíblia propriamente dita nunca foi objeto de fé.

É verdade que no Sul as pessoas mais reverenciam a Bíblia do que a leem. Isso ficou claro para mim há alguns anos, quando comecei a perguntar aos meus alunos iniciantes que visões eles tinham da Bíblia. Recebo a mesma resposta todo ano. No primeiro dia de aula, com mais de trezentos alunos presentes, eu pergunto: “Quem concorda com a ideia de que a Bíblia é a Palavra inspirada de Deus?” Praticamente todas as pessoas no auditório levantam a mão. Então pergunto: “E quem leu um ou mais livros de Harry Potter?” O auditório inteiro. Por fim, pergunto: “Quem leu a Bíblia inteira?” Algumas poucas mãos, um aluno aqui, outro ali.

Eu sempre rio e digo: “Tudo bem. Vejam só: não estou dizendo que acho que Deus escreveu a Bíblia. Vocês estão me dizendo que acham que Deus escreveu a Bíblia. Entendo por que vocês queiram ler um livro de J. K. Rowling. Mas, se Deus escreveu um livro... vocês não iriam querer saber o

que ele tem a dizer?” Para mim esse é um dos mistérios do universo: como tantas pessoas podem reverenciar a Bíblia, achar que ela é a revelação inspirada de Deus a seu povo e ainda assim saber tão pouco sobre ela?

Ao longo de todo este livro tenho falado sobre problemas histórico-críticos com a Bíblia: contradições em detalhes, discrepâncias em importantes pontos de vista, autores alegando falsamente ser apóstolos, problemas históricos na reconstrução da vida de Jesus e assim por diante. Não são problemas que eu inventei ou descobri sozinho. São questões que os estudiosos discutem há dois séculos, que professores de universidades e seminários conhecem e ensinam desde que estamos vivos, que a maioria dos pastores aprende no seminário. São problemas bem conhecidos de todos que fazem pesquisas sérias sobre a Bíblia, mas de que a pessoa comum nas ruas, aquela nos bancos de igreja, nunca ouviu falar.

Minha tese geral é a de que a Bíblia, minha área de estudo e especialização, é um livro bastante humano. Durante os últimos vinte anos, porém, grande parte de minha pesquisa tem sido dedicada a um campo distinto, mas relacionado — o desenvolvimento do cristianismo nos séculos II e III, depois que os livros do Novo Testamento foram escritos.

Assim, neste capítulo eu quero ir além, estudando não apenas o Novo Testamento (embora isso também faça parte deste estudo), mas também a formação da religião cristã em geral. Minha tese é a de que não apenas a Bíblia é um livro muito humano, como o cristianismo, do modo como ele se desenvolveu e chegou até nós, é uma religião muito humana.

A alegação cristã de que sua religião também é divinamente inspirada é um ponto de vista teológico que os historiadores não têm como avaliar; historiadores não têm acesso a Deus, apenas ao que acontece aqui na Terra diante de nossos olhos — ou diante dos olhos de alguém. Eu mesmo já não aceito esse ponto de vista (embora já tenha aceitado); mas, como você verá no último capítulo, as descobertas históricas que discuto aqui não necessariamente levam às minhas conclusões agnósticas pessoais. Mas elas deveriam levar todas as pessoas a ver o elemento humano do desenvolvimento da religião cristã.

Vimos no capítulo anterior que o cânone das Escrituras foi uma criação humana, com cristãos enfrentando a questão sobre quais livros incluir no Novo Testamento, um esforço que envolveu longos, demorados e, com frequência, acalorados debates acerca de qual era a forma correta de crença (ortodoxia) e qual era a imprópria (heresia). O que mais os cristãos inventaram enquanto faziam do cristianismo a religião que passou a ser? Neste capítulo, vou discutir alguns dos aspectos fundamentais da religião cristã e examinar como eles surgiram historicamente. Todos eles são elementos extremamente importantes de identificação da religião cristã emergente.

UM MESSIAS SOFREDOR

A crença em um Messias sofredor é básica para a religião cristã. O termo “Messias” é simplesmente o equivalente hebraico do termo grego “Cristo”. Eu tenho de dizer isso aos meus alunos, porque alguns deles acham que Cristo era o sobrenome de Jesus — Jesus Cristo, filho de José e Maria Cristo. Cristo *acabou* se tornando uma designação tão comum para Jesus que passou a desempenhar o papel de seu nome, mas originalmente “Jesus Cristo” significava “Jesus é o Messias”.

A VISÃO DO MESSIAS PELOS CRISTÃOS

Chamar Jesus de Messias parece tão natural e óbvio para muitos cristãos que eles não entendem por que os judeus não o aceitaram como o Messias. Na tradição cristã, acredita-se que os profetas da Bíblia judaica estavam constante e repetidamente fazendo previsões sobre o que o Messias faria, como seria e pelo que iria passar, e Jesus cumpriu todas essas profecias. Tinha sido previsto que ele nasceria de uma virgem (e para eles Jesus nasceu), que nasceria em Belém (Jesus nasceu), que seria um grande curandeiro (Jesus foi), que entraria em Jerusalém em um burro (Jesus entrou), que seria rejeitado por seu próprio povo (Jesus foi), que sofreria uma morte horrível por execução (Jesus sofreu) e que iria ressuscitar dos mortos (Jesus ressuscitou).

Para muitos cristãos, já que todas essas previsões dos profetas do Antigo

Testamento tinham sido cumpridas por Jesus, é óbvio que ele tinha de ser o Messias. Muitos cristãos especulam por que os judeus se recusam a acreditar nisso. Como os judeus podem não aceitar a alegação de Cristo? Por que eles não acreditam? Eles são apenas teimosos? São cabeças-duras? Não sabem ler? São burros?

AS EXPECTATIVAS JUDAICAS QUANTO AO MESSIAS

Por que a imensa maioria dos judeus sempre rejeitou Jesus como aquele previsto — um salvador mandado por Deus para sofrer pelos outros, de modo a trazer a salvação e então ressuscitar dos mortos?

Na verdade, a resposta é bem simples. Segundo a tradição judaica, antes do surgimento do cristianismo não havia a expectativa de um Messias sofredor.

Mas a Bíblia não fala o tempo todo sobre o Messias que irá sofrer? A resposta, de fato, é não. Desde o início, os cristãos com frequência citaram certas passagens do Antigo Testamento como profecias claras do futuro Messias sofredor, passagens como Isaías 53 e o Salmo 22, nas quais alguém sofre muitíssimo, algumas vezes explicitamente pelos pecados de outros. Os cristãos alegaram que esses trechos eram afirmações claras sobre como seria o Messias. Contudo, judeus que não acreditam em Jesus sempre tiveram uma resposta muito eficaz: o Messias nunca é mencionado nessas passagens. Você pode verificar por si mesmo: leia Isaías 53 ou o Salmo 22 (vou citar os versículos relevantes mais à frente). O termo “Messias” nunca aparece neles. Segundo a tradição judaica, essas passagens se referem não ao Messias, mas a outras pessoas (há muitas outras pessoas).

Antes do cristianismo, não sabemos de nenhum judeu que antecipasse um Messias que fosse sofrer e morrer pelos pecados de outros e depois ser ressuscitado dos mortos. Como, então, seria o Messias? Sabemos por documentos judaicos escritos aproximadamente na época de Jesus que havia várias expectativas sobre como ele seria. Em nenhuma delas ele era algo como Jesus.

O termo “Messias” significa literalmente “o ungido”. Ele foi usado em relação a vários personagens no Antigo Testamento — sacerdotes e reis, por

exemplo — que eram cerimonialmente ungidos com óleo como símbolo de graça divina, indicando que Deus os selecionara para fazer suas tarefas (1 Samuel 10:1; Levítico 4-3, 5). A visão judaica clássica do Messias derivava da antiga visão israelita de rei.

Segundo tradições encontradas no antigo Israel, Deus prometera ao rei Davi que sempre haveria um de seus descendentes sentado no trono de Israel (1 Samuel 7:14; 16). Mas as vicissitudes da história não confirmaram a promessa. A nação de Judá, que o monarca davídico governara por mais de quatrocentos anos, tinha sido destruída pelos babilônios em 586 a.C. Já não havia um rei davídico sentado no trono. Mas Deus havia prometido que sempre haveria. Como essa promessa podia ser ajustada à realidade histórica?

Alguns judeus achavam que Deus cumpriria sua promessa restaurando um rei ungido para governar Israel quando houvesse acabado de punir seu povo por sua desobediência. Esse seria o Messias, o novo ungido, um grande rei-guerreiro como Davi que iria derrubar os inimigos de Israel e restabelecer o país como um Estado soberano na Terra. Essa esperança aumentou e diminuiu ao longo dos anos, com os babilônios sendo substituídos pelos persas, depois pelos gregos, pelos egípcios, pelos sírios e pelos romanos: todos eles controlando a terra de Israel, sem nenhum descendente de Davi no trono, até a época de Jesus.

Na época de Jesus, muitos judeus provavelmente não pensavam tanto em um futuro Messias, assim como a maioria dos judeus atualmente não pensa. Aqueles judeus que estavam esperando o Messias, porém, acreditavam que Deus iria cumprir sua promessa, encontrada em passagens messiânicas como o Salmo 2:1-9 da Bíblia hebraica:

Por que as nações se amotinam e os povos planejam em vão? Os reis da terra se insurgem, e, unidos, os príncipes enfrentam Iahweh e seu Messias: “Rebentemos seus grilhões, sacudamos de nós suas algemas!” O que habita nos céus ri, o Senhor se diverte à custa deles. E depois lhes fala com ira, confundindo-os com seu furor: “Fui eu que consagrei o meu rei sobre Sião, minha montanha sagrada!” Publicarei o decreto de

Iahweh: Ele me disse: “Tu és meu filho, e hoje te gerei. Pede, e eu te darei as nações como herança, os confins da terra como propriedade. Tu as quebrarás com um cetro de ferro, como um vaso de oleiro as despedaçarás.”

A expectativa óbvia é de um rei grandioso e poderoso da linhagem de Davi que será o Filho de Deus, assim como os sucessores de Davi foram (ver 2 Samuel 7:14). Que essa expectativa de um futuro Messias político estava viva, e bem na época de Jesus fica evidente a partir de textos judaicos da época. Uma afirmação particularmente clara da expectativa desse Messias está fora da Bíblia, em um livro chamado Salmos de Salomão, escrito algumas décadas antes do nascimento de Jesus. Veja que tipo de pessoa seria o Messias:

Veja, senhor, e erga para eles seu rei, o filho de Davi, para reinar sobre sua serva Israel em seu tempo, ó Senhor. Sustente-o com a força para destruir os governantes ímpios, expurgar Jerusalém dos gentios, que a levam à destruição; com a sabedoria e a justiça para expulsar os pecadores da herança, para esmagar a arrogância dos pecadores como um vaso de oleiro; para esmagar toda a sua substância com uma vara de ferro, destruir as nações ímpias com a palavra de sua boca (...) Ele reunirá pessoas santas que irá liderar na justiça (...) E fará as nações gentias servirem a ele sob seu jugo, e irá glorificar o Senhor em um [lugar] de destaque [acima] de toda a Terra. E irá purificar Jerusalém e torná-la santa como era desde o princípio (...) e será um rei justo para com eles, ensinado por Deus. Não haverá impiedade entre eles em seus dias, pois todos serão santos, e seu rei será o Senhor Messias (Salmos de Salomão 17:21-32).

A expectativa de muitos judeus na época de Jesus era a de que o Messias seria um poderoso rei-guerreiro.

Mas havia outros judeus que tinham outras expectativas sobre como seria o

futuro libertador de Israel. Especialmente na tradição apocalíptica, da qual Jesus e seus seguidores faziam parte, costumava-se acreditar que o futuro salvador não seria meramente um rei terreno. Ele seria um juiz cósmico da Terra, mandado por Deus para derrubar as forças do mal com uma demonstração de força. Esse personagem divino era chamado de muitas coisas em diferentes textos, incluindo “o Filho do Homem” (com base em uma leitura de Daniel 7:13-14). Considere os dois textos judaicos seguintes, que datam aproximadamente da época do início do cristianismo:

E eles [o povo de Deus] têm grande contentamento, e abençoam, e louvam e exaltam porque o nome do Filho do Homem foi revelado a eles. E ele se senta no trono de sua glória, e todo o julgamento é dado ao Filho do Homem, e ele faz com que os pecadores caiam e sejam destruídos da face da terra. E aqueles que tiraram o mundo da rota serão encontrados em correntes, e serão trancados no local de reunião para sua destruição, e suas obras desaparecerão da face da terra. E a partir de então não haverá nada corruptível, pois que o Filho do Homem surgiu e se sentou no trono de sua glória, e tudo de mal desaparecerá e sumirá perante ele (1 Enoque 69).

Enquanto eu olhava, o vento fez algo como que a figura de um homem surgindo do coração do mar. E eu vi que esse homem voava com as nuvens do céu; e para tudo o que ele voltava o rosto para ver, tudo sob seu olhar tremia (...) Depois disso eu olhei e vi que uma inumerável multidão de pessoas estava reunida dos quatro ventos dos céus para fazer guerra ao homem que vinha do mar. (...) Quando ele viu a multidão se aproximando nem levantou sua mão nem segurou uma lança ou qualquer arma de guerra; mas eu vi apenas como ele lançou de sua boca algo como uma torrente de fogo, e de seus lábios um hálito de chamas (...) [que] caiu sobre a multidão que se aproximava e estava preparada para lutar, e queimou todos eles, de modo que de repente ninguém se via na inumerável multidão, apenas o pó das cinzas e o cheiro da fumaça (4

Esdras 13:1-11).

Um grande e poderoso rei-guerreiro, ou um ainda mais poderoso juiz cósmico da Terra — isso era o que alguns judeus esperavam do Messias. Outros judeus tinham ainda outras expectativas sobre como seria um futuro salvador.¹ Mas algo que todas as expectativas tinham em comum era isso: o futuro Messias seria uma figura grandiosa e de verdadeiro poder, que iria derrubar os inimigos de Deus em uma demonstração de força e governar seu povo, e as outras nações da terra, com uma vara de ferro.

E quem era Jesus? Um pregador itinerante do interior da Galileia praticamente desconhecido que vivia do lado errado da lei e que foi crucificado como um insurgente político. Jesus não derrubou os romanos. Os romanos o esmagaram como um mosquito. Para a maioria dos judeus, chamar Jesus de Messias era mais do que risível; era praticamente (ou verdadeiramente) uma blasfêmia contra Deus. *Jesus é o Messias?* O pregador que foi crucificado? *Esse é o Messias de Deus?* Então tá.

Quando tento explicar a meus alunos como a alegação soava absurda à maioria dos judeus, costumo apelar para uma analogia. A reação instintiva que a maioria dos judeus tinha à ideia de que Jesus era o Messias é comparável à reação que você teria caso eu insistisse sinceramente em que o líder do Ramo Davidiano David Koresh, que foi morto pelo FBI em Waco, é o Senhor do universo. David Koresh? Sim, ele é o salvador do mundo e o Senhor de tudo! Ah, claro — você é o quê, seu maluco? (Todo semestre tenho problemas com essa analogia; no mínimo um aluno diz em sua avaliação do curso: “Não consigo acreditar que Ehrman acha que David Koresh é o Senhor do universo!”)

A BASE PARA A ALEGAÇÃO CRISTÃ

Se os judeus não esperavam que o Messias fosse sofrer e morrer pelos pecados, por que os cristãos acreditam em um Messias sofredor? Foi assim que funcionou historicamente. Antes da morte de Jesus, alguns de seus seguidores evidentemente achavam que ele era o Messias; essa convicção

transparece ao longo dos Evangelhos. Mas, obviamente, se eles diziam: “Jesus é o Messias”, se referiam ao sentido tradicional judaico, por exemplo, de que ele seria o rei que iria restabelecer o trono em Israel e governar seu povo. (Lembre-se, porém, de que o próprio Jesus parece ter entendido o termo em um sentido diferente, apocalíptico.).

Essa esperança de que Jesus fosse o Messias foi destruída de forma radical pelos acontecimentos da história: Jesus nunca reuniu um exército, nunca expulsou os romanos da terra prometida, nunca estabeleceu Israel como um Estado soberano. Em vez disso, ele foi crucificado, o que mostrou a seus seguidores que sua fé nele tinha sido infundada.

Mas então eles, ou pelo menos alguns deles, passaram a acreditar que Deus tinha ressuscitado Jesus dos mortos. Isso revalidou a ideia inicial: Jesus realmente era aquele escolhido por Deus! É o próprio Filho de Deus! É aquele a quem Deus deu sua graça especial, o ungido por Deus, nosso salvador. Ele é o Messias!

Essa reconfirmação obrigou os primeiros cristãos a terem uma nova compreensão do que significava ser o Messias. Sua lógica foi impecável. Jesus era o Messias. Jesus sofreu e morreu. Portanto, o Messias tinha de sofrer e morrer.

Mas o que fazer com o fato de que não havia profecias judaicas segundo as quais o Messias iria sofrer e morrer? Os primeiros cristãos começaram a vasculhar as Escrituras em busca de pistas para sua nova crença e as encontraram, não em passagens que se referiam ao Messias, mas em outras que escreviam o sofrimento do justo de Deus. Os cristãos concluíram e argumentaram que essas passagens na verdade se referiam ele, embora o Messias não seja mencionado nelas e ninguém nunca tivesse pensado, antes disso, que elas se referissem a ele. Mas, para os cristãos, passagens como Isaías 53:1-6 eram previsões messiânicas claras:

Quem creu naquilo que ouvimos, e a quem se revelou o braço de Iahweh? Ele cresceu diante dele como renovo, como raiz em terra árida; não tinha beleza nem esplendor que pudesse atrair o nosso olhar, nem formosura capaz de nos deleitar. Era desprezado e abandonado pelos

homens, homem sujeito à dor, familiarizado com o sofrimento, como pessoa de quem todos escondem o rosto; desprezado, não fazíamos caso nenhum dele. E, no entanto, eram nossos sofrimentos que ele levava sobre si, nossas dores que ele carregava. Mas nós o tínhamos como vítima do castigo, ferido por Deus e humilhado. Mas ele foi trespassado por causa das nossas transgressões, esmagado por causa de nossas iniquidades. O castigo que havia de trazer-nos a paz caiu sobre ele, sim, por suas feridas fomos curados. Todos nós como ovelhas andávamos errantes, mas Iahweh fez cair sobre ele a iniquidade de todos nós.

O sofrimento e a morte de Jesus tinham sido previstos pelos profetas. De fato, os primeiros cristãos estavam convencidos de que havia passagens que descreviam a própria crucificação do Messias, como o Salmo 22:1-18:

Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste (...) sou verme, não homem, riso dos homens e desprezo do povo; todos os que me veem - caçoam de mim, abrem a boca e meneiam a cabeça (...) Eu me derramo como água e meus ossos todos se desconjuntam; meu coração está como a cera, derretendo-se dentro de mim; seco está meu paladar, como caco, e minha língua colada ao maxilar; tu me colocas na poeira da morte. Cercam-me cães numerosos, um bando de malfeitores me envolve, como para retalhar minhas mãos e meus pés. Posso contar meus ossos todos, as pessoas me olham e me veem; repartem entre si as minhas vestes e sobre a minha túnica tiram sorte.

Originalmente, essa passagem nada tinha a ver com um futuro Messias, e os judeus não a interpretavam como uma referência a um. Mas, a partir do momento em que os seguidores de Jesus passaram a acreditar que ele era o Messias, tornou-se natural que eles vissem em passagens assim referências ao que o Messias iria experimentar. Seguiram-se debates sobre o messianismo de Jesus. Os judeus insistiram em que essas passagens não se referiam ao Messias (e tinham um argumento, uma vez que ele nunca era mencionado nelas); os cristãos insistiam que sim. E começou o frenesi.

Mas e quanto a todas as outras profecias que Jesus deveria cumprir: que sua mãe seria uma virgem, que ele nasceria em Belém, que entraria em Jerusalém montado em um burro e assim por diante? É importante recordar que nossos relatos sobre o que Jesus fez e viveu chegaram a nós em Evangelhos escritos muitos anos depois dos fatos, baseados em histórias sobre ele que circulavam havia décadas, transmitidas oralmente. As pessoas que contavam as histórias sobre Jesus não ignoravam as Escrituras judaicas. Algumas delas as conheciam bem e contavam as histórias sobre Jesus à luz do que elas previam. Assim, os relatos do nascimento de Jesus, seu ministério, sua Entrada Triunfal, sua Paixão e sua ressurreição com frequência eram contados, tendo em mente as previsões das Escrituras, por contadores de histórias que acreditavam que todas as promessas tinham sido cumpridas em Jesus.

Por exemplo: tanto Mateus quanto Lucas indicam que Jesus nasceu em Belém, mas fazem com que isso aconteça usando tramas diferentes e contraditórias entre si. Por que ambos queriam que ele nascesse em Belém? Porque o Antigo Testamento indica que um salvador viria de Belém (Miqueias 5:2). Mas todos não sabiam que ele era de Nazaré? Sim, dizem Mateus e Lucas, Jesus realmente cresceu em Nazaré. Mas ele nasceu em Belém, e foi assim que aconteceu. O problema é que seus relatos contradizem um ao outro. O que isso demonstra? Os cristãos contavam histórias sobre Jesus à luz do que acreditavam sobre ele, garantindo que em todos os pontos sua vida cumprisse as Escrituras, pois, afinal, ele era o Messias sofredor.

Na realidade, a ideia de que Jesus era o Messias sofredor foi uma invenção dos primeiros cristãos. Não surpreende que o apóstolo Paulo, escrevendo décadas após os cristãos terem aparecido com essa crença, indique que ela é para os judeus “um escândalo” (1 Coríntios 1:23). Embora essa seja a base de toda a crença cristã, para muitos judeus era uma alegação ridícula.

Paulo considerava a alegação válida precisamente por ser tão tola (1 Coríntios 1:18-25). Os caminhos de Deus não são os caminhos dos homens. Deus salvou o mundo por intermédio de um Messias crucificado, o que ninguém esperava ou podia esperar. Para Paulo, esse era o ponto central e a

chave para a salvação que Deus dera ao mundo (1 Coríntios 15:3-5; Romanos 1-3). Por intermédio da morte do Messias, Deus tornara a salvação possível para todas as pessoas — judeus e gentios. E Paulo foi ainda mais longe: *apenas* por intermédio da morte do Messias a pessoa podia ser justa perante Deus — não, digamos, por intermédio da lei judaica.

Mas Paulo não inventou a ideia de que o Messias tinha de ser crucificado. A crença tinha sido inventada muito antes, assim que os seguidores originais de Jesus passaram a acreditar que Deus o ressuscitara dos mortos. Paulo herdou essa ideia ao ser convertido em seguidor de Jesus. Foi essa visão que acabou levando o cristianismo a romper com o judaísmo e se tornar uma religião própria, uma religião que se opunha diretamente ao judaísmo, a religião do próprio Jesus.

O CRISTIANISMO COMO UMA RELIGIÃO DISTINTA E ANTIJUDAICA

Uma das questões mais importantes e intrigantes que os historiadores dos primórdios do cristianismo têm de encarar é como a religião inteiramente judaica de Jesus se transformou tão rápido em uma religião de gentios. Como o cristianismo deixou de ser uma seita dentro do judaísmo e se transformou em uma religião virulentamente antijudaica em menos de um século?

A RELIGIÃO DE JESUS E SEUS PRIMEIROS SEGUIDORES

Já vimos que não havia na mensagem ou na missão de Jesus nada que fosse externo ao judaísmo. Ele era judeu, filho de pais judeus, criado de acordo com a cultura judaica; tornou-se professor da lei judaica, reuniu ao redor de si um grupo de seguidores judeus e ensinou a eles a essência do que considerava a verdadeira veneração ao Deus judeu.

Jesus era um profeta apocalíptico judeu. Ele antecipou que o Deus dos judeus logo iria intervir na história, derrubar as forças do mal e implantar seu reino bom na Terra. Jesus disse às multidões judias que, para entrar nesse reino, elas precisavam fazer o que Deus ordenara nas leis judaicas. Especificamente, elas tinham de cumprir os dois principais mandamentos da

lei: amar a Deus com todo seu coração, sua alma e sua força (citando Deuteronômio 6:4-6), e amar ao próximo como a si mesmas (citando Levítico 19:18). Ele insistiu: “Desses dois mandamentos dependem toda Lei e os Profetas” (Mateus 22:40).

Quando os reais ditos e feitos de Jesus são reconstruídos, todos eles se encaixam firmemente nesse parâmetro apocalíptico judaico. Apenas seus seguidores posteriores acharam que ele estivesse criando uma nova religião. Ele aparentemente não tinha qualquer intenção de criar uma nova religião. A sua religião era a dos judeus, corretamente interpretada (em oposição, claro, às outras interpretações, como as dos fariseus e saduceus).

Alguns de seus seguidores posteriores mantiveram o caráter judaico de sua proclamação. Contudo, à medida que a religião cristã se expandiu em outras direções, esses seguidores passaram a ser classificados como heréticos. Esta é uma das grandes ironias dos primórdios da tradição cristã: que a forma original da religião tenha sido expurgada e atacada.

Os seguidores de Jesus conhecidos como ebionitas insistiram em que Jesus nunca pretendia renegar a lei; como ele era o Messias judeu enviado pelo Deus judeu para o povo judeu em cumprimento à lei judaica, e como ele mesmo abraçava de todo o coração a lei judaica, seus seguidores precisavam ser judeus — e tinham de seguir a lei. Se a lei diz que os homens do povo de Deus devem ser circuncidados, então assim deve ser. Se diz que o povo de Deus deve comer *kosher*, então assim deve ser. Se manda que guardem o sábado, eles têm de guardar o sábado. Os ebionitas afirmavam que essa era a postura defendida pelo próprio irmão de Jesus, Tiago, o líder da igreja de Jerusalém. Estudiosos admitiram que eles podiam estar certos.

Uma visão semelhante parece ter sido preservada no Evangelho de Mateus. De fato, ele expressa a crença de que a morte e a ressurreição de Jesus são o segredo da salvação, como os próprios ebionitas insistiam. Mas também diz que Jesus ensinou a seus seguidores que precisavam cumprir a lei se quisessem entrar no reino dos céus. Na verdade, eles tinham de seguir a lei ainda melhor que os próprios líderes dos judeus (Mateus 5:17-20). Nesse Evangelho, Jesus é retratado como um mestre da lei que transmite seu

verdadeiro significado a seus seguidores. Ele nunca os estimula a violar nenhuma das leis. Ele os estimula a segui-lo observando a lei.

OS ENSINAMENTOS ANTIJUDAICOS DOS SEGUIDORES

POSTERIORES DE JESUS

Essa visão do que significava seguir Jesus estava destinada a perder a batalha pelas crenças centrais da igreja inicial. As visões do apóstolo Paulo eram diferentes daquelas dos ebionitas (que tinham Paulo como seu arqui-inimigo), de Mateus e do próprio Jesus. Paulo era muito veemente ao dizer que a lei não tinha nenhuma serventia para ser justo perante Deus. Um gentio que entrasse para a Igreja decididamente não precisava começar a seguir a lei dos judeus. Paulo achava que, se um gentio fosse circuncidado, ele não apenas estaria fazendo algo desnecessário, como estaria negando a graça de Deus, que oferecia a salvação como um presente por intermédio da morte de Jesus, não por meio da lei e do pacto da circuncisão. Esse homem na verdade corria o risco de perder sua salvação (Gálatas 5:4).

Paulo e Mateus tinham a mesma visão quanto a seguir a lei? Evidentemente, não. Paulo e Jesus defendiam a mesma religião? Essa é uma pergunta histórica fundamental, e é difícil negar a resposta. Jesus ensinou seus seguidores a cumprir a lei como Deus determinara, para entrar no reino. Paulo ensinou que seguir a lei não tinha nada a ver com entrar no reino. Para Paulo, apenas a morte e a ressurreição de Jesus importavam. O Jesus histórico ensinou a lei. Paulo ensinou Jesus. Ou, como assinalaram alguns estudiosos, com Paulo a religião *de* Jesus se tornou a religião *sobre* Jesus. (Embora, como já destaquei, Paulo não tenha inventado essa nova abordagem de Jesus, e sim herdado.)

Cristãos posteriores levaram a distinção de Paulo ainda mais longe. E assim, vimos que Marcião insistiu em que a distinção que Paulo fazia entre lei e Evangelho era absoluta. A lei não tinha nada a ver com o Evangelho. A lei tinha sido dada pelo Deus judeu ao povo judeu e levava apenas à danação deles (e de todos os outros). O Evangelho vinha do Deus de Jesus; era o caminho da salvação, por intermédio da morte de Jesus, e oferecia a libertação do Deus colérico do Antigo Testamento. Para Marcião, havia

literalmente dois deuses, e o Deus da lei nada tinha a ver com o Deus de Jesus. O Antigo Testamento pertence ao Deus colérico dos judeus. É um livro judaico, e nada além disso. Não faz parte do cânone cristão e deve ser completamente rejeitado.

Outros pensadores cristãos mais ou menos da mesma época de Marcião adotaram uma visão oposta, que ironicamente levou a uma forma ainda mais virulenta de antijudaísmo. Um exemplo fundamental é a epístola de Barnabé (ver Capítulo 6). Para ele, o Antigo Testamento é um livro cristão, não judeu. Os judeus não entendem seus ensinamentos, e nunca entenderam. Eles são um povo insensível, ignorante, teimoso e desobediente, e tem sido assim desde os dias de Moisés. Segundo Barnabé, o povo judeu rompeu o pacto especial que Deus fez com eles no exato instante em que foi feito. Quando Moisés destruiu o primeiro conjunto de tábuas dos Dez Mandamentos, esse foi o fim do pacto dos judeus com Deus, que nunca restaurou o pacto. Foi com os seguidores de Jesus que Ele fez o “novo pacto”.

Barnabé diz a seus leitores cristãos na Epístola de Barnabé 4:6-7:

Prestem atenção e não sejam como algumas pessoas acumulando seus pecados, dizendo que o pacto é com eles [os judeus] e conosco [os cristãos]. Pois é conosco. Eles o perderam para sempre (...) quando Moisés acabara de recebê-lo.

Consequentemente, diz Barnabé, os judeus sempre entenderam errado sua lei, pensando que ela devia ser interpretada ao pé da letra, incluindo regras sobre o que podia ou não ser comido. Essas leis nunca se pretenderam literais, e sim descrições espirituais de como o povo deveria viver. A religião judaica é construída com base em uma compreensão errada da própria lei dos judeus.

Barnabé tem uma impressionante capacidade de encontrar Cristo e a mensagem cristã nas páginas do Antigo Testamento. Apenas um exemplo: ele argumenta que a circuncisão, o sinal do pacto dado ao pai dos judeus, Abraão, sempre foi equivocadamente entendida pelos judeus como que

determinasse que eles deveriam cortar o prepúcio de seus bebês. Nunca foi isso. Na verdade, circuncisão significa que a pessoa tem de acreditar na cruz de Jesus. Como Barnabé prova isso? Ele observa que no Antigo Testamento Abraão coloca seu exército de 318 servos em batalha, mas os prepara para a vitória primeiramente os circuncidando (Gênesis 14:14; 17:23). Qual é o significado do fato de que 318 servos foram circuncidados? — pergunta Barnabé. É um numero simbólico.

Lembre-se de que as línguas antigas usavam letras do alfabeto como números: o símbolo da primeira letra grega, alfa, era 1; beta era 2; gama, 3. (Barnabé baseia sua interpretação na Septuaginta — a tradução grega da Bíblia hebraica.) O número 318 é composto das letras gregas tau, iota e eta. Barnabé destaca que tau, que se parece com a nossa letra *t*, tem a forma da cruz, e que iota e eta são as primeiras duas letras do nome de Jesus. A circuncisão não tem a ver com prepúcios. Tem a ver com a cruz de Jesus.

O que acontece quando um autor cristão afirma que os judeus nunca entenderam sua própria religião e que o Antigo Testamento é um livro cristão, não judeu? É uma tentativa óbvia de privar o judaísmo de sua validade. E esse era o objetivo de Barnabé. Seu livro é antijudaico até o cerne.

Com o passar do tempo, o antijudaísmo cristão aumentou cada vez mais, com autores cristãos começando a acusar os judeus de todo tipo de vilanias, não apenas de interpretar equivocadamente suas próprias Escrituras. Alguns autores cristãos argumentaram que a destruição da cidade de Jerusalém, coração do judaísmo, pelos romanos em 70 d.C. tinha sido o julgamento dos judeus por Deus, por terem matado seu próprio Messias. Acabaram entrando em cena autores cristãos que levaram essa lógica um passo à frente. À medida que os cristãos começavam a ver o próprio Jesus como divino, alguns passaram a sustentar que, por serem responsáveis pela morte de Jesus, na verdade os judeus eram culpados de matar Deus.

A acusação de deicídio surge pela primeira vez nos escritos de um autor do fim do século II chamado Melito, bispo da cidade de Sardis. Um sermão feito por ele em uma celebração pascal não determinada foi descoberto em meados

do século XX. Na igreja de Melito, a Páscoa era celebrada na época do *Pessach* judaico, de modo que esse sermão é chamado de homilia do *Pessach*. Nela, ele reflete sobre a culpa dos judeus na morte de Jesus, seu próprio Deus, em uma linguagem retoricamente poderosa, mas assustadora:

Ele foi assassinado. E onde foi assassinado? No centro de Jerusalém! Por quê? Porque ele curara seu manco, purificara seus leprosos, guiara seus cegos com luz e ressuscitara seu morto. Por essa razão ele sofreu. (Capítulo 72)

Por que, ó Israel, fez essa estranha injustiça? Você desonrou aquele que a honrou. Desprezou aquele que teve estima por você. Negou aquele que publicamente a reconheceu. Renunciou àquele que a proclamou como sua. Você matou aquele que a fez viver. Por que fez isso, ó Israel? (Capítulo 73)

Era necessário que ele sofresse, sim, mas não por você: era necessário que ele fosse desonrado, mas não por você; era necessário que ele fosse julgado, mas não por você; era necessário que ele fosse crucificado, mas não por você, não por sua mão direita, ó Israel! (Capítulos 75-76)

Portanto, ouçam e tremam por causa dele por quem a terra tremeu. Aquele que pendurou a Terra no espaço está ele mesmo pendurado; aquele que fixou os céus no lugar está ele mesmo empalado; aquele que sustentou todas as coisas está ele mesmo sustentado na árvore. O Senhor foi insultado, Deus foi assassinado, o rei de Israel foi destruído pela mão de Israel. (Capítulos 95-96)

EXPLICANDO A ASCENSÃO DO ANTIJUDAÍSMO CRISTÃO

Como tudo chegou a esse ponto? Como a religião apaixonadamente judaica de Jesus se tornou a religião virulentamente antijudaica de seus seguidores?

Você pode provavelmente acompanhar a evolução lógica do antijudaísmo cristão com base nas informações oferecidas neste capítulo. Houve uma divisão natural assim que os cristãos começaram a insistir em que Jesus era o Messias, que o Messias tinha de sofrer pelos pecados, que a morte do Messias

era o modo pelo qual Deus tornava seu povo justo perante Ele, que a lei não tinha nenhum papel no ato da salvação e que, portanto, os judeus tinham de acreditar em Jesus como o Messias ou ser rejeitados por Deus. Aqueles que acreditavam em Jesus eram justos perante Deus; todos os outros, incluindo judeus devotos, eram amaldiçoados por Ele. Nós encontramos essa visão em Paulo, mas ele não a inventou; ela já era defendida antes que ele entrasse em cena. Não é de espantar que Paulo, quando ainda era um judeu não cristão, considerasse os seguidores de Jesus tão ofensivos.

A lógica dessa posição de certo modo levou alguns cristãos a afirmar que, ao rejeitar o Messias de Deus, os judeus tinham rejeitado Deus. O corolário natural era que Deus os rejeitara.

Pensadores cristãos podem argumentar que as próprias Escrituras judaicas indicam que o povo judeu tinha sido rejeitado por Deus. Os profetas do Antigo Testamento repetidamente alertam os antigos israelitas de que, como eles violaram a vontade e a lei de Deus, ele os julgará. Profetas como Amós, Oseias e Isaías dizem que Deus rejeitou seu povo por causa do modo como ele escolheu viver. Os primeiros seguidores de Jesus se aferraram a essa visão e a transformaram em uma espécie de princípio geral. O auge da insensibilidade e da obstinação dos judeus foi a rejeição de seu próprio Messias. Para Deus, essa foi a gota d'água. Os judeus não eram mais o povo escolhido de Deus. Eles tinham sido substituídos pelos seguidores de Jesus.

Isso não aconteceu porque Deus voltou atrás em sua palavra ou em suas promessas. Os próprios judeus estavam errados. Encontramos alguns desses sentimentos antijudaicos já nas páginas do Novo Testamento. Paulo discute longamente a rejeição dos judeus, embora ache que toda Israel acabará percebendo que seu comportamento está errado, virá a acreditar em Jesus e será salva (Romanos 9-11, especialmente 11:1-26). Outros autores não tinham tanta certeza. O Evangelho de João culpa “os judeus” em termos categóricos, por rejeitar e matar Jesus (capítulos 19-20); e em uma passagem assustadora chega a dizer que os judeus não são filhos de Deus, mas filhos do Diabo (João 8:42-44). É difícil ser salvo quando Satanás é seu pai.

A partir de meados do século II, a virulência aumenta ainda mais. Autores

cristãos como Justino Mártir e Tertuliano escreveram tratados visando diretamente a atacar os judeus e sua religião. Argumentam que os judeus entenderam errado o significado de sua própria religião e de sua própria lei, que não reconhecem as profecias referentes a Jesus, que rejeitam seu próprio Messias enviado por Deus, desse modo rejeitando o próprio Deus. Segundo Justino, o sinal da circuncisão nunca teve o objetivo de destacar os judeus como o povo de Deus; tinha o objetivo de indicar quem merecia ser perseguido.² Tratados antijudaicos como esses continuaram a ser produzidos bem depois do século II, tornando-se dieta-padrão para leitores cristãos ao longo dos séculos.

Alguns leitores se surpreendem ao saber que esse tipo de antijudaísmo não existia nos mundos romano, grego e em outros antes do advento do cristianismo, sendo, portanto, uma invenção cristã. Na verdade, alguns autores romanos e gregos atacaram os judeus pelo que pareciam costumes bizarros — mutilar os pênis de seus meninos, se recusar a comer porco, serem preguiçosos a ponto de não trabalhar um dia da semana (o sábado). Mas os autores romanos e gregos atacavam *qualquer um* que não fosse grego ou romano, e os judeus não foram especialmente selecionados.³ Até o cristianismo aparecer. Então o judaísmo passou a ser visto não apenas como um conjunto de práticas estranhas e risíveis, mas como uma religião perversa e corrupta. Os judeus já não eram apenas estranhos. Eles eram obstinados e malvados. Como povo, tinham rejeitado Deus, e em resposta a isso Ele os rejeitara.

Essas visões podiam parecer relativamente inofensivas nos tempos de Paulo, Barnabé, Justino Mártir, Tertuliano e mesmo Serapião. Afinal, nessa época o cristianismo era uma pequena religião dentro de um império muito grande. Os judeus superavam muito os cristãos em número, e estes não tinham poder social ou político. Naquela época, os ataques retóricos aos judeus não levavam a ataques físicos.

Tudo isso mudou quando o cristianismo cresceu e acabou sendo adotado por ninguém menos que o imperador romano, Constantino. Quando este se converteu ao cristianismo, no início do século IV, os cristãos já superavam os

judeus em número e eram cerca de 10% da população do império romano. Mas, diferentemente dos judeus, que como povo nunca tinham sido perseguidos no império, os cristãos ainda eram uma minoria perseguida.⁴ Tudo isso mudou quando Constantino se converteu. Tornou-se popular e elegante ser cristão. Começaram a ocorrer conversões em massa. No fim do século IV, metade do império se dizia cristão, e o imperador romano, Teodósio, proclamou o cristianismo como religião oficial do império.

Essa reviravolta desempenhou um papel central nas relações judaico-cristãs.⁵ Desde os primeiros dias da Igreja, a antipatia em relação aos judeus tinha sido expressa retoricamente; em pouco tempo se tornou uma questão de ação. Funcionários romanos que tinham se tornado cristãos levaram a sério o discurso de seus antecessores e viram o povo judeu literalmente como inimigo da verdade, e devia ser punido por rejeitar Jesus. A política oficial do império no século IV não exigia a perseguição aos judeus, mas pessoas no poder, como os governadores cristãos de províncias romanas, com frequência fechavam os olhos ou a apoiavam veladamente. Sinagogas foram queimadas, propriedades confiscadas e judeus escarnecidos publicamente, e algumas vezes submetidos à violência das massas.

E, assim, temos uma das grandes ironias dos primórdios da tradição cristã. A religião profundamente judaica de Jesus e seus seguidores se tornou a religião violentamente antijudaica tempos depois, levando às horríveis perseguições da Idade Média, aos pogroms e às tentativas genocidas que infestaram o mundo até recentemente.⁶ O antissemitismo como chegou até nós é a história das reações especificamente cristãs aos judeus não cristãos. É uma das piores invenções da Igreja inicial.

A DIVINDADE DE JESUS

Quando eu estava na faculdade, já havia muitos anos acreditava que Jesus era Deus, que esse era e sempre tinha sido um dos princípios básicos e fundamentais da tradição cristã. Mas, quando comecei a estudar a Bíblia profundamente, na graduação, comecei a me dar conta de que essa não era a

crença original dos primeiros seguidores de Jesus, nem do próprio Jesus.

QUANDO JESUS SE TORNOU O FILHO DE DEUS?

Vimos que os Evangelhos do Novo Testamento, três dos quais não chamam Jesus de Deus, foram escritos muitos anos após Jesus ter vivido e morrido. Há outros trechos do Novo Testamento que foram escritos antes. Os estudiosos há muito acreditam que alguns dos discursos dos apóstolos no livro dos Atos podem representar pontos de vista que eram populares entre os primeiros seguidores de Jesus, anos antes de Lucas tê-los colocado no papel; em outras palavras, trechos desses discursos circulavam na tradição oral nas décadas antes de Lucas escrever seu Evangelho e os Atos. Em nenhum desses discursos dos Atos Jesus é apresentado como divino. E é impressionante que alguns dos textos incorporem uma crença muito primitiva, a de que especificamente na ressurreição Deus deu a Jesus um *status* especial. Para os contadores de histórias cristãos que apareceram com esses discursos muito antes de Lucas registrá-los, Jesus era um ser humano de carne e osso que foi elevado a uma posição especial quando Deus o ressuscitou dos mortos.

Veja, por exemplo, o discurso de Pedro no dia de Pentecostes em Atos 2. Ele fala de “Jesus, o Nazareno, que foi aprovado diante de vós com milagres, prodígios e sinais, que Deus operou por meio dele entre vós, como bem o sabeis”. Aqui Jesus é um milagreiro humano, com poder conferido por Deus, mas não o próprio Deus. Segundo Pedro nessa passagem, o povo judeu de Jerusalém rejeitou Jesus e o crucificou, mas Deus o ressuscitou dos mortos. E há então um versículo fundamental, o clímax do discurso:

Saiba, portanto, com certeza, toda a casa de Israel: Deus o constituiu Senhor e Cristo, este Jesus a quem vós crucificastes. (Atos 2:36)

Apenas após sua morte, na sua ressurreição, Deus fez de Jesus Senhor e Messias. Um discurso que Paulo faz em Atos 13 fala sobre Jesus como aquele que foi rejeitado pelos habitantes judeus de Jerusalém que “pediram a Pilatos que o mandasse matar”. Mas Deus então “o ressuscitou dentre os mortos”. Paulo continua, proclamando, em Atos 13:32-33, a “boa nova”:

A promessa, feita a nossos pais, Deus a realizou plenamente para nós,

*seus filhos, ressuscitando Jesus, como também está escrito nos Salmos:
“Tu és meu filho, eu hoje te gerei!”*

Em que momento Jesus é “gerado” como Filho de Deus? Em sua ressurreição: “Eu *hoje* te gerei.”

Essa parece ser a forma mais antiga da fé cristã. Jesus foi um homem a quem Deus deu o poder de operar prodígios; ele foi rejeitado pelos líderes judeus e morto; mas Deus o vingou ressuscitando-o dos mortos e conferindo a ele um *status* superior.

Isso foi pouco antes de alguns seguidores de Jesus raciocinarem que ele tinha de ser o Filho de Deus, não apenas após a ressurreição, mas durante todo o seu ministério público. Já não era a ressurreição que fazia de Jesus Filho de Deus, mas o batismo. Assim, em nosso Evangelho mais antigo, Marcos, logo no início Jesus é batizado por João; saindo das águas, ele vê o céu se abrir e o Espírito descer sobre ele como uma pomba; e então ele ouve a voz dos céus: “Tu és meu filho amado, em ti me comprazo” (Marcos 1:11; não há narrativa do nascimento em Marcos).

Para os antigos judeus, ser o “Filho de Deus” não significava ser divino (ver capítulo 3). No Antigo Testamento, “Filho de Deus” pode se referir a vários indivíduos diferentes. O rei muito humano de Israel era chamado de Filho de Deus (2 Samuel 7:14), e a nação de Israel era vista como o Filho de Deus (Oseias 11:1). Ser o Filho de Deus costumava significar ser o intermediário humano de Deus na Terra. O Filho de Deus tinha uma relação especial com Deus, como aquele que Deus escolhera para fazer sua vontade. Em Marcos, Jesus é o Filho de Deus porque é aquele que Deus escolheu como o Messias, que deve morrer na cruz para fazer a expiação como um sacrifício humano. Mas não há uma única palavra nesse Evangelho sobre Jesus ser realmente Deus.

Enquanto os primeiros cristãos pareciam achar que Jesus se tornou Filho de Deus na sua ressurreição (e também o Messias e o Senhor), como apresentado nos discursos de Atos, outros passaram a achar que ele já era

Filho de Deus no momento do batismo.

A evolução dessa ideia não termina aqui, porém. Alguns anos após o Evangelho de Marcos ter sido escrito, apareceu o Evangelho de Lucas; nele, Jesus não é meramente o Filho de Deus na ressurreição ou começando pelo batismo; ele foi o Filho de Deus a vida inteira. E assim, em Lucas, diferentemente de Marcos, nós temos o relato de Jesus nascendo de uma virgem. Como vimos em um capítulo anterior, Lucas entende que é no momento de sua concepção que Jesus se torna Filho de Deus — literalmente, Deus fecunda Maria por intermédio de seu Espírito. Maria fica sabendo disso pelo anjo Gabriel na Anunciação:

O Espírito Santo virá sobre ti e o poder do Altíssimo vai te cobrir com a sua sombra, por isso o Santo que nascer será chamado Filho de Deus (Lucas 1:35).

O “por isso” é muito importante nessa frase (a pessoa sempre deve se perguntar por que o “por isso” está ali). É porque Maria concebe por intermédio do Espírito Santo de Deus que Jesus pode ser chamado de Filho de Deus. Para Lucas, esse é o momento em que Cristo passa a existir. Ele é Filho de Deus porque Deus é literalmente seu Pai. Consequentemente, ele é o Filho de Deus não depois da ressurreição ou a partir do seu ministério público, mas por toda a vida.

O último dos nossos Evangelhos a ser escrito, o de João, recua ainda mais a paternidade divina de Jesus, até o passado eterno. João é o único dos nossos Evangelhos a realmente falar de Jesus como ser divino. Para João, Cristo não é o Filho de Deus porque Ele o ressuscitou dos mortos, adotou-o no batismo ou fecundou sua mãe: ele é o Filho de Deus porque ele existiu com Deus no momento inicial, antes da criação do mundo, como o Verbo de Deus, antes de vir a este mundo como um ser humano (se tornar “encarnado”).

E, assim, temos as palavras exaltadas da abertura do Evangelho de João (João 1:1-14):

No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era

Deus. No princípio ele estava com Deus. Tudo foi feito por meio dele e sem ele nada foi feito. (...) E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, e nós vimos a sua glória, glória que ele tem junto ao Pai como filho único, cheio de graça e de verdade.

Essa é a visão que passou a ser a doutrina-padrão cristã, a de que Cristo era o Verbo de Deus preexistente que se tornou carne. Ele ao mesmo tempo estava com Deus no princípio e era Deus, e foi por intermédio dele que o universo foi criado. Mas essa não era a visão original dos seguidores de Jesus. A ideia de que Jesus era divino foi uma invenção cristã posterior, encontrada, entre nossos Evangelhos, apenas em João.

A DIVINDADE DE CRISTO NA COMUNIDADE DE JOÃO

O que levou os cristãos a desenvolverem essa visão? O Evangelho segundo João não representa a visão de uma pessoa, o autor desconhecido do Evangelho, mas sim uma visão que o autor herdou da tradição oral, assim com os outros autores dos Evangelhos registram as tradições que ouviram, que circulavam entre os cristãos décadas antes de terem sido colocadas no papel. Contudo, a tradição de João é obviamente única, já que em nenhum dos outros Evangelhos há uma visão tão exaltada de Cristo. De onde veio essa tradição?

Os estudiosos há muito tempo se debruçam sobre essa questão, e surgiu um certo consenso entre os intérpretes do Evangelho segundo João nos últimos 25 ou trinta anos. É uma visão desenvolvida por dois gigantes da interpretação do Novo Testamento no fim do século XX, um deles protestante e outro, católico romano, ambos professores do Union - Theological Seminary, em Nova York. J. Louis Martyn e Raymond Brown argumentaram que a cristologia exaltada do Evangelho de João deriva de mudanças na compreensão de Cristo ocorridas na comunidade cristã de João antes que ele escrevesse seu Evangelho. Essas mudanças foram produzidas pelas experiências sociais da comunidade.⁷

A teoria por trás disso é a de que toda comunidade — seja uma unidade familiar, uma cidade muito unida, uma fraternidade, organização cívica ou igreja — tem tradições que conta sobre si mesma para facilitar sua

constituição enquanto comunidade. As comunidades têm histórias em comum. E o modo como contam suas histórias está relacionado àquilo que acontece a elas como comunidades.

Vejamos um exemplo simples. Suponha que em sua família haja alguém realmente problemático, seu irmão mais novo. Ele está sempre se metendo em problemas e semeando a discórdia. Vinte anos depois, quando você conta as histórias de como ele era quando criança, elas sempre são moldadas pelo que aconteceu depois. Suponha que Tommy tenha crescido e se transformado em um banqueiro de investimentos de sucesso, o orgulho e a alegria da família. Ao contar as histórias sobre ele quando jovem encenqueiro, você sempre o faz com um sorriso no rosto: “Ah, Tommy. Aquele garoto estava sempre se metendo em confusão. Lembra aquela vez em que...” Mas imagine que as coisas tenham sido diferentes. E se Tommy se tornou um maníaco homicida? Então você talvez conte as histórias de modo muito diferente, com lágrimas nos olhos. “Tommy, Tommy. Nunca conseguimos controlar aquele garoto; ele estava sempre se metendo em confusão. Lembra aquela vez em que...”

O modo como você relata as tradições de sua comunidade reflete o que aconteceu nesse intervalo. Suponha que você tenha um conjunto de tradições de determinada comunidade que seja transmitido de certa forma, mas não tem nenhum outro acesso ao que aconteceu historicamente nessa comunidade. Em teoria, você pode partir do modo como se contam as histórias e recuar para descobrir o que aconteceu e levou as pessoas a contá-las desse modo. Foi o que Louis Martyn e Raymond Brown fizeram com as tradições do Evangelho de João. Eles reconstruíram a história da comunidade de João como uma forma de explicar por que eles contavam as histórias sobre Jesus daquele modo.

O mais impressionante em João é que algumas das histórias sobre Jesus, como a da abertura (1:1-18), têm uma visão altamente exaltada dele como divino (chamada de “alta cristologia”), e outras falam de Cristo em termos muito humanos, de modo algum divino, mas como um ser humano escolhido por Deus para cumprir seus objetivos na Terra (uma “baixa cristologia”; ver,

por exemplo, João 1:35-52). Por que há as duas visões no Evangelho segundo João? Você poderia pensar que é porque João entende Jesus como humano e divino. Mas o mais impressionante é que algumas passagens se referem a Jesus de uma forma, e outras, de forma distinta. Martyn e Brown argumentaram que as passagens que se referem a Jesus em termos humanos (a baixa cristologia) eram as tradições mais antigas incorporadas ao Evangelho, e as passagens sobre Jesus em termos mais exaltados (a alta cristologia) eram as desenvolvidas posteriormente, à medida que experiências na comunidade levaram os cristãos joaninos a começar a pensar em Jesus como alguém que não era deste mundo, mas do mundo de Deus.

Não há espaço aqui para entrar em detalhes, mas posso dizer que Martyn e Brown mostraram quais foram essas experiências. A comunidade de João aparentemente começou como uma seita judaica dentro da sinagoga judaica que aceitava Jesus como o Messias judeu. Por causa dessa crença, eles acabaram sendo obrigados a deixar a sinagoga e criaram sua própria comunidade de crentes em Jesus. Mas eles tinham de explicar isso a si mesmos: por que fomos rejeitados? Por que nossas famílias e nossos amigos não veem a verdade sobre Jesus? Por que não o compreendem?

Com base no conhecimento sobre o modo como as novas comunidades são formadas, Martyn e Brown argumentaram que essa nova comunidade passou a acreditar que apenas ela tinha a verdade e que os outros não podiam vê-la. Por quê? Porque essa verdade veio do céu, e aqueles fora da comunidade estavam pensando unicamente em termos terrenos. Jesus, que era a verdade, tinha ele mesmo vindo do céu, e, como aqueles que estão errados são terrenos, não podem reconhecer aquele que vem do alto. Apenas a comunidade de João tinha a verdade. Os outros estavam errados. Apenas a comunidade de João tinha a luz. Os outros viviam na escuridão. Apenas a comunidade de João reconhecia aquele que vinha do alto. Os outros só conseguiam ver o que acontecia aqui embaixo.

A comunidade começou a pensar em Jesus em termos mais exaltados para explicar sua própria rejeição pela sinagoga. As pessoas começaram a argumentar que, para ser justo perante Deus, era preciso aceitar aquele que

tinha vindo de Deus. Era necessário um novo nascimento, um nascimento “do alto”. Aqueles fora da comunidade estavam mortos e nunca teriam vida. Aqueles não eram os filhos de Deus; eram os filhos do Diabo.

À medida que a comunidade desenvolveu essa visão, Jesus se tornou cada vez mais exaltado. Finalmente, quando o Evangelho foi escrito, o autor incorporou uma série de tradições que circulavam nela, tanto aquelas que eram a visão original, segundo a qual Jesus era plenamente humano, quanto as posteriores, de acordo com as quais ele mesmo era divino. E assim foi desenvolvida a visão de que Jesus era Deus.

OUTROS CAMINHOS PARA O MESMO DESTINO

O caminho que a comunidade de João seguiu para chegar à ideia de que Jesus era divino não foi o mesmo tomado por outras comunidades que chegaram ao mesmo ponto. Só posso oferecer aqui uma rápida noção de como isso pode ter funcionado em uma comunidade ou outra.

Como vimos, no início havia tradições sobre Jesus que se referiam a ele como o Filho de Deus. Essa ideia significava coisas diferentes para grupos diversos. Alguns judeus que passaram a acreditar nele acharam que, assim como o rei Davi e alguns outros grandes homens de Deus, Jesus estava intimamente ligado a Deus; ele era o homem por intermédio de quem Deus atuava e que mediava Sua vontade na Terra. Mas o que essa mesma noção significaria para pagãos convertidos à crença em Jesus? Nas mitologias pagãs, havia muitas pessoas vistas como filhas de Deus. Acreditava-se que elas eram meio humanas e meio divinas, por terem um pai mortal e um divino. Esses grupos podiam fazer comparações entre Jesus e suas tradições pagãs. Entre os exemplos estão o semideus grego Héracles (o Hércules romano; compare com a versão de Lucas para o nascimento de Jesus). Com frequência se acreditava que esses personagens semidivinos eram capazes de grandes milagres (compare as histórias dos Evangelhos sobre o ministério de Jesus), e que no fim de suas vidas eles iam viver com os deuses no céu (compare com a história da ascensão de Jesus). Qualquer um que adotasse a fé cristã com essa compreensão do que significava ser Filho de Deus poderia

facilmente imaginar Jesus como um ser semidivino, não como o tradicional Filho de Deus “judaico”, que era completamente humano.

Outra trilha para ver a divindade de Jesus começa não com a ideia de Jesus como o Filho de Deus, mas com Jesus como o Filho do Homem. O próprio Jesus falou sobre a vinda do Filho do Homem, um juiz cósmico da Terra que traria o julgamento em sua esteira, com base em sua compreensão de Daniel 7:13-14. Contudo, assim que seus seguidores passam a acreditar que Jesus foi ressuscitado dos mortos, acham que ele mesmo seria aquele que viria dos céus para julgar a Terra. Essa é a visão de Paulo, expressa em 1 Tessalonicenses 4-5. Paulo estava escrevendo a gentios, não a judeus, então não usa o título Filho do Homem. Mas era assim que ele entendia Jesus: como o futuro juiz que viria dos céus. Se o Filho do Homem era uma espécie de figura divina, e Jesus era o Filho do Homem, isso faz dele uma figura divina que vive com Deus.

Ou pense num terceiro caminho. Durante a vida de Jesus, seus seguidores o consideravam seu mestre e o chamavam de senhor, como os escravos chamavam seus mestres ou os empregados chamavam os empregadores. Contudo, depois que seus seguidores passaram a acreditar na ressurreição, o termo “senhor” ganhou uma conotação diferente. Deus tinha dado um *status* superior a Jesus. Ele era o governante — não um governante terreno, mas um governante celestial. Ele tinha sido transformado em “o Senhor”. Os cristãos logo passaram a pensar que ele era o Senhor de tudo, governando do céu. Mas quem podia governar do céu, a não ser uma figura divina? Além disso, os primeiros cristãos se deram conta de que o próprio Deus é chamado de Senhor no Antigo Testamento. Eles começam a pensar que Jesus foi elevado a um *status* divino. E logo raciocinam que, se ele fosse divino, precisaria ter existido antes de aparecer na Terra.

Essa visão já é encontrada em nosso mais antigo autor, Paulo, que fala de Jesus como aquele que estava com Deus antes de vir ao mundo e que tinha um grau de igualdade com Ele; mas escolhera vir para sofrer a morte pela salvação dos outros, depois do quê Deus o exaltou novamente, levou-o ao céu e “lhe conferiu o nome que está acima de todo nome, a fim de que ao nome

de Jesus todo joelho se dobre”. No Antigo Testamento é apenas a Deus que todo joelho deve se dobrar (Isaías 45:23). Agora passa a ser também a Jesus (Filipenses 2:6-11).

A ideia de Jesus como divino não surgiu em todas as comunidades cristãs iniciais ao mesmo tempo e da mesma forma. Durante séculos, continuou a haver algumas comunidades que não abraçavam essa noção, como os ebionitas. Em algumas comunidades, a ideia surgiu impressionantemente cedo (evidentemente na de Paulo). Em outras não há evidências de que tenha jamais surgido (as de Mateus ou Marcos). Em outras, demorou várias décadas (a de João). Mas nos séculos II e III se tornou uma doutrina bastante comum, à medida que essas várias comunidades partilhavam seus pontos de vista. Jesus não era simplesmente o judeu Filho de Deus que Ele exaltara em sua ressurreição. Ele mesmo era Deus. Essa foi uma das mais duradouras criações dos princípios da Igreja cristã.

A DOCTRINA DA TRINDADE

A crença na divindade de Jesus criou um problema óbvio para os primeiros teólogos cristãos que queriam rejeitar a ideia pagã de que havia muitos deuses e permanecer na rígida tradição monoteísta do judaísmo. Como as Escrituras judaicas indicam:

Assim diz Iahweh, o rei de Israel (...)

Eu sou o primeiro e o último,

fora de mim não há Deus. (Isaías 44:6)

Mas o que deveriam pensar os cristãos que se aferravam à divindade de Cristo? Se Cristo é Deus, e Deus é Deus, não há dois deuses?

QUANTOS DEUSES? ALGUMAS DAS RESPOSTAS

Assim como acontece em relação a todas as outras perguntas teológicas dos primeiros cristãos, há muitas respostas para essa questão. Os ebionitas judaico-cristãos eram inabaláveis nesse ponto: como só pode haver um Deus, Cristo não é Deus. Se Cristo fosse Deus, haveria dois deuses. Para os

ebionitas, Jesus é o Messias (nos círculos judaicos, o Messias *nunca* era considerado Deus), o homem escolhido por Deus para fazer sua vontade na Terra, ao morrer pelos pecados. Ele, portanto, era especial perante Deus, adotado por Ele como seu filho, mas era absolutamente humano, de modo algum divino.

Os marcionistas tinham a visão oposta: Jesus não era de maneira nenhuma humano, exatamente porque era Deus. Deus não pode ser mais humano do que um humano pode ser uma pedra. Divindade e humanidade são coisas distintas, que não devem ser confundidas. Mas os marcionistas, evidentemente, não achavam que Jesus e Deus Pai eram dois deuses diferentes. Em vez disso, os dois diferentes deuses eram o Deus dos judeus, o Deus irado do Antigo Testamento, e o Deus de Jesus, o Deus de amor e misericórdia. É difícil saber como Jesus se relacionava a esse último Deus, já que nenhum dos Pais da Igreja que citaram os escritos de Marcião explicitou a questão. Mas em alguns momentos parece que Jesus pode ter visto a si mesmo como um Deus, descido à Terra.

Os vários grupos de gnósticos não tinham nenhuma dificuldade em declarar que Cristo era um ser divino. Para eles, havia muitos seres divinos, e Cristo era um deles. O Deus que declarara que apenas ele era Deus e que “fora de mim não há Deus” (Isaías 45:18) não era o verdadeiro Deus. Era uma divindade menor, inferior, que criara o mundo. Bem acima daquela divindade invejosa e ignorante estava o plano divino superior em que viviam todos os seres divinos.

Todas essas abordagens alternativas do problema acabaram sendo rejeitadas como heréticas. Mas, então, como lidar com o problema? Se alguém queria permanecer monoteísta, como os proto-ortodoxos claramente queriam, e ainda assim insistir na divindade de Cristo, como eles também queriam, como isso seria possível sem comprometer uma visão ou outra?

DUAS SOLUÇÕES HETERO-ORTODOXAS

Na história dos estudos sobre os primórdios do cristianismo, a ortodoxia (a “crença certa”) é às vezes colocada em oposição à “heterodoxia” (significando “uma crença diferente”). Usando esse jargão, heterodoxia é o

mesmo que heresia. Claro que, como foi observado, todos se consideravam ortodoxos — todos se achavam certos. As pessoas que acham que suas crenças estão erradas mudam aquilo em que acreditam, de modo a acreditar nas crenças certas. Ou, como definiu um debochado, ortodoxia é a minha doxia e heterodoxia é a sua doxia.

Com o desenvolvimento do cristianismo, houve várias tentativas de explicar como Jesus podia ser divino, se havia um único Deus. A maioria dessas tentativas, embora aceitáveis em certos momentos e locais, acabou sendo descartada. Para alguns pensadores proto-ortodoxos, elas eram perfeitamente aceitáveis, ao passo que para outros eram heréticas. Assim, inventei um termo para elas: soluções “hetero-ortodoxas”. As duas mais conhecidas são o patripassianismo (como era chamada pelos que se opunham a ela) e o arianismo.

Patripassianismo

Nós sabemos, com base nos escritos dos Pais da Igreja dos séculos II e III como Hipólito e Tertuliano, que em dado momento a visão mais popular entre pensadores cristãos e líderes da igreja era uma que consciente e agressivamente afirmava a unicidade de Deus. De acordo com essa noção, havia apenas um Deus, e Jesus era a encarnação d’Ele na Terra. Em outras palavras, Deus Pai e Deus Filho não eram duas entidades distintas. Deus Filho é Deus Pai quando este encarna.

Essa ideia tem muitos nomes na história da teologia. Algumas vezes é chamada de modalismo, pois prega que um Deus tem diferentes modos de existência. Para exemplificar: eu sou filho em relação a meu pai, pai em relação a meu filho e marido em relação à minha esposa. Eu não sou três pessoas, apenas uma, definida de formas diferentes em minhas diversas relações. Deus foi o criador de todas as coisas e se tornou humano; ele não era dois deuses, e sim um Deus.

Algumas vezes essa visão é conhecida como sabelianismo, chamada assim por causa de Sabélio, uma pessoa bastante conhecida, mas sem importância histórica, que acabou sendo excomungada por defender essa opinião. E algumas vezes recebe o termo depreciativo inventado pelo caçador de

heresias Tertuliano para isolar essa noção: patripassianismo — termo que literalmente significa “o Pai sofre”. Tertuliano debochava dessa ideia porque ela sustentava que tinha sido o próprio Deus Pai que morrera na cruz, na forma do filho.

Tertuliano nos conta que em sua própria época, o fim do século II, essa noção era endossada por dois bispos de Roma (dois dos primeiros papas), assim como pela maior parte da Igreja romana. Foi reagindo a ela que Tertuliano e outros como ele começaram a desenvolver a visão de que Deus Pai é uma pessoa diferente de Deus Filho. Ambos são Deus, mas ainda assim há apenas um Deus. Como pode? Em última instância, é um mistério. Mas esse iria se tornar o ensinamento ortodoxo, com refinamentos e sérios ajustes depois da época de Tertuliano. Cristo é Deus, e também Deus Pai, mas os dois são um só.

Além disso, como no Evangelho segundo João Jesus fala do Espírito Santo descendo à Terra como “outro Paráclito” (João 14:16) após retornar ao céu, o Espírito também é Deus. Ele também não é o mesmo que Deus Pai e Deus Filho. Assim, há um Deus “tri-uno”. Três pessoas, um Deus.

Pode soar muito confuso, mas Tertuliano é inabalável quanto a isso. Em seu ataque aos patripassianistas, ele insiste especialmente em que Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito são distintos. Como ele diz:

O Pai é um, o Filho é um e o Espírito é um; (...) eles são distintos uns dos outros. (...) o Pai não é o mesmo que o Filho, já que eles diferem um do outro no modo do seu ser (Tertuliano, Contra Praxeias, 9).

Ele continua, com o que hoje impressiona muitas pessoas como um raciocínio impecável:

Um pai precisa ter um filho de modo a ser pai; da mesma forma, um filho, para ser filho, precisa de um pai. Contudo, uma coisa é ter, e outra ser. Por exemplo: de modo a ser um marido, eu preciso ter uma esposa; eu nunca posso ser eu mesmo minha esposa (Contra Praxeias, 10).

Ele então desafia os patripassianistas, com o tom sarcástico pelo qual ficou famoso:

Se você quer que eu acredite que ele é ao mesmo tempo o Pai e o Filho, mostre alguma passagem em que seja declarado: “O Senhor disse a si mesmo: ‘Eu sou meu próprio Filho, hoje eu me gerei’” (Contra Praxeias, 11).

Ainda assim, Tertuliano quer insistir em que, embora as três pessoas de Deus sejam distintas, não são diferentes em substância. Todas são Deus. E então ele fala da “unidade da Trindade” e argumenta que elas diferem entre si “em função de personalidade, não de substância — com base em distinção, não em divisão (...) Eu vejo uma só substância em suas coerentes e inseparáveis [pessoas]” (*Contra Praxeias*, 12).

Com o passar do tempo, essas distinções sutis se tornaram cada vez mais técnicas. Mas, em reação aos modalistas de sua época, Tertuliano já tinha começado a falar de uma trindade, um Deus manifesto em três diferentes pessoas.

Arianismo

Em algumas passagens de Tertuliano, porém, fica claro que, embora ele pense que o Pai é Deus e o Filho é Deus, e que há apenas um Deus, ainda assim há certa hierarquia. O Pai é maior que o Filho, embora eles tenham a mesma substância. Do contrário, ele não seria o pai.

Durante bem mais de um século, os teólogos continuaram a debater a questão da relação do Pai com o Filho. Estava no cerne do debate provocado no início do século IV por Ário, famoso professor cristão de Alexandria, Egito, um importante centro de reflexão teológica. Na época de Ário, os cristãos proto-ortodoxos tinham conseguido quase completamente eliminar, ou pelo menos marginalizar, heresias cristãs iniciais como os ebionitas, os marcionistas e os vários grupos de gnósticos. Praticamente a Igreja inteira concordava que Jesus era ele mesmo divino, mas que havia apenas um Deus. Mas como exatamente isso funcionava? Como ambos podiam ser Deus?

Ário tinha uma solução bastante simples para a qual ele conseguia um grande embasamento no Novo Testamento e em pensadores cristãos anteriores: Cristo era um ser divino, mas era subordinado em poder e essência a Deus Pai. Originalmente havia apenas um Deus, mas nos primórdios Deus criou um segundo ser divino, seu filho, Cristo, que era aquele por intermédio de quem Deus criara o universo, e Cristo se tornara humano na encarnação.

Segundo essa visão, houve um tempo no passado distante antes do qual Cristo não existia. Ele passou a existir em determinado momento. E, embora fosse divino, não era igual a Deus Pai; como ele era o Filho, era subordinado a Deus Pai. Eles não eram “da mesma substância”; eram de certa forma “similares” em substância.⁸

Essa visão foi extremamente popular em sua época, mas alguns teólogos cristãos não concordavam com ela. O oponente mais conhecido era um jovem diácono da igreja de Alexandria, Atanásio, que conhecemos em relação ao cânone do Novo Testamento, no capítulo 6. Atanásio e outros como ele argumentavam que Cristo era feito exatamente da mesma substância de Deus Pai, que eles eram completamente iguais e que nunca houve um tempo em que Cristo não existisse.

Isso pode parecer provocação para as pessoas de hoje, mas na época era uma enorme disputa entre os arianistas e aqueles que se opunham a eles. Boa parte da Igreja cristã estava dividida quanto à questão de Jesus ser da mesma substância que o Pai — o termo grego era *homoousias* (“mesma substância”) — ou ser apenas de “substância similar”, *homoiousias*. Como chamaram a atenção historiadores posteriores, parecia ser um debate sobre a letra *i*. Mas essa letra tinha um impacto significativo na época. A Igreja estava dividida por ela.

Tudo isso tinha importância em parte porque o imperador romano Constantino havia se convertido ao cristianismo e queria usar essa nova religião para ajudar a unificar seu império fragmentado. Uma religião dividida não podia produzir unidade. Precisava ser unificada antes. E, assim, o imperador convocou uma reunião em Niceia com os mais importantes bispos cristãos do império, para debater as questões e tomar uma decisão que

unisse todos os cristãos. Foi o famoso Concílio de Niceia, no ano de 325 d.C.

No fim, o concílio escolheu a posição de Atanásio. Ao contrário do que costuma ser dito, foi uma decisão quase unânime, não uma votação apertada. Mas, mesmo depois daquele dia, os debates continuaram, e durante algum tempo durante o século IV parecia que os arianistas acabariam saindo vitoriosos. Porém, no fim, a posição ortodoxa foi a de Atanásio. Há três pessoas em Deus. Elas são distintas umas das outras. Mas cada uma é igualmente Deus. Todos as três são seres eternos. E todas são feitas da mesma substância. Essa é, então, a doutrina da Trindade.

É algo que se afasta muito de qualquer coisa encontrada no Novo Testamento, no qual não há nenhuma declaração explícita do tipo. Nem mesmo em um documento como o Evangelho segundo João, no qual Jesus é visto como divino, é discutida a ideia de três serem um em substância. Como seria de se esperar, escribas posteriores do Novo Testamento consideraram essa lacuna perturbadora, então, em pelo menos um ponto eles inseriram uma referência explícita à Trindade (1 João 5:7-8).⁹ A Trindade é uma invenção cristã posterior, baseada, segundo os argumentos de Atanásio e outros, em passagens das Escrituras, mas que na verdade não aparece em nenhum dos livros do Novo Testamento.

Em três séculos Jesus deixou de ser um profeta apocalíptico judeu para se tornar o próprio Deus, um membro da Trindade. O cristianismo inicial é decididamente impressionante.

CÉU E INFERNO

Atualmente, em certos nichos da cristandade, especialmente naqueles aos quais eu um dia estive ligado, a religião diz respeito apenas à vida após a morte. Em um nível bastante pessoal, as pessoas estão ansiosas para experimentar as alegrias do céu e evitar o fogo do inferno. A maioria dos cristãos que encontro hoje acredita que, quando você morre, sua alma vai para um lugar ou para outro.

Nunca consegui resolver todas as inconsistências dessa ideia. Por um lado,

a vida após a morte da alma soa como uma existência desincorporada, já que seu corpo permanece no túmulo; por outro lado, as pessoas acham que haverá prazer ou dor físicos na outra vida, e que você conseguirá reconhecer seus avós. Isso demandaria um corpo.

Os primeiros cristãos, a partir de Jesus, não acreditavam nesse tipo de céu e inferno, como um lugar para onde sua alma vai quando você morre. Essa também é uma invenção cristã posterior.

AS ANTIGAS VISÕES APOCALÍPTICAS DA OUTRA VIDA

Os estudiosos mostraram amplamente que Jesus e seus seguidores eram judeus apocalípticos. A visão apocalíptica começou a se desenvolver mais de um século antes de Jesus, como uma forma de lidar com o problema da teodiceia, ou “justiça de Deus”. (Eles não usavam esse termo; ele foi cunhado no século XVII pelo filósofo alemão Leibniz.) O problema da teodiceia é explicar como Deus pode ser visto como justo considerando-se o quadro de dor e infelicidade do mundo. Dado o volume de sofrimento experimentado pelas pessoas, como alguém pode acreditar que haja um Deus bom e amoroso no comando?

A visão apocalíptica do antigo judaísmo não abordava esse problema em termos filosóficos modernos, mas as preocupações daqueles que adaptaram essa visão eram muito semelhantes. Séculos antes, havia em Israel pensadores que defendiam que o povo de Deus tinha experimentado tanta dor, como povo e individualmente, porque havia pecado contra Deus, e Deus o estava punindo por isso. Isso costuma ser chamado de visão profética, porque é o ponto de vista encontrado página após página dos profetas do Antigo Testamento.¹⁰

Mas o que acontece quando as pessoas fazem o que os profetas recomendam, quando retornam ao caminho de Deus, param de se comportar de forma contrária às suas leis, passam a viver do modo como ele determina e, ainda assim, continuam a sofrer? A visão profética pode dar sentido ao sofrimento dos ímpios: eles estão recebendo o que merecem. Mas não pode dar sentido ao sofrimento dos justos. Por que os ímpios prosperam, mas os justos sofrem?

Entre os antigos israelitas, havia diferentes respostas para essa pergunta, incluindo a resposta, ou melhor, as respostas encontradas especialmente no livro de Jó.¹¹ A visão de mundo apocalíptica parte de um princípio distinto. Para os apocalípticos, o sofrimento é apenas um estado temporário. Por alguma razão misteriosa, Deus transferiu o controle deste mundo para forças cósmicas do mal, que o estão devastando. Mas logo, no futuro próximo, Deus irá intervir na história e tornar certo tudo o que está errado. Ele irá derrubar as forças do mal, destruir os reinos ímpios que elas sustentam e trazer um novo reino, aqui na Terra, um reino de paz e justiça. Os governantes ímpios deste mundo e todos os que se aliaram a eles serão destruídos, e os pobres e oprimidos reinarão soberanos.

Essa visão é encontrada na Bíblia, no livro de Daniel do Antigo Testamento, que foi o último dos livros da Bíblia hebraica a ser escrito, em algum momento em meados do século II a.C. É uma visão presente em vários textos judaicos escritos nos séculos posteriores a Daniel, incluindo alguns dos Manuscritos do Mar Morto. E é uma visão presente nos lábios de Jesus.

Essa noção incluía a ideia de que no fim desta era, quando Deus finalmente interviesse, haveria uma ressurreição dos mortos. A crença na ressurreição estava diretamente relacionada às preocupações da antiga teodiceia. Como é possível que as pessoas que ficaram ao lado de Deus tenham sido torturadas e assassinadas por isso? Onde está Deus em tudo isso? E como aquelas pessoas que se aliaram às forças do mal ficaram ricas e poderosas por isso, morreram e se safaram? Onde está a justiça?

Para os apocalípticos, haveria justiça. Não nesta vida nem nesta era, mas na ressurreição, na era por vir. Deus ressuscitaria todas as pessoas dos mortos, fisicamente, para dar a elas recompensa eterna ou punição eterna. Ninguém escaparia. O mal não teria a última palavra; Deus teria a última palavra. E a morte não seria o fim da história.

Assim ensinaram os antigos judeus apocalípticos, e assim ensinou Jesus. O Reino de Deus logo surgiria com o advento do Filho do Homem. As pessoas precisavam se preparar para isso mudando seu comportamento e se colocando do lado de Deus, mesmo que isso significasse sofrer nesta era.

Mas haveria uma nova era em que Deus e seu caminho seriam supremos, no Reino de Deus por vir, aqui nesta Terra. Tudo acabaria sendo consertado neste mundo, e todos voltariam à vida, fisicamente, para ver e experimentar isso.

Também foi esse o ensinamento do apóstolo Paulo, e, pelo que podemos dizer, de todos os primeiros cristãos. Uma diferença fundamental entre Paulo e Jesus é que Paulo acreditava que o próprio Jesus traria esse reino quando retornasse em glória (1 Tessalonicenses 4-5). Além disso, para Paulo, a ressurreição no fim dos tempos de certa forma já começara. Essa é uma das razões pelas quais a ressurreição de Jesus era tão significativa para Paulo. Como haveria a ressurreição no fim dos tempos, e como Jesus já tinha sido ressuscitado, isso mostrava que estávamos vivendo no fim dos tempos. Por isso Paulo fala em viver no fim dos tempos.

Mas o que acontece a uma pessoa que morre *antes* do final dos tempos? Paulo evidentemente passou a acreditar que havia algum tipo de existência provisória com Cristo para aqueles que morrem antes do retorno de Jesus. Por isso ele disse aos filipenses: “Pois para mim o viver é Cristo e o morrer é lucro” (Filipenses 1:21). Ele evidentemente acreditava que os crentes em Cristo receberiam uma espécie de corpo provisório no céu, mas essa era apenas uma solução temporária. Quando Cristo retornasse em glória, os “mortos em Cristo ressuscitarão primeiro”, e depois aqueles ainda vivos, Paulo entre eles, seriam arrebatados e seus corpos se tornariam imortais (1 Tessalonicenses 4:13-18; 1 Coríntios 15:50-57). Eles então viveriam eternamente, aqui na Terra.

Portanto, para Jesus, Paulo e os primeiros cristãos, a vida eterna era uma vida vivida no corpo, não acima, no Céu, e sim aqui onde estamos agora. Paulo enfatiza isso insistentemente no livro 1 Coríntios. O fato de o corpo de Jesus ter sido arrebatado dos mortos mostra o que implicaria a ressurreição: corpos sendo levantados fisicamente dos mortos e transformados em corpos imortais. Paulo atacava seus oponentes em Corinto por pensarem que já tinham experimentado uma ressurreição espiritual e, portanto, estavam desfrutando plenamente dos benefícios da salvação no momento, em espírito.

A ressurreição era física, e assim, obviamente, ainda não tinha acontecido. Este mundo ainda está sob o controle das forças do mal, e apenas no fim tudo será resolvido, então os seguidores de Jesus serão vingados, transformados e receberão a recompensa eterna.

Essa também é a visão do Apocalipse de João. Após todas as catástrofes que atingiriam este planeta no fim dos tempos — catástrofes que o autor revela em um capítulo vívido e sangrento após o outro —, surgiriam “um novo Céu e uma nova Terra”. Haverá uma ressurreição futura de todos os que morreram; haverá uma nova Jerusalém celestial descendo do Céu para substituir a velha, corrupta e agora destruída Jerusalém como a Cidade de Deus. Ela terá portões de pérola e ruas de ouro. E é onde os santos viverão para sempre, aqui na Terra (ver Apocalipse 21).

A TRANSFORMAÇÃO DA VISÃO APOCALÍPTICA

O que acontece quando não há esse fim esperado? O que acontece quando o cenário apocalíptico que Jesus esperava que ocorresse “nesta geração” nunca surge? Quando a expectativa de Paulo, de que estaria vivo no segundo advento de Cristo, é radicalmente negada por sua própria morte? Quando a ressurreição dos mortos é postergada interminavelmente, zombando da crença disseminada de que aconteceria “logo”?

Uma consequência, claro, é que algumas pessoas começam a debochar. Esse é o problema abordado no último livro do Novo Testamento, 2 Pedro, no qual o autor insiste que, quando Deus diz que tudo acontecerá muito em breve, Ele se refere ao calendário divino, não ao humano. É preciso recordar que “para o Senhor um dia é como mil anos e mil anos como um dia” (2 Pedro 3:8). Segundo essa lógica, se o fim está previsto para a próxima terça-feira, pode ser uma terça daqui a quatro mil anos.

Quando o fim não acontece, as pessoas que querem permanecer fiéis à visão original de Jesus e seus discípulos têm de lidar seriamente com o fato de que um elemento fundamental dessa interpretação parece estar errado. Claro que o fiel não vai alegar que Jesus estava errado. Mais provavelmente, ele foi malcompreendido. Assim começa um longo e significativo processo de reinterpretação, no qual a mensagem original é transformada em uma

visão menos palpável, menos tangível, mais difícil de rebater. Especificamente, o ensinamento de uma futura ressurreição do corpo, no qual os justos serão recompensados e os ímpios punidos aqui na Terra, é transmutado em uma mensagem de céu e inferno, na qual o julgamento acontece não no fim dos tempos, mas no fim da vida das pessoas. Sua alma vai para um lugar ou para outro.

No capítulo 5, sugeri que a mensagem de Jesus — como a de outros apocalípticos — podia ser entendida como uma espécie de dualismo horizontal entre esta era aqui na Terra e a era por vir, também aqui na Terra. Chamo isso de dualismo horizontal porque pode ser imaginado como uma linha horizontal do tempo dividida ao meio. No fim desta era, que é iminente, haverá um julgamento e ingressaremos na nova era, do outro lado da linha divisória.

Quando o fim não chegou, os pensadores cristãos recontextualizaram essa linha do tempo, e de certa forma a giraram em seu eixo, de modo que agora o “fim” envolve não um dualismo horizontal, e sim um vertical. Não é mais uma questão de duas eras, esta e a por vir, mas de dois âmbitos, este mundo e o mundo acima. Não se discute nem se acredita mais na ressurreição física. Agora o que importa é o mundo de sofrimento abaixo e o mundo de êxtase no céu acima.

Essa própria dualidade opera em uma doutrina de céu e inferno. Por que acima e abaixo? Porque continua a haver o dualismo, mas ele se tornou espacial em vez de temporal. Acima é o lugar onde Deus habita e para onde sua alma irá quando você morrer, caso tenha se aliado a Ele e acreditado em seu Cristo; abaixo é onde Deus decididamente não habita. Nesse lugar só há mal: o Diabo e seus demônios malévolos. É para onde sua alma irá para punição eterna caso você tenha se recusado ao ficar ao lado de Deus e rejeitado Cristo.

Essa ideia de uma existência eterna e incorpórea da alma não é encontrada nos mais antigos textos cristãos, apenas naqueles surgidos posteriormente. É apresentada, por exemplo, no Apocalipse de Pedro (estudado no Capítulo 6). Nesse texto, Pedro faz uma visita guiada pelos reinos dos abençoados e dos

amaldiçoados. As almas estão em êxtase no mundo acima, enquanto outras são torturadas no mundo abaixo. O texto concebe a vida eterna não como uma existência corpórea vivida aqui na Terra depois da ressurreição, mas como uma existência espiritual na qual sua alma é destinada a um lugar ou outro após sua morte. É uma existência espiritual com recompensas ou punições eternas, dependendo de como você levou sua vida e se aceitou ou não a salvação de Deus.

Resumindo, com o passar do tempo, a noção apocalíptica de ressurreição do corpo é transformada na doutrina da imortalidade da alma. O que surge é a crença em céu e inferno, uma crença não encontrada nos ensinamentos de Jesus ou Paulo, mas inventada tempos depois por cristãos que se deram conta de que o Reino de Deus nunca seria implantado nesta Terra. Essa crença se tornou um ensinamento básico cristão, o mundo sem-fim.

CONCLUSÃO

Aquilo que consideramos cristianismo tradicional não caiu simplesmente do céu, pronto e plenamente desenvolvido, logo depois do ministério de Jesus. Nem emergiu direta e simplesmente de seus ensinamentos. Em muitos sentidos, aquilo que veio a ser o cristianismo representa uma série de distanciamentos bastante importantes dos ensinamentos de Jesus. O cristianismo, como há muito reconhecido pelos historiadores críticos, é uma religião *sobre* Jesus, não a religião *de* Jesus.

Todos os aspectos do cristianismo tradicional sobre os quais falei neste capítulo podem ser vistos como criações da Igreja inicial. Quando alguns estudiosos examinam esses desdobramentos, eles veem fortes linhas de continuidade com o que havia antes nos ensinamentos de Jesus. Teólogos cristãos podem detectar a mão de Deus em ação por trás de todos esses desdobramentos. Outros acadêmicos se impressionam mais com as descontinuidades e ficam perplexos com o fato de cada uma dessas visões cristãs “ortodoxas” ter surgido menos como consequência necessária dos ensinamentos de Jesus e seus primeiros seguidores do que como doutrina

desenvolvida em grande medida por causa de fatores históricos e culturais que influenciaram cristãos posteriores. Essas visões posteriores acabaram se disseminando e até mesmo se tornando “senso comum” em períodos posteriores da Igreja (estivesse ou não Deus envolvido no processo).

Quer se destaquem as continuidades ou as descontinuidades no desenvolvimento do cristianismo inicial, fica claro que as crenças e os pontos de vista surgidos entre os seguidores posteriores de Jesus foram diferentes da religião do próprio Jesus. Paulo não foi o único responsável por esse conjunto de inovações teológicas, essa invenção do que consideramos cristianismo. Ele pode não ter sequer a principal responsabilidade entre aqueles que transformaram a religião de Jesus na religião sobre Jesus. Houve muitos cristãos envolvidos nessa transformação, a imensa maioria deles perdida na névoa da antiguidade, pensadores e pregadores cristãos anônimos que reinterpretaram as tradições de Jesus para sua própria época, reinterpretações orientadas e moldadas por forças históricas e culturais que nós, vivendo depois, algumas vezes só podemos supor e avaliar.

De qualquer forma, o cristianismo que conhecemos de modo algum brotou da noite para o dia. Ele surgiu em um longo período de tempo, por intermédio de uma época de lutas, discussões e conflitos sobre pontos de vista, doutrinas, perspectivas, cânones e regras rivais. O surgimento final da religião cristã representa uma invenção humana — que, em termos de seu significado histórico e cultural, pode ser considerada a maior invenção da história da civilização ocidental.¹²

OITO

A fé é possível?

No último dia de meu curso inicial sobre o Novo Testamento, eu peço um trabalho escrito a meus alunos. Nós passamos o semestre todo aplicando a abordagem histórico-crítica ao Novo Testamento, discutindo suas muitas perspectivas quanto a questões teológicas básicas, seus problemas históricos, suas discrepâncias internas, o fato de que muitos de seus livros foram escritos por pessoas que não eram quem alegavam ser, e assim por diante. Meus alunos, a maioria dos quais passou por uma formação cristã conservadora, têm muitas reações pessoais a esse material. Mas durante todo o semestre eu os obrigo a trabalhar arduamente, ensinando a abordagem histórica dos primórdios do cristianismo em vez da abordagem devocional com a qual a maioria deles foi criada.

No fim do período, eu quero que eles reflitam sobre o que estavam fazendo e digam o que realmente pensam de tudo aquilo. Então, peço que eles escrevam uma resposta de duas páginas para uma pergunta intencionalmente provocativa tirada de uma discussão hipotética. Eis minhas instruções:

Você está conversando com alguém sobre religião e, como às vezes acontece, essa pessoa ataca, dizendo: “Olhe, o Novo Testamento está repleto de contradições; não temos como saber o que o homem Jesus realmente fez. O apóstolo Paulo transformou o ensinamento simples de Jesus sobre o advento do Reino em um sistema teológico complicado de pecado, julgamento e redenção; e a maioria dos autores do Novo Testamento realmente acreditava que o fim chegaria quando ainda estivessem vivos. O livro é misógino, antissemita e homofóbico, e foi usado para justificar todos os tipos de atos horrendos de eliminação ao longo das eras: apenas ouça alguns dos tele-evangelistas! É um livro perigoso!”

Como você responde?

Nossa última discussão do semestre tem como base aquilo que os alunos escreveram. Suas respostas, como se pode imaginar, são extraordinariamente variadas. Alguns poucos argumentam que tudo o que essa pessoa diz está absolutamente errado: não há contradições na Bíblia, Paulo e Jesus estavam pregando exatamente a mesma coisa, e assim por diante. Não são muitos os alunos que argumentam dessa forma (embora certamente muitos tivessem feito isso no início do semestre), porque eles viram as evidências e sabem que há problemas históricos no Novo Testamento.

Alguns adotam o ponto de vista oposto, argumentando que a pessoa está absolutamente certa, que a Bíblia é fruto de sua própria época que fez mais mal do que bem, levando as pessoas a agir de modos odiosos na defesa de suas próprias ideologias e metas.

Outros alunos concordam com muito do que a pessoa disse, mas argumentam que a Bíblia, ainda assim, é para eles um livro inspirado e que contém importantes orientações sobre como devem levar suas vidas. A maioria desses estudantes não acha que a Bíblia é inequívoca ou que ela pode de algum modo ser retirada de seu contexto do século I e jogada em nosso próprio contexto como se partilhássemos a visão de mundo e as perspectivas dos diferentes autores. E reconhecem que diferentes partes da Bíblia têm coisas diferentes (até mesmo contraditórias) a dizer sobre questões importantes. A visão deles é a de que é preciso avaliar essas diferentes mensagens bíblicas e descobrir quais são particularmente adequadas à sua própria situação, como cristãos norte-americanos vivendo no século XXI, não judeus palestinos, digamos, vivendo no século I.

Os alunos costumam ficar surpresos ao descobrir que sou simpático a esse último ponto de vista. O objetivo do meu curso não é atacar a Bíblia ou destruir a fé dos alunos. Uma das minhas metas é fazer com que eles pensem em questões que importam de verdade para muitos deles e que, em última instância, sejam realmente importantes.

A CRÍTICA HISTÓRICA E A FÉ

O mesmo vale para este livro. Alguns leitores acharão surpreendente que eu

não considere o material apresentado nos capítulos anteriores um ataque ao cristianismo ou a tentativa de um agnóstico de mostrar que a fé, mesmo a cristã, é sem sentido e absurda. Não é o que penso e não é o que tenho tentado fazer.

Em vez disso, tenho tentado fazer com que o estudo sério da Bíblia e dos primórdios do cristianismo seja acessível às pessoas que possam estar interessadas no Novo Testamento, mas que, por qualquer razão, nunca tenham ouvido o que os acadêmicos há muito tempo sabem e pensam sobre ele.

Um de meus objetivos paralelos tem sido destacar que nenhuma das informações apresentadas aqui é novidade para os acadêmicos ou seus alunos, muitos dos quais frequentaram seminários e faculdades de teologia de alto nível na América do Norte e na Europa ocidental. A abordagem histórico-crítica do Novo Testamento é ensinada em todas essas faculdades. Certamente, diferentes acadêmicos e professores vão discordar de mim em um ponto ou outro — se determinada visão de Lucas contradiz a visão de Marcos, se o Evangelho de João contém um dado histórico preciso em um momento ou outro, se Paulo deve ou não ser visto como autor de 2 Tessalonicenses, e assim por diante. Mas os pontos de vista básicos que esbocei aqui são amplamente conhecidos, largamente ensinados e muito aceitos entre acadêmicos do Novo Testamento e seus alunos, incluindo aqueles que se formam em seminários e vão pregar em igrejas. Por que esses alunos tão raramente ensinam essas informações às suas congregações, em vez disso abordam a Bíblia de modo devocional, e não de forma histórico-crítica, não apenas no púlpito (onde seria de se esperar uma abordagem devocional), mas também em suas turmas de educação de adultos? Essa tem sido uma de minhas principais perguntas desde que comecei a escrever este livro.

Alguns pastores, claro, tentam transmitir esse conhecimento histórico-crítico da Bíblia a membros de suas congregações — frequentemente com resultados distintos. Alguns cristãos ficam ansiosos para aprender ao máximo o que os acadêmicos dizem sobre a Bíblia, e outros simplesmente não querem

ouvir, quem sabe por ser complicado demais ou, mais provavelmente, por ameaçar demais a sua fé.

Mas minha sensação é a de que a maioria dos pastores acredita fortemente que os membros de suas igrejas acham que estudar o material histórico-crítico não é uma prioridade à luz de outras preocupações prementes da congregação. Ou simplesmente os pastores não sabem por onde começar. É possível que isso se deva ao modo como eles mesmos foram formados no seminário, onde aprendem sobre a Bíblia em seus cursos de estudos bíblicos, a teologia em seus cursos de teologia e suas obrigações pastorais nos cursos pastorais — sem nunca terem aulas que mostrem como essas áreas estão intimamente relacionadas. Em particular, a maioria dos futuros pastores nunca aprende no seminário como a abordagem histórico-crítica ensinada em um curso pode ser relevante para a teologia que eles aprendem em outro.¹ É uma pena, porque a crítica histórica pode ter importantes vantagens teológicas, e elas devem ser adotadas e alardeadas.

Ou talvez os pastores tenham medo de que, caso a pessoa no banco da igreja saiba o que os estudiosos disseram sobre a Bíblia, ela acabe tendo uma crise de fé ou até mesmo perca sua fé. Minha opinião pessoal é de que a abordagem histórico-crítica da Bíblia não necessariamente leva ao agnosticismo ou ao ateísmo. Na verdade, pode levar a uma fé mais inteligente e reflexiva — certamente mais inteligente e reflexiva do que uma abordagem da Bíblia que negligencie todos os problemas que os críticos históricos descobriram ao longo dos anos.

Essa opinião pode surpreender alguns dos meus leitores, que sabem que eu mesmo passei do cristianismo protestante para o agnosticismo. É verdade que a crítica histórica abalou um pouco a minha visão protestante da Bíblia. Mas não me levou a virar agnóstico. Outra coisa foi responsável por isso, anos após eu ter abandonado a compreensão protestante da Bíblia: minha incapacidade de compreender como um Deus bom e amoroso pode estar no comando deste mundo considerando-se as vidas miseráveis que a maioria das pessoas — mesmo as crentes — é obrigada a suportar aqui.

Minha visão da Bíblia como a Palavra de Deus inequívoca mudara anos

antes, por razões inteiramente diferentes. Assim que eu aceitei plenamente o fato de que não temos na Bíblia as reais palavras inspiradas de Deus — já que não temos mais os originais, e em certos pontos não sabemos o que eles diziam —, isso abriu a porta para a possibilidade de que a Bíblia fosse um livro bastante humano.² Essa compreensão me permitiu estudá-la sob uma perspectiva histórico-crítica. E fazer isso levou aos resultados que vimos neste livro.

- Percebi que havia enormes discrepâncias entre os livros do Novo Testamento. Algumas vezes podiam ser conciliadas, caso alguém se esforçasse bastante com uma imaginação devota; em minha opinião, em outros momentos as discrepâncias não podiam ser conciliadas, por mais fantástica que fosse a explicação (Jesus morre em dias diferentes em Marcos e João).
- Passei a ver que essas diferenças não se limitavam a pequenos detalhes aqui e ali. Algumas vezes autores diferentes tinham compreensões inteiramente distintas sobre temas importantes: Jesus estava com dúvidas e em desespero a caminho da cruz (Marcos) ou calmo e no controle (Lucas)? A morte de Jesus expia o pecado (Marcos e Paulo) ou não (Lucas)? Jesus faz sinais para provar quem é (João) ou se recusa a fazer isso (Mateus)? Os seguidores de Jesus devem seguir a lei para entrar no Reino (Mateus) ou absolutamente não (Paulo)?
- Além disso, descobri que muitos dos livros do Novo Testamento não foram escritos pelas pessoas às quais são atribuídos (Mateus e João) ou pelas pessoas que alegam tê-los escrito (2 Pedro, 1 Timóteo). A maioria desses livros parece ter sido escrita depois que os próprios apóstolos estavam mortos; apenas oito dos 27 livros quase com certeza foram escritos pelas pessoas que tradicionalmente são consideradas seus autores.
- Em sua maioria, os Evangelhos não fornecem informações factuais desinteressadas sobre Jesus, mas contêm histórias que circularam oralmente durante décadas antes de serem colocadas no papel. Isso torna muito difícil saber o que Jesus realmente disse, fez e viveu. Os estudiosos

conceberam formas de contornar esses problemas, mas a realidade é que o Jesus retratado nos Evangelhos (por exemplo, o ser divino tornado humano no Evangelho segundo João) representa uma compreensão posterior de quem Jesus seria, não um relato histórico de quem ele realmente foi.

- Havia muitos outros Evangelhos disponíveis para os primeiros cristãos, além de epístolas, Atos e apocalipses. Muitos deles alegavam ter sido escritos por apóstolos, e superficialmente essas alegações não são mais nem menos plausíveis do que as dos livros que acabaram sendo incluídos no Novo Testamento. Isso leva à questão sobre quem tomou as decisões acerca de quais livros incluir, e qual foi a base para tais decisões. É possível que livros não apostólicos tenham sido incluídos no cânone por líderes da Igreja que simplesmente não tinham informações? É possível que livros que deveriam ter sido incluídos terem sido deixados de fora?
- A criação do cânone cristão não foi a única invenção da Igreja inicial. Uma grande série de perspectivas teológicas surgiu não durante a vida de Jesus ou mesmo por intermédio dos ensinamentos de seus apóstolos originais, mas posteriormente, enquanto a Igreja cristã crescia e se transformava em uma nova religião, mais que uma seita do judaísmo. Entre elas estão algumas das mais importantes doutrinas cristãs, como a do Messias sofredor, a divindade de Cristo, a Trindade e a existência de céu e inferno.

E assim, à medida que eu passava a ver a Bíblia como um livro bastante humano, começava a ver o cristianismo como uma religião bastante humana.³ Ela não desceu do alto. Foi criada, aqui na Terra, entre os seguidores de Jesus nas décadas e nos séculos posteriores à sua morte. Mas nada disso fez de mim um agnóstico.

HISTÓRIA E MITO

Você talvez ache que alguém que se deu conta de que o cristianismo era uma criação humana decidiria abandonar a fé cristã, sair da Igreja e começar a

fazer alguma outra coisa em suas manhãs de domingo. Mas não foi assim no meu caso, e também no de muitos outros estudiosos como eu, que começaram como sólidos cristãos, se deram conta de que as perspectivas histórico-críticas do Novo Testamento eram convincentes, mas de um modo ou de outro continuaram a ser pessoas de fé. Alguns dos meus amigos mais íntimos lecionam em faculdades de teologia e seminários, formando pastores cristãos. E eles concordam plenamente com grande parte do que eu disse nestes capítulos. Alguns deles usam em seus cursos introdutórios meu livro didático sobre o Novo Testamento, uma obra que apresenta a maioria dos pontos de vista discutidos aqui.

No meu caso, quando me dei conta de que o cristianismo era uma religião muito humana, senti a necessidade de avaliar o que pensava sobre as suas alegações. E achei que elas me soavam muito bem — em relação ao modo como eu via o mundo e pensava sobre meu lugar nele. Passei a pensar na mensagem cristã sobre Deus, Cristo e a salvação que ele traz como uma espécie de “mito” cristão, ou um grupo de mitos — um conjunto de histórias, visões e perspectivas que não são provadas e nem prováveis, mas também não refutáveis — que podia, e devia, moldar e orientar minha vida e meu raciocínio.

Continuei a acreditar em um Deus literal, embora estivesse cada vez menos certo em relação ao que realmente poderia ser dito sobre ele (ou ela, ou isso). E continuei a crer que o próprio Jesus certamente havia existido. Mas passei a acreditar que a religião construída em torno de Deus e Jesus era baseada em vários mitos, não em fatos históricos. A morte de Jesus não era um mito, mas a ideia de que era uma morte que trazia a salvação, sim. Isso não podia ser historicamente provado ou negado, mas era uma história poderosa que eu considerava que podia e devia determinar o modo como eu via o mundo e como levava minha vida. Para mim, a morte de Jesus era um ato de amor generoso. Segundo esse mito, Jesus estava disposto a viver e a morrer pelo bem dos outros. Era uma ideia que eu considerava ao mesmo tempo nobre e enobrecedora. Acreditava que esse exemplo de sacrifício pessoal fazia de Cristo um ser merecedor de adoração e sentia que era um exemplo que devia seguir. Não porque pudesse provar seu sacrifício pessoal como um fato

histórico, mas porque tinha um apelo pessoal.

A ressurreição de Jesus não era um acontecimento histórico que pudesse ser provado ou negado, já que pela natureza de seu trabalho os historiadores não são capazes de provar a ocorrência de um milagre. Era uma grandiosa afirmação mítica sobre Deus e o mundo. Este mundo não é tudo o que existe. Há vida além dele. E os atos horríveis dos seres humanos, como crucificar um homem inocente, não são o ponto final da história. O mal não tem a última palavra; Deus tem a última palavra. E a morte não é o fim. Deus triunfa sobre tudo, até sobre a própria morte.

Para mim, a salvação passou a ser cada vez menos uma questão de sobre ir para o céu ou para o inferno quando morresse. Eu me dei conta de que também esses conceitos eram, em certo sentido, mitos. Não há literalmente um lugar de tormento eterno onde Deus, ou os demônios fazendo sua vontade, vão torturar pobres almas por trinta trilhões de anos (só para começar) por pecados que elas cometeram durante trinta anos. Que espécie de nazista divino e eterno seria um Deus como esse? O céu significava ter um comportamento correto perante Deus e a garantia de que no fim, quando morrermos, seremos de alguma forma unidos a Ele. Nós, portanto, nada temos a temer da morte. O inferno não era um lugar de tormento literal, mas uma alienação de Deus que nos impediria de um dia ter a verdadeira paz.

O próprio Deus era uma espécie de mito para mim. Eu certamente achava que ele existia, mas sua existência não podia ser provada ou negada. Ele era a força de bondade, a reverência e a maravilha no mundo. Era aquele que estava acima de tudo, bem além do que podemos imaginar quando olhamos para o céu da noite e pensamos nos bilhões de estrelas e nos bilhões de galáxias. Ele estava acima e além de tudo, uma força boa e de bondade no mundo.

Seria necessário um livro para descrever minha teologia como acabou sendo desenvolvida na época. O importante aqui é que eu descobri que a abordagem histórico-crítica do Novo Testamento não destruiu minha fé; ela aprofundou minha fé e me deixou mais exigente no modo como pensava e falava sobre Deus, seu mundo, seu Cristo e sua salvação. Sim, essa forma de

pensar sobre o mundo era humana. Mas que tipo de raciocínio *não* é humano? Nós somos humanos! Claro que pensamos como humanos. E não pode ser de outra forma — nem mesmo para as pessoas (algumas das quais estão lendo isto agora) que alegam pensar os pensamentos de Deus como Ele os revelou a elas. Até mesmo essa noção é uma ideia humana — uma ideia que as pessoas têm porque foi dada a elas por outras pessoas que viveram antes delas, desde o momento em que alguém a concebeu.

ABANDONANDO A FÉ

Portanto, não abandonei a fé cristã por causa dos problemas inerentes à fé propriamente dita nem porque me dei conta de que a Bíblia era um livro humano ou que o cristianismo era uma religião humana. Tudo isso é verdade — mas não foi o que desmontou minha aceitação do mito cristão. Eu abandonei a fé pelo que considerei (e ainda considero) ser uma razão distinta: o problema do sofrimento no mundo.

Chegou um momento em minha vida em que descobri que os mitos já não faziam sentido para mim, já não moldavam o modo como eu via o mundo. Cheguei a um ponto em que já não conseguia ver como — mesmo do ponto de vista mítico — as crenças cristãs fundamentais poderiam ser em qualquer sentido “verdadeiras” para mim, considerando-se a realidade opressiva e inegável do sofrimento humano no mundo. Esse é o tema de outro livro.⁴ Aqui, basta dizer que foi por causa dessa mudança particular de raciocínio (não por causa da visão histórico-crítica que tinha da Bíblia) que eu deixei a Igreja. A maioria dos meus amigos não fez isso. Quase todos esses amigos são acadêmicos que concordam comigo no que diz respeito à compreensão histórica da Bíblia e da fé cristã. Mas, para eles, os mitos ainda funcionam e têm apelo. Esses amigos encontram uma espécie de consolo e força em sua fé. Eles valorizam a rica herança histórica dada a eles pelos séculos de pensadores e teólogos cristãos. São apaixonados pelos hinos cristãos, pelas liturgias cristãs e pelos serviços religiosos. Eles acreditam que a verdade é muito mais profunda do que aquilo que pode ser dito historicamente sobre a Bíblia e sobre o desenvolvimento da religião cristã nos quatro primeiros séculos.

Mesmo agora, enquanto escrevo estas palavras, estou passando um feriado na praia com dois dos meus amigos mais íntimos e mais próximos, duas pessoas que amo muito e que fariam qualquer coisa por mim e também por quem eu faria qualquer coisa. Ambos são mais inteligentes do que eu, mais cultos do que eu, filosoficamente mais sofisticados do que eu (nem todos podem ser astros intelectuais). Nenhum dos dois teria, e não tem, qualquer problema com as informações históricas que apresentei neste livro. E ambos chamam a si mesmos, desavergonhadamente, de cristãos. Pergunte a eles se acreditam em Deus e dirão que sim. Achem que Cristo é Deus? Sim. Achem que é o Senhor? Sim. A fé não é uma questão de inteligência.

O VALOR TEOLÓGICO DA CRÍTICA HISTÓRICA

Eu sustento firmemente que uma compreensão histórica da Bíblia não necessariamente leva ao tipo de agnosticismo que eu mesmo adotei. Isso choca muitas pessoas como porque é óbvio que elas não entendem por que eu precisaria sequer dizer. Eu me sinto compelido a dizer porque há muitas outras pessoas — especialmente cristãos protestantes e pentecostais — para quem isso seria uma novidade.

Ao mesmo tempo, gostaria de insistir em que aqueles que continuam na fé não devem descartar a importância teológica da abordagem histórica do Novo Testamento. Na verdade, em vez de agirem como se a crítica histórica fosse irrelevante para a fé, estudiosos, professores e seus alunos deveriam investigar mais plenamente o significado teológico da crítica histórica. Vou dar apenas dois exemplos, um óbvio e outro nem tanto.

O exemplo óbvio é negativo: se as descobertas da crítica histórica são corretas, então algumas alegações teológicas certamente têm de ser consideradas inadequadas e equivocadas. Acho que seria impossível argumentar que a Bíblia é um todo unificado, inequívoco em todos os pontos, inspirado por Deus de todas as formas. Não pode ser assim. Há divergências, discrepâncias e contradições demais; formas alternativas demais de ver ao mesmo tempo, alternativas que com frequência contradizem umas às outras. A Bíblia não é uma unidade, é uma enorme pluralidade. Deus não escreveu a Bíblia; pessoas escreveram. Muitas dessas pessoas foram inspiradas no

sentido de que escreveram obras que podem inspirar outras a ter grandes e importantes ideias e a conseguir grandes e importantes feitos. Mas elas não foram inspiradas no sentido de que Deus de algum modo as guiou para que escrevessem o que escreveram.

O exemplo menos óbvio é a versão positiva do anterior. Há muitos pontos de vista na Bíblia. Cada um deles foi escrito em um contexto histórico e cultural específico e completamente moldado por ele. Nenhuma dessas visões pode ser retirada de seu contexto original, jogada em um contexto diferente, como os Estados Unidos do século XXI, e se esperar que ela nos transmita uma revelação inequívoca hoje. Mas, como há tantas mensagens diferentes na Bíblia, com frequência sobre o mesmo assunto, o leitor da Bíblia pode avaliar se essa ou aquela mensagem é apropriada e verificar a relevância que ela pode ter para a vida no presente. Algumas mensagens serão mais apropriadas a certos contextos do que outras. E os leitores da Bíblia não devem ter medo de proclamar uma mensagem em vez de outra.⁵

Espero que todos concordem em que os ensinamentos de Jesus, no que diz respeito a crianças (“Vinde a mim as criancinhas”), são uma orientação mais útil do que o ensinamento do Salmo 137 (“Feliz quem agarrar e esmagar teus nenês contra a rocha!”). Da mesma forma, algumas das visões que a Bíblia tem das mulheres são superiores a outras. Assim, a postura do apóstolo Paulo em relação às mulheres é a de que elas podem e devem ser líderes de comunidades cristãs — como fica evidente no fato de que em suas próprias comunidades havia mulheres organizadoras da igreja, diáconas e mesmo apóstolas (Romanos 16). Essa postura é muito melhor do que aquela inserida por um escriba posterior na primeira epístola de Paulo aos coríntios, que afirma que as mulheres sempre devem ficar em silêncio na igreja (1 Coríntios 14:35-36), ou aquela falsificada sob o nome de Paulo na epístola de 1 Timóteo, que insiste em que as mulheres se limitem ao silêncio, à submissão e à gravidez (1 Timóteo 2:11-15).

Ao considerar que partes da Bíblia têm algo a dizer no contexto moderno, é importante recordar a visão histórica de que todos os autores bíblicos viviam em um mundo diferente do nosso e refletiram as suposições e crenças das

pessoas em seu mundo. Para dar um exemplo particularmente convincente, o mundo deles não tinha o conceito do que vemos como homossexualismo. Em outras palavras: naquele mundo não havia homossexualidade. Por quê? Não porque homens não fizessem sexo com homens (eles faziam) ou mulheres com mulheres (elas faziam), mas porque não havia noção de orientação sexual naquele mundo, ou em qualquer mundo, até a ideia de orientação sexual ser desenvolvida por pensadores ocidentais nos séculos XIX e XX. Consequentemente, as próprias suposições por trás da condenação do apóstolo Paulo às relações de mesmo sexo são muito diferentes das suposições que as pessoas no mundo moderno têm sobre si mesmas como seres sexuais. Você não pode pegar as instruções de Paulo sobre relações do mesmo sexo, retirá-las das suposições que ele fazia sobre sexo e gênero e transplantá-las para outro conjunto de suposições.

Isso é verdade para tudo o que é encontrado na Bíblia. Ela foi escrita em um mundo diferente, em um contexto diferente. A ideia de que “Jesus vai voltar” tem como base a noção de que acima de nós, no céu, acima das nuvens, há um espaço em que Deus habita, e para onde Jesus foi a fim de viver com Ele. Ele ascendeu fisicamente e voltará para cá fisicamente. Ninguém mais acha que acima das nuvens há um lugar onde Deus e Jesus vivem. Acima das nuvens há mais atmosfera, acima dela está o espaço, e além disso bilhões de estrelas — e isso apenas em nossa galáxia. Se a própria ideia de que Jesus vai voltar supõe que haja um “acima” — o que fazer com essa noção em um universo como o nosso, em que literalmente não há acima nem abaixo a não ser em relação ao lugar onde você por acaso esteja em pé no momento? Você obviamente precisa traduzir essa ideia para algum tipo de idioma moderno de modo a encontrar algum sentido. Ou, em outras palavras, você precisa remitificar o mito da volta de Jesus. Do contrário, será obrigado a aceitar não apenas a ideia de que Jesus irá voltar, como também a cosmologia na qual ela é baseada.

O mesmo vale para todos os ensinamentos da Bíblia — sobre mulheres, sobre relações do mesmo sexo, sobre sexo extraconjugal, sobre pena de morte, sobre guerra, sobre riqueza, sobre escravidão, sobre doença, sobre...

Bem, sobre tudo.

Algumas pessoas podem achar que escolher o que se quer aceitar e jogar o restante fora é uma postura perigosa a ser adotada em relação à Bíblia. Minha opinião é a de que todo mundo já escolhe o que quer aceitar na Bíblia.⁶ Os exemplos mais flagrantes disso podem ser encontrados entre as pessoas que alegam não estar escolhendo. Tenho uma jovem amiga cujos pais evangélicos ficaram aborrecidos porque ela queria fazer uma tatuagem, já que, afinal, a Bíblia condena tatuagens. No mesmo livro, o Levítico, a Bíblia também condena usar roupas feitas de dois tecidos diferentes e comer porco. E indica que as crianças que desobedecem aos pais devem ser apedrejadas até a morte. Por que insistir no ensinamento bíblico sobre tatuagens e não sobre camisas, costeletas de porco e apedrejamento?

Em minha opinião, as pessoas precisam usar sua inteligência para avaliar o que consideram verdadeiro e falso na Bíblia. É assim que temos de viver em geral. Devemos avaliar tudo o que ouvimos e vemos — sejam os textos inspiradores da Bíblia ou os textos inspiradores de Shakespeare, Dostoievski ou George Eliot, de Gandhi, Desmond Tutu ou do Dalai Lama.

POR QUE, ENTÃO, ESTUDAR A BÍBLIA?

Provavelmente a pergunta que as pessoas que sabem que eu sou um acadêmico agnóstico do Novo Testamento mais me fazem é por que eu continuo a estudar e a ensinar o Novo Testamento se não acredito mais nele.

É uma pergunta que nunca fez muito sentido para mim. A Bíblia é o livro mais importante da história da civilização ocidental. É o mais comprado, o mais minuciosamente estudado, o mais reverenciado e o mais malcompreendido — de todos os tempos! Por que eu não iria querer estudá-lo?

Tenho amigos que ensinam inglês medieval. Eles não acreditam em Chaucer, mas acham que ele é importante, então passam a vida estudando, ensinando e escrevendo sobre esse autor. O mesmo vale para meus amigos que dão aula sobre os clássicos — Homero, Sófocles, Eurípedes, Platão, Aristóteles, Sêneca, Lívio, Marcial e Plauto. Todos esses são escritores

importantes cujas obras merecem a devoção da vida de um estudioso, independentemente de quais sejam as crenças pessoais do acadêmico. O mesmo se aplica a meus amigos que estudam e ensinam Shakespeare, John Donne, Charles Dickens ou T. S. Eliot.

E é o mesmo no caso do estudo dedicado à Bíblia. A única diferença em relação à Bíblia é que há muitas pessoas em nosso mundo que realmente acreditam nela. Eu não menosprezo ninguém que continue a acalantar a Bíblia como um texto inspirado, mas, além de lê-la devocionalmente, há um valor em lê-la historicamente. De fato, uma leitura histórica pode revelar as deficiências da Bíblia — discrepâncias, contradições, alegações equivocadas, afirmações impossíveis e ideologias prejudiciais. Mas uma leitura histórica pode abrir um panorama inteiramente novo para nossa compreensão da Bíblia e de suas múltiplas mensagens.

Além disso, mesmo aqueles de nós que não acreditam na Bíblia ainda podem aprender com ela. É um livro que merece ser lido e estudado, não apenas como um documento de fé, mas também como um registro histórico das ideias, das crenças, das experiências, das atividades, das paixões, dos ódios, dos preconceitos e das opiniões de pessoas que estão na base de nossa civilização e nossa cultura. Pode nos ajudar a pensar nas grandes questões da vida — por que estamos aqui, o que deveríamos fazer, o que acontecerá com este mundo. Pode nos inspirar — e nos alertar — com seus exemplos. Pode nos estimular a buscar a verdade, a combater a opressão, a lutar por justiça, a insistir na paz. Pode nos motivar a viver mais plenamente enquanto pudermos. Pode nos encorajar a viver mais para os outros e não apenas para nós mesmos. Nunca chegará o tempo na história da raça humana em que essas lições terão sido ultrapassadas, em que as ideias de importantes pensadores religiosos do passado sejam irrelevantes para aqueles de nós ainda vivos, e pensando, no presente.

CAPÍTULO 1: UM ATAQUE HISTÓRICO À FÉ

1 — Do modo que João 4:54 é traduzido, alguns leitores foram levados a pensar que ele se refere apenas ao segundo sinal feito na Galileia. Uma tradução mais adequada é a de que esse é o segundo sinal de Jesus, que ele fez após ir de Jerusalém à Galileia.

2 — Eu realmente não acho que os pastores devam pregar os resultados da crítica histórica no púlpito em seus sermões semanais (embora ache que os sermões definitivamente devam ser enraizados e baseados em verdadeiro conhecimento). Mas nas igrejas há muitas oportunidades fora dos sermões semanais para que os pastores ensinem aos membros de suas igrejas o que os acadêmicos há muito tempo dizem sobre a Bíblia. E na maioria das igrejas isso simplesmente nunca é feito.

CAPÍTULO 2: UM MUNDO DE CONTRADIÇÕES

1 — Uma ferramenta muito útil para os estudantes da Bíblia é uma sinopse da Bíblia, em que as histórias dos Evangelhos são literalmente colocadas em colunas paralelas, uma ao lado da outra, para uma fácil comparação. Muitos professores colocam uma sinopse da Bíblia na bibliografia obrigatória de seus cursos sobre o Novo Testamento. Uma das mais populares é a editada por Kurt Aland, *Synopsys of the Four Gospels* (Peabody, MA: Hendrickson, 2006).

2 — Esse é o principal exemplo que dou em meu livro didático universitário sobre o Novo Testamento, *The New Testament: A Historical Introduction to the Early Christian Writings*, 4a ed. (Nova York: Oxford University Press, 2008), pp. 262-65.

3 — Ver essa discussão nas páginas 161-62.

4 — Neste Evangelho, o dia do *Pessach* coincide com o sabá, então também nele Jesus é crucificado em uma sexta-feira.

5 — Alguns estudiosos argumentaram que o relato de João é historicamente mais provável que o de Marcos, já que de outra forma o julgamento de Jesus perante as autoridades judaicas teria acontecido no dia da festa do *Pessach*, violando a lei judaica (posterior?). Se isso estiver certo, então Marcos teria mudado a data, provavelmente para retratar a última refeição de Jesus como uma antecipação da prática cristã da Ceia do Senhor. Contudo, a maioria dos estudiosos não se convence com essa visão, e acredita que João, escrevendo cerca de trinta anos após Marcos, mais provavelmente foi o responsável pela mudança de data.

6 — Diferentemente dos laços modernos, os antigos casamentos judaicos precisavam de um divórcio para serem rompidos.

7 — Alguns estudiosos tentaram solucionar a contradição invocando as complicadas regras do “casamento levirato”, no qual um homem desposa a esposa de seu irmão após a morte dele. Na verdade, essa solução não resolve o problema das diferentes genealogias, como é demonstrado no relato abalizado de Raymond Brown, *The Birth of the Messiah: A Commentary on the Infancy Narratives of Matthew and Luke* (Garden City, NJ: Doubleday, 1977), vol. 1, pp. 503-04.

8 — Caso você leia a passagem de Crônicas 1, tenha em mente que nesse livro Ozias é chamado de Azarias, como pode ser visto ao se comparar 2 Reis 14:21 com 2 Crônicas 26:1.

9 — Ver minha discussão em *Misquoting Jesus: The History Behind Who Changed the Bible and Why*[\[5\]](#) (São Francisco: HarperSanFrancisco, 2005), pp. 158-61.

10 — Os três primeiros Evangelhos são chamados de Sinóticos porque têm tantas histórias em comum que podem ser colocados em colunas paralelas e “vistos juntos”, o significado literal de “sinótico”.

11 — A maioria dos estudiosos da Bíblia está convencida de que Lucas e Atos foram escritos pela mesma pessoa; leia Lucas 1:1-14 e Atos 1:1-5 para entender por quê.

12 — As razões para se pensar que o próprio Marcos não escreveu os 12 últimos versículos são tão fortes que a maioria das modernas traduções da Bíblia os inclui entre colchetes com uma nota de rodapé indicando que não são o final original. Para começar, eles não são encontrados em nossos manuscritos mais antigos. Depois, esses versículos são escritos em um estilo literário e com um vocabulário não encontrados em nenhum outro ponto de Marcos. Além disso, a transição do versículo 8 para o 9 não faz sentido quando lida em grego. Para uma discussão mais aprofundada, ver *Misquoting Jesus; The History Behind Who Changed the Bible and Why* (São Francisco: HarperSanFrancisco, 2005), pp. 65-68.

13 — Para uma discussão sobre esses métodos, ver os capítulos 6 a 11 em meu livro *The New Testament: A Historical Introduction to the Early Christian Writings*, 4a ed. (Nova York: Oxford University Press, 2008).

CAPÍTULO 3: MUITAS VISÕES DIVERGENTES

1 — É claro que, para tentarmos compreender esses diferentes pontos de vista, precisamos fazer o trabalho de interpretação. Ao contrário do que algumas pessoas supõem, os textos não falam sozinhos. Eles precisam ser interpretados. E isso nunca pode ser feito “objetivamente”, como se nós, os leitores, fôssemos robôs; os textos são interpretados subjetivamente por humanos. Porém, segundo uma perspectiva histórico-crítica, cada autor do Novo Testamento deve ser lido e interpretado em seus próprios termos, sem que os termos de algum *outro* autor sejam impostos a ele.

2 — Alguns escribas que copiaram Lucas eliminaram essa oração, evidentemente por não gostarem da implicação de que Jesus queria que os judeus fossem perdoados por tê-lo crucificado. Para uma discussão mais aprofundada sobre esse tema, ver pp. 204-06.

3 — Você mesmo pode ver isso lendo Isaías 7 e 8. Ele afirma que, antes que uma criança prestes a ser concebida nasça e fique muito velha, os inimigos do povo de Israel serão dispersados e não mais os incomodarão.

4 — Veja a discussão sobre essa passagem no comentário de Raymond

Brown, *The Gospel According to John* (Garden City, NJ: Doubleday, 1966), vol 1.

5 — Veja a discussão nas pp. 172-73.

6 — Minha interpretação de Paulo foi muito influenciada por E. P. Sanders; ver seu livro, hoje um clássico, *Paul and Palestinian Judaism: A Comparison of Patterns of Religion* (Minneapolis: Augsburg Fortress Press, 1977). Para outras formas de ler Paulo defendidas por outros críticos históricos, ver John Gager, *Reinventing Paul* (Nova York: Oxford, 2002), e Stanley Stowers, *A Rereading of Romans: Justice, Jews, and Gentiles* (New Haven: Yale University Press, 1997).

7 — Na opinião de Paulo, fazer boas ações seria algo natural depois que a pessoa alcançasse a postura correta perante Deus (ser justo), mas as boas ações não contribuem para conseguir a postura correta.

8 — Alguns estudiosos identificam uma exceção em Atos 20:28, mas na minha opinião essa é uma leitura equivocada do versículo. Para uma discussão mais ampla, ver meu livro *The Orthodox Corruption of Scripture: The Effect of Early Christological Controversies on the Text of the New Testament* (Nova York: Oxford University Press, 1993), p. 203. A outra possível exceção, Lucas 22:19-20, não é original de Lucas. Ver *ibid*, pp. 197-209.

9 — Sobre essa ser a redação original do texto, ver *ibid*, pp. 62-67.

CAPÍTULO 4: QUEM ESCREVEU A BÍBLIA?

1 — Alguns críticos de um dos meus livros anteriores, sobre o problema do sofrimento, sugeriram deturpadamente que o título “O problema com Deus” na verdade deveria ser “O problema com Deus segundo Bart Ehrman” —, mas obviamente não é como eu mesmo chamaria o livro!

2 — Nós também temos versões relativamente completas de Atos de André, Pedro, Tomé e Paulo — também eles são interessantes para ver quais lendas surgiram, mas são de pouca utilidade histórica. Para uma bela coletânea desses textos, ver J. K. Elliott, *The Apocryphal New Testament* (Nova York:

Oxford University Press, 1993).

3 — Sobre a alfabetização no mundo antigo, ver William Harris, *Ancient Literacy* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989); para a alfabetização especificamente entre os judeus da Palestina, ver Catherine Hezser, *Jewish Literacy in Roman Palestine* (Tübingen: MohrSiebeck, 2001).

4 — Para citar um exemplo bem-conhecido dessa ignorância dos costumes judaicos: Marcos 7:3 indica que os fariseus “e todos os judeus” lavavam as mãos antes de comer, de modo a seguir “a tradição dos anciãos”. Isso não é verdade: a maioria dos judeus não praticava esse ritual. Se Marcos fosse judeu, ou mesmo um gentio vivendo na Palestina, ele certamente saberia disso.

5 — Os Evangelhos foram escritos muito antes: Marcos, possivelmente por volta de 70 d.C.; Mateus e Lucas, entre 80 e 85; João, por volta de 90 ou 95.

6 — O historiador da Igreja Eusébio chama Pápias de “um homem de muito pouca inteligência” (Eusébio: *História da Igreja* 3,39).

7 — Hoje isso é consenso entre os estudiosos. Para começar, Mateus usou Marcos como fonte de muitas de suas histórias, copiando o grego palavra a palavra em algumas passagens. Se nosso Mateus fosse uma tradução grega de um original hebraico, não seria possível explicar a concordância literal entre Mateus e Marcos no próprio grego.

8 — Dependendo de ele ter recebido essa informação diretamente do “ancião” ou de um “companheiro” de um dos anciãos.

9 — Outra tradição em Pápias que ninguém considera historicamente precisa: ele escreve que Judas, após a traição, inchou, e ficou tão gordo que não conseguia andar pela rua, porque nem mesmo sua cabeça cabia entre os prédios, até ele acabar de certa forma explodindo e morrendo. É uma ótima história, mas ninguém acredita nela.

10 — A razão para pensar que “Lucas” era o companheiro de viagem de Paulo é que em quatro passagens dos Atos o autor usa a primeira pessoa do plural, “nós”. Essas “passagens nós” (por exemplo, Atos 16:10-16) sugerem que o autor estava com Paulo nesses acontecimentos específicos. Contudo, outros acadêmicos observaram que as passagens começam e terminam de

forma marcadamente abrupta. Além disso, o autor nunca diz nada como “eu então me juntei a Paulo e fizemos isso e aquilo”. Por que o corte abrupto? Hoje acredita-se que o autor não era companheiro de Paulo, e sim que uma de suas fontes foi alguma espécie de diário de viagem que ele teria descoberto em sua pesquisa e que adotava a primeira pessoa do plural.

11 — Ver a discussão nas pp. 151-52.

12 — Eu já indiquei que o Apocalipse era um dos oito livros certamente escritos sob o nome de seu verdadeiro autor, por não alegar ser de João, o filho de Zebedeu. Muitos cristãos posteriores que o aceitaram como parte do cânone achavam que era de um outro João, conhecido como João, o Velho. Isso coloca o livro do Apocalipse em uma categoria diferente do livro de Tiago, que foi aceito como canônico exatamente porque se considera que tenha sido escrito pelo irmão de Jesus.

13 — Isso costuma ser dito entre estudiosos do Novo Testamento fazendo comentários sobre livros como as epístolas pastorais; especialistas em antigas fraudes literárias há muito sabem que a alegação é mentirosa. Ver as obras citadas na nota 14. Para uma discussão muito acessível de um acadêmico conservador, ver Terry L. Wilder, *Pseudonymity, the New Testament, and Deception: An Inquiry into Intention and Reception* (Lanham, MD: University Press of America, 2004).

14 — A única discussão abrangente sobre praticamente todos os dados relevantes é Wolfgang Speyer, *Die literarische Fälschung im heidnischen und christlichen Altertum* (Munique: C. H. Beck, 1971). Mas um relato fascinante de alguns aspectos do problema pode ser encontrado em Anthony Grafton, *Forgers and Critics: Creativity and Duplicity in Western Scholarship* (Princeton: Princeton University Press, 1990).

15 — Esse livro pode ser encontrado em Elliott, *Apocryphal New Testament*, pp. 379-82.

16 — Uma boa tradução para o inglês, com introdução, foi feita por John Collins em *The Old Testament Pseudepigrapha*, org. James H. Charlesworth (Nova York: Doubleday, 1983), vol. 1, pp. 317-472.

17 — Duas refutações recentes da ideia de que os neopitagóricos

praticaram fraudes por essa razão são feitas por Jeremy N. Duff, em “Reconsideration of Pseudepigraphy in Early Cristianity” (dissertação de doutorado, Universidade de Oxford, 1998), e por Armin Baum, em *Pseudepigraphie und literarische Fälschung im frühen Christentum* (Tübingen: Mohr-Siebeck, 2001).

18 — Tertuliano, *On Baptism*, 17. “Os Atos de Paulo e Tecla” podem ser encontrados em Elliott, *Apocryphal New Testament*, pp. 364-74.

19 — Essa história pode ser encontrada em Diógenes Laércio, *Lives of Philosophers* 5, 92-93.

20 — A que sobreviveu pode ser encontrada em Elliott, *Apocryphal New Testament*, p. 546.

21 — Ver Elliott, *Apocryphal New Testament*, pp. 68-83.

22 — Esse livro também é algumas vezes chamado de Evangelho de Nicodemos. Ver Elliott, *Apocryphal New Testament*, pp. 169-85.

23 — Para explicações mais detalhadas sobre as visões acadêmicas-padrão, ver meu livro didático *The New Testament: A Historical Introduction*, capítulo 24, que também oferece uma bibliografia de outras obras acadêmicas.

24 — Ver a discussão de Victor Paul Furnish em *Anchor Bible Dictionary*, org. D. N. Freedman (Nova York: Doubleday, 1992), vol. 2, s.v. “Ephesians, Epistle to the”, pp. 535-42.

25 — Em Filipenses 1:1, Paulo menciona bispos (plural) e diáconos, mas não nos diz o que essas pessoas faziam ou em que sentido, se é que havia algum, eles teriam papéis de liderança na igreja.

CAPÍTULO 5: LUDIBRIADOR, LUNÁTICO OU SENHOR? DESCOBRINDO O JESUS HISTÓRICO

1 — Algumas vezes se acredita que o historiador Suetônio também faz uma referência a Jesus. Ao discutir a expulsão dos judeus de Roma no reinado de Cláudio, cerca de vinte anos após a morte de Jesus, Suetônio escreve que isso ocorreu por causa de rebeliões que tinham sido “instigadas por Chrestus”.

Alguns estudiosos argumentaram que era uma grafia errada do nome de Cristo, e que os judeus de Roma tinham se revoltado por causa das alegações dos cristãos de que Jesus era o Messias. É uma possibilidade, mas, mesmo que seja verdade, mais uma vez isso não fornece nenhuma informação histórica concreta sobre a vida de Jesus. A outra possibilidade é que Suetônio estivesse sendo preciso e que as revoltas tenham sido iniciadas por um homem chamado Chrestus.

2 — Para uma discussão abrangente desse texto e dos outros mencionados nesta seção, ver John Meier, *A Marginal Jew: Rethinking the Historical Jesus* (Nova York: Doubleday, 1991), vol. 1.

3 — Ver Gálatas 4:4; Romanos 15:7; 1 Coríntios 9:5; Gálatas 1:19; 1 Coríntios 15:5; 1 Coríntios 11:22-25; 1 Coríntios 7:10-11 e 1 Coríntios 9:14.

4 — Para mais informações, ver meu *New Testament: A Historical Introduction*, capítulo 7.

5 — Alguns estudiosos acham que o Evangelho não canônico de Tomé, com suas 114 falas de Jesus, a maioria das quais não é encontrada no Novo Testamento, pode também preservar algumas tradições autênticas da vida de Jesus.

6 — Publicado pela primeira vez em 1906, ainda vale muito a pena lê-lo (Nova York: Macmillan, 1978).

7 — Sobre o significado e a natureza do pensamento apocalíptico judaico, ver pp. 92-95.

8 — Isso é argumentado de forma persuasiva por E. P. Sanders em seu clássico estudo *Jews and Judaism* (Filadélfia: Fortress Press, 1985).

9 — Exceções de destaque são as publicações do Jesus Seminar e de vários de seus membros, entre eles Marcus Borg, *Meeting Jesus Again for the First Time* (São Francisco: HarperSanFrancisco, 1994), e John Dominic Crossan, *The Historical Jesus: The Life of a Mediterranean Jewish Peasant*[\[6\]](#) (São Francisco: HarperSanFrancisco, 1994).

10 — Ver Dale Allison, *Resurrecting Jesus: The Earliest Christian - Tradition and Its Interpreters* (Londres: T.&T. Clark, 2005).

CAPÍTULO 6: COMO RECEBEMOS A BÍBLIA

1 — Muitos teólogos sustentam que Deus estava em ação por trás de todo o processo para garantir que desse certo a longo prazo. Nesse caso, é um mistério o porquê de todo o processo não ter sido mais claro, suave e rápido (afinal, estamos falando de Deus).

2 — Ver meu *Misquoting Jesus: The Story Behind Who Changed the Bible and Why* (São Francisco: HarperSanFrancisco, 2005).

3 — Duas das críticas mais inteligentes na internet são as de Daniel Wallace, “The Gospel According to Bart”, em www.bible.org/page.php?page_id=4000, e a de Ben Witherington, “Misanalyzing text Criticism — Bart Ehrman’s ‘Misquoting Jesus’”, em www.benwitherington.blogspot.com/2006/03/misanalyzing-text-criticism-bart.html. Além disso, em resposta foram publicados três livros do ponto de vista conservador: Dillon Burroughs, *Misquotes in Misquoting Jesus: Why You Can Still Believe* (Ann Arbor: Nimble Books, 2006); Timothy Paul Jones, *Misquoting Truth: A Guide to the Fallacies in Bart Ehrman’s Misquoting Jesus* (Downer’s Grove, Il.: Intervarsity Press, 2007); e Nicholas Perrin, *Lost in Transmission: What We Can Know About the Words of Jesus* (Nova York: Thomas Nelson, 2008).

4 — Nunca, por escrito ou em entrevistas, eu disse ter perdido minha fé cristã por causa de variações textuais na tradição dos manuscritos do Novo Testamento. Como explico no capítulo 8 (e discuto em meu livro *God’s Problem*^[7], Harper One, 2008), foi o problema do sofrimento que acabou me tornando um agnóstico.

5 — Teólogos cristãos posteriores encontraram outra referência à Trindade em Mateus 28:19-20: o “nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”. Certamente todos os três membros do que viria a se tornar a Trindade são mencionados aqui, e eu não acho que este seja um caso em que escribas acrescentaram a referência ao texto posteriormente: ela está em todos os nossos manuscritos. Mas a relação fundamental entre os três não é indicada, e isso é o mais importante: não há nenhuma referência ao fato de cada um dos

três ser uma pessoa divina individualmente e os três juntos serem o único Deus tri-uno.

6 — Alguns teólogos fazem a distinção entre livros inspirados por Deus e livros que são parte do cânone; para eles, os livros canônicos são inspirados, e outros livros também podem ser.

7 — A palavra “cânone” vem do grego *kanon*, que significa “margem estreita” ou “instrumento de medição”. Passou a designar qualquer coletânea de textos reconhecida.

8 — Alguns estudiosos já não consideram o termo “gnosticismo” informativo, útil ou preciso para descrever esses grupos; ver Michael Williams, *Rethinking Gnosticism: An Argument for Dismantling a Dubious Category* (Princeton: Princeton University Press, 1996), e Karen King, *What is Gnosticism?* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003).

9 — Como os outros documentos de Nag Hammadi, o Evangelho de Tomé foi originalmente escrito em grego; o que temos hoje é uma tradução posterior para o copta.

10 — Para uma discussão mais ampla, ver meu livro *Lost Christianities: The Battles for Scripture and the Faiths We Never Knew* (Nova York: Oxford University Press, 2003), capítulo 3.

11 — Ver, por exemplo, as falas 3, 11, 22, 28, 29, 37 e 56; ver também minha discussão em *The New Testament: A Historical Introduction to the Early Christian Writings*, 4a ed. (Nova York: Oxford University Press, 2008), pp. 208-13.

12 — Ver a discussão em Bruce M. Metzger, *The Canon of the New Testament: Its Origin, Development, and Significance* (Oxford: Clarendon Press, 1987), pp. 191-201.

13 — Isso tem sido questionado por alguns estudiosos, entre eles Mark Hahnemann, *The Muratorian Fragment and the Development of the Canon* (Oxford: Clarendon Press, 1992), que data a lista do século IV.

14 — Bauer optou por não incluir uma discussão dos livros do Novo Testamento em sua análise, em parte porque muitos deles são impossíveis de localizar geograficamente.

15 — Ver minha discussão em *The Orthodox Corruption of the Scripture: The Effect of Early Christological Controversies on the Text of the New - Testament* (Nova York: Oxford University Press, 1993), capítulo 1.

16 — Ao longo do século passado, foram encontradas cópias do Novo Testamento, mas não há como saber se eram cópias proto-ortodoxas. Os gnósticos, por exemplo, usaram intensamente o Evangelho segundo João, de modo que é impossível dizer se um fragmento antigo de João encontrado no Egito foi usado por uma igreja proto-ortodoxa ou por uma gnóstica.

17 — Para traduções para o inglês e discussões nesse idioma sobre todos esses textos, ver James Robinson, *The Nag Hammadi Library in English*, 4a ed. (Leiden: E.J. Brill, 1996); Charles Hedrick e Paul Mirecki, *The Gospel of the Savior: A New Ancient Gospel* (Santa Rosa, CA.: Polebridge Press, 1999); e Rodolphe Kasser, Marvin Meyer e Gregor Wurst, *The Gospel of Judas*, 2a ed. (Washington, DC: National Geographic Society, 2008).

18 — Apenas como exemplo, o chefe da escola de formação cristã em Alexandria na época de Atanásio, um estudioso chamado Dídimos, o Cego, tinha um cânone maior e mais incluído do que o de Atanásio.

CAPÍTULO 7: QUEM INVENTOU O CRISTIANISMO?

1 — Alguns esperavam um sacerdote que daria uma interpretação oficial da lei de Deus. Entre os judeus da comunidade dos Manuscritos do Mar Morto havia a expectativa de que haveria dois Messias, um deles um sacerdote e o outro possivelmente um rei como Davi. Ver John Collins, *The Scepter and the Star: The Messiahs of the Dead Sea Scrolls and Other Ancient Literature* (Nova York: Doubleday, 1995).

2 — Ver o *Diálogo com Trypho*, de Justino, traduzido para o inglês por Thomas Falls, 2a ed. (Washington: Catholic University of America Press, 2003).

3 — A fonte oficial para as atitudes gregas e romanas em relação aos judeus e ao judaísmo é Menahem Stern, *Greek and Latin Authors on Jews and Judaism*, 3 vols. (Jerusalém: Academia de Ciências e Humanidades de Israel,

1974-85).

4 — As reações romanas às revoltas judaicas na Palestina em 66-73 e 132-35 — a primeira das quais levou à destruição do Templo e a segunda à expulsão dos judeus da terra — não devem ser vistas como perseguições aos judeus pelo fato de serem judeus. Foram respostas político-militares a revoltas políticas. Judeus em outras regiões do império não foram visados.

5 — Ver especialmente James Carroll, *Constantine's Sword: The Church and the Jews* (Boston: Houghton Mifflin, 2001).

6 — Não estou dizendo que o cristianismo é o culpado do Holocausto. Estou dizendo que, se não fosse pelo cristianismo, a história do povo judeu teria sido completamente diferente. O ódio aos judeus que pontua a história da Europa ocidental e que levou ao Holocausto teve sua origem em círculos cristãos. Há muitos livros sobre as relações iniciais entre judeus e cristãos; três que se tornaram clássicos nesse campo são: Marcel Simon, *Verus Israel: A Study of the Relations Between Christians and Jews in the Roman Empire 135-425*, 2a ed. (Nova York: Oxford University Press, 1986); Rosemary Ruether, *Faith and Fratricide: The Theological Roots of Anti-Semitism* (Nova York: Seabury Press, 1974); e John Gager, *The Origins of Anti-Semitism: Attitudes Toward Judaism in Pagan and Christian Antiquity* (Nova York: Oxford University Press, 1983).

7 — J. Louis Martyn, *History and Theology in the Fourth Gospel* (Nova York: Harper & Row, 1968), e Raymond Brown, *The Community of the Beloved Disciple* (Nova York: Paulist Press, 1979).

8 — Para uma discussão acessível sobre a controvérsia arianista, ver Richard Rubenstein, *When Jesus Became God: The Epic Fight over Christ's Divinity in the Last Days of Rome* (Nova York: Harcourt Brace, 1999).

9 — Ver minha discussão em *Misquoting Jesus: The Story Behind Who Changed the Bible and Why* (São Francisco: HarperSanFrancisco, 2005), pp. 80-82.

10 — Ver meu livro *God's Problem: How the Bible Fails to Answer Our Most Important Question — Why We Suffer* (São Francisco: HarperOne, 2008), capítulo 2.

11 — Ver *ibid*, capítulo 6.

12 — Chamar o cristianismo de invenção não é questionar se ele deve ser considerado verdade ou não. A teoria geral da relatividade de Einstein foi uma invenção (ninguém a apresentara antes), mas uma teoria é correta ou não independentemente da pessoa que a propõe e dos processos sociais, culturais e intelectuais que a levaram a fazê-lo.

CAPÍTULO 8: A FÉ É POSSÍVEL?

1 — Ver especialmente o recente livro de Dale Martin, *Pedagogy of the Bible: An Analysis and Proposal* (Louisville: Westminster John Knox Press, 2008).

2 — Durante anos eu admiti a possibilidade de que pudesse *também* ser um livro muito divino.

3 — Ver a nota anterior.

4 — Ver *God's Problem*.

5 — Não estou alegando que a mensagem de qualquer livro da Bíblia seja autointerpretativa e que seu significado seja de algum modo óbvio em uma leitura simples — que de algum modo o significado seja inerente às palavras dos textos. Os textos não nos contam seu significado. Eles precisam ser interpretados, e são sempre interpretados, por seres humanos vivos e respirando, com paixões, ódios, tendências, preconceitos, visões de mundo, medos, esperanças e tudo mais que nos torna humanos. Todos esses fatores afetam o modo como os textos são interpretados e explicam por que pessoas inteligentes podem ter interpretações tão radicalmente diferentes do mesmo texto. Ainda assim, alguns textos, interpretados de acordo com práticas padronizadas de interpretação, são mais obviamente relevantes e afins à nossa condição humana atual que outros.

6 — Ou seja, mesmo após terem se lançado à difícil tarefa de interpretação. Ver nota anterior.

- [5] No Brasil, *O que Jesus disse? O que Jesus não disse? — quem mudou a Bíblia e por quê*. Rio de Janeiro: Prestígio, 2006. (N.E.)
- [6] No Brasil, *O Jesus histórico: a vida de um camponês judeu do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1994. (N.E.)
- [7] No Brasil, *O problema com Deus: as respostas que a Bíblia não dá ao sofrimento*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. (N.E.)

BEST-SELLER DO THE NEW YORK TIMES COM MAIS DE 1 ANO DE EDITORAIS REVENDIDOS

BART D. EHRMAN

O QUE JESUS DISSE?

O QUE JESUS NÃO DISSE?

Quem mudou a Bíblia e por quê?



O que Jesus disse? O que Jesus não disse?

Ehrman, Bart D.

9788595081406

240 páginas

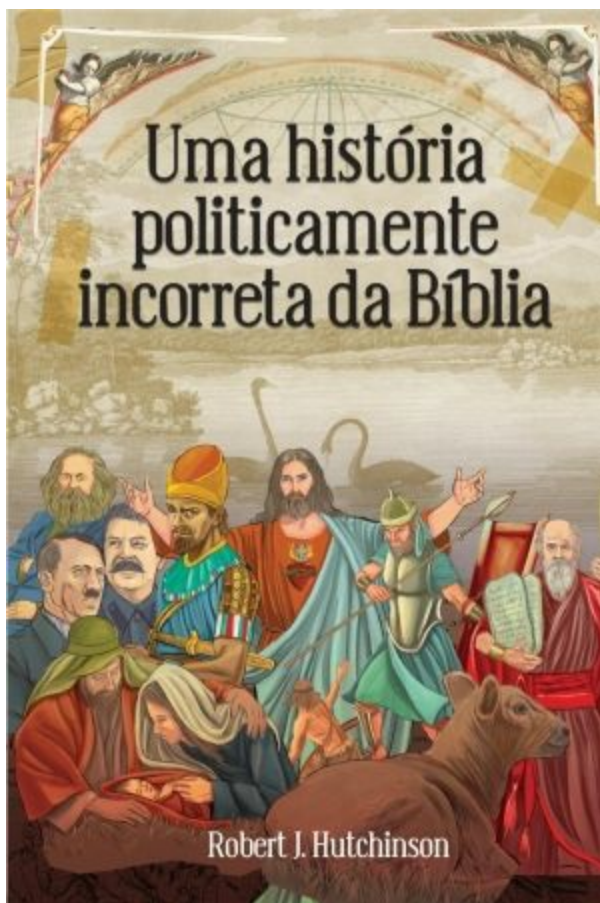
[Compre agora e leia](#)

"Os leitores de Ehrman nunca mais lerão os Evangelhos e as cartas de Paulo da mesma maneira." Publishers Weekly "O que Jesus disse? O que Jesus não disse? é uma dádiva divina." Philadelphia Inquirer "Este livro oferece um olhar fascinante sobre a crítica textual e sobre as alterações sofridas pelas Escrituras." The Charleston Post & Courier "Independentemente da sua visão do texto bíblico, esta é uma leitura gratificante." Dallas Morning News "Um dos best-sellers mais surpreendentes do ano." Washington Post Ao ler o Novo Testamento, as pessoas pensam estar lendo uma cópia exata das palavras de Jesus ou dos escritos de seus apóstolos. Contudo, por quase mil e quinhentos anos, esses manuscritos foram reproduzidos por copistas profundamente influenciados pelas controvérsias políticas, teológicas e culturais de seu tempo. São vários os erros e as mudanças intencionais nos manuscritos subsistentes, dificultando a reconstituição das palavras originais. O que Jesus disse? O que Jesus não disse? mostra a história que está por trás das alterações que eclesiásticos políticos e copistas ignaros fizeram no Novo Testamento, causando um impacto enorme na compreensão e interpretação da Bíblia que temos hoje. Um livro que vai fascinar e surpreender tanto leigos quanto teólogos e historiadores experientes.

[Compre agora e leia](#)

Uma história politicamente incorreta da Bíblia

Robert J. Hutchinson



Uma história politicamente incorreta da Bíblia

Hutchinson, Robert J.

9788522014996

248 páginas

[Compre agora e leia](#)

Você acha que conhece a Bíblia. Mas você sabia que: Descobertas arqueológicas recentes confirmam a exatidão histórica de muitas narrativas bíblicas? A Bíblia possibilitou a ciência moderna (e é por isso que esta foi inaugurada na Idade Média)? As leis bíblicas forneceram a infraestrutura para a democracia e para os governos liberais? A Bíblia promove a liberdade humana? Os inimigos da Bíblia são os inimigos da verdadeira razão e da tolerância? A Bíblia já foi considerada o "livro do bem". Hoje, no entanto, sofre ataques implacáveis de acadêmicos e escritores de esquerda, que tentam justificar seus próprios interesses políticos. Mesmo nas escolas, nas universidades e na mídia, ela é criticada e condenada. Basta ligar a televisão ou abrir uma revista para sofrer uma avalanche de panfletagem ateia. As palavras que milhões reverenciam como sagradas são ridicularizadas, e os céticos dizem que o texto bíblico é repleto de "fábulas disfarçadas de história". Não vos amedronteis: o premiadíssimo jornalista especializado em religião Robert J. Hutchinson revela agora a verdade sobre a Bíblia — bem como sobre os estudos bíblicos mais modernos —, contrariando os ímpios e os charlatões. Ganhador de oito prêmios jornalísticos da Associated Church Press, o autor demonstra, por meio de evidências arqueológicas e históricas, que não só a Bíblia é verdadeira, como também é a fonte das ideias de caridade, justiça, razão, ciência e democracia que marcam o cenário

ocidental. Hutchinson leva o leitor em uma rápida e politicamente incorreta viagem pela palavra sagrada. Envolvente e revelador, este livro fará os ateus estremecerem, mas irá acalmar os corações daqueles que são assolados por dúvidas e questionamentos, além de estabelecer uma forte linha de defesa para os conservadores que procuram as armas corretas contra os ataques mundanos. Uma história politicamente incorreta da Bíblia traz, de uma vez por todas, a verdade crua sobre o livro sagrado.

[Compre agora e leia](#)



Calafrio

Stiefvater, Maggie

9788522029600

344 páginas

[Compre agora e leia](#)

"Se você é fã de Crepúsculo, vai amar Calafrio." — The Observer **BEST-SELLER DO NEW YORK TIMES**

O frio. Grace passou anos observando os lobos no bosque próximo à sua casa. Um deles, um belo lobo de olhos amarelos, a observa também. Ele parece familiar, mas ela não sabe por quê. O calor. Sam vive duas vidas. Como lobo, ele é um companheiro silencioso da garota que ama. E, por um curto período a cada ano, ele é humano, embora nunca tenha coragem suficiente para falar com Grace... até agora. O calafrio. Para Grace e Sam, o amor sempre foi mantido a distância. Mas, uma vez revelado, não pode ser negado. Sam precisa lutar para continuar humano, e Grace precisa lutar para ficar ao seu lado — mesmo que isso signifique enfrentar os traumas do passado, a fragilidade do presente e as impossibilidades do futuro. Grace Brisbane tem 17 anos e os mesmos desejos e inseguranças das outras meninas de sua idade. Entrar na faculdade é uma de suas preocupações, mas ultimamente ela anda dispersa durante as aulas na escola de Mercy Falls, perdida num mundo só seu. Há seis anos, ela foi levada por um bando de lobos que vive num bosque vizinho à sua casa. Em meio a uma paisagem congelada e sombria, um lobo de profundos olhos amarelos, deslumbrado por sua beleza, a salvou do ataque. Desde então, Grace nunca conseguiu esquecer aqueles olhos. Fascinada por esses animais, todo ano ela espera ansiosamente pela chegada do inverno para reencontrar o "seu lobo",

com quem trava um diálogo silencioso. Os anos se passam, e quando um rapaz da escola de Grace é assassinado por uma matilha, a cidade inteira se mobiliza para caçar os lobos. Homens armados entram na floresta, e Grace não consegue impedir que eles atirem. Agora era tarde demais, pensou. No entanto, no silêncio do crepúsculo, ao voltar para casa, depara-se com um garoto nu, caído na soleira de casa. Ao fitar seus olhos brilhantes, ela não tem dúvida de que está diante de seu lobo em forma humana.

[Compre agora e leia](#)

Uma ousada viagem que surpreenderá muitos
e fascinará a todos

O QUE REALMENTE AS MULHERES QUEREM ?

A CIÊNCIA E UMA NOVA PERSPECTIVA
SOBRE O DESEJO FEMININO

DANIEL BERGNER

O que realmente as mulheres querem

Bergner, Daniel

9788522015788

176 páginas

[Compre agora e leia](#)

"Tudo o que você queria saber sobre sexo, mas não sabia como perguntar. Daniel Bergner derruba mitos de longa data sobre mulheres e sexo, a natureza da atração e os tabus e as fantasias sobre a monogamia feminina."New York Post"O que realmente as mulheres querem? acrescenta vapor e explosivos no debate mundial sobre o que significa ser uma mulher hoje em dia."Vogue"Acessíveis e informativas, as páginas deste livro farão com que os leitores questionem algumas de suas crenças mais arraigadas sobre as mulheres, os homens, a sociedade e o sexo."Publishers Weekly"Bergner estabelece a história dessa lavagem cerebral e, em seguida, a desmascara em seu divertido novo livro. Ele recapitula estudos engenhosos que sondam nossos desejos, incluindo aqueles que negamos ou escondemos de nós mesmos."ElleO aclamado jornalista Daniel Bergner divulga as últimas pesquisas científicas e pinta um retrato inédito do desejo feminino: as fantasias, a conexão entre mente e corpo (e a desconexão), as razões por trás da perda da libido e, o mais revelador, a confirmação de que esta perda não é inevitável. Esclarecedor, O que realmente as mulheres querem? é uma investigação jornalística profunda da história que irá estimular debates e discussões sobre o desejo feminino nos próximos anos.

[Compre agora e leia](#)

Renato O filho da revolução RUSSO

Carlos Marcelo

COM ENSAIO INÉDITO SOBRE A MÚSICA

FAROESTE CABOCLO

EDIÇÃO
ESPECIAL



Renato Russo

Marcelo, Carlos

9788522011681

440 páginas

[Compre agora e leia](#)

A música e o trabalho de Renato Russo estão enraizados na minha memória. A minha relação com eles começou bem cedo, pois a minha mãe sempre foi uma fã apaixonada da Legião Urbana. Cresci ouvindo Renato Russo na minha casa. Fiquei muito feliz em ser escolhida, depois de uma dura disputa, para encarnar a Maria Lúcia, em *Faroeste caboclo*. Faço a minha estreia no cinema realizando um grande desejo: encontrar um desafio e me sentir pronta e com energia para enfrentá-lo. Cheguei a ele: dar vida a essa menina tão cheia de conflitos e causas. Muita gente me pergunta: por que as pessoas devem assistir ao filme *Faroeste caboclo*. A música faz parte de uma geração inteira. É uma história que ocorre em meio à ditadura militar, mostrando a reação dos jovens àquilo tudo. E não posso deixar de destacar os personagens complexos criados pelo Renato. Quem não tem a curiosidade de saber como a Maria Lúcia, o João e o Jeremias eram, como eram suas vidas, seus hábitos? E por que "Maria Lúcia com Jeremias se casou"? É claro que no cinema o mecanismo é diferente, mas acredito que deu certo, e a Maria Lúcia passou a existir na sua forma completa, assim como o João e o Jeremias. Viva Renato Russo! Isis Valverde, abril de 2013. Nenhum homem vive solto no tempo e no espaço. Muito menos o gênio paira acima das coisas terrenas. Embora tenha nascido no Rio de Janeiro, Renato Manfredini Jr. tornou-se Renato Russo num tempo e num espaço precisos, de meados da década de 1970 a meados

da década de 1980, em Brasília. O líder da Legião Urbana, conjunto de rock mais popular da história do país, não poderia ter emergido de outro momento ou lugar. Jornalista em Brasília, como Renato foi um dia, Carlos Marcelo rastreia a energia criadora do ídolo pela cidade. Com finíssimo texto e colossal apuração, ele reconstrói a Brasília da Turma da Colina. Que cidade linda, tediosa e insurgente.

[Compre agora e leia](#)